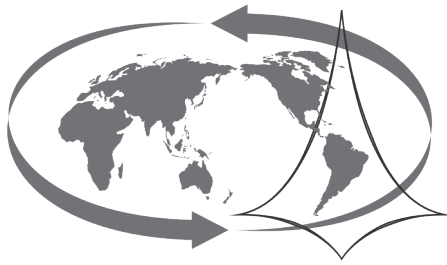


e-ISSN 2238-6912

AUSTRAL

Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
Brazilian Journal of Strategy & International Relations



Porto Alegre, v.13 n.25 | Jan./Jun. 2024



Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais
- Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)



PPGEI-UFRGS
Programa de Pós-Graduação em
Estudos Estratégicos Internacionais
Faculdade de Ciências
Econômicas (FCE)

Austral	Porto Alegre	v.13, n.25	p. 1-237	Jan./Jun. 2024
---------	--------------	------------	----------	----------------

Sobre a Revista

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais é um veículo essencialmente acadêmico, ligado ao o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu foco plural busca contribuir para o debate da ordem política e econômica internacional a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento.

A revista publica artigos originais que estejam relacionados às áreas de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, com especial interesse em assuntos relacionados a países em desenvolvimento e à Cooperação Sul-Sul – seus problemas securitários; os desenvolvimentos políticos, econômicos e diplomáticos dos países emergentes; e suas relações para com as potências tradicionais – em inglês, português ou espanhol. O público-alvo da revista consiste em pesquisadores, especialistas e estudantes de pós-graduação em Relações Internacionais. A revista busca assegurar a publicação de autores de cada um dos grandes continentes do Sul (Ásia, América Latina e África), de modo a estimular o debate e a difusão de conhecimento produzido nessas regiões. Todas as contribuições são submetidas a uma rigorosa avaliação científica.

Indexadores



ELSEVIER
Scopus



Programa de apoio à
Edição de Periódicos

This journal is supported by the
Support Program for Journal Editing (PAEP) at UFRGS

Equipe Editorial | *Editorial Team*

Editor | *Editor*

Leonardo Granato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Editor Associado | *Associate Editor*

Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Editor Fundador | *Founding Editor*

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Antonio Fonfria Mesa (Universidad Complutense de Madrid, España)

Bertrand Badie (Sciences Po, França)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, South Africa)

Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo, Brazil)

Eduardo Xavier Glaser Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brazil)

Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Guilherme Thudium (Universidade de Brasília, Brazil)

Luis Manuel Rebelo Fernandes (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brazil)

Marcelo Milan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Ruchita Beri (Institute for Defence Studies and Analyses, Índia)

Assistentes de Edição | *Editorial Assistants*

Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Felipe Werner Samuel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

João Pedro Lopes Gonçalves (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Conselho Consultivo | *Consultative Board*

Adam Habib (University of Johannesburg, South Africa)

André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Antonio Jorge Ramalho (Universidade de Brasília, Brazil)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brazil)

Boris F. Martynov, Russia (Moscow State Institute of International Relations, Russia)

Carlos Aurélio de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brazil)

Gelson Fonseca Jr. (Fundação Alexandre de Gusmão, Brazil)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

Henry Kam Kah (University of Buea, Cameroon)

Ilter Turan (Istanbul Bilgi University, Turkey)

Isiaka Alani Badmus (Afe Babalola University, Nigeria)

José Ariosa Pérez (Universidad de La Habana, Cuba)

José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Liu Youfa (Shanghai Institutes of International Studies, China)

Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunisia)

Luana Margarete Geiger (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brazil)

Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canada)

Maria Regina Soares de Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brazil)

Mehdi Parvizi Amineh (University of Amsterdam, Netherlands)

Monica Hirst (Universidad Torcuato di Tella, Argentina)

Nilton César Fernandes Cardoso (University of Cape Verde, Cape Verde)

Sean Burges (Carleton University, Canada)



© Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais - UFRGS

Capa: Eduardo Faustini and Guilherme Geremias da Conceição

Diagramação: Felipe Werner Samuel

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais está disponível online em: www.seer.ufrgs.br/austral

Contato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Av. Bento Gonçalves, 9500 - CEP 91509-900

Porto Alegre/RS - Brazil

Fone: +55 (51) 3308 7988

E-mail: austral@ufrgs.br

www.seer.ufrgs.br/Austral
Cataloging-in-Publication (CIP)

Austral : Revista Brasileira de Estratégia e Relações
Internacionais = Brazilian Journal of Strategy &
International Relations / Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, CEGOV/FCE.

- v. 13, n.25 (Jan./Jun. 2024). – Porto Alegre:
NERINT-CEGOV/PPGEEI-FCE/UFRGS, 2012-

Semestral.

e-ISSN 2238-6912

1. Political Science. 2. International Relations.
3. International Politics. 4. Diplomacy. 5. Developing
Countries.

CDU 327

Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Sumário

Editorial	7
Revista Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais	9
O Dilema da Turquia e a Estabilidade Estratégica <i>Jean-Pier de Vasconcellos Esquia e José Miguel Quedi Martins</i>	10
As escolhas estratégicas da Índia no mundo multipolar <i>Surendra Kumar Yadawa</i>	57
A Presidência Indonésia do G20 e a Diplomacia das Potências Médias: Construindo Pontes entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento <i>Tatok Djoko Sudiarto, Febry Triantama, Bimantoro Kushari Pramono</i>	75
A Grande Reinicialização e as implicações a curto prazo para a economia chinesa: uma perspectiva pós-pandêmica <i>Ramnath Reghunadhan, Joe Thomas Karackattu</i>	98
A Grande Estratégia dos EUA no Início da Guerra Fria: Prioridades, Preocupações e Ações Políticas <i>Humayun Javed</i>	121
O impacto da Guerra da Ucrânia na geopolítica da Antártica através de Mapas Cognitivos Difusos <i>Luiz Octavio Gavião, Michael Bilac Barbosa de Oliveira</i>	136
Desenvolvimento e validação métrica da “Escala de Fricção Logística (EFL)” para avaliação do abastecimento de organizações militares de fronteira <i>Tássio Franchi, Angela Nogueira Neves, Luis Fernando Tavares Ferreira, Eduardo Xavier Glaser Migon</i>	171

Os trabalhadores migrantes chineses na Indonésia: uma questão controversa de segurança <i>Ali Maksum</i>	191
Três Visões Realmente Realistas Sobre a Guerra Russo-Ucraniana <i>Paulo Fagundes Visentini</i>	224
Parceiros	229
Normas de Submissão/ Números Anteriores	233

*A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.*

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.13, n.25 Jan./Jun. 2024

EDITORIAL

O sistema mundial está ingressando rapidamente em uma *multipolaridade instável*, gradativamente substituindo a chamada *unipolaridade norte-americana* e a virtual *bipolaridade EUA-China*. Existe, ainda, especulações sobre uma *tripolaridade*, sendo a Índia e o Sul Geopolítico constituindo um polo alternativo, com discreto apoio russo. Muitos arranjos estão sendo testados e alterados continuamente. E o longo conflito russo-ucraniano, agora é complementado pela guerra do Oriente Médio (Israel x Hamas), que está prestes a completar um ano, sem solução e com crescente complexidade regional.

A atenção dos analistas está concentrada, primordialmente, nas relações entre as grandes potências, suas cúpulas e as eleições em países-chave, especialmente a imprevisível corrida presidencial norte-americana, que não para de surpreender. Todavia, existe as *potências médias ascendentes*, que não recebem a devida atenção e, surpreendentemente, se tornam protagônicas e influenciam os acontecimentos internacionais.

Nesse contexto, publicamos aqui um conjunto de artigos que trata dos casos da Turquia, da Índia, da Indonésia, do Brasil e da China, dando voz a autores do Sul Geopolítico (Terceiro Mundo). Também é relevante para a conjuntura atual de “Nova Guerra Fria”, o artigo de um acadêmico norte-americano, que procede a uma releitura crítica da Grande Estratégica dos Estados Unidos no início da “velha Guerra Fria”. Há também um original artigo sobre o impacto da Guerra Russo-Ucraniana no plano da Geopolítica. São acadêmicos da Índia, Indonésia, Brasil e Estados Unidos.

A edição é completada por uma interessante resenha de livros que abordam “Três visões Realmente Realistas sobre a Guerra Russo-Ucraniana”, consolidando a política de publicar comentários sobre obras de originalidade analítica. Também nessa edição, há uma renovação do Conselho Editorial. Por fim, do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação responsável pelo Sistema Brasileiro de Pós-Graduação e sua produção editorial, procedeu à correção de aspectos técnicos da avaliação de periódicos, sendo a AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais elevada para a categoria A-4, com efeito retroativo.

A visão de autores do Sul Geopolítico enriquece a percepção acadêmica e estratégica com relação aos temas analisados, materializando os objetivos

permanentes da AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Isso é crucial num momento em que o cenário mundial evolui para um somatório de conflitos e tensões, que já desembocaram em escalada militar, em cenário de forte imprevisibilidade. Mais do que nunca é necessário que a Academia proceda a uma urgente análise crítico-realista, deixando de lado abordagens pós-modernas.

Agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS, por meio do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP), bem como a toda equipe que trabalhou na editoração e tradução, em particular aos Assistentes de Edição Igor Estima Sardo e João Pedro Lopes Gonçalves, com a colaboração de Felipe Werner Samuel. Agradecemos também aos nossos qualificados pareceristas e à Professora Cristina Soreanu Pecequilo pela revisão das traduções. O trabalho de equipe dos pesquisadores do NERINT/UFRGS tem permitido manter a regularidade e a qualidade da AUSTRAL.

O DILEMA DA TURQUIA E A ESTABILIDADE ESTRATÉGICA¹

Jean-Pier de Vasconcellos Esquia²
José Miguel Quedi Martins³

Introdução

Este artigo trata das Relações Internacionais da Turquia e do impacto de suas escolhas no Sistema Internacional (SI) nesta nova era, marcada pela volta da competição entre as potências terrestres (Visentini 2021). Desde logo cumpre esclarecer que, para efeitos desta análise, o dilema turco é intencionalmente reduzido a duas possíveis linhas de conduta — tomadas como tipos puros ideais (Mills and Geerth 1982, 78). Elas são definidas como estando situadas entre a adesão a um comportamento revolucionário, e a associação às instituições do Eixo Industrial Emergente (Visentini 2019, 14; Vizentini 1995, 261)⁴. Quanto à estabilidade estratégica, cumpre-se esclarecer

1 Esta pesquisa é um produto do projeto de pesquisa pós-doutoral intitulada “Acordo de Cooperação Brasil-Turquia: Modernização e Transformação de Blindados”, desenvolvida por Jean-Pier Esquia, e supervisionada pelo Prof. Dr. José Miguel Martins, junto ao PPGEEI e à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) UFRGS. Os autores agradecem a colaboração de João Gabriel Burmann da Costa, Lucas Lixinski Arnhold e Felipe Werner Samuel.

2 Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5055-2582>.

3 Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8491-5299>

4 Eixo Industrial Emergente e Eixo Agrário, Mineral e Demográfico Periférico: O primeiro refere-se à semiperiferia e à China; inclui Rússia, Turquia, Irã, Índia, Brasil, eventualmente, África do Sul. O segundo, como o nome sugere, aos países periféricos (VISENTINI, 2019, p. 11). Originalmente estes dois eixos eram designados como Eixo Sul-Sul e Sul-Leste. Tratou-se de um construto elaborado para descrever a inserção internacional do Brasil em torno de três vetores: os Eixos Sul-Sul, Sul-Norte e Sul-Leste. E, deste modo, descrever a barganha diplomática dos governos Vargas (1951-54), Kubitschek (1956-61), Quadros (1961) e Goulart (1961-64) com o fito de promover o desenvolvimento. A industrialização “só poderia ser implementada

que ela é entendida como o conjunto de elementos que conformam às ‘regras’ do jogo no âmbito de um mundo multipolar⁵.

Este dilema é confrontado com a trajetória da Turquia desde o fim do Império Otomano, em um esforço que pode ser caracterizado como histórico explicativo, nos termos propostos por Van Evera (2002, 106). A pergunta subjacente é: como se dará a inserção internacional da Turquia? A hipótese que perpassa o texto é que, diferentemente de outros momentos, quando a Turquia se viu subjugada pelos condicionantes internacionais, desta ela vez poderá escolher sua forma de inserção no SI.

Tal escolha afigurar-se-á por intermédio da Política Externa que a Turquia adotará nos próximos anos — Erdogan já anunciou sua retirada da vida pública em 2028 (Reuters 2024). Naturalmente a pesquisa não pode responder qual será a opção turca. Mas logrou-se concluir que a oscilação da Turquia poderá ser aferida empiricamente a partir de três condições. São elas: (01) predomínio do balanceamento, do engajamento ou da barganha; (02) da coerção ou a aderência às instituições; (03) de uma lógica presidida pelo territorialismo estrito ou institucional.

A relevância social deste esforço analítico, justifica-se pelo crescente protagonismo global que a Turquia tem apresentado. Além disto, trata-se de país que já há vinte anos mantém acordos de cooperação em defesa com o Brasil. Ainda em 2003, foi firmado o Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados a Defesa (Brasil 2003), que versa sobre o intercâmbio de experiências e conhecimentos, no âmbito civil e militar, para temas correlatos à Defesa Nacional. Em 2010, a cooperação entre Brasil e Turquia foi acrescida de um Plano de Ação de Parceria Estratégia (Brasil 2010). E, recentemente,

com a obtenção de uma relativa autonomia frente aos EUA. Para tanto, foi necessário introduzir na política externa brasileira a multilateralidade horizontal sul-sul, incrementando as relações com a América Latina e o mundo Afro-Asiático. Paralelamente, tiravam-se os proventos possíveis de uma multilateralidade ‘diagonal’ sul-leste, através da cooperação com os países socialistas” (VIZENTINI, 1995, p. 261). Apesar de tratar-se da Política Externa do Brasil, achou-se conveniente mencionar os eixos originais dado que no passado como agora, no caso do Brasil ou da Turquia, o desenvolvimento industrial é central em sua inserção internacional.

5 Estabilidade Estratégica: Trata-se de tema consideravelmente explorado no âmbito da bipolaridade. Então dizia respeito à correlação de forças nuclear, convencional e às guerras na periferia (WALTZ 1964, p. 882-887). Mas que, no âmbito de um mundo multipolar, ainda não foi convenientemente explorado pela literatura. De pronto, pode-se constatar que, dada a assimetria de capacidades entre as Grandes Potências, seja contraproducente tomá-la em termos exclusivamente militares. Deste modo, se propõe uma abordagem holística que, além dos temas militares, inclua também a Economia Política — inserção na Quarta Revolução Industrial e infraestrutura; e as Instituições Políticas multilaterais — processos de integração e fóruns de concertação (LOPES, 2024, p. 13).

em março de 2022, foi firmado um Acordo de Cooperação em Indústria de Defesa (Brasil 2022). Trata-se, pois, de um relacionamento pautado sobre temas estratégicos e que, portanto, podem incidir sobre a inserção nacional dos dois países.

Este viés interessado se expressa também nas escolhas metodológicas. Como destacou Robert Cox, toda “teoria é feita para alguém, para algum propósito e tem uma perspectiva” (Cox 1981, 128)⁶. Em suma, as teorias são formatadas conforme o objeto e propósito de cada pesquisa — elas devem ajustar-se à realidade, e não o contrário. Em virtude desta compreensão, procurou-se operacionalizar e compatibilizar enfoques distintos, e mesmo concorrentes, de teorias de Relações Internacionais (RI).

Da teoria do realismo (estrutural e ofensivo) tomam-se as ideias de que: (a) o SI é anárquico (Mearsheimer 2007, 35); (b) as relações são reguladas por intermédio das capacidades (Waltz 1979, 99, 181); e, (c) o balanceamento é a forma privilegiada pela qual se dão as interações. A esse respeito, cumpre destacar que a Turquia é a maior Força Terrestre da OTAN na Europa, a terceira maior no Oriente Médio, e a sétima global (excluído os EUA) (IISS, 2024)⁷. Em suma, o realismo serve para justificar porque a Turquia tem um protagonismo destacado no SI e, ao mesmo tempo, porque pode se permitir a opção revolucionária. Contudo, a análise vê-se obrigada a distanciar-se do realismo, na medida em que seus princípios se apresentam enquanto noções absolutas.

Tal contingenciamento é efetuado a partir de cinco perspectivas analíticas adicionais: (i) o papel das instituições; (ii) do engajamento; (iii) da barganha; (iv) da lógica territorial; e (v) do Centro de Decisão Econômica.

Em primeiro lugar, o que justifica a opção pela adesão às instituições do Eixo Sul-Sul é o enfoque neoinstitucionalista. Esta perspectiva propõe que o comportamento dos países, sob certas condições, pode ser moldado ou condicionado por instituições multilaterais e regimes internacionais (Krasner 1982, 185-186; Keohane and Nye 1977, 19).

6 No original: “Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective” (COX, 1981, p. 128).

7 Forças Terrestres da Eurásia e do Oriente Médio Efetivo: Índia: 1.237.000 (IISS, 2024, p. 265); Coreia do Norte: 1.100.000 (IISS, 2024, p. 282); China: 965.000 (IISS, 2024, p. 254); Rússia: 500.000 (IISS, 2024, p. 191); Irã: 350.000 (IISS, 2024, p. 352); Egito 310.000 (IISS, 2024, p. 347); Turquia 260.000 (IISS, 2024, p. 147). A despeito da posição da Turquia parecer pouco favorável, deve-se considerar que de um ponto de vista qualitativo, ela encontra-se em um nível que, em alguns aspectos, pode ser comparado ao de China e Rússia. Por exemplo, a Turquia é a sexta maior força de helicópteros de ataque do mundo ao passo que Egito, Índia, Coreia do Norte e Irã encontram-se respectivamente na sétima, décima sétima, trigésima quarta e quadragésima quarta posição (GFP, 2024, online).

Em segundo lugar, o conceito de engajamento nos termos propostos por Resnick (2001)⁸. Trata-se de uma relação multidimensional — que inclui as interações militares — visando a subjugar um adversário por meio da intensificação da interdependência — não apenas econômica.

Para o autor, existem três condições para o engajamento: (a) o nível original de interação entre os países deve ser baixo; (b) o ‘engajado’ deve possuir ambições significativas; (c) o ‘engajador’, capacidade suficiente para criar a expectativa de contribuir efetivamente com estes objetivos. Portanto, a teoria de Resnick serve para justificar a importância da Turquia — mas poderia ser a do Brasil — de adesão as instituições do Eixo Sul-Sul. Com exceção da Rússia e da China — países com os quais se mantém uma longa trajetória de interações —, os demais membros dos BRICS, sobretudo os novos, atendem a todos os requisitos de Resnick. Há um porém: o engajamento não funciona sob qualquer hipótese, com países que adotam uma conduta revolucionária — de desafio as instituições ou a ordem internacional (Resnick 2001, 560-561).

Contudo, não é possível subscrever integralmente o ponto de vista do autor, para quem a conduta é tipificada em três formas: contenção, apaziguamento e engajamento — sendo os dois primeiros antípodas, e o terceiro, a síntese superior de ambos. De fato, aqui é preciso dar razão ao realismo, em que a contenção é uma forma de balanceamento estrito e efetuado apenas por Grandes Potências. Portanto, o balanceamento é mais universal, posto que supõe níveis mais suaves de coerção e a possibilidade de ser praticado virtualmente por qualquer Estado. Ademais, Resnick ressalta

8 Engajamento: o termo em inglês possui pelo menos três significados distintos: noivado; outros tipos de compromissos, mas dotados de algum grau de solenidade; no jargão militar, na esfera da tática, indica o ato de entrar em combate. Em sua acepção categorial, como explica Resnick (2001), originalmente tratou-se de uma categoria de Análise de Política Externa. Contudo, a crítica efetuada pelo autor tanto, de um lado à falta quanto de outro do enfoque reducionista, permitem a sua operacionalização para o estudo de RI. Uma vez, que, de acordo com o autor: engajamento é “a tentativa de influenciar o comportamento político de um estado-alvo por meio do estabelecimento, abrangente e aprimorado, de contatos com esse estado em várias áreas temáticas, ou seja, diplomática, militar, econômica, cultural” (RESNICK, 2001, p. 559). Como se pode depreender, a definição proposta, ao abarcar as interações militares, adquire cidadania nas relações internacionais, posto que estas são baseadas na correlação de forças. Ademais, o engajamento para o autor pode ser usado para fins de subjugar um competidor recalcitrante e reticente em aderir ao status quo. Isto se depreende claramente do trecho em que o autor descreve que o estado remetente pode atingir seus objetivos “manipulando ou reforçando o equilíbrio doméstico de poder político dos estados-alvo entre facções concorrentes que defendem políticas divergentes; ou mudando as preferências em nível local, na esperança de que isso precipite uma mudança política de baixo para cima dentro do estado-alvo” (RESNICK, 2001, p. 560). Portanto, algo que vai muito além da diplomacia, ou mesmo da política externa.

— com razão — que não é possível o engajamento com Grandes Potências. Isso se deve não pela assimetria de capacidades, mas pelos relacionamentos de longa data. Mas, tampouco, neste caso, o autor oferece qualquer alternativa além do óbvio: o apaziguamento.

Assim, em terceiro lugar, torna-se necessário entender o papel da barganha. Esta seria a forma preferencial dos países semiperiféricos (Brasil e Turquia) se relacionarem com as Grandes Potências, posto que o apaziguamento condiz à renúncia a seus próprios interesses, e a contenção é claramente contraproducente. Embora o balanceamento, em alguns casos não seja possível, certamente para a Turquia o é.

Assim, recorre-se mais uma vez a política externa brasileira para tratar-se da barganha. Paulo Visentini desdobra a barganha em dois tipos: pragmática e diplomática. No caso da barganha pragmática, busca-se explorar ganhos em um contexto de competição entre potências emergentes. Foi o caso da manobra efetuada por Brasil entre Alemanha e Estados Unidos (época em que a Inglaterra era potência hegemônica no SI). Tal articulação culminou na obtenção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e na entrada brasileira na II Guerra Mundial ao lado dos aliados. Já a barganha diplomática consiste em alinhar-se de forma negociada à potência hegemônica — caso dos EUA pós-II Guerra Mundial —, que permite uma latitude menor de manobra, em virtude da correlação de forças desfavorável às demais Grandes Potências (Vizentini 1995, 33, 63).

No caso da Turquia, apesar da relação de longa data com os EUA, o engajamento afigurou-se como viável em virtude de uma circunstância excepcional: o sobre-estiramento das forças estadunidenses (Cordesman 2007) e a necessidade de delegação — buck-passing e burden-sharing (Mearsheimer 2007, 160-161). Adiante, na quinta seção deste artigo, onde se trata do papel do Oriente Médio (OM) para Turquia, procura-se explicar porque isso não ocorreu. Em função disto, a opção turca se dá em torno de balancear os EUA no Oriente Médio, ou de barganhar com eles — aproximando-se da Rússia e da China. Mas o que pode compelir a Turquia à barganha ou ao balanceamento? Sua lógica territorialista.

Por isso, em quarto lugar, cumpre reconhecer que a conduta dos países oscila entre o predomínio do territorialismo ou do capitalismo. Tais noções devem-se a Giovanni Arrighi, segundo o qual, pode-se dizer que a lógica capitalista diz respeito à rede transfronteiriça, e a territorialista ao controle do território. Estas lógicas não operam isoladas uma da outra, mas sim, em estreita correlação entre si (Arrighi 2013, 34). Por isso, Arrighi se vale desta caracterização mais como tipos puros — para indicar predomínio — do que propriamente como categorias empíricas descritivas.

No enfoque de Michael Mann, elas assumem um contorno histórico explicativo. E apresentam-se em sucessão: as redes capitalistas, que remontam ainda à época do medievo, estruturando o capitalismo, que por fim, assume a feição de capitalismo industrial (Mann 2020, 450-452). Este, por sua vez, é protegido por barreiras alfandegárias, portanto, territorial. O próprio Mann reconhece que, ao fim, subsume a lógica do capital ao controle do território (Mann 2022, 356). Por fim, David Harvey, na posição mais próxima de Mann do que de Arrighi, relaciona a expansão territorial às demandas de reprodução ampliada do capital (Harvey 2014, 32-34, 88-91, 117).

Conquanto todos estes enfoques sejam úteis para descrever também a oscilação da conduta turca, nenhum deles se presta integralmente para elucidar o dilema da Turquia. Afinal, em Arrighi (2013) as duas lógicas coexistem, e o predomínio “capitalista”, ao fim e ao cabo, é uma prerrogativa do hegemon. Já nas abordagens de Harvey (2014) e Mann (2022), o capital acaba subsumido no território, e a tensão não se mantém. A acumulação de capital torna-se um fim em si mesma. Mais uma vez, o agente é subsumido à estrutura. Por isso, como se vê a seguir, é preciso criar um matiz próprio para descrever a oscilação da Turquia em relação ao território. Antes, porém, cumpre tratar da função do Centro de Decisão Econômica.

Assim, em quinto e último lugar, cumpre salientar o conceito de Centro de Decisão Econômica, formulado por Celso Furtado (1962, 109-112; 2013, [1961], 137-139). De fato, ainda que sem pretender, por meio deste conceito, Furtado criou uma nova definição de soberania: uma sociedade só é capaz de autodeterminar-se se puder endogeneizar o seu centro de decisões econômicas. O critério para isso é que “te[nha-se] em nossas mãos os instrumentos de autodeterminação que até há pouco eram apanágio de uns quantos povos privilegiados” (Furtado 1962, 115). Por óbvio, Furtado (1962) se refere à indústria, ou ao que se pode acrescentar nos dias de hoje, da capacidade de um país produzir endogenamente, o elemento que define a inovação última que permite acumulação de capital.

É forçoso reconhecer que a díade proposta por Arrighi (2013) — territorialismo ou capitalismo — serve mais para explicar a dinâmica do hegemon das altas finanças do que o comportamento de países que não se encontram, sequer almejam, esta posição. Já Mann (2022) e Harvey (2014) ao associar o território à demanda por acumulação de capital explicam, ao menos em parte, o imperativo da escala para a industrialização. Mas é somente com Furtado, onde se insere a intencionalidade do sujeito e a mediação da política, que se pode matizar o grau de controle do território. Portanto, lança-se mão de uma distinção que tem como fito apenas, e tão somente, ‘medir’ a conduta da Turquia: o territorialismo estrito e o institucional. No caso do primeiro, ter-se-

ia a prioridade de controle do território sobre as demais relações, de tal sorte que é preciso valer-se da coerção interna e externa, e em consequência aceitar o confronto — a antítese da estabilidade estratégica.

Em consonância com esse enfoque, esse artigo é dividido em cinco partes. A primeira diz respeito ao predomínio da necessidade na trajetória das RI da Turquia. A segunda parte trata da herança legada pela coerção extraeconômica, da qual os EUA se valeram durante a unipolaridade e dos desafios que isso impõe para a estabilidade estratégica — que deve ser enfocada em uma perspectiva multidimensional (Lopes 2024, 13). A terceira parte trata da inserção da Turquia no Eixo Sul-Sul — ficando em aberto saber se ocorrerá também uma adesão às suas instituições. A quarta parte trata da conduta revolucionária. Por fim, a quinta e última parte, apresenta o papel do Oriente Médio no desfecho do dilema turco.

1 Turquia: prisioneira da necessidade

Tomando-se a trajetória da Turquia — e, mesmo antes, do Império Otomano — pode-se pretender sintetizar seus objetivos em três elementos: (a) a busca de desenvolvimento econômico com estabilidade; (b) a endogeneização de tecnologias, principalmente as relacionadas ao emprego militar, mas não apenas estas; (c) a manutenção da integridade e controle territorial.

Na busca destes objetivos a Turquia raramente foi livre para realizar escolhas. Por certo, indivíduos, classes ou países não são livres — ao menos não completamente — para escrever sua própria história. O fazem, como já observou Marx (2007, 19), mediante circunstâncias historicamente determinadas⁹. Isto é, as escolhas sempre se dão sob o manto da necessidade. Raciocínio equivalente pode ser feito lançando-se mão do conceito de terceira imagem — sistema internacional e a guerra — de Waltz (1979). Também para o teórico estadunidense, a terceira imagem, determina, em última instância, o comportamento dos países (Waltz 1979, 92; Cepik and Schneider 2010, 95).

Contudo, no caso da Turquia a necessidade ou os condicionantes da terceira imagem assumiram ares mais prementes: uma contundência mais aguda. Desde sempre, o país viu-se premido por seus poderosos vizinhos: Europa, Rússia e Irã. Diferentemente do que se possa pensar, a Europa precocemente se unificou contra a Turquia — vide o caso da Santa Liga, entre 1684 e 1699 (Palmer 2013, 17). A Rússia, por sua vez, sempre foi um

⁹ No original: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx 2007, 19).

adversário formidável. E, os xiitas do Irã impediram que o Califado Otomano (1517-1924) tivesse a grandeza dos seus antecessores, o Omíada (661-750) e o Abássida (750-1258).

Mais tarde, entram em cena França, Inglaterra e Estados Unidos (EUA). A irrupção da França deu-se no curso das Guerras Napoleônicas que se seguiram à Revolução Francesa, e arrastaram atrás de si a Revolução Industrial — as quais se volta adiante. Seu momento símbolo é a vitória de Napoleão (e a derrota Otomana) na Batalha das Pirâmides, em 1798. Doravante, o Oriente Médio estaria para sempre inscrito nos marcos do Sistema Internacional e sofreria os abalos resultantes das alterações do equilíbrio de poder na Europa.

Mas, mesmo a presença europeia, não impediu que Turquia, Rússia e Irã (Pérsia) prosseguissem com sua confrontação. Foi o desgaste destes, no curso das Guerras Russo-Otomana (1828-1829) e Russo-Persa (1826-1828) que fortaleceu os europeus, e contribuiu para a abertura gradual do Grande Oriente Médio a estes. Mas, foi o confronto entre os persas e o Império Durrani (pachto) em Herat (1837-1838), a gota d'água que permitiu a Inglaterra penetrar na Ásia Central. Até então, a região permanecia ainda indevassada, a despeito da presença ocidental no Egito e, de longa data, na Índia. Apesar de sua derrota inicial, na Primeira Guerra Anglo-Afegã (1838-1842), os britânicos instalaram-se, a partir de então, solidamente na Ásia Central — o que é descrito como o “Grande Jogo”, como sendo travado apenas entre Rússia e a Inglaterra.

A presença dos EUA na região, inicialmente, se deu de forma branda e indireta. A região tomou conhecimento de sua existência em função da Frota Branca, de Theodore Roosevelt (1907-1909) que fez a circunavegação do globo percorrendo o Mar Mediterrâneo, o Canal de Suez e o Golfo de Áden. Mais tarde incidiram dramaticamente na história da região os “Catorze Pontos” de Wilson (1918), que propunham a defesa da independência política e integridade territorial de Estados “grandes” e “pequenos” (ponto catorze). Isto foi astutamente utilizado na Conferência de Paris (1919) por Clemenceau e Lloyd George, respectivamente os primeiros-ministros de França e Inglaterra, para consumir a partilha da Anatólia Turca. Prevista desde 1916, no Acordo Sykes-Picot (Macmillan 2004, 418), a partilha realizada Paris estava em flagrante oposição ao que Wilson havia expresso no seu ponto doze. À invasão da Turquia pelos aliados, seguiu-se a feroz Guerra de Independência (1919-1923). O resultado da conflagração interna foi colocar por terra o Tratado de Sèvres (1920), e afirmar o direito turco de soberania sobre a Anatólia, consagrado no Tratado de Lausanne (1923). Esses temas serão retomados adiante, com mais vagar.

A despeito de sua bravura e intrepidez, que permitiu os turcos derrotar as potências europeias, esta luta tenaz é expressão da necessidade, e não de

escolha. Como de resto, aos demais países da região, forjar o próprio destino não era uma opção viável.

Este panorama se alterou após a Primeira Guerra Mundial (I GM) que promoveu o declínio da Europa (Visentini 2014). Como Alexis de Tocqueville (2001, 476-477) já havia previsto, EUA e Rússia estavam destinados “a ter um dia em suas mãos o destino de metade do mundo”. De fato, o industrialismo Fordista e a Revolução Soviética apresentavam-se como alternativas civilizatórias à Europa, opondo-se não apenas ao colonialismo, mas ao reacionarismo, conservadorismo e anacronismos europeus. De fato, “o surgimento da URSS alterou, ainda que não imediatamente, a própria essência das relações internacionais” (Vizentini 1985, 86). Contudo, a emergência destes dois titãs trouxe a possibilidade da liberdade (soberania) em sentido epocal e virtual. Isto se materializa, de um lado, na Conferência de Baku de 1920 em que os soviéticos, ao se aproximarem dos muçulmanos, lançam as bases do que ulteriormente se tornaria o nacionalismo árabe. De seu turno, os EUA em 1932 e 1933, com a criação da Arábia Saudita e da “Arabian-American Oil Company” (ARAMCO) (Vizentini 1998, 56-57) corporificam um modelo de desenvolvimento dependente que conduziria outros países da região à condição de semiperiferia. Toda a segunda metade do século XX, desde a criação de Israel (1948) até a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), será marcada pelo confronto entre estes dois projetos.

A Turquia, por sua vez, soube tirar partido disso. Entretanto, valer-se da força dos outros para majorar sua posição não é o mesmo que ser livre — a liberdade histórica depende das capacidades. E, hoje, os turcos as possuem — ou estão em vias de adquiri-las. É justamente esta condição que os coloca no limiar de uma difícil decisão. Por um lado, adotar o comportamento de uma potência revolucionária, desafiando as regras do sistema — opção factível em função do vazio legado pelas guerras estadunidenses no Oriente Médio (1991-2021). Em contrapartida, há a possibilidade de associarem-se ao esforço de reconstrução do sistema multilateral — o que no entender dos autores, é o resultado líquido da ação dos BRICS¹⁰

2 Turquia, Coerção Extraeconômica e a Estabilidade Estratégica

10 BRICS: Termo originalmente criado por Jeffrey O'Neill, economista-chefe do banco Goldman Sachs, em 2001 para designar o grupo de países mais propensos ao crescimento econômico, em virtude da faixa etária de suas populações. Mais tarde, constituiu-se enquanto movimento real de Estados no G4 e depois assumiu sua identidade como fórum de relações Sul-Sul, formalizado como bloco econômico que tem no centro de sua agenda o multilateralismo e o desenvolvimento (Visentini 2015a, 149-151).

Quando do início da Guerra Fria, uma das principais preocupações da literatura de Relações Internacionais residia em classificar as potências de acordo com seu comportamento no SI. Ainda em 1948, Hans Morgenthau as classificou como: (a) de status quo; (b) revolucionária; (c) de políticas de prestígio (Morgenthau 2003, 89, 98, 148). Mais tarde, em 1958, quando estabeleceu sua teoria da Transição de Poder, Abramo Organski as subdividiu em satisfeitas e insatisfeitas, pertencendo umas poucas Grandes Potências a este último campo. A estas, o autor definiu como desafiantes (Kugler and Organski 2011, 174-175). Ambos os autores partilhavam da crença de que a Política Internacional era apenas uma extensão da doméstica. A diferença visível, era que Organski centrava sua análise na governança, ou seja, na distribuição de benefícios (Kugler and Organski 2011, 172-173). Por sua vez, Morgenthau focava na disputa pelo poder (Morgenthau 2003, 49).

Mais tarde, em 1962, Raymond Aron — para quem as RI nascem apenas após o fim da Segunda Guerra com uma lógica distinta da política doméstica — também classificou as Grandes Potências como partidárias do status quo ou revolucionárias (Aron 2022, 141-143). Mas, ao estabelecer essa última, propôs uma definição que une a situação interna à política internacional: as revoluções são os fenômenos que estabelecem potências revolucionárias. A literatura posterior acompanhou essas definições canônicas, com ligeiras modificações, ao sabor do gosto ou modelo adotado pelo autor. Havia uma razão para isso: na Guerra Fria estava óbvio que os desafiantes eram a URSS e a China, sendo supervenientes esforços adicionais de abstração.

Todavia, hoje, com a emergência do mundo multipolar, esse debate volta a ser relevante. A despeito das diferenças menores, entre as compreensões dos autores acerca da definição do comportamento das Grandes Potências, subjazem o entendimento comum que se trata daquelas que se encontram no topo da hierarquia de riqueza, poder e prestígio. E que, justamente por isso, estão interessadas na estabilidade e na ordem — na manutenção do status quo. Seria o óbvio ululante, caso a proposição fosse verdadeira. Mas não é. Ainda em 1979, os EUA — que mesmo na bipolaridade eram claramente a potência que exercia maior dominância —, violaram o status quo da *détente* (1972) para desencadear a Segunda Guerra Fria (1979-1991). O marco inicial desse movimento foi o anúncio da Doutrina Carter, que dispunha que os EUA protegeriam a Península Arábica com todos os meios a sua disposição — o que por óbvio incluía suas armas nucleares.

A partir disto, Mike Davis denominou esse comportamento de dissuasão extensiva (Davis 1985, 84-87). Tratava-se dos EUA emprestar seu guarda-chuva nuclear a outros. Contudo, a partir disto, Davis extraiu consequências que iam além do plano estratégico, desdobrando-se no âmbito da divisão internacional do trabalho. Por essa concepção, a Nova Guerra Fria, a

despeito de travada entre as Grandes Potências, era dirigida contra o Terceiro Mundo (Davis 1985, 68, 77).

A compreensão de Davis, foi consideravelmente ampliada por Paulo Visentini (1992), ao identificar a Nova Guerra Fria com a disseminação dos movimentos de contrarrevolução — Nicarágua, Angola, Moçambique, etc. Além disto, no âmbito econômico, essa nova fase era representada pelo estabelecimento do neoliberalismo (desregulamentação e privatizações) e a alavancagem (busca de liquidez) para viabilizar a Terceira Revolução Industrial — microeletrônica, computador e rede (Visentini 1992, 20-21). Davis e Visentini foram prescientes: após o 11 de Setembro de 2001, particularmente a partir da invasão do Iraque em 2003, a força passou de elemento reitor a fundamento exclusivo das relações interacionais — como pode se vislumbrar pela Doutrina Bush e a unipolaridade unilateral dos EUA.

Iniciada a Guerra ao Terror, disseminou-se a desordem, materializada em Primaveras, Revoluções Coloridas e na ocorrência contínua de guerras civis que redundavam em intervenções da OTAN. De 2003 a 2013 tiveram lugar a Guerra no Iraque, na Líbia, no Iêmen e na Síria — todas protagonizadas pelos EUA ou seus aliados europeus e regionais. A conduta estadunidense estarreceu os analistas, posto que pela primeira vez a potência dirigente do SI assumia uma conduta revolucionária, subvertendo as regras que ela própria havia escrito ao fim da Segunda Guerra Mundial (Arrighi 2008, 174, 264).

Por sua vez, David Harvey (2014) expressou o entendimento de que a “acumulação via espoliação” e a “coerção consentida” faziam parte da própria dinâmica de acumulação de capital, em uma situação onde a força supre a falta de investimentos causada pela sobreacumulação (Harvey 2014, 116). Este entendimento já havia sido expresso em trabalhos que procuraram unir as diferentes designações para descrever o papel do emprego da força na acumulação de capital, como “coerção extraeconômica” (Martins 2004, 31; Hahn 2006, 165-166).

Em 2021, em um curto intervalo de tempo, o mundo assistiu à realização das várias vezes prometida (e tantas outras, adiada), retirada estadunidense do Afeganistão e do Iraque. Embora desde 2018 os EUA, de forma oblíqua, tivessem reconhecido o predomínio do equilíbrio multipolar (EUA 2017; 2018), foi apenas três anos depois que conseguiram se desengajar do “sobreestiramento” (Cordesman 2007, 32-33) — a presença de contingentes em múltiplas frentes ao redor do globo. Essa retirada era condição *sine qua non* para que o país pudesse fazer frente a competição das Grandes Potências — ou os peer competidores, conforme consta nos documentos estratégicos estadunidenses.

Contudo, o fim da unipolaridade unilateral, que representou o pináculo do emprego da coerção extraeconômica, e o advento da multipolaridade,

não trouxeram consigo a Estabilidade Estratégica. Isto porque, como se argumentou anteriormente, a política e a guerra haviam adentrado o terreno da infraestrutura da sociedade. Ou seja, os meios pelos quais se dá a própria acumulação de capital e a reprodução da vida social. Esta conclusão possui implicações notáveis para a reconstrução do conceito de Estabilidade Estratégica, adaptando-a às condições do mundo multipolar. E, em particular, para se elucidar o dilema turco. A seguir, examinam-se as alternativas nos termos propostos: (a) a inserção no Eixo Sul-Sul; e (b) a conduta revolucionária.

3 Inserção no Eixo Sul-Sul

Desde logo, cumpre destacar que se entende por Eixo Sul-Sul, aquilo que outros autores designam Sul Global — a menção é necessária, posto que o termo acabou se difundindo na literatura de Política Externa e Relações Internacionais. Esta última classificação não é isenta de dificuldades; sugere uma contraposição ao ‘Norte’ e desvincula-se do desenvolvimento e do neutralismo (Visentini 2015b, 07). Já a designação Eixo Sul-Sul estabelece um significado substantivo, dado que associa a sua gênese à formação do Terceiro Mundo, cujo movimento tem como pináculo a proeminência ora gozada pelos BRICS.

A expressão “Terceiro Mundo” foi cunhada por Alfred Sauvy, em 1952, para designar os países, que, à semelhança do “Terceiro Estado” na França, reunia os desprovidos de privilégios (Visentini 2015b, 07). O precursor do Movimento não-Alinhado foi a Conferência de Bandung (1955). Nela, reuniram-se os governos da Ásia derrotados na Segunda Guerra Mundial (Japão e Tailândia), com os oriundos da primeira geração de libertação nacional (China e Índia). O encontro na cidade indonésia, também agregou líderes do pan-arabismo, como o egípcio Nasser, e do pan-africanismo, como o ganês Kwame Nkrumah. Tinha-se como meta uma agenda comum de desenvolvimento, que permitisse se estabelecer uma interlocução que fosse além do alinhamento automático da época da Guerra Fria. Seis anos depois, a aproximação iniciada em Bandung culminou na formalização do Movimento dos Não-Alinhados, por ocasião da Conferência de Belgrado de 1961 (Bissio 2015, 62-63).

Tratou-se de um empreendimento vitorioso. Afinal, China e Japão — embora este último não tenha ingressado nos Não-Alinhados — dominam o centro de decisão econômico; os processos produtivos centrais (Wallerstein 2005, 46). E, por este percurso, podem ser considerados parte integrante do núcleo orgânico do capitalismo (Arrighi 2013, 344). A Índia parece estar em vias de fazê-lo e, parte considerável dos demais, ingressaram na semiperiferia

— deram início à industrialização.

Mas, para além dos êxitos econômicos importam os ganhos institucionais. Os países do Terceiro Mundo criaram, ou moldaram, as instituições multilaterais à agenda do desenvolvimento. Desta perspectiva, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo¹¹ (1960), a Organização para Cooperação Islâmica¹² (1969), e até mesmo o Fórum Regional da ASEAN¹³ (1994), e mais recentemente, o Fórum de Diálogo IBAS (2003) e os BRICS (2009), podem ser considerados depositários dos ideais de Bandung — comprometidos com o multilateralismo e a agenda do desenvolvimento (Bissio 2015, 75-76).

Por certo, os BRICS — e demais fóruns do Eixo Sul-Sul — herdaram a heterogeneidade inerente a este tipo de movimento, que procura compor interesses variados e eventualmente contraditórios. Nem por isso, tais instâncias deixam de cumprir papel sistêmico na governança mundial. Isto se dá na medida em que tensionam a diplomacia dos países do G7¹⁴, na direção da refundação do sistema multilateral — comprometido pelo unilateralismo e a de facto saída dos EUA da OMC (2018). Dessa forma, a despeito de abrigarem competidores dos EUA, esses espaços não se constituem em frentes antiestadunidenses. Pelo contrário, é justamente a presença dos competidores dos EUA, o que valoriza o papel dos neutros na concertação de posições, na busca da retomada da agenda do desenvolvimento¹⁵ e na afirmação

11 Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP): Organização internacional, fundada em 1960, com o intuito de coordenar e promover as políticas dos principais países exportadores de petróleo. Atuando como um cartel, a organização é responsável por articular cotas de produção, aumento ou diminuição das reservas, bem como outras medidas que influenciam na determinação do preço do petróleo. É composta por 13 países-membros, que juntos representam 44% da produção mundial de petróleo, e cerca de 80% das reservas comprovadas desta fonte energética. Em 2016, foi criado a OPEP +, grupo informal que reúne os membros da OPEP além de outros onze países de destaque na produção de petróleo.

12 Organização para Cooperação Islâmica (OIC): Fundada em 1969, trata-se de organização intergovernamental composta por 57 países cuja maior parte da população é da religião islâmica.

13 Fórum Regional da ASEAN: Fórum criado em 1994 no âmbito da Associação de Estados do Sudeste Asiático (ASEAN), com o intuito de reunir demais países da região, em especial, a China, Japão, Coreia do Sul e os Estados Unidos. Atualmente é composto por 27 membros, que se reúnem anualmente para tratar de questões securitárias e relacionadas à estabilidade da região da Ásia-Pacífico.

14 Grupo intergovernamental composto por Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. Surgido informalmente na década de 1970, os membros do grupo aproximam-se por meio de valores compartilhados, como a democracia liberal representativa, e por serem as principais economias desenvolvidas no âmbito do FMI.

15 Doutrina Wolfowitz: O abandono da agenda do desenvolvimento pelos EUA se deu em função da Doutrina Wolfowitz, divulgada em 1992. Trata-se de uma doutrina informal, posta que seu conteúdo foi fruto de um vazamento do documento *Defense Planning Guidance 1994-1999*,

do multilateralismo. Nesse sentido, Duggan e Azalia (2020, 13), Duggan et al (2022, 507-508) e Ungaretti (2023, 02) parecem ter razão em suas visões dos BRICS como órgão cuja agenda identifica-se com a refundação de Bretton Woods, em um contexto de multipolaridade.

O comprometimento dos países-membros dos BRICS com uma nova agenda multilateral, baseada no papel do desenvolvimento econômico, pode ser constatado, por exemplo, em diferentes iniciativas regionais de integração por infraestrutura. É o caso de projetos lançados ainda nas décadas de 2000 e 2010, como o Corredor Norte-Sul¹⁶ — Rússia, Irã e Índia (2002); a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) — Brasil (2000) — e a Iniciativa *Belt and Road* — China (2013). Por sua vez, a resposta dos EUA e da Europa no que tange aos projetos de infraestrutura, veio tardiamente, somente após a pandemia de COVID-19, com o Build Back Better (EUA 2021) e o *Next Generation EU* (Buti and Messori 2020), lançados em 2020 pelo então candidato Joe Biden e pela Comissão Europeia, respectivamente.

No que diz respeito à Turquia, ela também se insere virtuosamente nessa competição em torno dos projetos de infraestrutura. O projeto do Corredor do Meio¹⁷, originalmente proposto como uma maneira de integrar a Turquia aos países de língua túrquica (Azerbaijão e Turcomenistão), atualmente tem um duplo potencial. Por um lado, tem ganhado destaque dos europeus, por desbordar a Rússia (IISS 2023; World Bank 2023). Por outro, pode aproximar as iniciativas da Rússia (Corredor Norte-Sul) e da China (BRI), por meio de suas intersecções ao longo do Mar Cáspio (Duffy 2023).

Mais recentemente (22/04/2024), a Turquia em parceria com o Iraque – e apoio do Catar e Emirados Árabes Unidos (EAU) – lançou seu próprio projeto de interconectividade global. Trata-se do Corredor de Desenvolvimento do Iraque¹⁸, iniciativa que concorre com o Canal de Suez, o Corredor Norte-

que estava sendo elaborado por Paul Wolfowitz, então subsecretário de Defesa para Política, e futuro presidente do Banco Mundial (2005-2007). Neste documento, Wolfowitz subverte a lógica securitária vigente desde Bretton Woods, em que a paz se construía em torno do desenvolvimento econômico. A partir de então, os EUA conduziriam sua liderança com base na defesa de valores morais, como a promoção dos direitos humanos e da democracia liberal.

16 Corredor Norte-Sul: Formalmente chamado de International North—South Transport Corridor (INSTC), consiste em um projeto de infraestrutura multimodal, composto por rodovias, ferrovias, e portos, que percorre cerca de 7.200 km, interligando Rússia, Irã, Azerbaijão, Ásia Central e a Índia, com os países da Europa Central. O projeto surgiu em 2002 e foi ampliado a partir de 2011 com a assinatura do Acordo de Ashgabat, que reuniu os países centro-asiáticos.

17 Corredor do Meio — Denominação dada ao novo trajeto da Rota da Seda que passa pela Turquia. O nome é tomado de empréstimo de projeto turco de infraestrutura regional mais antigo (BAHÇECİK, 2017, p. 55-56).

18 Corredor de Desenvolvimento do Iraque – Proposto em maio de 2023, pelo governo iraquiano.

Sul e a Belt and Road Initiative, na interconexão entre a Europa e a Ásia. Em função da Guerra na Ucrânia, os demais projetos de interconexão ficam comprometidos – à exceção do Canal de Suez. Desse modo, as duas opções remanescentes de ligação entre a Europa e a Ásia são o Corredor do Meio e o Corredor de Desenvolvimento do Iraque. Importa salientar que ambos dependem diretamente da Turquia.

De fato, o arranjo institucional para tanto já foi desenhado no Asia Cooperation Dialogue (2002), um fórum criado com o propósito de promover a cooperação entre diferentes organizações regionais e projetos de integração em todo o continente asiático. Desta vez, a geografia indubitavelmente beneficiou a Turquia, uma vez que ela pode vir a se transformar no hub que conecta esses diferentes projetos de infraestrutura e interconectividade. Isso acarreta à diplomacia turca um peso próprio, que a projeta para além das capacidades do país, uma vez que permite benefícios na disputa entre Europa e Rússia, além de diminuir sua dependência exclusiva dos chineses (Bahçecik 2017, 54).

Afinal, estão dadas as bases mais gerais para liberdade de ação na região. Recentemente (07/12/2023), Erdogan concluiu um acordo com os gregos — que desde sempre foram o termômetro da relação com a frente europeia. Os turcos tornaram-se também imprescindíveis para os russos, no que tange à exportação de hidrocarbonetos para a Europa, função que não deve arrefecer mesmo com o fim da Guerra da Ucrânia — o que, tampouco, se vislumbra como próximo.

Por fim, também se tornaram essenciais aos iranianos — seus rivais históricos mais duros e resistentes à sua expansão na Ásia —, em função da governança das guerras na Síria, Líbia, Iraque e Iêmen e Gaza. Dado a indisposição estadunidense em manter um envolvimento maior no Oriente Médio, e o interesse chinês no Corredor do Meio, é possível que os turcos — eventualmente de modo apressado — julguem que podem representar o interesse dessas Grandes Potências na região, mesmo que contrariando sua política externa declaratória e seus interesses imediatos. Preferir a ação à concertação, seria um erro de monta. De todo modo, como se procurou demonstrar aqui, desta vez a Turquia tem escolha.

Como se verá, em função da Guerra Civil do Iraque, das Primaveras

no, o projeto do Corredor de Desenvolvimento do Iraque, consiste em uma modernizada rede de portos, rodovias e ferrovias, com custo estimado em 17 bilhões de dólares (AZHARI, 2023, online). O corredor conectará o porto de Al Faw, no sul do Iraque, até o porto turco de Mersin, na costa noroeste do Mediterrâneo, atravessando o Iraque e indo ao longo da fronteira sul da Turquia. A assinatura do acordo entre Iraque, Turquia, Catar e EAU, em abril de 2024, viabilizará os investimentos para o projeto, que deve ser concluído até 2029 (ALACA; KARALP, 2023, online).

Árabes e do surgimento do Estado Islâmico, a Turquia precisou desenvolver uma série de mecanismos de defesa, que hoje cumprem papel relevante em suas relações internacionais. Entretanto, estas circunstâncias, se associadas a certos condicionantes sistêmicos podem impelir o país de Erdogan em direção à alternativa revolucionária. Do que se pode antever, estes condicionantes são: (i) o vazio deixado pela “guerra ao terror”; (ii) a pressão da interconectividade da Rota da Seda; (iii) o legado da coerção extraeconômica e a (iv) tradição territorialista turca.

Para se compreender o processo que tornou esse caminho possível, procurar-se-á identificar alguns padrões que orientaram as relações internacionais da Turquia republicana — embora a Turquia hodierna assemelhe-se mais ao Império Otomano do que o país fundado por Atatürk (1923).

4 A conduta revolucionária

Foi a revolução que bateu à porta da Turquia. O povo e o Estado em qualquer tempo jamais revelaram qualquer tipo de inclinação ou pendor nesta direção. Contudo, depois de, repetidas vezes ser agredida por ela, a Turquia entronizou mecanismos de defesa cuja paleta ela passou integrar. Também nesse caso ela parece ter tido pouca ou nenhuma escolha.

O Império Otomano teve seus fundamentos profundamente abalados pela dupla revolução: a Francesa e a Industrial (Mondaini 2015, 190). Como se viu, anacronicamente, tentou obter a centralização política (Cleveland and Bunton 2009, 59) e promover manufaturas numa época em que até mesmo o Egito já era mais avançado em têxteis e construção naval (Parker 2021, 242). Foi em função das Guerras Egípcio-Otomanas (1828-1829), e da pressão da Rússia (1853-1856) que a Turquia acabou estreitando seus laços com a Inglaterra. Em 1878, cedeu o controle do Chipre aos britânicos. Em 1911, a Itália invadiu a Líbia, que era parte do Império Otomano. Mesmo a assinatura do primeiro Tratado de Lausanne (1912) não impediu o contágio dos Bálcãs. No mesmo ano, irrompeu a Primeira Guerra Balcânica. Como resultado, em poucos meses, o domínio otomano na Europa, que se estendia até o Mar Adriático, erodiu. A Liga Balcânica, composta por Grécia, Bulgária, Sérvia e Montenegro, dividiu o espólio, restando à Turquia apenas a Trácia oriental.

No ano seguinte, em 1913, deu-se a Segunda Guerra Balcânica, desta feita travada entre os países recém-independentes e a Turquia, contra a Bulgária. Seu resultado foi a derrota dos búlgaros, apoiados pela Alemanha. A atitude, no mínimo ambígua, dos britânicos produziu um considerável

desgaste do país em meio ao povo e as elites turcas. Afinal, em 1911 apoiaram ostensivamente os italianos; em 1912, secretamente conferiram poderoso impulso à causa de independência dos Bálcãs, apoiando Grécia e Bulgária. Só em 1913, para contra-arrestar os russos e dificultar o projeto alemão de conexão ferroviária entre Berlim e Bagdá, é que a Inglaterra apoiou a Turquia.

Assim, às vésperas da Primeira Guerra, o país encontrava-se dividido entre Jovens Turcos modernizantes pró-Alemanha, e as demais forças divididas entre a volta ao passado e o sentimento pró-Britânico (Visentini 2014, 20). Foi a epopeia do cruzador Goeben¹⁹, e o gesto dramático de hastear o pavilhão turco ao entrar no Mar Negro, que acabaram por sequestrar as mentes e corações, levando a Turquia a aliar-se ao lado das Potências Centrais. Assim, na Primeira Guerra Mundial, o país enfrentou ao mesmo tempo, seu maior aliado, a Grã-Bretanha, e seu maior inimigo, o Império Czarista (Visentini 2014, 59).

Ainda em 1914, a Inglaterra formalizou seu domínio sobre o Chipre. Em 1915, os britânicos empreenderam dois movimentos decisivos, fracassando ignominiosamente em ambos. O primeiro foi a tentativa de capturar os Estreitos Turcos por meio do desembarque em Galípoli, visando o abastecimento da principal aliada naquela altura, a Rússia Imperial. E o segundo, consistiu no ataque ao Iraque, com o intuito de impedir que a Alemanha se beneficiasse dos vastos recursos do Império Otomano, e de acessos às Índias (Visentini 2014, 60). Derrotados nos dois teatros (Mediterrâneo e Oriente Médio), os britânicos lançaram, em 1916, a Revolta Árabe. A criação desta “nação árabe”, arquitetada por T.E. Lawrence e Gertrude Bell, incendiou a região como a revolução francesa havia feito nos Bálcãs (1811) e na Europa (1848). Por este percurso, os britânicos anteciparam-se aos bolcheviques e a Mao Zedong no domínio da arte da Guerra Revolucionária. No Oriente Médio a ação dos insurgentes erodiu as vias de comunicação e transporte na região (Visentini 2014, 60-61; Volkman 2013, 197-199). A extensão do êxito da revolta de Lawrence e Bell prefigurou, com um século de antecedência, o que

19 Epopeia do Cruzador Goeben: Pouco antes da Guerra eclodir, a Turquia havia adquirido da Inglaterra dois couraçados da classe Dreadnought. Tendo em vista a preocupação Britânica com a proximidade da conflagração, a despeito de pagos, os navios nunca foram entregues. Quando eclodiram as hostilidades, o Cruzador alemão Goeben e seu par o Moltke, que se encontravam no Mediterrâneo, foram alvos de intensos ataques. De tal sorte que já gravemente avariada e sem seus escoltas, viram-se obrigados a internar-se no Mar Negro. Aquela altura, a Turquia permanecia neutra e, como previa a legislação, os navios teriam que ser internados até o fim do conflito armado. Então, o gesto inesperado de hastear o pavilhão turco e dizer que doravante, o cruzador passaria a fazer parte da frota Otomana teve um impacto político devastador (VISENTINI, 2014, p. 59). Os jovens turcos, em virtude das oscilações britânicas nas duas guerras balcânicas (1912-1913; 1913) (VISENTINI, 2014, 40), já defendiam alinhamento a Alemanha. O sultão acabou cedendo ao clamor público e a Turquia declarou guerra à Entente.

posteriormente viria a ser o Estado Islâmico.

Assim, a despeito dos malogros otomanos na guerra contra os russos — apenas em 1915, o Terceiro Exército turco havia sofrido cerca de 77 mil perdas (Keegan 2004, 251) — a situação dos britânicos não melhorou. Foi só em 1917, beneficiados pelos efeitos da revolta árabe, que retomaram a ofensiva no Iraque, capturando Bagdá, em março. Mas, para os otomanos, a perda de Bagdá e Jerusalém (dezembro de 1917) foi apenas o começo. O nacionalismo, inicialmente mobilizado para os árabes, foi posteriormente estendido aos georgianos, armênios, curdos e outros povos na própria Anatólia.

Dessa forma, a Revolta Árabe, iniciada em 1916, para os turcos só se encerrou em 1923. Foi quando, enfim, expulsaram as tropas estrangeiras e derrotaram os separatistas, assegurando o controle da Anatólia. Em medida considerável, isso ocorreu porque a Turquia se aliou à Grande Potência revolucionária declarada da época: a União Soviética (Visentini 2022, 15). Em resumo, apesar de séculos de conflagrações, foi a guerra revolucionária que esteve muito perto de pôr fim não apenas ao Império Otomano, mas também à própria Turquia.

Em 1945, em função das intenções soviéticas de internacionalizar os estreitos, a Turquia viu-se obrigada a aproximar-se dos EUA (Friedrich 2011, 30; Cleveland and Bunton 2008, 276; Seydi 2006, 126-127). Com a criação da OTAN em 1949, a Turquia reivindicou o ingresso na organização. A aprovação só veio após o envio de um contingente turco para a Guerra da Coreia (1951) (Aydin 2000, 107, 112), o que se deu em 1952, e coincidiu também com seu ingresso na Operação Gládio²⁰ — organização de operações encobertas conjunta dos países da OTAN (Ganser 2005, 01). Desde 1948, a Turquia já havia prestado assistência à CIA na montagem de um exército secreto para intervenção na Guerra Civil Grega (Ganser 2005, 226).

O ingresso da Turquia na OTAN (e em seu exército secreto) coincidiu com o início da endogeneização da Segunda Revolução Industrial no país. A urbanização e a massificação trouxeram seus custos: o êxodo rural e a

20 Operação Gládio — Organização de Inteligência criada conjuntamente por CIA e MI6, como parte de um exército secreto e clandestino da OTAN. Sua existência veio a público em 1990 quando o Primeiro-Ministro Italiano, Giulio Andreotti, revelou a existência de um exército secreto anticomunista que operava dentro dos países da OTAN durante a Guerra Fria (GANSER, 2005, p. 01). A designação deste arranjo clandestino ad hoc variava de país para país, na Itália era Gládio, mas seu leque de operações abrangia parte considerável do Mediterrâneo. De todo o modo, a estrutura clandestina mantinha uma relação de comando, controle e supervisão unificadas, efetuadas pela inteligência da OTAN, CIA e MI6. Sempre ciosa de sua soberania e ciente da especificidade de seus interesses, a Turquia desenvolveu seu próprio exército secreto. Tratou-se do Kontrguerilla, ligado ao Grupo de Mobilização Tática das Forças Armadas — que manteve relações bilaterais com a CIA e conjuntas com a OTAN — e, a partir de 1965, passou a atuar sob a égide do Departamento de Guerra Especial (GANSER, 2005, p. 226).

pauperização. Ambas foram acompanhadas pela emergência de camadas médias e de trabalhadores assalariados urbanos. Tudo isso impactou a vida política nacional. Emergiu um forte Partido Comunista na Turquia. Como reação, surgiram os “Lobos Cinzentos”, que buscavam sinalizar a união entre as cidades (lobos brancos) e o campo (lobos negros). No plano interno, eles passaram a lutar contra o avanço do comunismo, a partir de um discurso nacionalista de extrema-direita, que servia de fundamento para realizar uma repressão política clandestina (Ganser 2005, 228; Shimatsu 2009). No plano externo expressou-se através do pan-turquismo, que acabou se constituindo como o prenúncio remoto do neo-otomanismo.

A participação da Turquia na Operação Gládio só foi possível pelo estabelecimento do Departamento de Guerra Especial, financiado e organizado pela CIA (Ganser 2005, 226, 230). A partir daí, os turcos inseriram-se nos esforços conjuntos para manter os partidos comunistas fora do poder no continente europeu. De modo prático, a Gládio turca funcionava pela contratação de seus quadros dentro da organização dos Lobos Cinzentos para a realização das operações secretas (Söyler 2015, 136; Ganser 2005, 229).

Embora jamais tenha sido montada uma Gládio no Oriente Médio, a partir da década de 1960, a Turquia passou a realizar, na região, operações encobertas conjuntas com o Mossad (Ganser 2005, 232; Lefèvre 2005, 118). Também nesse caso tratava-se de uma reação à aliança entre a URSS e os nacionalistas árabes do Egito, Síria, Iraque e, por fim, Líbia.

Ainda assim, nos anos 1970 os turcos registraram uma reaproximação com os árabes. Em virtude da Crise do Chipre, (1963-1974) retraíram-se com a OTAN, e até mesmo com os EUA. Chegaram ao ponto de impedir o uso de instalações no país para socorrer Israel em 1973, mas facilitaram a ponte aérea soviética à Síria e ao Iraque (Bishku 2012, 42).

Em função disto os turcos ficaram à margem dos dois grandes eventos que tiveram lugar em seu entorno estratégico, a Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e a Guerra Civil Síria (1976-1982). Sobre a segunda, cumpre salientar que foi intensa, apesar de ainda hoje ser pouco conhecida. Estima-se que apenas no massacre de Hamah (1982) houve entre 25 e 40 mil mortos (Lefèvre 2013, p. xi). Foi a primeira vez que os Assad enfrentaram a Irmandade Muçulmana — apoiada por Iraque, Jordânia, Israel e Líbano, países que converteram seus territórios em santuários de apoio aos insurgentes (Conduit 2019, 134; Seale 1990, 334-335). A ausência de um protagonismo efetivo da parte da Turquia, pode, eventualmente, ter sido decisivo para o fracasso da rebelião. Já o filho de Hafez al-Assad, Bashar, não teve a mesma sorte — desde a Primavera de 2011, a Síria permanece dividida.

Importa que se trate da Crise de Chipre (1963-1974), dado seu papel ulterior na conformação da alternativa revolucionária — afinal, a porção norte

da ilha reivindica integração à Turquia até hoje. Em 1960, foi concedida a independência ao Chipre. Ela consagrou a manutenção das bases britânicas, mas pouco ou nada dispôs sobre as reivindicações de cipriotas gregos e turcos (Keefe and Solsten 1993, 33; Dodd 2010, 41). Como resultado, em 1963, teve início a Crise Cipriota. A situação complicou-se quando em 1971, quando a própria guarda nacional cipriota deu um golpe de Estado, instalando um governo pró-Enosis (Mallinson 2005, 80). Em 1974, fracassaram todas as mediações dos EUA e da OTAN, de modo que a Turquia se viu compelida a intervir militarmente. De início, os turcos reivindicaram um Estado federado, no qual caberia aos cipriotas turcos 34% da ilha. A proposta foi recusada, e os turcos retomaram a ofensiva (Dodd 2010, 114-119). Quando se deu um cessar-fogo, controlavam 36% da Ilha. A divisão entre as comunidades foi consumada com a criação da “Linha Verde” (Tartter 1993, 219-221). Depois de várias tentativas de federalização, os cipriotas turcos declararam sua independência sem, contudo, lograr o reconhecimento de outros Estados além da Turquia. Já a posição cipriota grega detém o assento do país nas Nações Unidas.

Neste caso, a atuação da Turquia custou-lhes o apoio da Europa que, ressentida, jamais permitiria seu ingresso na futura UE. Na época, a crise só não se ampliou com uma confrontação direta entre a Turquia e a OTAN, graças aos esforços de Henry Kissinger. Então secretário de Estado dos EUA, Kissinger tinha perfeita ciência da importância da Turquia para o flanco sul da aliança e o Oriente Médio (Mallinson 2005, 81). Para apaziguar os europeus, os EUA impuseram um embargo de armas aos turcos – o que posteriormente impulsionaria o desenvolvimento autóctone da indústria bélica turca. Mas, em compensação, foi esta mediação que fez com que a ação turca não parecesse um desafio ostensivo à ordem internacional. E, portanto, não fosse reconhecida em termos sistêmicos como um comportamento revolucionário.

Mas, em retrospecto, parece que é disso que se tratou. Foi uma tentativa de ampliar o espírito de Lausanne (1923), e sepultar os resquícios da humilhação de Sèvres (1920). O Chipre e as Ilhas Gregas situadas na costa ocidental da Turquia, permanecem como um ponto de tensão perene entre os dois Estados. Esta, por sua vez, na eventual ausência da presença estadunidense na Europa, tende a assumir proporções inusitadas: mais do que belas paisagens, trata-se de obter os direitos de exploração de jazidas de gás e petróleo na plataforma continental da ilha

Ainda na década de 1970, teve lugar a invasão soviética ao Afeganistão (1979). Ela se encarregaria de desvelar aos olhos dos turcos todo o potencial da guerra revolucionária — neste caso contrarrevolucionária. Mais uma vez, ela revelou sua capacidade para erodir uma Grande Potência. Aos turcos não passou despercebido que os paquistaneses, que pretendiam adquirir, por intermédio do Afeganistão, profundidade estratégica em seu confronto com

a Índia. Para tanto, se valeram de grupos proxies (sobretudo pachtos) para colocar em xeque a presença soviética no país (Tanner 2009, 244).

Neste mesmo período, a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) suscitou o aprofundamento dos laços da Turquia com o Oriente Médio, e emprestou uma sobrevida ao modelo substitutivo de importações. A neutralidade turca diante da conflagração permitiu o aumento geral das exportações turcas para a região, bem como o crescimento das trocas entre Turquia e os dois beligerantes (Künü and Hopoglu 2016, 112). Portanto, favoreceu a manutenção da indústria nacional. Ao passo que, no caso do Brasil, e outros países de equiparação (Argentina e México), a Guerra do Golfo (1980-1988) trouxe inflação, juros altos e recessão que penalizaram a indústria e deram início a reprimarização da economia.

Em 1991, em função da relevância que o Iraque havia assumido para o comércio exterior da Turquia, não foi sem alguma relutância que os turcos aderiram à coalizão contra Saddam Hussein. Ainda assim, restringiram a sua participação ao apoio logístico, permitindo o uso da base de Incirlik (Gulbay 2022, 1050-1052). De todo modo, a invasão iraquiana do Kuwait serviu como exemplo de que a Turquia — quer por suas capacidades ou por sua posição geográfica — continuava sendo importante para os EUA e a OTAN — o que só aumentaria com a ‘Guerra ao Terror’ (2001-2021).

Mas, desde logo surgiram problemas. Ainda em 1991, os EUA estabeleceram zonas de exclusão aérea no norte e no sul do Iraque. Ao mesmo tempo, estimularam rebeliões Curdas no Norte — na região contígua à Turquia — e no Sul, dos xiitas, junto à fronteira com o Irã. A ideia era a de que as rebeliões, associadas às sanções conduzissem a derrocada do regime.

De fato, fenômeno semelhante também ocorreria no Afeganistão. Em 1993, após a extinção da URSS (1991), os paquistaneses decidiram controlar diretamente o Afeganistão, invadindo-o sob a fachada de um novo grupo denominado “Estudantes de Teologia” — Talibã. Naquela altura, os Talibãs eram pouco mais do que uma extensão do serviço paquistanês de inteligência, o *Inter-Services Intelligence* (ISI), não raro, comandados por tropas paquistanesas descaracterizadas (Visentini 2022, 66).

Tais ocorrências parecem ter soado como alerta. A Turquia tinha receio de que o plano estadunidense no Iraque desse certo, e de que um Curdistão autônomo no norte estimulasse o separatismo curdo na própria Turquia por meio de elementos como o Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK). Afinal, já haviam vivenciado a Revolta Árabe (1916).

Nos dois casos (Iraque e Afeganistão), a guerra proxy serviu como prelúdio à invasão. Por isso que novamente — a primeira foi em Chipre em 1974 —, a Turquia agiu contra o interesse de outros estados-membros da OTAN: entre 1992 e 1997, o país empreendeu pelo menos quatro incursões

contra os curdos no Norte do Iraque (Marcou 2022). Aliás, este tipo de lide não era completamente estranho aos turcos. Com a dissolução da URSS a organização turca “Lobos Cinzentos” construiu um centro de treinamentos na Ásia Central e forneceu apoio material ao Movimento de Independência do Turquestão Oriental, no Xinjiang (Shimatsu 2009). Inclusive no espaço ex-soviético e mesmo dentro da Rússia, conforme alegação russa, os Lobos Cinzentos chegaram a fornecer armas e auxílio tecnológico para os chechenos durante a Guerra da Chechênia (1994-1996) (Cornell 1999, 92).

Contudo, a despeito de todas as experiências pregressas, dificilmente a Guerra Revolucionária teria sido incluída na paleta de instrumentos de projeção de força e poder da Turquia não fosse a Segunda Guerra do Iraque. Em 2003, ocorreu a invasão dos EUA no Iraque, sob alegação de que este possuía armas de destruição em massa (ADM/WMD) e que havia sido cúmplice da Al-Qaeda nos atentados perpetrados em 2001 — o que acabou se revelando incorreto (Powell 2005). Inicialmente, a Turquia concordou que a invasão ocorresse também através de seu território — para dar-se igualmente pelo norte do Iraque —, mas as decisões do executivo foram barradas pelo parlamento. De fato, o legislativo revelou-se presciente.

5 O Oriente Médio no Dilema Turco

Uma vez ocupado, o Iraque foi dividido em quatro zonas, cuja autonomia beirava, de fato, a independência. Os turcos ficaram chocados ao perceber que, em virtude disto, o Curdistão iraquiano se tornaria um santuário das forças separatistas, contra as quais lutavam de forma intermitente desde a Guerra de Independência. Mas, ainda pior, foi constatar que os EUA tiraram proveito da violência sectária (2006-2008). E, supostamente, teriam sido coniventes com a criação do Estado Islâmico (Hersh 2016). Deste modo, configurou-se o emprego do modelo utilizado pelo Paquistão para controlar o Afeganistão, também para resolver o problema do Iraque: mantendo-se o país dividido, impotente – mas sob controle (Nasser 2015, 24). O propósito inicial era o de preparar uma eventual invasão do Irã.

Em paralelo à invasão do Iraque, deu-se o processo de Transformação Militar dos EUA (Wolfowitz 1992; Rumsfeld 2002). Para os estadunidenses tratava-se de ajustar as Forças à realidade da guerra em rede. E, igualmente, do mundo no imediato pós-Guerra Fria, em que se acreditava que os principais adversários dos EUA seria grupos não estatais (Lind 2005, 14). Assim, a Transformação Militar, em sua versão original restritiva²¹, teve como

21 Transformação Militar Restritiva e Holística — A Transformação Militar Restritiva (WOLFOWITZ, 1992; RUMSFELD, 2002; LIND, 2005) compreende a Transformação como um

consequência o ajuste do Preparo e Perfil das Forças para a Guerra Irregular²². Mas, sua ênfase excessiva na mobilidade estratégica levou ao desprezo do princípio da massa de guerra; a presença e o controle do território.

A falta de pessoal revelou-se um problema grave desde a desordem que se seguiu à queda de Saddam Hussein (Cordesman and Davies 2008, 25-26, 39-40). Em 2004, apesar de os EUA terem 135 mil tropas estacionadas no país (CBS 2004), as quais somavam-se 20 mil contratados privados (Singer 2004, 2), a falta de efetivo evidenciou-se mais uma vez na Batalha de Fallujah (2004) — colocando em destaque o problema do controle de fronteiras. De início, o Comando considerou suficientes dois mil soldados. James Mattis — mais tarde Secretário de Defesa (2017-2019) — a venceu valendo-se de quase treze mil combatentes (Ricks 2007, 399).

Em artigo escrito ainda em 2002, Eliot Cohen já havia chamado atenção para as limitações do modelo transformacional de Rumsfeld. Segundo o autor, ele suscitava dificuldades no que tange à “mobilização e educação profissional” e a “produção de munições e plataformas cruciais” para o combate (Cohen 2002, 32). As palavras de Cohen evidenciam que o que se deu no Iraque era predizível. E, é assustador que ainda hoje — Guerra da Ucrânia — sejam absolutamente atuais.

Em 2005, teve lugar a Batalha de Tal Afar, cidade povoada por turcomenos e próxima ao Curdistão Iraquiano. Ela foi vencida pelo então Coronel MacMaster — posteriormente, assessor de Segurança Nacional

processo puramente militar, sem implicações no âmbito do Estado e da sociedade — daí a classificá-la como ‘restitiva’, pois restringe-se à esfera militar. Já a Transformação Militar Holística considera que existem Pilares, Expressões e Dimensões da transformação, que devem ser levados em conta. Os pilares, descritos originalmente por Covarrubias, podem ser identificados com as Forças (“Capacidades”); Estado (“Estrutura Jurídica”); e Sociedade (“Natureza”). As expressões podem ser inferidas; são a (i) adaptação, a (ii) modernização e a (iii) transformação propriamente dita. Já Rodrigues adentra pelo tema das ‘expressões’ procurando desvendar as implicações mais amplas da transformação relacionadas à integração civil-militar. Como esta última abordagem supõe mudanças que atingem esferas mas amplas que a militar, é denominada ‘holística’ (COVARRUBIAS, 2007; RODRIGUES, 2022). Como se verá a seguir, a Turquia seguiu o modelo holístico de transformação (YESILTAS, 2016, Online).

22 Preparo e Perfil das Forças dos EUA: Posteriormente esta percepção seria modificada — mas, tarde demais, para influir nos rumos da intervenção no Iraque. O turning point foi a publicação da Estratégia Nacional de Segurança (NSS) em 2017 que diagnosticava a volta da competição entre as Grandes potências (EUA, 2017, p. 27). A alteração doutrinária só se deu com a publicação do manual FM 3-0 (Operations), que estabeleceu a Batalha Multidomínio (US Army 2022) — que indica um tipo de preparo no qual o emprego de força supõe desde formas de guerra irregular e não convencional, incluindo a nuclear, combinadas a operações convencionais — de todo modo, recupera implicitamente o princípio da massa. Mas, ainda em 2018 o então Secretário de Defesa, James Mattis, já havia retirado de depósito os elementos mecanizados (Bradley e Abrams).

(2017-2018) — empregando as estratégias da presença e do controle (Packer 2006). O sucesso foi tal, que a experiência foi reconhecida como um exemplo para a reformulação da estratégia americana no Iraque. Tentou-se incorporar a experiência da guerra real à Doutrina, na revisão do Manual de Operações do Exército (FM 3-0 Operations). Realizada em 2008, esta revisão instituiu o conceito de Operações de Amplo Espectro (Full Spectrum Operations), precursor da Batalha Multidomínio (Baker 2009, 68). Mas, nem por isso, Donald Rumsfeld viu-se demovido de seu ímpeto transformador. Entre janeiro e outubro de 2005 — enquanto ainda rugia a Batalha de Tal Afar (setembro) — deu-se mais uma redução drástica de pessoal: de 640.000 (Harvey and Schoomaker 2005, 4) para 492.728; cerca de 148 mil pessoas (EUA 2006, 01).

Ironicamente, no Iraque, à luz das experiências de Fallujah e Tal Afar, voltou-se a cogitar que o contingente adequado para a ocupação do país seria em torno de 450 mil homens (Gordon and Trainor 2010, 629). A situação voltou a tornar-se crítica em função da multiplicação de atentados em Bagdá e da Batalha de Anbar — ambas em 2007. Foi então que o então presidente George W. Bush resolveu fortalecer o contingente — sobretudo em Bagdá —, enviando cinco brigadas adicionais (20.000 soldados). Tratou-se do ‘*Surge*’, termo empregado pela imprensa para evitar a palavra ‘escalada’ e a evocação da memória do Vietnã. Mesmo com o reforço, o contingente revelou-se insuficiente para aplicar-se o modelo bem-sucedido em Tal Afar. O Perfil de Força de Rumsfeld inviabilizou a aplicação da nova doutrina do US Army, mesmo tendo sido concebida para fazer frente a guerra irregular.

Em paralelo, desenrolou-se a crise imobiliária do Subprime (2007), que contagiou bancos e atingiu a Europa no ano seguinte — mais uma vez, retornava o espectro do Vietnã: a ofensiva do Tet (1968) precedeu a desvinculação ouro-dólar, derrocando Bretton Woods (1944-1971). Em 2008, Israel pediu aos EUA autorização para atacar o Irã — que foi negada e vazada à imprensa (Sanger 2009). Tendo-se em vista a situação na economia estadunidense e no Iraque, poder-se-ia inferir o motivo.

Todavia, no ano seguinte, o motivo da negativa dos EUA a Israel, foi ostensivamente divulgado através da prestigiosa Brookings Institution²³. Foi publicado um estudo que previa que para ocupar o Irã seriam necessários 1,5 milhão de soldados — para o que seria necessário recorrer à conscrição (Pollack et al, 2009, 69). Entre o retorno ao Estado Social — contrapartida necessária ao serviço militar obrigatório (Giddens 2001, 249; Tilly 1996, 144-145) — e a acomodação com o Irã e seu programa nuclear, os EUA preferiam a

23 Brookings Institution: Think-Tank bipartidário, criado ainda em 1916, que foi reconhecido pela The Economist como sendo o mais prestigioso dos EUA (The Economist, 2017, Online).

segunda alternativa. Então recorreram à mediação do Brasil e da Turquia para obter um entendimento com os persas no último tópico (Amorim 2018, 28, 38; Barrionuevo 2009).

Para perplexidade dos brasileiros, depois de concluído o acordo, os EUA dispensaram os bons ofícios do Brasil e da Turquia (Amorim 2018, 63-64). Anteriormente, ainda em 2008 os EUA haviam sido salvos em Bagdá pela irrupção de um confronto sectário — promovido pelo Estado Islâmico — que levou à irrupção de uma guerra civil no país. Diante da selvageria da nova conflagração, a presença estadunidense tornou-se um mal menor. Nos anos vindouros algo semelhante se daria, desta feita no âmbito de todo OM — a ascensão do Estado Islâmico.

Em 2011, irrompeu a Primavera Árabe na Tunísia. Em breve, ela se alastraria pela Argélia, Egito, Líbia e Síria. Elas foram fruto de uma juventude que tinha suas necessidades básicas atendidas, mas era inconformada com seus padrões de consumo e direitos políticos. Estranha à disciplina do mundo do trabalho, a sociabilidade destes grupos se dava, predominantemente, através das redes sociais. Como resposta, alguns governos deram início a processos de abertura política. No Egito, em 2011, ele levou ao poder a Irmandade Muçulmana — aliados da Turquia e do Catar. Já na Líbia (2011), e na Síria (2012), resultou em guerras civis. Doravante, a dinâmica das primaveras estabelecerá um sistema de vasos comunicantes entre as dinâmicas de segurança do OM, Europa e Ásia — dada pelas primaveras da China (2011)²⁴ e Ucrânia (2014), da qual se trata a seguir.

Em 2013 (11/09), os russos impediram um ataque estadunidense à Síria (Putin 2013). Foi o início do século XXI, pois pela primeira vez desde a queda do Muro de Berlim (1989), os EUA viam sua liberdade de ação sendo cerceada por outra Grande Potência. No mesmo mês, os russos anunciaram a criação de uma Força Tarefa Naval permanente no Mediterrâneo, sediada no Porto de Tartus — em 2017, obtiveram o arrendamento da instalação por cinquenta anos. Em novembro de 2013, iniciaram-se os protestos contra o governo pró-russo de Yanukóvitch, na Ucrânia — nas quais destacou-se a presença

24 Primavera da China (Jasmin) — Deu-se entre fevereiro e março de 2011. Para sua supressão, contou nem tanto a repressão, que por certo também teve lugar, mas a sobreposição do agendamento. A democracia foi eclipsada pelo nacionalismo suscitado pelo episódio da venda das ilhas Diaoyu/Senkaku (16/04/2012), reivindicadas pela China mas, controladas pelo Japão. As manifestações antijaponesas encamparam o movimento de massas na China. Mesmo assim, por este percurso indireto, a primavera chinesa contribuiu para queda da Facção da Harmonia na China (Hu Jintao) e do PDJ no Japão. Ambos estavam empenhados na construção da Comunidade do Leste Asiático, que em função da troca de governos, não prosperou (SILVA, 2023, p. 201).

de Vitória Nuland, à época Secretária de Estado para Assuntos Europeus, dos EUA — que culminaram na derrubada do governo (24/02/2014). Como resposta, pouco menos de um mês depois, os russos anexaram a Crimeia. Em agosto do mesmo ano teve início a intervenção estadunidense na Síria, através do emprego de mísseis Tomahawk e de Forças Especiais.

Mas, a esta altura (2015), havia ficado claro para os estadunidenses que o “Caos Criativo” de Rumsfeld (Whitney 2005), não era uma alternativa viável para a governança da região. Afinal, o vácuo causado pela erosão dos governos trouxe a presença russa para o OM — em condições que estes nunca antes haviam logrado obter, nem no Império Czarista ou na Era Soviética. Assim, em 2015 os EUA assinam um acordo nuclear com o Irã, o Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA — Plano de Ação Conjunta Global). Ele também contou com as assinaturas de Reino Unido, França, Inglaterra, China e União Europeia, mas continha aspectos bem mais desfavoráveis do que aqueles negociadas entre Brasil, Turquia e Irã em 2010²⁵.

Contudo, o sucesso da contra-proliferação negociada não mitigava as dificuldades dos EUA com o custeio das intervenções e o sobre-estiramento. Era preciso uma alternativa de delegação. Os EUA precisavam passar o balde (*buckpassing*) para alguém, que fosse capaz de incumbir-se de ao menos três tarefas: (a) de estabilizar a região, (b) conter os russos e (c) balancear o Irã — caso este violasse os termos do Acordo.

Esta alternativa acabou sendo vislumbrada em novembro de 2016, pelo General Michael Flynn (2016): tratava-se da Turquia. Anteriormente, por ocasião da Primavera Síria, os turcos já se encontravam atentos para os desdobramentos da situação no país vizinho que, como o Iraque, também possuía expressiva população curda. Assim, apesar de possuírem capacidades e Forças robustas, os turcos não exitaram em organizar seus próprios proxys. Para além do apoio ao *Free Syrian Army*, a Turquia ofereceu suporte aos demais movimentos de

25 Acordo Nuclear com o Irã: Brasil e Turquia haviam negociado um acordo pelo qual o Irã se beneficiaria do combustível e da energia nuclear, mas a produção do primeiro se daria fora do território iraniano (BBC, 2010, Online). Já o acordo assinado por Obama, em 2015, era baseado em cotas de enriquecimento de urânio, com o processamento no próprio Irã. Isto deu origem ao afastamento entre EUA e Israel, posto que os últimos raramente endossavam os relatórios que demonstravam que os persas estavam agindo em conformidade com o acordo. O enriquecimento efetuado no próprio país abriu margem também para que se cogitasse a existência de instalações nucleares clandestinas que, supostamente, perseguiam um emprego militar. Posteriormente, em 08 de maio de 2018, a ruptura de Trump com o Acordo Nuclear não serviu para mitigar a situação. Livres do acordo, os iranianos elevaram o coeficiente — inclusive declaradamente — de enriquecimento de urânio. E, tampouco, levou-se a cabo qualquer tipo de ação militar contra o país. As sanções econômicas, reintroduzidas unilateralmente pelos EUA, não tiveram o efeito vinculante sobre europeus, russos ou chineses.

oposição à Bashar al Assad, abrigando e mobilizando dissidentes, armando rebeldes e permitindo a passagem livre ao longo da fronteira sírio-turca. Neste contexto, autores como Tahiroglu e Schanzer (2017, 12) chegaram a afirmar que os turcos foram, no mínimo, coniventes com atividades de grupos jihadistas e insurgentes como o *Jabhat al Nusra* — a Al-Qaeda da Síria — e mesmo do Estado Islâmico (EI). A explicação para isso era simples: pouco antes, a extensão do domínio curdo na Síria e no Iraque havia chegado a seu zênite e tornara-se viável propugnar um Curdistão independente — os ocidentais já possuíam, inclusive, um nome: Rojava. E, para os turcos a prioridade sempre foi combater o separatismo na própria Turquia — e, o EI estava expandindo-se na Síria e no Iraque às custas dos Curdos.

Mas, quaisquer que tenham sido as relações dos turcos com os grupos de oposição armada na Síria, elas nunca representaram mais do que um recurso acessório. A Turquia contava com suas próprias forças, em medida considerável, porque possuíam Massa de Guerra, capaz de suportar a fricção, manter presença em territórios conquistados, e desse modo, efetivamente estabelecer o controle sobre o terreno. Para efeitos de comparação, o Exército de Assad, que havia empreendido uma Transformação Militar Restritiva, jamais pode se valer disso — tendo de recorrer a combatentes estrangeiros — comprometendo a unicidade e a soberania do país. Por sua vez, a Turquia realizou uma Transformação Militar Holística, com ênfase no papel da sociedade (indústria) e do Estado (consórcios). Além disso, as forças regulares turcas, mesmo além-fronteira, podiam contar com forças policiais e constabulares de entes subnacionais.

De fato, os turcos ajustaram o imperativo da Transformação²⁶, tanto a sua condição de país semiperiférico, quanto aos objetivos de sua política externa. Assim, não deixaram de fazer um acordo nuclear com a Rússia (Erdogan 2023; Difiglio, Güray, and Merdan, 2020, 394; Russian 2010), passaram a incorporar sistemas próprios de comando, controle, comunicação e computadores da guerra em rede (C4) e desenvolveram sistemas autóctones de vigilância e reconhecimento. E, ao que tudo indica, também incrementaram a sua já vasta rede de inteligência.

A administração Obama inclinava-se claramente pelos curdos. Na época, também era lugar corrente no governo um apoio dos turcos ao EI.

26 Transformação Militar Turca: Em função disso, a Turquia apropriou-se dos bens da Terceira Revolução Industrial — computador e rede. Por exemplo, desde 2005, o país desenvolveu um datalink tático próprio, para não depender da rede da OTAN (AKALIN, 2014, p. 54). Em 2019 ele seria declarado plenamente operacional (NATIONAL, 2019 Online). E, como atesta seus avanços no desenvolvimento de aeronaves de sexta geração (ÖZER, 2024, online), posiciona-se para fazer o mesmo com a Quarta Revolução Industrial — endogenizar a computação quântica e a inteligência artificial.

De fato, inicialmente, em janeiro de 2016, o próprio Michael Flynn já havia acusado os turcos de leniência com o Estado Islâmico (Hersh 2016). Assim, na percepção dos turcos, foram as divergências em torno do futuro da Síria – e de resto, do Oriente Médio – que supostamente, teriam feito os estadunidenses promoverem uma tentativa de golpe contra Erdogan em 15 de julho de 2016. A intentona foi frustrada, ao que se sabe, em função de um aviso dado pelos russos.

A reação turca foi rápida: voltaram-se contra o EI. Isto se deu apenas um mês depois da tentativa de golpe. O que sugere que já estava em preparação anteriormente. Nesta assunção, os turcos emularam o modelo de coerção extraeconômica, desenvolvido pelo Paquistão e os EUA, promovendo a insurgência para depois efetuar a intervenção. Qualquer que seja o caso, o fato é que a Operação Escudo do Eufrates (24/08/2016) foi um êxito. O contingente era composto por tropas regulares do exército da Turquia e proxys do Free Syrian Army. A Operação teve como objetivo eliminar o Estado Islâmico e as Forças Democráticas da Síria (SDF) — estas últimas compostas por curdos e proxys clientes de Estados Membro da OTAN. A Turquia logrou ocupar as regiões de Aleppo e Afrin (Bechev 2022, 163).

A ofensiva turca revestiu-se de um duplo significado: além de se configurar como a primeira operação convencional oficial conduzida autonomamente pela Turquia no contexto da Guerra Civil Síria, marcou também uma barganha diplomática, sugerindo uma aproximação com a Rússia²⁷. Esta interpretação dos analistas da época — de que a Síria se convertia em elemento de concertação entre os dois inimigos históricos — Turquia e Rússia (Bechev 2022, 168) — também não passou despercebida de Flynn.

Preocupado com a possibilidade da Turquia constituir-se em um ativo russo, ou em um novo oponente tão formidável quanto o Irã, como referido, Michael Flynn passou a defender — com base nos fatos do terreno estabelecidos pela Operação Escudo no Eufrates — que a Turquia era o principal aliado dos EUA no combate ao Estado Islâmico (Flynn 2016). Isto ficou evidente na alteração de Flynn e Obama, que se deu em janeiro de

27 Sinais da aproximação Turco-Russa: Após a tentativa de golpe na Turquia, Erdogan fez diversas sinalizações de uma reaproximação com a Rússia. Em 09 de Agosto de 2016, Putin e Erdogan encontraram-se em São Petersburgo, definindo a Síria como o novo eixo da relação bilateral (DW, 2016). Alguns meses depois, em outubro, foi assinado acordo para criação do Turkstream, rede de gasodutos que transportaria o gás da Rússia sem a necessidade de passar pela Ucrânia (REUTERS, 2016). Por fim, em 25 de Julho de 2017, Erdogan anuncia que a Turquia iria adquirir sistemas de mísseis antiaéreos S-400 da Rússia (KESVELIOGLU et al, 2019, p. 7).

2017, em torno do envolvimento dos EUA na Batalha de Raqqa²⁸ (Afkhami 2017).

Então, Flynn encampou um esforço titânico em reparar as relações dos EUA com a Turquia. Anteriormente, apenas um dia depois do início da operação turca na Síria, o então vice-presidente Biden, visitou a Turquia, sem sucesso. Então, na tentativa de estabelecer um acordo que dissipasse os receios turcos, Flynn cogitou entregar o clérigo Fethullah Gullen — que residia nos EUA e era visto pelos turcos como o principal mentor do golpe. E, naturalmente, afastar os EUA da agenda de um Curdistão independente, fosse no Iraque ou Síria.

A reação do *establishment* não se fez tardar. O diretor da CIA na gestão Obama, John Brennan, acusou Trump de colusão com os russos (Brennan 2019). Isso gerou a abertura de um processo de impeachment, com uma investigação conduzida pelo promotor especial Robert Mueller, ex-diretor do FBI (2001-2013). Ao mesmo tempo, Flynn foi acusado por outro ex-diretor da CIA, James Woolsey (1993-1995), de receber suborno dos turcos (Munsil 2017). Frente a esta situação, Trump preferiu desfazer-se dos anéis (Flynn), para ficar com os dedos (o próprio mandato): o Assessor de Segurança Nacional foi demitido com apenas 23 dias de mandato (22/01-13/02/2017). Mais que isso, posteriormente, em 06 de junho de 2017, Trump acusou o Catar — principal aliado da Turquia no Golfo Pérsico — de promover o terrorismo no Oriente Médio (Smith, Siddiqui, and Beaumont 2017).

O resultado desse emparedamento foi o fim da política dos EUA para o Oriente Médio, em um momento crítico. Posteriormente, as duas iniciativas empreendidas por Trump foram cosméticas ou fracassadas. A primeira foi a ruptura do JCPOA com o Irã, em maio de 2018. Livres do acordo, os iranianos declaradamente passaram a elevar os coeficientes de enriquecimento de urânio — ficando, desse modo, mais perto da capacidade em confeccionar um artefato nuclear do que antes. E, tampouco, os EUA levaram a cabo, ou permitiram, uma ação militar contra o país. As sanções econômicas, reintroduzidas unilateralmente pelos EUA, não possuíam efeito legal vinculante sobre europeus, russos ou chineses — ficando ao critério de suas conveniências, respeitá-las ou não.

28 Flynn e a Batalha de Raqqa: Em 17 de janeiro de 2017, Flynn, já anunciado como Conselheiro de Segurança Nacional, não aprovou um plano da gestão Obama em armar curdos para missão contra o EI em Raqqa (Síria) (AFKHAMI, 2017, online). A cidade de Raqqa havia sido tomada por islamitas ainda em 06 de março de 2013, antes mesmo da fundação do Estado Islâmico — na época, o grupo era um agregado de forças jihadistas sunitas sírias, incluindo o ISI (Estado Islâmico do Iraque), a Al-Nusrah e o Free Syrian Army. Desde essa data, até outubro de 2017, Raqqa foi a capital do EI na Síria. Ela foi retomada em 17 de outubro de 2017, pelas Forças Democráticas Sírias, cujos principais grupos são curdos, com apoio da coalizão dos EUA.

A segunda iniciativa foi capitaneada por seu genro, Jared Kushner, e consistia em uma tentativa de paz com os palestinos (Spetalnick and Holland, 2019). Mais uma vez, devido à ação do establishment, o plano fracassou. Desta feita, graças a ação de seu vice-presidente, Mike Pence, e da embaixadora dos EUA na ONU, Nikki Haley. Eles propuseram a Netanyahu a retomada do projeto — que nunca foi abandonado, ainda que deixado de lado — de transformar Jerusalém na capital una e indivisível de Israel (Ahren 2018). Netanyahu abraçou a proposta, vendo nela a chave para manter-se no cargo em sua volta ao poder. Além da derrota de Trump, este ato suscitou a crise em torno da Mesquita de Al-Aqsa, que culminou na Guerra dos Onze Dias, em maio de 2021 (Cordesman 2021).

Em meio a esses eventos, em 2021, já na gestão de Biden, deu-se a retirada ignominiosa das tropas estadunidenses do Afeganistão (agosto de 2021) e do Iraque (dezembro de 2021). A região ficou sem uma liderança — em um mundo multipolar, o Oriente Médio é não-polar (Carsltrom 2024). De acordo com David Petraeus, a forma como se deu a retirada dos EUA da região, em 2021, pode ter encorajado os russos a invadirem a Ucrânia em fevereiro de 2022 (IAI 2024, 11:10). Ao que se pode acrescentar, por este mesmo percurso, encorajado o ataque terrorista do Hamas contra Israel em 07 de outubro de 2023.

Desse modo, a Turquia propõe-se a preencher esse vazio e impor ordem ao caos — do contrário, o vácuo será ocupado por potências extrarregionais. Além disto, o Oriente Médio tornou-se o vértice que une os impasses da política externa (e interna) dos EUA e o equilíbrio nas balanças da Europa e Ásia.

6 Considerações Finais

Procurou-se desenvolver um enfoque possibilista. Esta compreensão foi afirmada desde a formulação do problema, passando pelo marco teórico, até chegar-se no conteúdo histórico explicativo. Intencionalmente, formulou-se uma pergunta que, de antemão, sabia-se que a pesquisa não poderia responder: qual será o caminho adotado pela Turquia? Todavia, espera-se que, em alguma medida, tenha-se conseguido elencar os componentes que permitam aos formuladores de política e tomadores de decisão orientarem-se minimamente. Acredita-se que, eventualmente, outros pesquisadores poderão agrupar esses componentes na forma de variáveis, criando um modelo de análise da Política Externa da Turquia. São elas: (01) balanceamento, engajamento ou barganha; (02) coerção e aderência às instituições; (03) lógica territorialista estrita ou institucional. Elas constituem-se no principal

resultado do esforço empreendido. Cumpre pois, retomá-las brevemente.

A Turquia efetuou engajamento, barganha e balanceamento de forma adequada. Engajou os Estados túrquicos da Ásia Central, criando uma organização que pode se converter em uma União Aduaneira²⁹. E, portanto, institucionalmente fornecer escala, recursos financeiros e energéticos para a Turquia enfrentar os desafios das Revoluções Industriais. No caso da barganha, os turcos a executaram com profissionalismo entre EUA, Rússia e China. Por fim, a Turquia balanceou Inglaterra e França quando não havia alternativa: impediu a criação do Estado Curdo na Síria, ao leste do Eufrates — “Rojava”.

O país posicionou-se bem. Estava pronto para “receber o balde” (*buckpassing*) dos EUA, de modo a viabilizar uma retirada planejada e gradual destes do Oriente Médio. Como se viu na sessão imediatamente anterior, isto não ocorreu, em virtude das intrigas palacianas em Washington — e não por indisposição da parte turca. Agora, a Turquia parece estar às voltas com uma das iniciativas mais ousadas de sua história: engajar o Egito e o Paquistão. Apesar de o procedimento contrariar a regra de Resnick — segundo a qual o nível original de interação entre os países deve ser baixo — nesse caso, o engajamento se afigura como possível graças ao confronto entre Israel e Palestina.

Parece ser esse o sentido principal do apoio emprestado por Erdogan ao Hamas: consolidar uma posição de liderança proeminente e incontestada no mundo islâmico.

Desde sempre o Egito foi a chave, não apenas para o Norte da África, mas para todo o Sahel. A Turquia tem aberto legações diplomáticas em todo o continente. E, tem sido acusada, por seus detratores, de apoiar grupos islâmicos desde a Somália até o Mali, passando por Níger, Chade e Sudão. O fato é que a Somália é hoje, para todos efeitos, um protetorado turco — uma base robusta nas proximidades de Mogadíscio assim o atesta, para além de qualquer dúvida razoável.

Por sua vez, o Paquistão é a chave estratégica para o acesso ao Índico, que banha alguns dos países muçulmanos mais densamente povoados no mundo (Bangladesh) e o de maior população muçulmana do mundo (a Indonésia). Ainda que o sucesso turco possa ser modesto, será suficiente para alargar a influência da Turquia republicana para além de qualquer outra era do domínio otomano.

Até agora os turcos parecem ter sido felizes em combinar o

²⁹ Organização dos Estados Túrquicos — Criada em 2009, teve como membros fundadores o Azerbaijão, o Cazaquistão, o Quirguistão e a Turquia. O Uzbequistão entrou para a organização em 2019, enquanto a Hungria foi aceita como Estado observador em 2018.

balanceamento, a barganha e o engajamento. Cumpre agora saber como se dará a combinação entre o exercício da coerção e a aderência às instituições. Até o momento, o artifício do confronto com Israel não comprometeu a posição da Turquia, posto que é o Estado hebreu — e não o turco — que tem desafiado as instituições multilaterais da ordem internacional. Contudo, frente a possibilidade da guerra expandir-se para o Líbano, a aparente disposição turca em impedir que a ilha de Chipre seja usada para operações contra o Oriente Médio pode obrigar os turcos a balancear os EUA — o que não é o mesmo do que fazê-lo com os europeus.

Na assunção de uma nova intervenção turca em Chipre, cumpre reconhecer que ela configuraria uma conduta revolucionária. E, neste caso, dadas as capacidades da Turquia e a extensão de sua influência, é lícito supor que este comportamento abalaria a estabilidade do próprio SI. De todo modo, os turcos parecem, de antemão, buscar mitigar os efeitos de uma atuação mais assertiva, expressando adesão às instituições. Recentemente (04/06/2024), o Ministro das Relações Exteriores da Turquia declarou a intenção do país em aderir aos BRICS, recebendo o entusiástico apoio da Rússia e da China. Portanto, também nesse quesito, da tensão existente entre o emprego da coerção e aderência às instituições, a Turquia esmera-se em perseguir um delicado equilíbrio.

Fica em aberto saber se terá êxito. O sucesso nesta empreitada condiciona em medida considerável o último quesito: o do predomínio da lógica territorial institucional ou estrita. Isto porque, se submetida a sanções — isto é, sob a égide da coerção extraeconômica —, a Turquia se veria impelida a uma lógica territorialista estrita. Por outro lado, até o presente, a principal forma de ‘aquisição’ de território pelo país — ao menos na Ásia — tem sido a via institucional, resta saber como se comportará na África.

A lógica territorialista institucional é expressa sobretudo na já aludida Organização dos Estados Túrquicos (OET). Mas, em medida considerável, esta conduta se deve à correlação de forças, já que Irã, Rússia e China podem ser adversários formidáveis no caso de terem seus interesses vitais contrariados. Além disso, para estabelecer a OET, foram invocadas razões de ordem civilizacional — linguística, cultural, e religiosa — para proceder-se à integração, de sorte que ela pode se apresentar como algo que não é voltado contra nenhum país da região.

Ainda assim, existem, pelo menos, três gargalos que podem antagonizar a Turquia com a Rússia, China ou Irã. O primeiro é o Cazaquistão, que é membro fundador da OET, mas é visto pela Rússia como sendo historicamente afeto à sua zona de influência exclusiva. O Xinjiang é denominada pelos Lobos Cinzentos como Turquestão Oriental mas, reconhecidamente, pertence a China. Por fim, o Irã pode ir à Guerra em

defesa da Armênia, caso o Azerbaijão, que conta com o apoio turco, arrebate o corredor de Zangezur³⁰. Estes pontos de estrangulamento podem, mesmo na Ásia, impelir à Turquia uma lógica territorialista estrita. Também nesse caso, com graves implicações à Ordem Internacional.

Importa saber como a Turquia se comportará na África. A despeito de seus laços históricos com o Magreb e o Chifre da África, a Turquia estendeu sua influência ao Sahel. Entre 2002 e 2022, a Turquia expandiu o número de embaixadas na África de 12 para 44 — um aumento de 267%. Embora a porta de entrada, usualmente, seja a cooperação técnica de natureza militar — treinamento, material bélico e mesmo bases — o territorialismo institucional afigura-se também na África. No Sahel, é expresso pelo apoio da Turquia à projetada Confederação regional, cujos proponentes são Niger, Mali e Burkina Faso (11/12/2023). Bem como a disposição da Turquia em integrar os BRICS, depois que o grupo deu membresia ao Egito e à Etiópia.

Na África, os principais pontos de estrangulamento se dão com a França, o Egito e a Etiópia. Com a França, em virtude do Franco CFA e da sua União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Ela era a expressão do domínio francês na região, e através da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), logrou obter o apoio da Nigéria — que de seu turno, investiga supostos laços da Turquia com o Boko Haram³¹. No caso do Egito, há a disputa pela Líbia. E, eventualmente, com a Etiópia — com quem hoje a Turquia possui boas relações — em virtude de seu litígio com a Somália (um protetorado turco). Os etíopes conseguiram a concessão de um porto no Mar Vermelho, na Somalilândia, região que os somalis reivindicam como parte integrante de seu território. Portanto, também na África permanece em aberto saber qual lógica turca de territorialização será dominante — se a institucional ou a estrita.

Afinal, o Egito, a Etiópia e a Nigéria são países dotados de mananciais de recursos que por ora, ainda não foram de todo utilizados em benefício de seus povos. E que são avidamente disputados, não apenas por EUA, Rússia, China, Turquia e Europa, mas até mesmo pelo Brasil. A decisão de colocar Egito e Etiópia nos BRICS — que tem sérias controvérsias entre si —, e a visita do Presidente brasileiro a esses dois países, indica claramente a disposição

30 Corredor de Zangezur — Situado no extremo sul da Armênia, por onde passa a ferrovia Yeraskh-Ordubad-Meghri-Horadiz-Baku, construída ainda nos tempos Soviéticos, que teve sua importância assomada em virtude de permitir um acesso da Turquia ao mar Cáspio.

31 Boko Haram — Grupo fundamentalista islâmico, de vertente sunita, que atua no norte da Nigéria, Chade e Niger. Desde 2015 é afiliado ao Estado Islâmico. Em 2017, o governo nigeriano teria apreendido uma carga de armamentos vinda da Turquia, para o Boko Haram. Dois anos depois, novamente, as forças armadas do país africano afirmaram investigar a conexão do grupo terrorista com os turcos (BAGUDU, 2019, online).

brasileira de efetuar engajamento com a região. Resta saber se, para além da África, o Brasil utilizará a oportunidade do vazio no Oriente Médio para seus próprios propósitos de inserção internacional.

Por último, resta a indagação: o comportamento, aparentemente errático, da Turquia não estará estabelecendo um padrão de conduta para os emergentes, em um mundo multipolar? Afinal, a Turquia coopera direta e indiretamente com os EUA. No caso da primeira, oferecendo segurança para empresas e investimentos estadunidenses (e.g. Somália). No segundo, exacerbando a competição entre as potências terrestres. Como membro da OTAN, a Turquia compete com a França e a Inglaterra (Rojava). E, como candidata a membro dos BRICS, compete com a China (Xinjiang) e Índia (Paquistão).

Talvez, o que pareça obscuro no comportamento turco, seja justamente o fato de antecipar a flexibilidade de alianças e de conduta independente em política externa, requeridas pela multipolaridade. Como sempre, o propósito é o de reunir as condições para endogeneizar o Centro de Decisão Econômica, promover o desenvolvimento e, desse modo, pavimentar o caminho para o ingresso da Turquia no núcleo orgânico do capitalismo.

7 Referências

- Azhari, Timour. 2023. "Iraq Launches \$17 Billion Road and Rail Project to Link Asia and Europe." Reuters. May 27, 2023. <https://www.reuters.com/world/iraq-launches-17bn-road-rail-project-link-asia-europe-2023-05-27/>. Acesso em 02 jul. 2024.
- Alaca, Mehmet, and Haydar Karalp. 2023. "Türkiye-Iraq Development Road Project: Enhancing Regional Connectivity, Trade." Anadolu Ajansı. September 17, 2023. <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/turkiye-iraq-development-road-project-enhancing-regional-connectivity-trade/2993555#>. Acesso em 02 jul. 2024.
- Afkhami, Artin. "Flynn's Turkish Delight: How, Why, and When He Reversed His Policy Positions on Turkey". Just Security. November 27, 2017. <https://www.justsecurity.org/47368/flynns-turkish-delight-how-why-reversed-policy-positions-turkey/>. Acesso em 06 mar. 2024.
- Ahren, Raphael. "Netanyahu, Pence laud recognition of Jerusalem as Israel's capital". The Times of Israel. January 22, 2018. <https://www.timesofisrael.com/netanyahu-lauds-pence-for-us-recognition-of-jerusalem-as-capital/>. Acesso em 27 mar. 2024.
- Akalin, Cem. 2014. "Turkey Will Have Critical Technologies with KEMENT

- Program.” *Defense Turkey* 8, no. 51: 54-56. Ankara
- Amorim, Celso. 2018. *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*. São Paulo: Benvirá.
- Aron, Raymond. 2002. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UnB.
- Arrighi, Giovanni. 2008. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Arrighi, Giovanni. 2013. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contratempo.
- Aydin, Mustafa. 2000. “Determinants of Turkish Foreign Policy: Changing Patterns and Conjunctures during the Cold War”. *Middle Eastern Studies*, 36, no. 1, 103-139, jan. 2000.
- Bagudu, Mustapha. “We’re Investigating Alleged Turkish Support For Boko Haram — DHQ”. *The Will*. November 26, 2019. <https://thewillnews.com/were-investigating-alleged-turkish-support-for-boko-haram-dhq/>. Acesso em 02 jul. 2024.
- BAHÇECİK, Serif Onur. OBOR and Turkey’s turn to the East. In. EKMAN, et al. *Three Years of China’s new Silk Roads: from words to (re)action?*. Paris: Études de l’Itri. 2017. p. 51-59.
- BAKER, Jay B. Tal Afar 2005: Laying the Counterinsurgency Groundwork. *Army; Arlington* Vol. 59, n. 6, p. 61-64, 66-68, Jun. 2009. Disponível em: https://www.ausa.org/sites/default/files/Baker_0609.pdf. Acesso em 12 dez. 2023.
- BARRIONUEVO, Alexei. Obama Writes to Brazil’s Leader About Iran. *The New York Times*. 24 novembro 2009. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/11/25/world/americas/25brazil.html>. Acesso em 28 mar. 2023
- BBC. Irã assina acordo nuclear proposto por Brasil e Turquia. *BBC News Brasil*. 17 maio 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu. Acesso em 28 mar. 2023
- BECHEV, Dimitar. *Turkey under Erdoğan: How a Country Turned from Democracy and the West*. New Haven, CT: Yale University Press, 2022. 280 p.
- BISHKU, Michael B.. *Turkish-Syrian Relations: a checkered history*. *Middle East Policy*, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 36-53, set. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-4967.2012.00546.x>. Acesso em 13 mar. 2024.
- BISSIO, Beatriz. *A Posteridade do Espírito de Bandung: continuidade e ruptura na diplomacia do sul 1955-2015*. *Contra Relatos Desde El Sur*:

- Apuntes sobre África y Médio Oriente, Córdoba, n. 12, p. 61-77, 2015. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/contra-relatos/article/view/20529>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- BRASIL. Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados a Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia. Brasília. 14 de agosto de 2003. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/4997>. Acesso em 21 fev 2024.
- BRASIL. Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia. Brasília/Ankara. 25 de março de 2022. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12637>. Acesso em 21 fev. 2024.
- BRASIL. Plano de ação da parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia. Brasília. 27 de maio de 2010. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6784>. Acesso em 21 fev. 2024.
- BRENNAN, John. President Trump's Claims of No Collusion Are Hogwash. New York Times, 16 de Agosto 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/16/opinion/john-brennan-trump-russia-collusion-security-clearance.html>. Acesso em 7 de março de 2024.
- BUTI, Marco; MESSORI, Marcello. Next Generation EU: An interpretative guide. Luiss School of European Political Economy. Policy Brief 29/2020. 15 junho de 2020. Disponível em <https://hdl.handle.net/11385/200512>. Acesso em 09 jan. 2024.
- CARLSTROM, Gregg. The Power Vacuum in the Middle East. Foreign Affairs. 06 março 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/middle-east/power-vacuum-middle-east>. Acesso em 20 mar. 2024.
- CBS. 135,000 Troops To Remain In Iraq. 05 maio 2004. CBS News World. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/135000-troops-to-remain-in-iraq/>. Acesso em 12 dez. 2023.
- CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza. Kenneth Waltz. In. MEDEIROS, Marcelo de Almeida; et al. (orgs.). Clássicos das Relações Internacionais. Hucitec, 2011.
- CLEVELAND, William; BUNTON, Martin. A history of the modern Middle East. Boulder: Westview Press, 2008.
- COHEN, Eliot A. Um conto de dois secretários. Política Externa, São Paulo, v.II. n. 2, p. 23-34. set./out./nov. 2002.

- CONDUIT, Dara. *The Muslim Brotherhood in Syria*. Nova York: Cambridge University Press, 2019.
- CORDESMAN, Anthony H. DAVIES, Emma. *Iraq's Insurgency and the Road to Civil Conflict*. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2008.
- CORDESMAN, Anthony H. *Salvaging American Defense: The Challenge of Strategic Overstretch*. Westport: Praeger Security International, 2007.
- CORDESMAN, Anthony. *Israel and the Palestinians: From the Two-State Solution to Five Failed "States"*. Washington, D.C: Center for Strategic and International Studies, 2021.
- CORNELL, Svante. *International Reactions to Massive Human Rights Violations: The Case of Chechnya*. *Europe-Asia Studies*, Glasgow, v. 51, n. 1, p. 85-100. jan. 1999.
- COVARRUBIAS, Jaime Garcia. *Os Três Pilares de uma Transformação*. *Military Review Brazilian*, Forte Leavenworth, v. 87, n. 6, p. 16-24, nov.-dez. 2007.
- COX, Robert W. (1981) 'Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory', *Millennium: Journal of International Studies*, 10(2): 126-155.
- DAVIS, Mike. *O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva*. In.: THOMPSON, Edward. et al (org.). *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 58-97.
- DIFIGLIO, Carmine; GÜRAY, Bora Şekip, MERDAN, Ersin. *Turkey Energy Outlook 2020*. Istanbul: Sabanci Universitesi, 2020
- DODD, Clement. *The History and Politics of the Cyprus Conflict*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.
- DUFFY, Seamus. *Why the Middle Corridor Is a Double-Edged Sword*. *The Diplomat*. 14 Dezembro de 2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/12/why-the-middle-corridor-is-a-double-edged-sword/>. Acesso em 09 jan. 2023.
- DUGGAN, N.; AZALIA, J. C. L; REWIZORSKI, M. *The structural power of the BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa) in multilateral development finance: A case study of the New Development Bank*. *International Political Science Review*, v. 43, n. 4, p. 495—511, set. 2022.
- DUGGAN, N.; AZALIA, J. C. L. *From Yekaterinburg to Brasília: BRICS and the G20, road to nowhere?* *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 63, n. 1, p. e009, 2020.

- DW — Deutsche Welle. Turquia e Rússia fazem as pazes e falam em recomeço. Deutsche Welle Brasil. 09 agosto 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/turquia-e-r%C3%BAssia-fazem-as-pazes-e-falam-em-recome%C3%A7o/a-19461175>. Acesso em 27 mar. 2023.
- ERDOGAN thanks Putin for his help on Turkish nuclear plant. Al Jazeera, [s.l.], 27 de abr. de 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/4/27/putin-erdogan-speak-before-inauguration-of-turkish-nuclear-plant>>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.
- EUA. Departamento de Defesa. Measuring Stability and Security in Iraq. Report to Congress, Agosto 2006. Washington D.C.: Departamento de Defesa 2006.
- EUA. Department of Army. Fiscal Year 2005 United States Army Annual Financial Statement. Washington D.C.: Department of the Army, 2005. Disponível em https://comptroller.defense.gov/Portals/45/documents/cfs/fy2005/02_Department_of_the_Army/Fiscal%20Year%202005%20Department%20of%20the%20Army%20Financial%20Statements%20and%20Notes%20.pdf. Acesso em 14 dez. 2023.
- EUA. National Security Strategy of the United States of America. The White House. 2022
- EUA. National Security Strategy of the United States of America. The White House. Dezembro de 2017.
- EUA. President Biden Announces the Build Back Better Framework. The White House Statements and Releases, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/10/28/president-biden-announces-the-build-back-better-framework/>. Acesso em 09 jan. 2024.
- EUA. Summary of the National Defense Strategy of the United States of America. Department of Defense. 2018.
- FLYNN, Michael. Our ally Turkey is in crisis and needs our support. The Hill. 08 novembro 2016. Disponível em: <https://thehill.com/blogs/pundits-blog/foreign-policy/305021-our-ally-turkey-is-in-crisis-and-needs-our-support/>. Acesso em 06 mar. 2024.
- FRIEDRICH, Jorg. Yalu. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- FURTADO, Celso. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. [1961]. In: D'AGUIAR, Rosa (org.). Essencial Celso Furtado. São Paulo:

- Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013.
- GANSER, Daniele. *NATO's Secret Armies: Operation Gladio and Terrorism in Western Europe*. Londres: Frank Cass, 2005.
- GFP. *Attack Helicopter Fleet Strength by Country (2024)*. Global Fire Power. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/aircraft-helicopters-attack.php>> Acesso em 20 de março 2024.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo: Edusp, 2001.
- GORDON, Michael R; TRAINOR, Bernard E. *Iraque: um conflito polêmico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.
- GULBAY, Alper. *Turkey and the Gulf War, 1991: Reactions to the Imposition of Adventurism in the Grand National Assembly of Turkey*. *Cumhuriyet Tarihi Araştırmaları Dergisi*, v. 18, n. 36, p. 1035-1062, 2022.
- HAHN, Maria da Graça. *Tribunal Sul-Americano: uma concepção cibernética de integração*. 2006. 285 f. Dissertação (Mestrado) — PPGRI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/11398>>. Acesso 15 mar. 2019.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, Francis J.; SCHOOMAKER, Peter J. *A statement on the Posture of the United States Army 2005*. Washington D.C.: Department of the Army, 2005. Disponível em: https://www.army.mil/e2/downloads/rv7/aps/aps_2005.pdf. Acesso em 14 dez. 2023.]
- HERSH, Seymour. *Military to Military*. *London Review of Books*. v. 38, n. 1 Janeiro 2016. Disponível em: <<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v38/n01/seymour-m.-hersh/military-to-military>>. Acesso em 06 março 2024.
- IAI [The Institute of Art and Ideas]. *Mistakes were made: General David Petraeus on Israel, Afghanistan, Iraq, and more — Full Interview*. Youtube. 32min12s. 27 jun. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/SvqZ4oEuou4?si=-ZxWpfbTVPzPnWvc>. Acesso em 02 jul. 2024.
- IISS [Institute for International Strategic Studies]. *Greater consensus on improving the Middle Corridor*. Strategic Comments. Dezembro 2023, v. 29, n. 39. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2023/greater-consensus-on-improving-the-middle-corridor/>. Acesso em 09 jan. 2023.
- IISS. *The International Institute for Strategic Studies. The Military Balance. The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics*. London: Routledge, 2024

- KAYA, Karen. The Turkish-American Crisis: As Analysis of March 2003. *Military Review*, July-August, 2001.
- KEEFE, Eugene; SOLSTEN, Eric. Historical Setting. In: SOLSTEN, Eric (org.). *Cyprus: a country study*. 4. ed. Washington D. C.: Federal Research Division, Library of Congress, 1993. p. 1-46.
- KEEGAN, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- KELLEY, Michael B. Israel Is Set To Receive 5,000 US Bunker Buster Bombs After Delaying Its Attack On Iran. *Business Insider*. 12 dezembro 2012. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/the-us-sale-of-5000-bunker-buster-bombs-to-israel-israel-bunker-busters-in-exchange-for-not-striking-iran-2012-12>. Acesso em 27 mar. 2023.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. Boston: Little Brown, 1977.
- KEĞVELİOĞLU, Abdullah; et al. Turkey's Procurement of the S-400 System: An Explainer. *Istambul: TRT World Research Centre*, 2019. Disponível em: <<https://researchcentre.trtworld.com/wp-content/uploads/2020/11/S400.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2024.
- KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International Organization*, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300018920>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- KUGLER, Jacek; ORGANSKI, A. F. K. The Power Transition: A Retrospective and Prospective Evaluation. In: MIDLARSKI, Manus. *Handbook of War Studies*. London: Routledge, 2011.
- KÜNÜ, Serkan; HOPOĞLU, Sertaç. Turkey and Iran: An analysis based on mutual trade and defense spending. *Kafkas University. Faculty of Economics and Administrative Sciences. Journal*, v. 7, n. 12, p. 109, 2016.
- LEFEBVRE, Stéphane. Turkey's Intelligence Community in Changing Times. *International Journal*, s.l., v. 61, n. 1, p. 105-124, dez. 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40204131>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- LEFÈVRE, Raphaël. *Ashes of Hama: The Muslim Brotherhood in Syria*. Nova York: Oxford University Press, 2013.
- LIND, William S. Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. *Military Review Brazilian*, Forte Leavenworth, v. 85, n. 1, p. 12-17, jan./fev. 2005
- LOPES, Thyago Frizzo. Relações entre EUA e China sob o Prisma de Taiwan:

- Indicadores, Variáveis e Cenários. Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) — Faculdade Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 82 p. 2024
- MACMILLAN, Margareth. Paz em Paris: A Conferência de Paris e seu Mister de Encerrar a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2004
- MALLINSON, William. Cyprus: A Modern History. Nova York: I.B.Tauris, 2005.
- MANN, Michael. As Fontes do Poder Social — vol 1: Uma história do poder desde o início até 1760 d.C. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- MANN, Michael. As Fontes do Poder Social — vol 4: globalizações, 1945-2011. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- MARCOU, Jean. Turkey's military engagement in Northern Iraq, a never-ending story. Centre français de recherche sur l'Irak. 2022. Disponível em: <https://cfri-irak.com/en/article/turkeys-military-engagement-in-northern-iraq-a-never-ending-story-2022-04-12>. Acesso em 8 dez 2023.
- MARTINS, José Miguel Quedi. O Terror e a “Justiça Infinita”: o novo alcance da coerção extra-econômica. In: CEPIK, Marco; MARTINS, José Miguel Quedi. Política Internacional. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Editorial Martin Claret, 2007.
- MEARSHEIMER, John J. O Primado do Poderio Terrestre. In: _____. A Tragédia da Política das Grandes Potências. Lisboa: Gradiva, 2007. p. 93-120.
- MILLS, Wright; GERTH, Hans H. Introdução: o Homem e sua Obra. In.: WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Organização e Introdução H.H. Gerth e C. W. Mills. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982. pp. 15-95
- MONDAINI, Marco. Guerras Napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2015. p. 189-218.
- MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- MUNSIL, Leigh. Woolsey: Flynn discussed sending Erdogan foe back to Turkey. CNN. 25 março 2017. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2017/03/25/politics/james-woolsey-mike-flynn-cnntv/index.html>>. Acesso em 06 mar. 2024.
- NASSER, Reginaldo. Apresentação — Uma Serpente entre as Pedras. In.:

- COCKBURN, Patrick. A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da Guerra ao Terror e a Ascensão Jihadista. São Paulo: Autonomia Literária, 2015. p. 15-32.
- NATIONAL tactical data link to boost Turkey's military operational capability. Daily Sabah, 26 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/defense/2019/06/26/national-tactical-data-link-to-boost-turkeys-military-operational-capability>>. Acesso em: 21 de mar. de 2024.
- ÖZER, Dilara Aslan. Türkiye starts works on AI-backed 6th-generation fighter jet. Daily Sabah, 12 de jan. de 2024. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/business/defense/turkiye-starts-works-on-ai-backed-6th-generation-fighter-jet>>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.
- PACKER, George. The Lesson of Tal Afar. The New Yorker. 03 abril 2006. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2006/04/10/the-lesson-of-tal-afar>. Acesso em 28 mar. 2024.
- PALMER, Alan. Declínio e Queda do Império Otomano. São Paulo: Globo, 2013.
- PARKER, Geoffrey. A Evolução da Arte da Guerra: A Ascensão do Ocidente, 1500-1800. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.
- POLLACK, Kenneth M. et al. Which Path to Persia?: Options for a new Strategy toward Iran. Washington: Brookings, 2009.
- POWELL, Colin. Powell Calls His U.N. Speech a Lasting Blot on His Record. [Entrevista concedida a] Steven R. Weisman. The New York Times, Nova Iorque, 9 set. 2005. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2005/09/09/politics/powell-calls-his-un-speech-a-lasting-blot-on-his-record.html>>. Acesso em: 21 de mar. de 2024.
- PUTIN, Vladimir. A Plea for Caution from Russia. New York Times Opinion. 11 setembro 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/09/12/opinion/putin-plea-for-caution-from-russia-on-syria.html>. Acesso em 28 mar. 2023.
- RESNICK, Evan. Defining Engagement. Journal of International Affairs, v. 54, n. 2, p. 551-566, jun. 2001.
- REUTERS. Russia and Turkey sign deal to build TurkStream gas pipeline. Reuters. 10 outubro 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSL8N1CG4Z9/>. Acesso em 27 mar. 2023.
- REUTERS. Turkey's Erdogan says March election will be his final, state media reports. Reuters Daily Brief. 08 Março 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/turkeys-erdogan-says-march->

- election-will-be-his-final-state-media-reports-2024-03-08/. Acesso 19 mar. 2024.
- RICKS, Thomas E. *Fiasco: the American Military Adventure in Iraq*. New York: Penguin Books, 2007.
- RODRIGUES, Rodrigo Schmidt. *Transformação militar na Alemanha: condicionantes iniciais, resultados preliminares e contratendências atuais*. Tese (Doutorado em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.
- RUMSFELD, Donald. Transformando as Forças Armadas. *Política Externa*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 12-21. set./out./nov. 2002.
- RUSSIAN plant for Turkey's Akkuyu. *World Nuclear News*, [s.l.], 13 de mai. de 2010. Disponível em: <https://www.world-nuclear-news.org/NN-Russian_plant_for_Turkeys_Akkuyu-1305107.html>. Acesso em: 20 de mar. De 2024.
- SANGER, David E. U.S. Rejected Aid for Israeli Raid on Iranian Nuclear Site. *The New York Times*, Nova Iorque, 10 jan. de 2009. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/01/11/washington/11iran.html>>. Acesso em: 27 mar. de 2024.
- SCHAWB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.
- SEALE, Patrick. *Asad of Syria: The struggle for the Middle East*. Berkley: University of California Press, 1990.
- SEYDI, Süleyman. *Making a Cold War in the Near East: Turkey and the origins of the cold war, 1945-1947*. *Diplomacy & Statecraft*, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 113-141, abr. 2006.
- SHIMATSU, Yoichi. Behind the China Riots - Oil, Terrorism & 'Grey Wolves'. *New America Media*, San Francisco, 13 de julho de 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20141106031059/http://news.newamericamedia.org/news/view_article.html?article_id=6dee147021a596f4f22c69316977d3f3>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.
- SILVA, Athos Munhoz Moreira da. *A Revolução Nacional na China: Entre a autarquia e a dependência*. 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257472>. Acesso em: 07 de dez. 2023.
- SINGER, Peter W. *The Private Military Industry and Iraq: what have we learned and where to next?* Policy Paper. Genebra: Genebra Center

- for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), nov 2004.
- SMITH, David; SIDDIQUI, Sabrina; BEAUMONT, Peter. Gulf crisis: Trump escalates row by accusing Qatar of sponsoring terror. *The Guardian*. 09 junho 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2017/jun/09/trump-qatar-sponsor-terrorism-middle-east>. Acesso em 28 mar. 2023.
- SÖYLER, Mehtap. *The Turkish deep state: state consolidation, civil-military relations and democracy*. London: Routledge, 2015.
- SPETALNICK, Matt; HOLLAND, Steve. Exclusive: White House's Kushner unveils economic portion of Middle East peace plan. *Reuters*. 23 junho 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKCN1TNOES/>. Acesso em 27 mar. 2024.
- TAHIROGLU, Merve—Jonathan Schanzer; SCHANZER, Jonathan. *Islamic state networks in Turkey*. Foundation for Defense of Democracies, 2017. p. 12
- TANNER, Stephen. *Afghanistan: A Military History from Alexander the Great to the War Against the Taliban* Filadélfia: Da Capo Press, 2009.
- TARTTER, Jean. National Security. In: SOLSTEN, Eric (org.). *Cyprus: a country study*. 4. ed. Washington D. C.: Federal Research Division, Library of Congress, 1993. p. 211-243.
- THE ECONOMIST. The New America Foundation falls into a familiar trap. *The Economist*. 07 setembro 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/united-states/2017/09/07/the-new-america-foundation-falls-into-a-familiar-trap>. Acesso em 28 mar. 2023.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- UNGARETTI, Carlos Renato. O BRICS e a Ordem Global. *ISAPE Debate*, nº 28. Setembro de 2023. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2023. Disponível em: <<http://tinyurl.com/26f848jv>>. Acesso em 03 jan. 2024.
- US ARMY. *Field Manual 3-0, Operations*. 2022. Disponível em: https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/ARN36290-FM_3-0-000-WEB-2.pdf. Acesso em: 21 de março 2024.
- VAN EVERA, Stephen. *Guía para estudiantes de ciencia política: métodos y recursos*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *A primeira Guerra Mundial e o declínio da*

- Europa. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 8, n. 15, p. 9-25, 2019.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *O Caótico Século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2015a.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A Nova Geopolítica do Século XXI: o Ressurgimento das Potências Terrestres na Eurásia. In.: GÓES, Guilherme Sandoval (org.). *A Geopolítica da Energia no Século XXI*. Rio de Janeiro: Synergia, 2021. p.123-156.
- VISENTINI, Paulo. *A Primeira Guerra Mundial e o Declínio da Europa*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.
- VISENTINI, Paulo. EDITORIAL: TERCEIRO MUNDO OU SUL GLOBAL?. *AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, [S. l.], v. 4, n. 8, 2015b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/63029>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- VISENTINI, Paulo. *Oriente Médio, Afeganistão e Ásia Central: A lógica da guerra sem fim*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2022
- VIZENTINI, Paulo G. F. Bases Históricas da Crise Mundial. In.: VISENTINI, Paulo G. F. (org.) *A Grande Crise: A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992. pp 11-29
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Política Exterior da Revolução Soviética (1917-1923). *História Ensino e Pesquisa*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 68-88. 1985.
- VIZENTINI, Paulo. *História do século XX*. Porto Alegre: Editora Novo Século, 1998.
- VIZENTINI, Paulo. *Primeira Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- VIZENTINI, Paulo. *Relações Internacionais e Desenvolvimento: O Nacionalismo e a Política Externa Independente 1951-1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- VOLKMAN, Ernest. *A História da Espionagem*. São Paulo: Escala, 2013.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Análisis de Sistemas-Mundo: una introducción*. México: Siglo XXI. 2005.
- WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Long Grove: Waveland, 1979.
- WALTZ, Kenneth. The Stability of a Bipolar World. *Daedalus* v. 93, n. 3, p.

881—909, 1964.

WENDT, Alexander. Teoria social da política internacional. Rio de Janeiro: Editora PUCRio, 2014.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in international relations theory. *International organization*, Cambridge, v. 41, n. 3, p. 335—370, 1987

WHITNEY, Mike. More Rumsfeld Lies. *ConterPunch*. 28 junho 2005. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2005/06/28/more-rumsfeld-lies/>. Acesso em 28 mar. 2023.

WORLD BANK. 'Middle Trade and Transport Corridor: Policies and Investments to Triple Freight Volumes and Halve Travel Time by 2030'. Washington, DC: World Bank, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/40626>. Acesso em 09 jan. 2023.

YESILTAS, Murat. Türkiye'nin Askeri Dönüşümü [Transformação Militar Turca]. *Siyaset, Ekonomi ve Toplum Arastirmalari Vakfi, SETA*. 2016. Disponível em <https://www.setav.org/turkiyenin-askeri-donusumu/>. Acesso em 21 de março de 2024

RESUMO

Este artigo trata das Relações Internacionais da Turquia e do impacto de suas escolhas no Sistema Internacional (SI) nesta nova era marcada pela volta da competição entre as potências terrestres. Especificamente, discute-se acerca do dilema turco, reduzido à duas possíveis linhas de conduta: entre a adesão a um comportamento revolucionário, ou a associação às instituições do Eixo Industrial Emergente. Este dilema é confrontado com a trajetória da Turquia desde o fim do Império Otomano, em um esforço histórico explicativo. Quanto à estabilidade estratégica, cumpre-se esclarecer que ela é entendida como o conjunto de elementos que conformam as ‘regras’ do jogo no âmbito de um mundo multipolar. A pergunta que orienta pesquisa é como se dará a inserção internacional da Turquia? A hipótese que perpassa o texto é a de que, diferentemente de outros momentos, quando a Turquia se viu subjugada pelos condicionantes internacionais, desta vez poderá escolher sua forma de inserção no SI. O artigo divide-se em cinco partes. A primeira diz respeito ao predomínio da necessidade na trajetória das RI da Turquia. A segunda trata da herança legada pela coerção extraeconômica, da qual os EUA se valeram durante a unipolaridade e dos desafios que isso impõem para a estabilidade estratégica – que deve ser enfocada em uma perspectiva multidimensional. A terceira parte trata da inserção da Turquia no Eixo Sul-Sul – ficando em aberto saber se ocorrerá também uma adesão às suas instituições. A quarta parte trata da conduta revolucionária. Por fim, a quinta e última parte, do papel do Oriente Médio no desfecho do dilema turco.

PALAVRAS-CHAVE

Política Externa da Turquia; Estabilidade Estratégica; Inserção Internacional; Comportamento Revolucionário; Eixo Sul-Sul.

Recebido em 28 de março de 2024

Aprovado em 22 de junho de 2024

AS ESCOLHAS ESTRATÉGICAS DA ÍNDIA NO MUNDO MULTIPOLAR

Surendra Kumar Yadawa¹

1 Introdução

A era que vai desde a crise financeira global de 2008 até os desafios contínuos da COVID-19 deu início a uma mudança transformadora na ordem global. Essa era de incertezas tem implicações e expectativas únicas para potências médias, como Índia, Brasil, Alemanha e África do Sul, à medida que ascendem a maiores responsabilidades globais. Em meio a essa transformação, a Índia precisa redefinir suas relações com diversas potências e, ao mesmo tempo, proteger seus interesses nacionais e adotar alianças estratégicas nas negociações com países vizinhos e grandes potências. As décadas anteriores foram caracterizadas por fases distintas - inicialmente, um mundo bipolar durante a Guerra Fria, seguido por uma breve fase unipolar após o colapso da URSS. Entretanto, o cenário contemporâneo é marcado pelo surgimento da multipolaridade, que está remodelando a dinâmica internacional. Sahakyan (2023) argumenta que a ordem mundial não é mais unipolar, e a guerra na Ucrânia comprova esse fato.

A unidade da Índia em meio à diversidade e suas realizações em face dos desafios fornecem uma justificativa convincente para seu maior papel no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Guha, 2012). O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a Índia será a economia global de crescimento mais rápido em 2023, com um desenvolvimento de 6,1%, superando em muito a média de 4% dos mercados emergentes e ultrapassando notavelmente o crescimento médio mundial de 1,2%. A base de consumidores jovens da Índia ocupa uma posição central nas estratégias de crescimento de várias empresas da Fortune 500. Este ano, as presidências simultâneas da Índia no G-20 e na Organização de Cooperação de Xangai (SCO) ressaltam suas aspirações de ser uma força global de liderança, e não apenas de equilíbrio (Vaishnav, 2023, 14 de abril). Além disso, a projeção é de que a Índia mantenha seu status de grande economia de crescimento mais rápido, com uma taxa de crescimento

¹ IMS Unison University. Dehradun, Índia. E-mail: skyinnervoice@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4138-5974>.

de 5,9% este ano. Como o primeiro-ministro Narendra Modi proclamou recentemente, “chegou a hora da Índia” (Zakaria, 2023, 28 de abril).

Além de suas proezas econômicas, a Índia tem o potencial de conquistar admiração não apenas por seu crescimento econômico, mas também pelos valores que defende. Essa visão posiciona a Índia como uma força incrível, que sintetiza tanto o crescimento quanto os princípios éticos (Zakaria, 2023, 28 de abril). No contexto deste século em evolução, uma mudança transformadora da unipolaridade para a multipolaridade reconfigurou significativamente o cenário geopolítico global. Mukherjee (2020) diz que “o mundo está em fluxo, tanto em termos da distribuição global de poder em transformação quanto do compromisso cada vez menor dos Estados Unidos com a ordem internacional”. O aumento da influência das potências regionais e a diminuição do domínio dos gigantes globais tradicionais precipitaram uma nova era na diplomacia internacional. Nesse cenário fluido, a Índia surgiu como um ator fundamental, pronto para moldar os assuntos globais em meio às mudanças na dinâmica do poder. Sullivan de Estrada (2023) argumenta que a Índia está contestando ativamente e, de certa forma, reconfigurando as narrativas de legitimação.

Ao mesmo tempo, a ascensão da China e de outras grandes potências remodelou o equilíbrio do poder global, enquanto a ordem internacional, antes dominada pelo Ocidente, enfrenta uma pressão crescente (Keukeleire e Delreux, 2022). Essa estrutura internacional transformadora capacitou atores regionais como a Índia a se envolverem ativamente no cenário global. Ao navegar por essa realidade multipolar, a Índia enfrenta uma intrincada tapeçaria de perspectivas e desafios em sua busca por objetivos de política externa. Dentro desse intrincado tecido, a tarefa da Índia abrange o gerenciamento de interesses concorrentes, a mitigação de rivalidades geopolíticas e a abordagem de preocupações de segurança regional e global. Em meio a essa dinâmica complexa, este documento procura destacar os desafios multifacetados que a Índia deve enfrentar com habilidade na busca de objetivos de política externa em um mundo multipolar. Ao se aprofundar nas sutilezas desse cenário global em evolução, o documento se esforça para esclarecer as opções estratégicas e as metodologias diplomáticas que a Índia pode adotar estrategicamente para otimizar sua influência e garantir seus interesses nacionais.

1.1 Objetivo da pesquisa

Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as oportunidades enfrentados pela Índia em sua trajetória para a ordem mundial multipolar,

com foco em seus objetivos de política externa. Ele busca explorar como a Índia pode equilibrar efetivamente diversos interesses, gerenciar rivalidades geopolíticas e lidar com preocupações de segurança a fim de aumentar sua influência global.

1.2 Perguntas de pesquisa

1) Quais são os principais fatores que influenciam a abordagem e as iniciativas políticas da Índia para navegar pela multipolaridade e como o posicionamento geopolítico e a dinâmica regional da Índia afetam sua estratégia para lidar com as potências regionais?

2) Como o crescimento econômico e a agenda de desenvolvimento da Índia se alinham com sua abordagem sobre a multipolaridade e qual é o papel que ela desempenha na formação de suas decisões estratégicas?

3) Quais são as implicações das relações da Índia com as principais potências globais, como os Estados Unidos, a China e a Rússia?

4) Como o envolvimento da Índia com instituições multilaterais, como as Nações Unidas e organizações regionais, contribui para sua estratégia de navegação na multipolaridade?

1.3 Metodologia de pesquisa

Este estudo emprega uma abordagem de pesquisa qualitativa abrangente para analisar os desafios e as estratégias da política externa da Índia no contexto da mudança da ordem mundial multipolar. Ele envolve uma revisão completa da literatura acadêmica, documentos de políticas e opiniões de especialistas para identificar as principais tendências e desafios. A análise se concentra no equilíbrio de interesses, no gerenciamento de rivalidades e na abordagem de preocupações de segurança, fornecendo insights sobre abordagens diplomáticas eficazes para a Índia.

2 Discussão

2. A política externa da Índia, e sua abordagem tradicional de não alinhamento durante a era da Guerra Fria, foi moldada por vários fatores históricos. Esses fatores incluem o passado colonial da Índia, sua busca por autonomia estratégica e seu compromisso com a paz e a estabilidade globais. “Em vez de aderir a qualquer um dos dois blocos, a Índia, juntamente com muitas das então recém-independentes colônias, criou o Movimento dos Não Alinhados” (Ranjan, 2022). A longa história de colonização da Índia pelo Império Britânico influenciou muito sua perspectiva de política externa. A

experiência de ser governada por uma potência estrangeira por quase 200 anos promoveu um forte senso de nacionalismo e autodeterminação entre os líderes indianos. A luta pela independência e o subsequente processo de descolonização moldaram a abordagem da Índia em relação às relações internacionais. O passado colonial da Índia incutiu uma profunda aversão à interferência externa e um compromisso com a soberania e a integridade territorial. Esse contexto histórico desempenhou um papel significativo na formação do processo decisório da política externa da Índia, promovendo um desejo de autonomia e independência em seus compromissos internacionais. A ideologia central do BJP (Bharatiya Janata Party, em português Partido do Povo Indiano) e a promessa de derrubar radicalmente esse consenso nehruviano são então retomadas e testadas empiricamente em relação a três importantes teatros da política externa indiana desde 1998: proliferação nuclear, relações com o Paquistão e laços com os EUA (Chaulia, 2002).

3. A busca da Índia por autonomia estratégica foi outro fator importante na formação de sua política externa durante a era da Guerra Fria. A Índia, sob a liderança do primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, procurou se estabelecer como líder dos países recém-independentes do Sul Global. Nehru imaginou uma ordem mundial em que os países pudessem manter sua independência e seguir seus próprios caminhos de desenvolvimento, sem se alinharem às superpotências. O desejo da Índia por autonomia estratégica levou à formulação do Movimento dos Não Alinhados (MNA) em 1961. O MNA tinha como objetivo fornecer uma plataforma para que os países em desenvolvimento promovessem seus interesses coletivos e resistissem às pressões da rivalidade da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. A Índia, juntamente com outras nações que pensam da mesma forma, defendeu uma política de não alinhamento, o que significava evitar alianças formais e manter uma distância equidistante das duas superpotências.

O compromisso da Índia com a paz e a estabilidade globais também desempenhou um papel crucial na formação de sua política externa durante a era da Guerra Fria. Os líderes da Índia acreditavam nos princípios de coexistência pacífica, desarmamento e resolução pacífica de conflitos. Como um país que havia passado por uma longa e árdua luta pela independência, a Índia tinha empatia com as aspirações de outras nações que buscavam se libertar do domínio colonial. A Índia apoiou ativamente o processo de descolonização e defendeu os direitos de autodeterminação de todas as nações. A Índia também desempenhou um papel de destaque nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, demonstrando seu compromisso com a manutenção da paz e da estabilidade globais. O envio de tropas indianas para várias zonas de conflito em todo o mundo destacou a dedicação

da Índia aos esforços internacionais de manutenção da paz. Em resumo, a política externa da Índia e sua abordagem tradicional de não alinhamento durante a era da Guerra Fria foram moldadas por fatores históricos, como seu passado colonial, a busca por autonomia estratégica e o compromisso com a paz e a estabilidade globais. Esses fatores influenciaram a tomada de decisões da Índia e a posicionaram como defensora da independência, do não alinhamento e da coexistência pacífica no cenário global.

4. O equilíbrio do poder econômico entre as nações vem mudando ao longo dos anos. As economias emergentes, como a China, o Brasil, a África do Sul e a Índia, vêm ganhando influência e desafiando o domínio das potências econômicas tradicionais, como os Estados Unidos e a União Europeia. Essas mudanças podem levar a novas alianças, padrões comerciais e estratégias geopolíticas. Os rápidos avanços tecnológicos continuam a revolucionar vários setores e sociedades em todo o mundo. Os desenvolvimentos em inteligência artificial, automação, energia renovável e biotecnologia podem alterar os mercados de trabalho, as estruturas econômicas e as capacidades militares. As mudanças climáticas representam desafios significativos e afetam a dinâmica global. O aumento do nível do mar, os eventos climáticos extremos e a escassez de recursos podem exacerbar as tensões existentes, forçar a migração e afetar as economias. A cooperação internacional e a competição por recursos e questões ambientais provavelmente aumentarão. As lutas pelo poder entre as nações podem se intensificar devido às mudanças no cenário global. As rivalidades existentes, como a que existe entre os Estados Unidos e a China, e as novas tensões geopolíticas podem moldar alianças e conflitos. A pandemia de COVID-19 destacou a interconexão dos sistemas de saúde e das economias globais. O surgimento de novas doenças infecciosas e crises de saúde pode remodelar a cooperação internacional e as políticas de saúde. É preciso observar a ordem mundial multipolar emergente, caracterizada pela ascensão de vários centros de poder, incluindo os Estados Unidos, a China, a Rússia e os participantes regionais (Turner, 2009). E analisar os desafios e as oportunidades apresentadas por esse ambiente multipolar para os objetivos da política externa, as preocupações com a segurança nacional e os interesses econômicos da Índia.

5. Em muitas frentes, incluindo demografia, tecnologia, economia, geopolítica e outras, o mundo está passando por um período de profunda agitação. Os paradigmas da política global estão mudando, com novos padrões emergindo claramente na geopolítica - financeira e estrategicamente (Wiseman, 2023). Na última década, várias economias emergentes cresceram mais rapidamente do que as desenvolvidas, mudando a distribuição de renda globalmente a seu favor. A China tem a segunda maior economia do

mundo, atrás dos Estados Unidos e à frente do Japão (Morrison, 2019). O cenário econômico global está mudando, e o centro de gravidade econômico está se deslocando do Ocidente para o Oriente. Mike Pence, um político americano, disse em 16 de fevereiro de 2019: “Não podemos garantir a defesa do Ocidente se nossos aliados ficarem dependentes do Oriente”. Emmanuel Macron argumentou: “Veja a Índia, a Rússia e a China, por exemplo. Eles têm muito mais inspiração política do que os europeus de hoje. Eles adotam uma abordagem lógica do mundo, têm uma filosofia genuína, uma desenvoltura que, até certo ponto, perdemos. Portanto, tudo isso tem um grande impacto sobre nós e embaralha as cartas” (The Munich Report, 2020). Em abril de 2022, Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, fez um discurso intitulado “A new global map: European resilience in a changing world” (Um novo mapa global: a resiliência europeia em um mundo em transformação), ela reconheceu que o Ocidente não tinha o monopólio do poder. Apesar de o Ocidente estar perdendo poder relativamente, observou ela, muitos formuladores de políticas ocidentais são contra as propostas de redistribuição mais ampla de poder na governança global (Hashem, 2022). Em 5 de abril de 2023, Macron pediu ao presidente da China, Xi Jinping, que ajudasse a negociar o fim da guerra na Ucrânia (The Wall Street Journal, 2023).

Além disso, no mundo multipolar contemporâneo, não há uma única nação ou grupo de nações que esteja assumindo a liderança para tratar das questões globais. Em outras palavras, novas potências emergentes substituíram o status quo. Novos paradigmas estão surgindo, e os antigos estão desaparecendo. Os esforços da Rússia e da China para que o yuan ultrapasse o dólar americano como a moeda mais negociada na Rússia estão em andamento. O presidente russo, Vladimir Putin, deu a entender que seu país quer usar o yuan no comércio com outros países da África, Ásia e América Latina. É importante ressaltar que a Índia está promovendo ativamente sua moeda no comércio; 18 países concordaram em usar a rúpia no comércio bilateral, e espera-se que mais países se juntem ao grupo (Bhattacharjee, 2023, 14 de março). A China e o Brasil decidiram abandonar gradualmente o dólar em seu comércio e usar suas próprias moedas. A Arábia Saudita declarou publicamente que está pronta para conduzir seu comércio, inclusive o de energia, em outras moedas que não o dólar. Em 5 de junho de 2019, o líder chinês Xi Jinping se reuniu com Putin no Kremlin, e a China e a Rússia concordaram em usar o dólar em seu comércio bilateral.

6. A crise financeira global, a COVID-19 e a guerra na Ucrânia são catalisadoras de tendências que estão em movimento desde a Segunda Guerra Mundial. Surpreendentemente, aqueles que dominaram a ordem

mundial desde a Segunda Guerra Mundial parecem incapazes de pensar pragmaticamente em uma nova ordem mundial. Eles pensam em termos de um jogo de soma zero que pode não se mover na direção certa. A multipolaridade está revelando novas realidades de poder em vários lugares. De forma significativa, realinhamentos geoeconômicos e geopolíticos estão ocorrendo em várias partes do mundo devido ao poder emergente de nações como China, Índia, Indonésia e Brasil. O Oriente Médio e o Norte da África são, sem dúvida, os locais onde isso ocorre. Os países árabes estão diversificando suas alianças estratégicas em função da mudança de interesses e da realidade das relações de poder.

Os árabes estão descobrindo que seus interesses e objetivos estratégicos estão cada vez mais alinhados com várias nações, não apenas com o Ocidente e os EUA. Para avaliar o declínio da influência dos EUA na região árabe, é preciso entender o papel ativo da China na resolução dos conflitos regionais no Iêmen e na Síria. A reaproximação entre a Arábia Saudita e o Irã sob o comando da China é certamente um sinal claro de que os EUA não são o único ator dominante em uma região de alianças e parcerias agora fluidas. Entretanto, isso não está deixando um vácuo. A influência americana está sendo substituída pelos esforços coletivos das nações da região para reestruturar a ordem regional e aprofundar as parcerias estratégicas com países como a China, a Rússia e a Índia. A era da hegemonia ocidental está encerrada. Independentemente de os Estados Unidos estarem ou não em declínio, a ordem internacional liberal do pós-guerra, sustentada pela primazia militar, econômica e ideológica dos EUA e apoiada por instituições globais que servem ao seu poder e propósito, está chegando ao fim (Acharya, 2018).

Alguns formuladores de políticas dos EUA e do Ocidente ainda consideram a região como sujeita à unipolaridade; os líderes árabes não querem que nenhuma potência ou grupo de nações tenha o monopólio dos assuntos regionais. Não limitar nossas parcerias aos EUA ou ao Ocidente, mas expandi-las para potências emergentes, como China, Rússia e Índia. “O século XXI é considerado a era asiática, pertencente à China e à Índia. A Guerra Fria e os impactos crescentes da globalização estão fazendo com que a Índia redefina sua posição e seu papel em nível regional e global” (Bava, 2007).

Esse é o motivo da busca de participação em organizações como a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) da China e o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, etc.). O BRI também inclui o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), com sede em Pequim, e o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, etc.), e seu Novo Banco de Desenvolvimento (NDB),

com sede em Xangai. Estrategicamente, não é verdade que os árabes não queiram continuar seu relacionamento com os EUA e as potências ocidentais. Entretanto, as nações árabes querem estabelecer relações com países com base em interesses e benefícios mútuos.

A futura direção estratégica do mundo árabe ajudará a determinar como se desenrola o jogo da competição entre as grandes potências e como ela contribui para moldar a dinâmica internacional e regional. Os árabes estão estratégica, demográfica e geograficamente bem-posicionados para emergir como um polo de influência global. O mundo árabe é um ator decisivo no equilíbrio de poder. A natureza mutável do presente é nada menos que a mudança na governança global. A mudança se acelerou somente após a crise financeira global (2008). A grande mudança ganhou um novo impulso após as crises da COVID-19 e da Ucrânia. A guerra na Ucrânia demonstra uma batalha entre aqueles que apoiam os privilégios e o status quo e outros que clamam por igualdade e justiça na distribuição do poder. O processo de multipolaridade global é visto como a Rússia lutando por seu papel e relevância globais, a autonomia estratégica cuidadosamente elaborada da Índia, o ressurgimento dos árabes e o despertar político em outras áreas.

7. A Alemanha e a França estão cada vez mais tomando decisões de forma independente para proteger seus interesses nacionais. O chanceler federal Olaf Scholtz fez uma visita de um dia à China, o primeiro líder europeu a visitar o país desde a pandemia da COVID, atraindo críticas dos EUA e de seu próprio partido. As consequências da inclinação asiática do capitalismo mundial e a eventual superação do legado da ordem mundial colonial são especialmente evidentes na crescente solidariedade e expansão do BRIC. A mudança do centro de gravidade econômica das democracias transatlânticas ricas para a Ásia ajudou a definir a ascensão da China dentro da rede de relações comerciais bilaterais com a ASEAN. Os países asiáticos em termos de população, como China, Índia e Indonésia, sustentam grandes mercados domésticos. A guerra da Ucrânia e a anexação russa dos estados orientais da Crimeia e de Donbas reduziram as chances da Rússia para ocupar o lugar de um polo poderoso na ordem multipolar. A ordem mundial liberal se expandiu e se fortaleceu com a liberalização econômica na China e na Índia e com o fim da Guerra Fria. E embora os defensores dessa ordem tenham comemorado sua expansão, eles ainda presumiam que seu principal desafio viria das potências em ascensão (Acharya, 2017).

8. A China deve ser um concorrente e também uma inspiração para que a Índia se torne um ator global. Os cenários internacional e regional são muito voláteis. A Índia não deve permitir que os eventos a atinjam, é melhor antecipá-los e analisá-los com antecedência. Desde a revolução de 1949, o

nacionalismo comunista e a ascensão econômica, nossa compreensão da China tem sido inadequada. A Índia não percebeu a importância do assento no Conselho de Segurança da ONU. A chegada da China ao cenário global como uma superpotência tem repercussões em termos de vários desafios estratégicos. A dinâmica EUA-China como uma nova ordem mundial emergente é um grande desafio para os formuladores de políticas da Índia. A era da globalização que facilitou a ascensão dramática da China provavelmente chegou ao fim. Quando alguém aprender a dinâmica complexa da ordem econômica mundial, só então a Índia poderá executar políticas estratégicas em uma nova ordem. O mundo começou a notar a ascensão da Índia quando Nova Délhi assinou um pacto nuclear com os EUA em julho de 2005, mas esse avanço é apenas uma dimensão da transformação da política externa indiana que ocorreu desde o fim da Guerra Fria (Mohan, 2006).

9. Atualmente, o Ocidente reconhece o potencial da Índia para se equiparar à China, com profundidade e habilidades, no longo prazo. Saran (2022) adverte que a Índia deve ter cuidado com o abismo econômico que torna a China menos sensível aos interesses da Índia e exibe um limiar mais baixo de tolerância em relação a ela. Mas uma Índia ambiciosa deve seguir um curso econômico semelhante, criando um ecossistema tecnológico e de conhecimento que promova a rápida inovação e assimilação. A Índia deve seguir meticulosamente essa lógica, que foi adotada pela maioria das nações desenvolvidas. A Índia é o único país que tem a profundidade civilizacional, a população e as habilidades gerenciais, técnicas e empresariais significativas para competir com a China - e mais, de forma sustentável e a longo prazo. A China é um dos desafios estratégicos mais difíceis para a Índia. Consequentemente, o movimento bilateral de empurrar e mover-se sobre a fronteira tem anos de reviravoltas. Seguindo a perspectiva liberal, o Primeiro-Ministro PV Narasimha Rao decidiu priorizar a administração da fronteira ao invés de uma solução política. A estratégia da Índia contra um oponente muito mais forte, é concentrar os esforços diplomáticos em convencer a China de que qualquer desventura resultaria em uma guerra em grande escala, que afetará as relações de longo prazo (Menon, 2018).

10. Na competição geopolítica com a Índia no sul da Ásia, a China teve mais sucesso ao criar uma oportunidade entre a Índia e os estados menores que eram tradicionalmente próximos de Nova Délhi devido a fatores geográficos e culturais (Mosca, 2020). Entretanto, mesmo aqui, as relações nos estados do sul da Ásia se beneficiaram da rivalidade gerenciada pela Índia e pela China. “A psicologia política das relações sino-indianas e dos papéis desses dois países na compreensão da política mundial contemporânea e da abordagem de duas das potências emergentes da Ásia entre si e com relação à ordem

global” (Miller, 2020). O principal motivo para as manobras estratégicas das nações menores é a ausência de um equilíbrio de poder entre a China e a Índia, o que permitiu que os Estados menores se enfrentassem. A Índia vem adotando uma combinação de engajamento diplomático, equilíbrio rígido limitado e políticas de equilíbrio suave em relação à China. A política da Índia sugere uma abordagem de esperar e observar, enviando uma mensagem às outras potências de que ações benignas criarão respostas, enquanto medidas agressivas podem resultar em equilíbrios rígidos (Paul, 2019).

As oportunidades internacionais passadas e as estratégias futuras exigem mudanças históricas. A posição geopolítica da Índia tornou estrategicamente importante manter uma posição-chave. O crescente recurso a medidas unilaterais por parte das grandes potências representa um dos maiores desafios ao multilateralismo contemporâneo, que é um princípio fundamental da cooperação internacional e é essencial para criar um ambiente externo favorável. A Índia tem sido proativa no uso do multilateralismo para atingir seus objetivos. Menon (2021) considera a Índia como central para a geopolítica da Ásia e, ao mesmo tempo, distante dela, é uma contribuição importante para nossa compreensão dessa grande potência em ascensão neste século asiático. Nesse processo, a Índia contribuiu significativamente para a rápida transformação da ordem mundial, impulsionada por seus ambiciosos programas de desenvolvimento socioeconômico, que são orientados por suas demandas de comércio internacional. O fato de esse comércio ser responsável por até 40% do produto interno bruto (PIB) da Índia ressalta a importância fundamental da interligação entre as aspirações da Índia e a necessidade de cooperação internacional por meio do multilateralismo.

O *hard power* de uma nação é definido pela capacidade de alterar o comportamento de outras pessoas para obter o que se deseja. *Soft power* é a capacidade de conseguir isso por meio de “atração” em vez de “coerção” (*hard power*). Sem, de forma alguma, impedir ou limitar o desenvolvimento do *hard power* de uma nação, é bastante visível que a estratégia de projeção do *soft power* pela Índia deve ser priorizada como o caminho da política externa primária.

II. A política internacional pode enfrentar dificuldades no mundo multipolar de hoje, com seus rivais, desequilíbrios de poder e choques de valores. No entanto, quando a rivalidade entre seus dois principais polos não pôde mais ser contida, outros foram forçados a escolher um lado. Nova Délhi não pode permitir que preconceitos e suposições atrapalhem. Os dogmas de Délhi agora estão impedindo o progresso da Índia. Nossa política nacional não pode ser estática em um ambiente complexo e em evolução se quisermos atingir metas ainda mais constantes. Alguns exemplos incluem a Guerra de

Bangladesh de 1971, o Reposicionamento Econômico e Político de 1991, os Testes Nucleares de 1998 e o Acordo Nuclear Índia-EUA de 2005. De fato, a Índia só conseguiu fazer ajustes significativos a seu favor por meio de uma série de revoltas.

De 1946 a 1962, a primeira fase poderia ser caracterizada como uma era de não alinhamento. Em um mundo bipolar, o objetivo da Índia era resistir às escolhas restritivas e, ao mesmo tempo, proteger sua soberania, reconstruir sua economia e consolidar sua integridade. A meta da Índia era liderar a Ásia e a África na busca de uma ordem mundial mais equitativa e justa. “Esse foi o auge de Bandung e Belgrado, o auge da solidariedade do Terceiro Mundo. Também vimos uma diplomacia indiana energizada em todos os lugares, desde a Coreia e o Vietnã até Suez e Hungria. Por alguns anos, nossa posição no cenário mundial parecia garantida. O conflito de 1962 com a China não apenas encerrou esse período, mas o fez de uma maneira que prejudicou significativamente a posição da Índia.” (Jaishankar, 2020).

De 1962 a 1971, a segunda fase é uma década de realismo e recuperação. A Índia adotou escolhas mais pragmáticas em relação à segurança e aos desafios políticos. De 1971 a 1991, a terceira fase foi uma das maiores afirmações regionais. Ela começou com a criação de Bangladesh e a mudança de paradigma nas relações entre a Índia e o Paquistão, mas chegou ao fim com a desventura da Força de Manutenção de Paz Indiana (IPKF) no Sri Lanka. A quarta fase foi marcada pela queda da URSS e pelo estabelecimento de um mundo unipolar. Isso incentivou a Índia a se voltar para a proteção da autonomia estratégica. A Política do Olhar ao Leste (Look East Policy) mudou a abordagem indiana em relação aos assuntos mundiais, como o envolvimento com Israel. Essa quinta fase exigiu um ato de equilíbrio, resultando no acordo nuclear entre a Índia e os EUA, em uma melhor compreensão do Ocidente e em uma causa comum com a China.

É preciso reconhecer o ethos da Índia, que sendo uma política democrática, uma sociedade pluralista e uma economia de mercado, a Índia pode crescer junto com os outros, não separadamente. A Índia precisa superar três fardos do passado: primeiro, a partição de 1947 reduziu a força geopolítica da Índia contra a China e criou um inimigo como o Paquistão; segundo, uma reforma econômica atrasada retardou a história de crescimento da Índia; e terceiro, uma espera prolongada no exercício da opção nuclear levou à perda de força estratégica.

12. A COVID-19 permitiu que a Índia projetasse inovação em farmácia e se engajasse na diplomacia de vacinas. A declaração do Dia Internacional da Ioga é uma conquista para demonstrar o estilo de vida saudável tradicional da Índia. A intervenção humanitária da Índia, especialmente na forma de

missões de manutenção da paz da ONU no Congo e na Coreia, serviu para consolidar sua imagem como uma mão amiga, e a ajuda oportuna à Turquia após um terremoto devastador ganhou elogios, e a “diplomacia de desastres” de Nova Délhi serviram como ferramentas potentes para alcançar os países necessitados. Devemos lembrar que a China tem vencido sem lutar, enquanto os EUA estão lutando sem vencer. A questão é ainda mais o crescimento econômico, a influência política e a qualidade de vida. Como resultado, os Estados Unidos perderam seu famoso otimismo.

Em um mundo globalizado, a autonomia estratégica é assegurada por meio da criação de relações de interdependência mutuamente benéficas. Em um mundo interdependente, o fruto do crescimento econômico e do desenvolvimento é buscado quando uma nação é capaz de utilizar os benefícios da interdependência. Portanto, os conceitos de “autonomia” e “autossuficiência” devem ser definidos no contexto da interdependência econômica das nações. A Índia tem capacidade militar para defender sua integridade e segurança territoriais. No entanto, ela terá de manter taxas mais altas de crescimento econômico para poder alterar o equilíbrio estratégico na Ásia e em todo o mundo. Não é o crescimento econômico que detém a chave para o perfil e o poder global da Índia, mas a natureza desse processo de crescimento e a maneira como os desafios econômicos que ela enfrenta decidem o poder real da nação. O atraso social e econômico, as desigualdades e a incerteza política mostram a qualidade do desenvolvimento econômico (Baru, 2016).

13. Atualmente, a segurança não estatal ou segurança não tradicional, como é comumente chamada, não é um pensamento totalmente novo. Foi dada a mesma importância à política de vizinhança da Índia como mais do que um mero subconjunto de sua política externa. Desde a independência da Índia, a vizinhança sempre recebeu atenção especial da liderança. Apesar dos desafios impostos por questões históricas e preocupações sobre sua presença como país dominante na região, isso ficou bastante evidente na escolha de diplomatas experientes para representar a Índia nos países vizinhos e no capital econômico e político que a Índia gasta para manter relações amigáveis com cada um dos países. A estratégia da “Vizinhança Primeiro” (Neighbourhood First no original) é uma extensão lógica da abordagem aos vizinhos da Índia. Iniciativas de política externa, preparação para a defesa, juntamente com inteligência precisa e oportuna sobre ameaças e desafios externos, proezas tecnológicas e crescimento econômico que atraíam investimentos estrangeiros e promovam o comércio seriam alguns dos principais meios para a preservação e o aprimoramento dos interesses nacionais da Índia.

A política externa indiana continua sendo reativa ao ambiente

estratégico, e não às realidades estratégicas. Essa resposta casual aos imperativos estruturais dá pouco resultado quando a Índia está na periferia da geopolítica. Sundaram (2022) afirma que “a busca da Índia por poder deve ser vista em termos geopolíticos, não como arrogância, mas como um impulsionador de longo prazo de suas políticas externa e de segurança”. Ele nos lembra que as estruturas geopolíticas asiáticas, do Irã à Indonésia, são interdependentes e que a agência da Índia no passado trabalhou dentro desse multiverso coexistente na busca de seus interesses. Essa herança deve levar à priorização de conexões em vez de exclusão, à agência prudencial em vez de determinismo geopolítico e a uma orientação de resultados que traga prosperidade para as massas em vez de ostentar as ambições da Índia por prestígio internacional.” Michael (2013) argumenta porquê e como a Índia tem preferido, até agora, processos de negociação bilateral e tem usado uma série de organizações multilaterais para fazer valer seus próprios interesses. A Índia precisa lidar com seu desconforto com a própria noção de poder, especialmente com sua relutância em usar o hard power. A relutância da Índia em aceitar uma compreensão mais sofisticada do poder, em geral, e do poder militar, em particular, continuará a prejudicar a política externa e de segurança indiana. Por sua própria natureza, a política da Índia para o Sul da Ásia precisa ser extremamente dinâmica e ágil. Nos últimos anos, a política “Vizinhança Primeiro” investiu um capital diplomático significativo nela. Contudo, os fatores subjacentes que tradicionalmente têm enquadrado as dificuldades da Índia em acertar sua política de vizinhança permanecem mais fortes do que nunca (Pant, 2019).

3 Conclusão

A ordem mundial emergente provavelmente seguirá o caminho do equilíbrio de poder como seu princípio operacional, em vez da segurança coletiva. A China nunca abandonou o papel de grande contestadora, ao contrário do Japão, da Coreia do Sul e da ASEAN, e seu surgimento não pode ser acomodado na ordem liberal. A capacidade da Índia e da China de trabalharem juntas pode determinar um equilíbrio entre várias frentes. Como diz S. Jaishankar, “a Ásia está sendo moldada em grande parte pela perspectiva da ONU, pelo poder da China, pelo peso da Rússia, pelo coletivismo da ASEAN, pela volatilidade do Oriente Médio e pela ascensão da Índia”. No envolvimento da Índia com o Ocidente, os valores compartilhados e as mudanças estão em andamento.” (Jaishankar, 2020)

O Ocidente e os EUA devem aceitar que o crescimento da Índia é um desenvolvimento estratégico para seus interesses maiores de ordem mundial liberal. Quando se trata da China, o mantra da maturidade estratégica está em

ação entre os dois países. A Índia se refere à sua estratégia como de múltiplos alinhamentos, mas suas interações sistêmicas contrastam fortemente com seu escasso envolvimento em nível regional. Ainda não foi desenvolvida uma estrutura multilateral forte na Ásia e em nível global. A Índia precisa adotar a multipolaridade em vez da neutralidade com o mundo em transformação sem comprometer sua autonomia estratégica.

A política externa da Índia testemunhou uma transformação dramática desde o fim da Guerra Fria (Pant, 2019). A Índia é um ator emergente no mundo multipolar. Ela tem uma economia robusta, uma grande população e um exército em crescimento. As decisões estratégicas tomadas pela Índia nessa nova ordem mundial terão um efeito significativo tanto em nível local quanto internacional. Tradicionalmente, a Índia tem adotado uma política de não alinhamento, mas isso está se tornando cada vez mais irrelevante no ambiente atual. A China é uma potência em ascensão e um grande desafio para os Estados Unidos. A Índia precisa decidir se quer se alinhar com os Estados Unidos ou com a China ou seguir uma política mais independente. A Índia também está enfrentando desafios de seus vizinhos, como o Paquistão e a China. A China está expandindo sua influência no sul da Ásia e no Oceano Índico, o que é uma grande preocupação para a Índia.

As escolhas estratégicas da Índia serão moldadas por vários fatores, incluindo seu desenvolvimento econômico, seu poderio militar, a cooperação regional e suas relações com outros países. A Índia precisará equilibrar seu desejo de manter sua independência com a necessidade de cooperar com outros países para enfrentar desafios comuns. As escolhas estratégicas da Índia em um mundo multipolar serão complexas e difíceis. A Índia precisará ser cuidadosa para evitar tomar decisões que possam comprometer sua segurança ou seu desenvolvimento econômico. Entretanto, a Índia também tem a oportunidade de desempenhar um papel importante na formação da nova ordem mundial. As escolhas que a Índia fizer terão um grande impacto sobre o futuro do mundo multipolar. A Índia tem o potencial de ser uma força importante para o bem no mundo, mas precisará tomar decisões sábias e construir parcerias sólidas com outros países.

4 Referências

- Acharya, A. (2017). After liberal hegemony: The advent of a multiplex world order. *Ethics & international affairs*, 31(3), 271-285. [Google Scholar]
- Acharya, A. (2018). *The end of American world order*. John Wiley & Sons. [Google Scholar]

- Baru, Sanjaya. (2016). *Strategic Consequences of India's Economic Performance*, Tylor and Francis. [Google Scholar]
- Bava, U. S. (2007). India's role in the emerging world order. *Dialogue on Globalization*, Briefing Paper. [Google Scholar]
- Bhattacharjee, Kallol. (2023, March 14)). RBI has allowed banks from 18 countries to trade in rupee: government in Rajya Sabha, *The Hindu*. <https://www.thehindu.com/news/national/rbi-has-allowed-banks-from-18-countries-to-trade-in-rupee-government-in-rajya-sabha/article66619943.ece>
- Chaulia, S. S. (2002). BJP, India's foreign policy and the "realist alternative" to the Nehruvian tradition. *International Politics*, 39, 215-234. [Google Scholar]
- Fukuyama, Francis. (2018, August,14). Against Identity Politics, *The New Tribalism and the Crisis of Democracy*, Foreign affairs. [Google Scholar]
- Guha, R. (2012). India: the next superpower?: will India become a superpower? [Google scholar]
- Hall, I. (2015). Is a 'Modi doctrine' emerging in Indian foreign policy?. *Australian Journal of International Affairs*, 69(3), 247-252. [Google Scholar]
- Hashem, Ebrahim. (2022). The Changing Regional and Global Order – and the Implications for Arabs and the World, *Asian Global Online*. <https://www.asiaglobalonline.hku.hk/changing-regional-and-global-order-and-implications-arabs-and-world>
- Ikenberry, G. J. (2018). Why the liberal world order will survive. *Ethics & International Affairs*, 32(1), 17-29. [Google Scholar]
- Jaishankar, S. (2020). *The India way: Strategies for an uncertain world*. New Delhi. Page 137
- Keukeleire, S., & Delreux, T. (2022). *The foreign policy of the European Union*. Bloomsbury Publishing. [Google Scholar]
- Menon, S. (2021). *India and Asian geopolitics: The past, present*. Brookings Institution Press. [Google Scholar]
- Menon, S. (2018). *Choices: Inside the Making of India's Foreign Policy*. India: Penguin Random House India Private Limited. [Google Scholar]
- Michael, A. (2013). India's foreign policy and regional multilateralism (pp. 57-112). Basingstoke: Palgrave Macmillan. [Google Scholar]
- Miller, M. C. (2020). *Wronged by empire: Post-imperial ideology and foreign policy in India and China*. Stanford University Press. [Google Scholar]

- Mohan, C. R. (2006). India and the Balance of Power. Foreign affairs, 17-32. [Google Scholar]
- Morrison, W. M. (2019). China's economic rise: History, trends, challenges, and implications for the United States. Current Politics and Economics of Northern and Western Asia, 28(2/3), 189-242. [Google Scholar]
- Mosca, M. (2020). From frontier policy to foreign policy: The question of India and the transformation of geopolitics in Qing China. Stanford University Press. [Google Scholar]
- Mukherjee, R. (2020). Chaos as opportunity: the United States and world order in India's grand strategy. Contemporary Politics, 26(4), 420-438. [Google Scholar]
- Munich Security Report (2020). Westlessness https://securityconference.org/assets/user_upload/MunichSecurityReport2020.pdf
- Pant, H. V. (2019). New Directions in India's Foreign Policy: Theory and Praxis India: Cambridge University Press. [Google Scholar]
- Pant, H. V. (Ed.). (2019). India's Foreign Policy: Theory and Praxis. Cambridge University Press. [Google Scholar]
- Paul, T. V. (2019). When balance of power meets globalization: China, India and the small states of South Asia. Politics, 39(1), 50-63. [Google Scholar]
- Ranjan, Amit. (2022). India's foreign policy: shift, adjustment and continuity, The Round Table, 111:3, 381-384. <https://doi.org/10.1080/00358533.2022.2082737>
- Sahakyan, M. (Ed.). (2023). China and Eurasian Powers in a Multipolar World Order 2.0: Security, Diplomacy, Economy and Cyberspace. Taylor & Francis. [Google Scholar]
- Saran, S. (2022). How China Sees India and the World: The Authoritative Account of the India-China Relationship. India: Juggernaut Books. [Google Scholar]
- Sorensen, G. (2017). A liberal world order in crisis: Choosing between imposition and restraint. Cornell University Press. [Google Scholar]
- Sullivan de Estrada, K. (2023). India and order transition in the Indo-Pacific: resisting the Quad as a 'security community'. The Pacific Review, 36(2), 378-405. [Google Scholar]
- Sundaram, S. S. (2022). India and Asian geopolitics: the past, present. [Google Scholar]
- The Hindu (2023, Nov 03). German Chancellor Olaf Scholz's China visit sparks controversy. <https://www.thehindu.com/news/international/>

german-chancellor-olaf-scholz-s-china-visit-sparks-controversy/
article66090667.ece

The Wall Street Journal (2023, April 6). Macron Urges China's Xi to Help Negotiate End to War in Ukraine. <https://www.wsj.com/articles/macron-urges-chinas-xi-to-help-negotiate-end-to-war-in-ukraine-b445e7f6>

Turner, S. (2009). Russia, China and a multipolar world order: The danger in the undefined. *Asian Perspective*, 33(1), 159-184. <https://muse.jhu.edu/article/713301/pdf>

Vaishnav, Milan. (2023, April 14) Is India's Rise Inevitable? The Roots of New Delhi's Dysfunction, *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/reviews/indias-rise-inevitable>

Wiseman, Paul. (2023, April 27). US economy grew at weak 1.1 per cent rate in Q1 in sign of slowdown <https://apnews.com/article/economy-gdp-inflation-federal-reserve-jobs-consumers-5d725b42df6f5364058510bad83afc82>

Zakaria, Fareed (2023, April 28). India's economy is surging thanks to these three revolutions, *The Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/04/28/india-revolutions-economy-growth-future/>

RESUMO

O cenário pós-Segunda Guerra Mundial passou por uma mudança sísmica, cristalizando-se em uma estrutura bipolar com o Ocidente liderado pelos EUA enfrentando a União Soviética, instigando a Guerra Fria. Entretanto, o colapso da URSS em 1991 abalou essa bipolaridade, dando início a uma era de domínio americano (unipolaridade). No entanto, essa ordem global outrora inatacável, liderada pelos EUA, está passando por uma rápida contração. Em seu rastro, um novo paradigma está se desenvolvendo, à medida que novos centros de poder se unem para lidar com insatisfações compartilhadas. Pequim, Moscou e Teerã forjam convergências, conclamando outros a se unirem contra a supremacia liderada pelos EUA. Surpreendentemente, a Arábia Saudita se alinha à Organização de Cooperação de Xangai (SCO) como parceira de diálogo, relegando à antiguidade sua antiga doutrina de petróleo por segurança. Ao mesmo tempo, o Presidente brasileiro defende o fim da supremacia do dólar. Em uma afronta ousada, a Rússia desafia a ordem mundial dos EUA por meio de sua incursão na Ucrânia. Notavelmente, Emmanuel Macron declara Taiwan fora do escopo do Ocidente, potencialmente perfurando a hegemonia americana. Este artigo explora fervorosamente como a crescente ordem mundial multipolar gera arenas para potências regionais, examinando as perspectivas e os obstáculos que Nova Délhi enfrenta ao navegar pela política externa da Índia.

PALAVRAS-CHAVE

Bipolaridade, Multipolaridade, Potência Média, Potência Regional, Unipolaridade, Ordem Mundial.

Recebido em 16 de setembro de 2023

Aprovado em 03 de abril de 2024

Traduzido por João Pedro Lopes Gonçalves

A PRESIDÊNCIA INDONÉSIA DO G20 E A DIPLOMACIA DAS POTÊNCIAS MÉDIAS: CONSTRUINDO PONTES ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Tatok Djoko Sudiarto¹

Febry Triantama²

Bimantoro Kushari Pramono³

1 Introdução

Ao contrário do nível doméstico, a estrutura política internacional carece de uma hierarquia específica e de uma divisão de funções. Neste sentido, a estrutura política interna baseia-se na divisão de poderes, como Executivo, Legislativo e Judiciário. Em contrapartida, a internacional depende da distribuição de capacidades (poder) entre as unidades do sistema. Consequentemente, como entidades do sistema internacional, os países são frequentemente categorizados ou atribuídos a um status com base nos seus respectivos poderes (Waltz, 1979). Além disso, a estrutura política internacional contém três espectros de grupos: grande potência, pequena potência e média potência (Waltz, 1979).

O termo “grande potência” refere-se a nações com vantagens sobre outras. Como resultado, aqueles que se enquadram neste espectro podem influenciar a constelação política internacional. Mudanças na distribuição de

¹ Escola de Diplomacia, Paramadina University. Jakarta, Indonésia. E-mail: tatok.sudiarto@paramadina.ac.id / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2305-0487>.

² Departamento de Relações Internacionais, Paramadina University. Jakarta, Indonésia. E-mail: febry.triantama@paramadina.ac.id / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4586-3198>.

³ Departamento de Relações Internacionais, Paramadina University. Jakarta, Indonésia. E-mail: bimantoro.kusharipramono@lecturer.paramadina.ac.id / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2266-4356>

poder dentro deste espectro poderiam impactar o sistema internacional (Waltz, 1979), como a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. As duas nações eram classificadas como grandes potências com aliados e rivais antagônicos. Como consequência do colapso da aliança do Pacto de Varsóvia, liderado pela União Soviética, os Estados Unidos e a NATO tornaram-se uma única potência global. Este é um exemplo de como a dissolução da União Soviética alterou a distribuição do poder, resultando numa estrutura política internacional unipolar dominada pelos Estados Unidos.

Uma pequena potência é uma nação usualmente tida como carente dos recursos necessários (e.g., população, economia, forças armadas e política) para desempenhar integralmente seu papel num sistema internacional anárquico. Em outras palavras, estas pequenas potências não têm impacto no sistema internacional. No entanto, alguns países possuem enquadramento tanto na categoria de grande potência quanto de pequena potência, uma vez que se delimitam entre os dois extremos opostos do espectro. Portanto, essas nações são chamadas de potências médias (Gilley & O'Neil, 2014).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, a expressão potência média apareceu pela primeira vez num discurso do primeiro-ministro canadense, Mackenzie King, numa discussão sobre a ordem mundial (Mackay, 1969). Noutra ocasião, ele mencionou que era necessário incluir potências médias nas organizações internacionais para criar uma melhor convivência na ordem internacional: “Pelo menos como uma das potências médias, potências médias que deveriam ser trazidas para a organização mundial em alguma forma que reconheça que poder e responsabilidade andam juntos.” Como resultado, o conceito de potência média continua a evoluir, resultando no surgimento de várias definições, indicadores e características de países de potência média (Robertson, 2017).

Potências médias são conceituadas usando pelo menos três abordagens distintas. Primeiro, a abordagem hierárquica enfatiza indicadores quantitativos ou materiais, como população, Produto Interno Bruto (PIB) e despesas militares na determinação do estatuto de um país como potência média (Holbraad, 1984; Karim, 2018; Wood, 1987). Em segundo lugar vem a abordagem comportamental (behavioral approach). Diferentemente da abordagem hierárquica, que enfatiza apenas os fatores materiais, esta também considera e prioriza fatores normativos, tais como o comportamento e o estilo da diplomacia de Estado. Assim, os países de potência média dão prioridade ao multilateralismo, comprometem-se em disputas internacionais e empregam uma boa cidadania internacional nos seus esforços diplomáticos (Cooper et al., 1993; Emmers, 2018; Holbraad, 1984; Karim, 2018; Neack, 2013). Em terceiro lugar, a abordagem de identidade é significativamente

influenciada pelo construtivismo e afirma que o estatuto de um país como potência média resulta da construção intersubjetiva por parte do país e das nações vizinhas (Hurrell et al., 2000).

A Indonésia pode ser colocada dentro deste espectro, com base nestas três abordagens para a identificação de países como potências médias. Além disso, a Indonésia é amplamente reconhecida como um país que promove comportamentos normativos e compromissos diplomaticamente aceitáveis. A familiaridade da Indonésia com o multilateralismo em várias agendas internacionais reflete o seu estatuto de potência média. Isto ocorre provavelmente devido à sua falta de influência dentro da estrutura política internacional. Portanto, como um reflexo de seu poder na política internacional, a Indonésia precisa do acúmulo de força de outras nações, o quem na prática, pode ser acomodado na utilização de fóruns internacionais.

As interações multilaterais são normalmente facilitadas por organizações internacionais, também conhecidas como instrumentos diplomáticos criados pelos Estados para abordar questões globais (Leguey-Feilleux, 2017). Na presidência do G20 em 2022, a Indonésia foi demandada a aproveitar este fórum para resolver questões internacionais. Neste contexto, o país foi obrigado a acomodar diversos interesses e a fornecer soluções estratégicas para muitas questões internacionais.

A pandemia de Covid-19, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e a questão do aquecimento global causaram problemas ou crises multifacetadas. Portanto, a Indonésia propôs o tema “Recuperar Juntos, Recuperar Mais Forte” com três questões como principais prioridades: Transformação Digital, Arquitetura Global de Saúde e Transição Energética (Sekretariat Presiden, 2021). Através do tema e dos pontos focais mencionados acima, a Indonésia apelou a todas as nações para que colaborem, se ajudem mutuamente em seus processos de recuperação e se tornem mais fortes e mais sustentáveis.

Acreditava-se que as principais preocupações da Indonésia estavam relacionadas entre si. O tema da transição energética foi discutido para resolver os problemas do aquecimento global causado pela degradação ambiental devido à industrialização e aos danos ambientais que levam a problemas de saúde desencadeados pela poluição envolvendo emissões de carbono. Apesar destas circunstâncias, percebeu-se que alguns países desenvolvidos com suficiente tecnologia no setor da saúde, com matrizes energéticas novas e renováveis e com tecnologia digital não estavam empenhados em proporcionar aos países em desenvolvimento igualdade de acesso ao conhecimento e à tecnologia, apesar de serem os contribuintes mais significativos para as emissões de carbono. De acordo com Payne, todos os países devem trabalhar em conjunto para enfrentar os problemas de saúde globais, tais como a propagação de

doenças e o surgimento de novos riscos para a saúde, através da troca de informações e da tomada de medidas práticas (Payne, 2008).

Sendo uma potência média, a Indonésia deve servir de ponte entre os países considerados pequenas e grandes potências. As potências médias utilizam o multilateralismo para encorajar a manutenção ou a criação de normas e ordem globais, bem como para se posicionarem como defensores de uma boa cidadania internacional. Portanto, possui características de uma diplomacia de intermediação⁴ ou de construção de pontes, especificamente, posicionando-se como uma ponte ou interligando questões entre pequenas e grandes potências (Cooper et al., 1993; Efstathopoulos, 2018; Neack, 2013; Rozman, 2007; Spero, 2009a; Thies & Sari, 2018).

A presença de organizações internacionais é uma das variáveis mais cruciais a se considerar quando se discute a atual situação política internacional. Como afirmado anteriormente, as interações multilaterais estão se tornando mais recorrentes na sociedade moderna, particularmente em fóruns e organizações internacionais. Existem inúmeros fóruns multilaterais bem conhecidos, como o G20, a Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês) e a ASEAN. A este respeito, apresentam diferenças fundamentais, uma das quais referentes a seus membros, como é o caso do fórum do G20, o qual é composto por vinte das maiores economias do mundo. No entanto, embora o G20 inclua os vinte Estados mais ricos, isso não significa que apenas as grandes potências estejam envolvidas. A este respeito, a maioria dos membros do G20, precisamente onze membros, são classificados como potências médias (Cooper, 2013; Gilley & O'Neil, 2014). Não obstante, não existem pequenas potências na organização.

Além disso, a APEC difere do G20, o qual não inclui membros classificados como pequenas potências. Neste contexto, os membros da APEC incluem grandes potências como os Estados Unidos e a China, potências médias como a Indonésia e a Coreia do Sul, e pequenas potências como o Brunei Darussalam e a Papua Nova Guiné. A APEC procura promover o crescimento econômico e a prosperidade na região da Ásia-Pacífico, facilitar o comércio e investimento e reforçar a cooperação para o desenvolvimento econômico entre os seus membros.

A organização seguinte é a ASEAN, um fórum multilateral formado para desenvolver os setores econômico, social, cultural, defesa e segurança, e vários outros, na região do Sudeste Asiático. Em termos de membros, contém potências médias e várias pequenas potências, como Camboja, Laos e Mianmar. Como anfitrião do G20 e potência média, esperava-se

4 Nota da tradução: Brokerage Diplomacy no original.

que a Indonésia construísse pontes entre várias questões estratégicas das pequenas potências da APEC e da ASEAN e as grandes potências do G20. A representação da Indonésia das aspirações dos países da APEC e da ASEAN na cimeira do G20 refletiu uma forma de diplomacia da intermediação. A partir disso, é essencial avaliar se a Indonésia desempenhou eficazmente o seu papel de ponte no G20.

A avaliação da Presidência indonésia do G20 em 2022 era essencial devido à falta de investigação sobre o assunto em geral. Estudos anteriores que investigaram a Presidência indonésia do G20 destacaram como o governo indonésio utilizou o seu status para promover os sectores económico e turístico (Astuti & Fathun, 2020; Marwan & Isnaeni, 2022). Além disso, de acordo com outros estudiosos, o governo indonésio utilizou instrumentos de soft power, ao fazer uso dos valores culturais e da diplomacia digital (Agung & Intenilia, 2022).

Além dos três estudos anteriores que se centraram na avaliação da Presidência indonésia do G20, os investigadores descobriram mais investigações que tentaram fornecer estratégias para melhorar o status da Indonésia. Foram discutidas abordagens psicanalíticas e de psicologia política para ajudar a Indonésia a cumprir as suas responsabilidades na Presidência do G20 em meio à crise geopolítica. Acreditava-se que a utilização destas abordagens poderia garantir o sucesso da Presidência do G20 e aumentar o estatuto e o prestígio da Indonésia como nação capaz de atuar como pacificadora (Nugraha et al., 2022).

Este estudo investigou se a Indonésia poderia implementar a sua diplomacia de intermediação a favor da APEC e da ASEAN no âmbito do G20. Nesta investigação, parte-se do pressuposto que se a Indonésia se posicionasse como um elo ou conector, as suas três agendas prioritárias no G20 teriam narrativas semelhantes às da APEC e da ASEAN. Neste contexto, a APEC e a ASEAN tinham várias aspirações relativas à arquitetura global da saúde, à transformação digital e à transição energética. Portanto, como seria de esperar de uma potência média, a Indonésia deveria ter levantado estas questões no G20.

Com base na explicação anterior, este estudo foi conduzido para responder à seguinte questão de pesquisa: Como é que as agendas da Indonésia relacionadas ao G20 se comparam com as aspirações dos países da APEC e da ASEAN? Para avaliar a relação entre as agendas do G20 e as aspirações das nações da APEC e da ASEAN, os investigadores selecionaram um período que vai desde o início da Presidência, em 1 de Dezembro de 2021, até meados de Junho de 2022.

2 Métodos de Pesquisa

Esta pesquisa utilizou uma pesquisa nas redes (Web Scraping, no original), também conhecido como mineração de dados (Data Mining no original), como técnica de coleta de dados. Isto foi empregado para buscar dados de um site pré-definido (Zhao, 2017). Dessa forma, as informações coletadas para esta pesquisa consistiram em dados secundários obtidos do diretório do Google. A este respeito, os dados relacionados com o G20 foram recolhidos em portais de notícias que publicaram as três agendas da Indonésia no G20. Em relação à APEC e à ASEAN, os dados foram obtidos dos sites oficiais da APEC (www.apec.org) e da ASEAN (asean.org). Todas as informações foram coletadas no período entre dezembro de 2021 e junho de 2022. As narrativas contidas nos dados da pesquisa foram posteriormente mapeadas por meio de análise de conteúdo.

Figura 1 - Processo de coleta de dados⁵



A Figura 1 ilustra que o processo de coleta de dados começou com a determinação do contexto seguindo as três agendas do G20. Esse contexto foi posteriormente utilizado como premissa para a extração dos dados necessários do Google, seguida de análise de conteúdo.

Tabela 1 - Variáveis, indicadores e palavras-chave da Arquitetura Global da Saúde usadas para coletar dados

Variável	Indicadores	Palavras-chave
Arquitetura Global da Saúde	Resiliência do Sistema Global de Saúde	Recursos de saúde, acesso inclusivo à saúde, mecanismo de financiamento da saúde, ameaça global à saúde, fundo de emergência sanitária, desigualdade vacinal global, distribuição equitativa de vacinas, desigualdade no acesso à saúde, fortalecimento

⁵ Nota da tradução: definição de palavras-chave, procura de dados no Google e análise de conteúdo.

		dos recursos humanos para os profissionais de saúde, fundo de saúde global, acesso suficiente ao financiamento
	Harmonização dos Protocolos-Padrão de Saúde Globais	Conectividade do sistema de informação em saúde, diretrizes globais de saúde, aprovação de vacinas
	Redistribuição dos Centros de Manufatura e dos Centros de Pesquisa Global	Colaboração em pesquisa em saúde, transferência de tecnologia em saúde, diversificação de centros de produção, rede global de vigilância genômica, colaboração em pesquisa, compartilhamento de informações e dados sobre patógenos, compartilhamento de dados sobre vírus, compartilhamento de dados de sequência do genoma, transferência de tecnologia de vacinas

A tabela acima descreve as variáveis, indicadores e palavras-chave usadas para coletar dados sobre a Arquitetura Global da Saúde.

Tabela 2 - Variáveis, indicadores e palavras-chave da Transformação Digital usados para coletar dados

Variável	Indicadores	Palavras-chave
Transformação Digital	Conectividade e recuperação pós-pandemia	Equalização do acesso digital, efetivação do acesso à Internet, conectividade digital, inovação do setor financeiro digital, inclusão do setor financeiro digital, recuperação econômica, participação empresarial, desenvolvimento da economia digital, ecossistema digital inclusivo, digitalização da economia, economia digital, utilização da tecnologia digital
	Alfabetização e Habilidade Digital	Alfabetização em finanças digitais, equalização das competências digitais, melhoria da Alfabetização digital, desenvolvimento dos recursos humanos digitais, desigualdade digital
	Fluxo de Dados Transfronteiriços	Proteção de dados pessoais, validade de dados, transparência de dados, segurança de dados digitais, utilização de dados transfronteiriços

A tabela acima mapeia as variáveis, indicadores e palavras-chave utilizadas para coletar dados sobre Transformação Digital.

Tabela 3 - Variáveis, indicadores e palavras-chave da Transição Energética usados para coletar dados

Variável	Indicadores	Palavras-chave
Transição Energética	Acesso	Acesso à energia limpa, acessibilidade à energia, acesso equitativo à energia, serviços de energia a preços acessíveis, desigualdade no acesso à energia, melhoria do acesso à energia
	Tecnologia	Desenvolvimento de energias renováveis, transferência de tecnologia, inovação em tecnologia de energia limpa, tecnologia ecologicamente correta, tecnologia de baixo carbono, tecnologia de captura de carbono
	Captação de Investimentos	Investimento em energias novas e renováveis, captação de investimento para energias novas e renováveis, investimento em transição energética, captação de investimentos para transição energética, financiamento em transição energética, investimento em energia verde, financiamento em energia verde

A tabela acima descreve as variáveis, indicadores e palavras-chave necessárias para compilar dados sobre Transição Energética.

A presente investigação utilizou o método CADS (Corpus-Assisted Discourse Study) para análise dos dados. Este método foi incorporado para analisar padrões em um discurso, examinando a frequência de palavras que ocorrem mais comumente, executando cálculos quantitativos e analisando dados (Kusumasari, et al., 2021). Além disso, os pesquisadores utilizaram o software MAXQDA 2020 para quantificar dados textuais e analisar os padrões dos textos selecionados.

3 Descobertas

Os pesquisadores descobriram vários padrões informativos que poderiam ser generalizados com base nos dados processados. A este respeito, os padrões relevantes foram analisados com base na forma como a Presidência Indonésia do G20, a APEC e a ASEAN articularam as três agendas na cimeira do G20.

Tabela 4

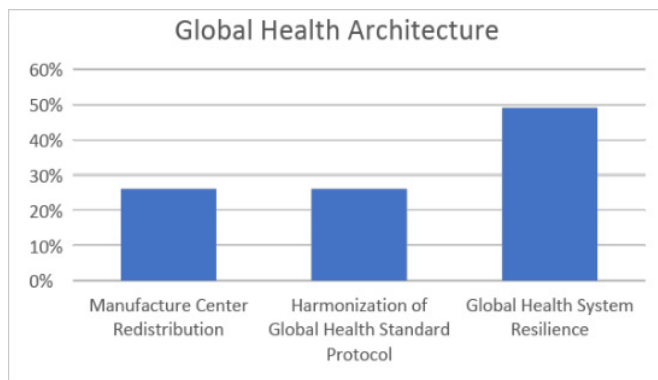
Agenda	G20 (Presidência da Indonésia)	APEC	ASEAN
Saúde	Recursos do Fundo de Saúde e Melhoria do Acesso à Saúde	Recursos do Fundo de Saúde e Melhoria do Acesso à Saúde	Redistribuição da Manufatura
Transformação Digital	Recuperação Econômica através da Conectividade da Economia Digital	Recuperação Econômica através da Conectividade da Economia Digital	Recuperação Econômica através da Conectividade da Economia Digital
Transição Energética	Financiamento em Tecnologia e Investimento em Energia Renovável	Financiamento em Tecnologia e Investimento em Energia Renovável	Transferência de Tecnologia e Disponibilidade de Tecnologia

As narrativas da Indonésia no G20 e na APEC sempre enfatizaram o acesso ao financiamento e à recuperação econômica. A agenda da presidência indonésia no G20 e dos países do ASEAN no que se refere à Transformação Digital possui um formato e estrutura narrativa similar. Enquanto isso, o acesso aos meios de produção e a descentralização das cadeias logísticas globais são principalmente dominados pelos padrões narrativos da ASEAN sobre questões de Saúde e Energia.

3.1 Arquitetura Global de Saúde

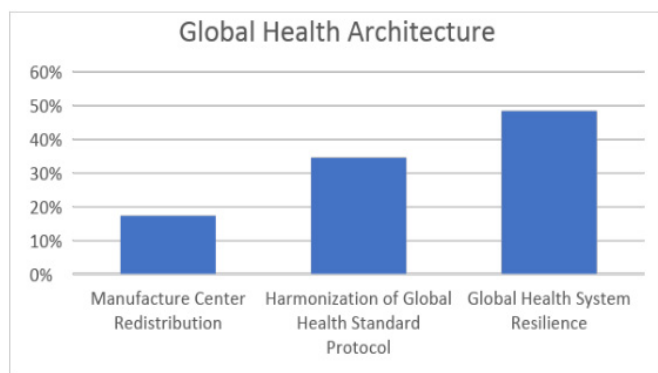
Houve três sub agendas dentro da agenda para fortalecer a Arquitetura Global de Saúde: 1) Resiliência do Sistema Global de Saúde, ou Resiliência do Sistema de Saúde; 2) Harmonização dos Padrões do Protocolo Global de Saúde, ou Padronização do Protocolo; 3) Redistribuição do Centro de Fabricação e Hub de Conhecimento, ou Redistribuição da Manufatura. Segue-se uma análise de conteúdo da agenda da Indonésia para a cúpula do G20.

Figura 2 - Análise de Conteúdo da Agenda da Arquitetura Global da Saúde



De acordo com a figura anterior, a Resiliência do Sistema de Saúde foi a narrativa mais citada, com 49% das menções, seguida pela Padronização de Protocolos e Redistribuição da Manufatura, com 26%. Os padrões de narrativas no website da APEC assemelhavam-se aos do G20. Neste sentido, a APEC priorizou a Resiliência do Sistema de Saúde, seguida pela Harmonização Global & Protocolo e Centro de Redistribuição em Inovação em Saúde.

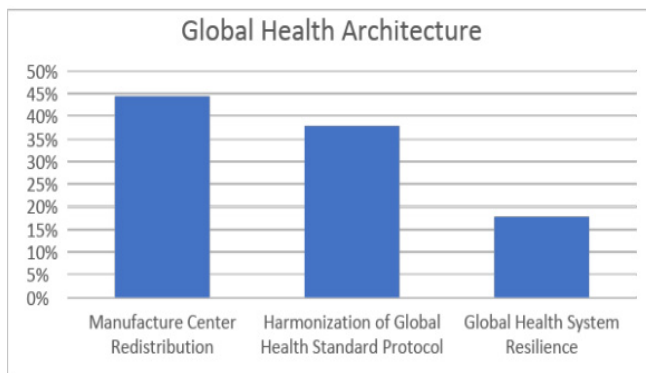
Figura 3 - Análise de conteúdo da agenda sobre Arquitetura Global da Saúde da APEC



Com base na figura acima, a Resiliência do Sistema de Saúde passou a ser a narrativa mais citada, com 48,3%. A Padronização de Protocolos ficou em segundo lugar com 34,5%, seguida pela Redistribuição de Fabricação com 17,5%. Assim, o G20 e a APEC tinham padrões de dados idênticos, distinguindo-os da ASEAN, que preferiu concentrar-se na Redistribuição do

Centro de Inovação em Saúde, com base na análise de conteúdo.

Figura 4 - Análise de conteúdo da agenda da Arquitetura Global da Saúde da ASEAN

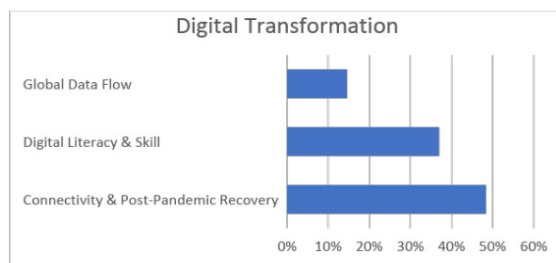


A figura acima revela que a Redistribuição do Centro de Inovação em Saúde foi a narrativa mais mencionada, com 44,4%, seguida pela Padronização de Protocolos com 37,8% e Resiliência do Sistema Global de Saúde, com 17,8%.

3.2 Transformação Digital

Havia três sub agendas dentro da agenda da Transformação Digital, nomeadamente Conectividade & Recuperação Pós-Pandemia, Alfabetização e Competências Digitais e Fluxo Global de Dados.

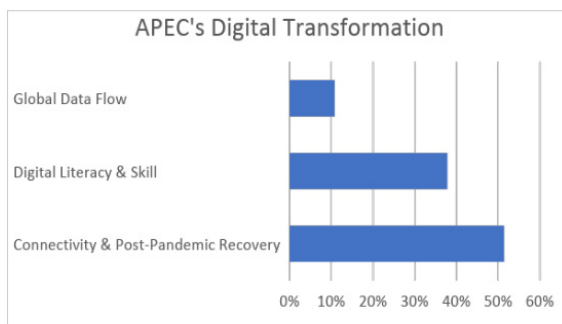
Figura 5 - Análise de conteúdo da agenda sobre Transformação Digital



De acordo com a figura anterior, a Conectividade & Recuperação Pós-Pandemia foi a narrativa mais citada, representando 44% do total de ocorrências. Foi seguida por Alfabetização e Competências Digitais (37%) e

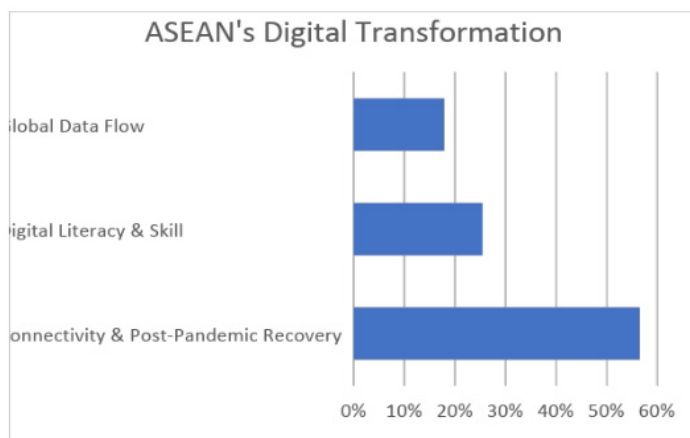
Fluxo Global de Dados (14,6%), respectivamente. Além das três sub agendas para fortalecer a transformação digital, esta pesquisa revelou outras narrativas emergentes, como a Tecnologia Financeira e o Projeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Figura 6 - Análise de conteúdo da agenda em Transformação Digital da APEC



Apesar da diferença nas porcentagens, a APEC compartilhou o mesmo padrão de dados do G20: Conectividade e Recuperação com 51,4%, Alfabetização Digital e Competências Digitais com 37,8% e Fluxo de Dados Transfronteiriço com 10,8%.

Figura 7 - Análise de conteúdo da agenda em Transformação Digital da ASEAN

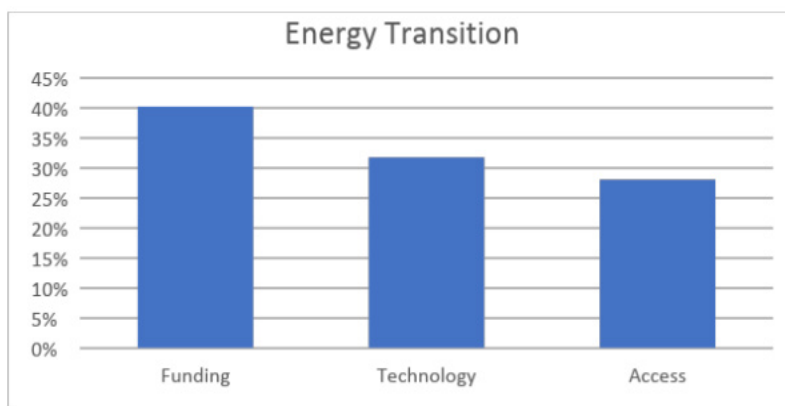


Independentemente das disparidades percentuais, a ASEAN manteve o mesmo padrão de dados do G20 e da APEC: Conectividade e Recuperação foi de 56,6%, Alfabetização Digital e Competências Digitais foi de 25,5% e Fluxo Transfronteiriço de Dados foi de 17,9%.

3.3 Transição energética

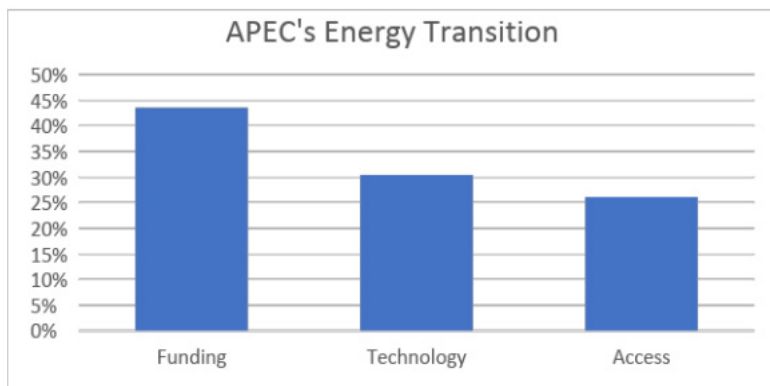
Houve três sub agendas dentro da agenda da Transição Energética Sustentável: Financiamento, Tecnologia e Acesso.

Figura 8 - Análise de conteúdo da agenda de Transição Energética



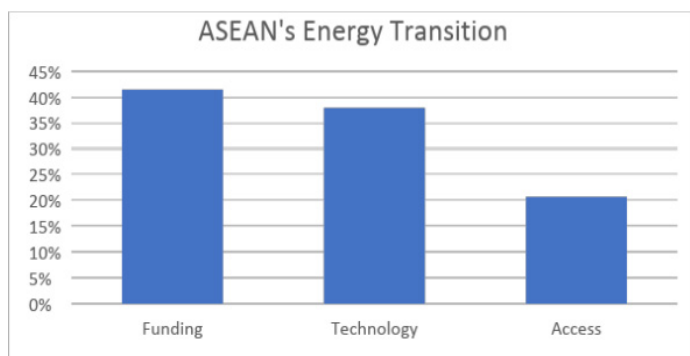
Com relação à figura anterior, a Captação de Orçamento foi a narrativa mais frequentemente mencionada, sendo mencionada em 40,2% do tempo. Foi seguida pela Tecnologia e Acesso, com porcentagens de 31,7% e 28%, respectivamente. Além disso, às três sub-agendas na agenda da Transição Energética Sustentável, esse estudo identificou outras narrativas emergentes como Multilateralismo e Mudança Climática.

Figura 9 - Análise de conteúdo da agenda de Transição Energética da APEC



A APEC apresentou um padrão de dados similar ao G20, com Captação de Investimentos sendo mencionada por 43,5%, Tecnologia por 30,4% e Acessibilidade por 26,1%.

Figura 10 - Análise de conteúdo da agenda de Transição Energética da ASEAN



Os padrões de dados da ASEAN foram distintos dos do G20 e da APEC. A ASEAN concentrou-se ligeiramente mais nas narrativas relativas à Tecnologia (como a adoção de tecnologia de energia limpa e a transferência de tecnologia) do que nas narrativas relativas a Financiamento. Para mais detalhes, os percentuais de narrativas de Tecnologia foram de 41,4%, de Financiamento foram de 37,9% e de Acessibilidade foram de 20,7%.

4 Discussão: é verdade que a Indonésia não desempenha o papel típico de uma potência média?

Como indicado anteriormente, este estudo teve como objetivo determinar se a Indonésia desempenhou ou não o papel ou manifestou as características de uma potência média, conforme previsto pelos especialistas. Teoricamente, como a estrutura de análise neste estudo foi o conceito de potência média, o status da Indonésia como potência média que detém a Presidência do G20 provavelmente sugeriria esforços para encorajar a cooperação e a boa cidadania global, bem como para construir pontes entre pequenas potências e médias potências que são membros da ASEAN e da APEC (Cooper et al., 1993; Neack, 2013; Rozman, 2007; Spero, 2009b; Thies & Sari, 2018).

Com base nas investigações, constatou-se que apenas uma das três agendas prioritárias levantadas quando a Indonésia presidiu o G20 foi debatida, compartilhando as mesmas narrativas da APEC e da ASEAN. Narrativas semelhantes foram reveladas na agenda da Transformação Digital, que, na prática, dizia respeito à utilização da tecnologia digital para facilitar a conectividade e o processo de recuperação pós-pandemia de Covid-19. As questões da transformação digital destacadas pela APEC e pela ASEAN foram simultaneamente associadas ao mesmo tema: Conectividade, particularmente a economia, para acelerar a recuperação da pandemia de Covid-19.

O documento do Quadro de Recuperação Abrangente da ASEAN publicado em 2021 exemplificou a ênfase da ASEAN na necessidade de melhorar a conectividade para a recuperação pós-pandemia. Neste sentido, a ASEAN incluiu tanto a Transformação Digital como a Conectividade como variáveis críticas dos pilares de recuperação (ASEAN, 2021a, 2021c). Além disso, o documento intitulado “Roteiro Bandar Seri Begawan sobre a Agenda de Transformação Digital da ASEAN” também abordou temas muito semelhantes (ASEAN, 2021b).

Como fórum para a cooperação econômica multilateral na região Ásia-Pacífico, a APEC reforçou as mesmas narrativas em relação à agenda de Transformação Digital que a ASEAN e o G20. De acordo com a APEC, a pandemia da Covid-19 aumentou a consciência global sobre a necessidade da transformação digital. De acordo com uma publicação do Conselho de Desenvolvimento de Comércio Exterior de Taiwan (TAITRA), a APEC argumentou que a pandemia da Covid-19 encorajou a indústria e os atores econômicos a acelerarem a adaptação e adoção da digitalização durante os próximos 5 a 10 anos. Além disso, o documento “Melhorar a Implementação do Plano de Conectividade da APEC na Era Digital: Conectividade Digital para uma Recuperação Mais Forte”, publicado em março de 2022 durante a

Presidência Indonésia do G20, também continha narrativas que promoviam a essência da transformação digital para melhorar a conectividade (Bayhaqi et al. , 2022).

Pelo menos dois pontos foram retratados pela semelhança entre as narrativas apresentadas pela Indonésia na presidência do G20 e as enfatizadas pela APEC e pela ASEAN. Em primeiro lugar, devido ao impacto da pandemia da Covid-19 nos setores econômicos de várias nações, particularmente aquelas classificadas como pequenas e médias potências, houve um consenso generalizado de que esforços multilaterais seriam necessários para acelerar o processo de recuperação. Em segundo lugar, porque o G20 é composto por países de variados poderes econômicos, a Indonésia, como potência média e anfitriã do G20, fez um esforço para desempenhar o seu papel como ponte entre as pequenas e médias potências e as grandes potências. A Indonésia esforçou-se em enfatizar as preocupações e interesses das pequenas e médias potências para o reforço da conectividade e da transformação digital, para facilitar a recuperação da pandemia.

A agenda da Transformação Digital confirmou narrativas idênticas e demonstrou que a Indonésia cumpriu o seu papel como potência média e anfitriã do G20. No entanto, não houve semelhanças narrativas entre as duas agendas restantes. Além disso, as características semelhantes entre as agendas da Arquitetura Global de Saúde e da Transição Energética só foram reveladas durante a presidência indonésia da APEC e do G20. Nas respectivas agendas da Arquitetura Global da Saúde, o G20 e a APEC centraram-se subsequentemente nas narrativas sobre os esforços para aumentar os recursos e o acesso aos fundos de saúde. Enquanto isso, a ASEAN estabeleceu que a Redistribuição da Manufatura estaria vinculada às suas narrativas dominantes. Na agenda da Transição Energética, o G20 e a APEC concentraram-se principalmente nas narrativas relativas ao financiamento das energias renováveis e ao investimento em tecnologia. Por outro lado, a narrativa dominante na ASEAN concentrou-se na disponibilidade e transferência de tecnologia para a utilização de energias renováveis.

As disparidades que dominaram as narrativas levantadas pela ASEAN, APEC e G20 podem levar as sociedades a concluir que a Indonésia não conseguiu cumprir o seu papel como construtora de pontes. O presente estudo, no entanto, ofereceu uma perspectiva diferente. Pesquisadores argumentaram que a presidência indonésia do G20 demonstrou seus esforços para conectar os interesses e preocupações das médias e pequenas potências da ASEAN. Como mostrado anteriormente, as narrativas dominantes na ASEAN durante as discussões sobre a Arquitetura Global da Saúde foram as exigências ou interesses dos países membros para a Redistribuição da

Manufatura. A incapacidade de produzir as necessárias vacinas, medicamentos e dispositivos médicos constituiu um dos mais significativos obstáculos e desafios encontrados pela ASEAN na sua luta contra a pandemia de Covid-19. Esta circunstância resultou de conhecimento, tecnologia e recursos financeiros inadequados ou insuficientes (Ahmad et al., 2022; ASEAN, 2021c, 2021d; Pananond & Cuervo-Cazurra, 2022). Consequentemente, isso foi reconhecido pela própria ASEAN, com o apoio de pontos de vista de numerosos especialistas.

Para estabelecer uma arquitetura de saúde doméstica e regional resistente a futuras pandemias, a maior parte dos países da ASEAN deve melhorar a sua capacidade de produzir vacinas, medicamentos e dispositivos médicos. Consequentemente, sem a necessária redistribuição da manufatura, a arquitetura da saúde do Sudeste Asiático será incapaz de responder à próxima pandemia, resultando na fragilidade da arquitetura de saúde global. Através da agenda da presidência indonésia do G20, foram posteriormente enfatizadas as narrativas dominantes para aumentar os recursos e o acesso ao financiamento relacionado com os requisitos e interesses da ASEAN. Assim, as exigências da ASEAN poderão não ser satisfeitas sem um desenvolvimento da capacidade de recursos através de transferências de conhecimento e tecnologia e de financiamento adequado.

A agenda da Transição Energética demonstrou um padrão semelhante. Houve conexão entre as questões mais significativas que surgiram no G20 e na APEC, especificamente financiamento e investimento em tecnologia. Por outro lado, as narrativas emergentes na ASEAN foram dominadas pelo acesso à tecnologia. Em resposta, os pesquisadores afirmaram que as narrativas distintas entre a ASEAN, o G20 e a APEC não refletiram o fracasso da Indonésia em desempenhar o seu papel como construtora de pontes. As atuais circunstâncias revelaram que a Indonésia se dedicou e divulgou os interesses e questões que afetaram a ASEAN a fóruns maiores, especificamente o G20 e a APEC.

O acesso limitado à tecnologia está significativamente relacionado aos obstáculos encontrados pelos países da ASEAN em seus esforços para a transição energética, que foi o foco mais proeminente da agenda de Transição Energética na ASEAN. De acordo com artigos científicos e relatórios oficiais publicados por instituições internacionais, a transição energética do Sudeste Asiático tem sido relativamente lenta. Esta taxa era indissociável da baixa prontidão tecnológica e dos orçamentos de transição energética. Para resolver estes problemas, os países do Sudeste Asiático necessitam da transferência de conhecimento e tecnologia, que deve ser apoiada por financiamento e investimento (Suwanto et al., 2021; Vakulchuk et al., 2022). Dado que a agenda

de Transição Energética na ASEAN foi prejudicada pela disponibilidade tecnológica e de financiamento, a Indonésia cumpriu o seu papel como construtora de pontes, ao promover esquemas de cooperação multilateral na questão de financiamento, permitindo à ASEAN acelerar sua agenda de Transição Energética.

5 Conclusão

A pandemia de Covid-19 causou enormes instabilidades de toda natureza por todo o mundo. Todas as nações foram obrigadas a ajustar as suas prioridades políticas para enfrentar a crise sanitária. Além disso, a pandemia de Covid-19 afetou a política doméstica e internacionalmente. Assim sendo, pudemos observar como os países priorizaram os seus interesses nacionais. Mais além, a distribuição de poder existente teve um impacto significativo no padrão emergente de interação e comportamento. Isto foi subsequentemente identificado como um desafio que a Indonésia, na condição de anfitriã do G20, deveria enfrentar.

Este estudo conclui que a Indonésia serviu como “construtora de pontes” entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Este argumento foi reforçado pela análise das três agendas priorizadas pela presidência da Indonésia do G20: Transformação Digital, Transição Energética e Arquitetura Global da Saúde. Em primeiro lugar, houve semelhanças na agenda de Transformação Digital entre a Presidência indonésia do G20, a APEC e a ASEAN. A decisão da Indonésia de destacar o tema da Transformação Digital durante a sua Presidência do G20 esteve substancialmente relacionada com as perspectivas das médias e pequenas potências na APEC e na ASEAN no que diz respeito ao valor da unidade para acelerar a transformação digital pós-pandemia. Em segundo lugar, apesar das distinções demonstradas por duas outras agendas, a Indonésia ainda foi reconhecida como eficaz construtora de pontes entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Além disso, as ocorrências existentes sugeriram que a Indonésia lutou para representar os interesses e questões das nações em desenvolvimento em um fórum tão significativo como o G20.

6 Referências bibliográficas

- Agung, A., & Intenilia, M. (2022). Indonesia's G20 Presidency 2022: Connecting Soft Power and Digital Diplomacy Practice on Instagram. In Indonesian Perspective (Vol. 7, Issue 2).
- Ahmad, F. N. S., Khor, S. K., Lim, J., Roth, S., Dewi, S., & Becerra, F. (2022).

- Southeast Asia Needs a Revolving Fund for Vaccines. *The Lancet*, 10, 1557–1558. <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2012.1268>
- ASEAN. (2021a). ASEAN Comprehensive Recovery Framework.
- ASEAN. (2021b). Implementation Plan: ASEAN Comprehensive Recovery Framework.
- ASEAN. (2021c). The ASEAN: Covid-19 Vaccines for All. *The ASEAN*, 1–63. <http://bit.ly/>
- ASEAN. (2021d). Bandar Seri Begawan Roadmap: An ASEAN Digital Transformation to Accelerate ASEAN's Economic Recovery and Digital Economy Integration.
- Bayhaqi, A., Hredzak, T. L., Anderson, H., & Andres, E. A. S. (2022). Enhancing Implementation of APEC Connectivity Blueprint in the Digital Era: Digital Connectivity for Stronger Recovery. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/sg/>
- Blondel, V., Lambiottr, J. L. & Lefebvre, E., 2008. Fast Unfolding of Communities in Large Networks. *Journal of Statistical Mechanics*.
- Cooper, A. F. (2013). Squeezed or revitalised? middle powers, the G20 and the evolution of global governance. *Third World Quarterly*, 34(6), 963–984. <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.802508>
- Cooper, A. F., Higgot, R. A., & Nassal, K. R. (1993). *Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order*. UBC Press.
- Efstathopoulos, C. (2018). Middle powers and the behavioural model. *Global Society*, 32(1), 47–69. <https://doi.org/10.1080/13600826.2017.1351422>
- Emmers, R. (2018). The Role of Middle Powers in Asian Multilateralism. *Asia Policy*, 25(4), 42–47. <https://doi.org/10.1353/ASP.2018.0060>
- Gilley, B., & O'Neil, A. (2014). China's Rise Through the Prism of Middle Powers. In B. Gilley & A. O'Neil (Eds.), *Middle Powers and the Rise of China* (pp. 1–22). Georgetown University Press.
- Holbraad, C. (1984). *Middle Powers in International Politics*. MacMillan.
- Hurrell, A., Cooper, A. F., González González, G., Ubiraci, R., Srin, S., Latin, S., & Program, A. (2000). *Paths to Power: Foreign Policy Strategies of Intermediate States*.
- Karim, M. F. (2018). Middle power, status-seeking and role conceptions: the cases of Indonesia and South Korea. *Australian Journal of International Affairs*, 72(4), 343–363. <https://doi.org/10.1080/10357718.2018.1443428>

- Kusumasari, B., Rajiyem & Santoso, A. D., 2021. Metode Corpus-Assisted Discourse Study (CADS). In: N. Kurnia & A. Savirani, eds. *Big Data Untuk Ilmu Sosial: Antara Metode Riset & Realitas Sosial*. Yogyakarta: UGM Press, p. 155.
- Leguey-Feilleux, J.-R., 2017. *Global Governance Diplomacy: The Critical Role of Diplomacy in Addressing Global Problems*. s.l.:Rowman & Littlefield.
- Mackay, R. A. (1969). The Canadian Doctrine of the Middle Powers. In H. Dyck & H. P. Krosby (Eds.), *Empire and Nations: Essays in Honour of Frederic H. Soward* (pp. 133–143). University of Toronto Press. <https://doi.org/doi:10.3138/9781442654075>
- Marwan, M., & Isnaeni, N. (2022). Bringing Environmental State Back In: Menakar Sentralitas Peran Pemerintah dalam Kemitraan Multipihak untuk Pembangunan Pariwisata Berkelanjutan Pasca Covid-19 (Studi Kasus Wakatobi). *Intermestic: Journal of International Studies*, 7(1), 123. <https://doi.org/10.24198/intermestic.v7n1.7>
- Neack, L. (2013). Pathways to power: A Comparative Study of the Foreign Policy Ambitions of Turkey, Brazil, Canada and Australia. *Journal of Diplomacy and International Relations*, 14(2), 58
- Nugraha, O. N. R. A. C., Wirawati, A. P., Syah, M. E., Prasetyo, D., & Inkiriwang, F. F. W. (2022). Diplomatic Bluff against Indonesia's G20 Presidency amid the Ukraine - Russia Conflict: A View from Political Psychology. *Papua Journal of Diplomacy and International Relations*, 2(2), 123–141. <https://doi.org/10.31957/pjdir.v2i2.2241>
- Pananond, P., & Cuervo-Cazurra, A. (2022). Vaccine Global Value Chains and Regional Production Capacity in Asia and the Pacific. <http://artnet.unescap.org>.
- Robertson, J. (2017). Middle-power definitions: confusion reigns supreme. *Australian Journal of International Affairs*, 71(4), 355–370. <https://doi.org/10.1080/10357718.2017.1293608>
- Rozman, G. (2007). South Korea and Sino-Japanese rivalry: A middle power's options within the East Asian core triangle. *Pacific Review*, 20(2), 197–220. <https://doi.org/10.1080/09512740701306840>
- Scott, J. & Carrington, P., 2011. *The SAGE Handbook of Social Network Analysis*. London: SAGE Publications.
- Sekretariat Presiden. (2021, December 1). Presiden Jokowi: Presidensi G20 Adalah Kehormatan bagi Indonesia. Siaran Pers. <https://www.presidentri.go.id/siaran-pers/presiden-jokowi-presidensi-g20-adalah-kehormatan-bagi-indonesia/>

- Spero, J. B. (2009a). Great power security dilemmas for pivotal middle power bridging. *Contemporary Security Policy*, 30(1), 147–171. <https://doi.org/10.1080/13523260902760355>
- Spero, J. B. (2009b). Great power security dilemmas for pivotal middle power bridging. *Contemporary Security Policy*, 30(1), 147–171. <https://doi.org/10.1080/13523260902760355>
- Suwanto, Merdekawati, M., Ienanto, G., & Suryadi, B. (2021). innovations to Drive the Energy Transition in the ASEAN Region.
- Thies, C. G., & Sari, A. C. (2018). A Role Theory Approach to Middle Powers: Making Sense of Indonesia's Place in the International System. *Southeast Asia*, 40(3), 397–421. <https://doi.org/10.2307/26545301>
- Umadevi, 2013. Case Study-Centrality eEasure Analysis on Co-Authorship Network. *Journal of Global Research in Computer Science*.
- Vakulchuk, R., Overland, I., & Suryadi, B. (2022). ASEAN's energy transition: how to attract more investment in renewable energy. In *Energy, Ecology and Environment*. Joint Center on Global Change and Earth System Science of the University of Maryland and Beijing Normal University. <https://doi.org/10.1007/s40974-022-00261-6>
- Waltz, K., 1979. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley.
- Williams, T. A. & Shepherd, D. A., 2017. Mixed Method Social Network Analysis: Combining Inductive Concept Development, Content Analysis, and Secondary Data for Quantitative Analysis. *Organizational Research Methods*, Volume 20(2), pp. 268-298.
- Wood, B. (1987). *Middle Powers In The International System: A Premilinary Assesment of Potential*.
- Zhao, B., 2017. Web Scraping. In: C. L. M. Laurie A. Schintler, ed. *Encyclopedia of Big Data*. s.l.:Springer International Publishing, pp. 1-3.

RESUMO

A Política Internacional não tem estado imune às transformações causadas pela pandemia de Covid-19, revelando que os padrões de comportamento e as políticas de um país estão inextricavelmente ligados aos seus interesses nacionais e à distribuição de poder no sistema internacional. Neste contexto, os países desenvolvidos têm um nível de preparação relativamente mais elevado do que as nações em desenvolvimento, sejam elas potências médias ou pequenas. Isso inclui a capacidade dos países desenvolvidos de produzir vacinas ao mesmo tempo em que os estados em desenvolvimento dependem de vacinas importadas. No entanto, a presença de organizações internacionais como o G20, a APEC e a ASEAN, até agora não resolveu completamente esta questão. Consequentemente, são necessários esforços para solucionar estes problemas. Estes esforços exemplificam as características da diplomacia levada a cabo por potências médias como a Indonésia. Através de uma análise das agendas prioritárias da Presidência Indonésia do G20, o presente estudo descobriu que a preparação das agendas em questão estava intrinsecamente ligada aos esforços da Indonésia para construir pontes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, a Indonésia esperava que o G20 pudesse proporcionar vantagens tanto aos países desenvolvidos como aos países em desenvolvimento. Além de empregar o conceito de poder médio como estrutura analítica, esta pesquisa foi conduzida vasculhando a rede de internet em busca de informações relevantes, que foram então analisadas usando o método Corpus-Assisted Discourse Study¹.

PALAVRAS-CHAVE

Países em Desenvolvimento; Diplomacia; Presidência do G20; Indonésia; Potência Média.

Recebido em 24 de janeiro de 2024

Aprovado em 08 de junho de 2024

Traduzido por Cássio Monteiro

¹ Nota da tradução: Método Assistido-Corpus de Análise de Discurso.

A GRANDE REINICIALIZAÇÃO¹ E AS IMPLICAÇÕES A CURTO PRAZO PARA A ECONOMIA CHINESA: UMA PERSPECTIVA PÓS-PANDÊMICA

Ramnath Reghunadhan²
Joe Thomas Karackattu³

1 Introdução

Durante o recente 20^o Congresso do Partido Comunista da China (PCC), o Presidente chinês, Xi Jinping, enfatizou a orientação da economia chinesa para a concretização do “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Era”, no rescaldo do impacto da pandemia de COVID-19⁴. Na sequência, o Congresso do Partido também elucidou os desafios que surgiram com a pandemia de COVID-19 desde 2020, que apresentou enormes desafios para a economia chinesa. A COVID-19 surgiu, indiscutivelmente, como a pandemia mais mortífera que se propagou a nível mundial no século XXI. A pandemia expôs os sistemas econômicos e de saúde de muitos países do Norte e do Sul Global (Freed et al.,

1 Nota da tradução: no original, o termo em inglês é “The Great Reset”, associado à proposta do 50^o Fórum de Davos de recomeçar as atividades econômicas do zero depois da pandemia do COVID-19. A expressão também se encontra no título do livro COVID-19: The Great Reset de Klaus Schwab e Thierry Malleret, publicado em 2020.

2 Departamento de Estudos Internacionais, Ciência Política e História, Christ University, Bangalore, Índia. E-mail: ramnath.reghunadhan@christuniversity.in / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4036-3351>.

3 Departamento de Humanidades e Ciências Sociais, Indian Institute of Technology Madras, Tamil Nadu, Índia. E-mail: joe@iitm.ac.in / ORCID: 0000-0002-7484-3866.

4 Por conseguinte, para “construir plenamente uma China socialista moderna”, foi previsto um “plano de desenvolvimento em duas fases a partir de 2020”. A primeira fase (2020-35): A RPC “assentará nos alicerces criados pela sociedade moderadamente próspera”, devendo este período “assegurar que a modernização socialista seja basicamente concretizada”. Na segunda fase (2035-50): Depois de “ter basicamente alcançado a modernização”, a RPC transformar-se-á “num grande país socialista moderno que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado, harmonioso e belo” (Xi, 2019: 4).

2020). A sua propagação afetou as interações econômicas em todo o mundo, independentemente das fronteiras políticas, das barreiras ideológicas e das diferenças econômicas (OMS, 2020a; 2020b) e causou o maior número de mortes provocadas por um vírus neste século.

Em 11 de março de 2020, a situação foi declarada uma pandemia global, contribuindo para uma contração econômica global de quase todas as economias durante o primeiro semestre de 2020. Por sua vez, esta situação produziu sintomas de uma forma extrema de recessão mundial já emergente, conhecida como a “Grande Reinicialização”⁵ (McKee e Stuckler, 2020; Ayittey et al., 2020; Nicola et al., 2020; Açıkgöz e Günay, 2020; Gans, 2020; McKibbin e Fernando, 2020). O recente surto de infecções no Sul e no Norte do mundo, nos países desenvolvidos, nos países em desenvolvimento e nos países menos desenvolvidos (PMD) são sinais nessa direção (The Lancet Editor, 2020; Peeri et al. 2020). A Grande Reinicialização já conduziu a uma nova forma de recessão, ultrapassando o impacto da crise de 2008 (e semelhante à Grande Depressão de 1929) (Schwab, 2020).

Nos últimos anos, a economia chinesa tem desacelerado, devido a fatores internos e externos (CGTN, 2020b). No contexto atual, a redução da demanda internacional terá o seu impacto nas exportações da China, o que, por sua vez, testará a resiliência e a vantagem competitiva do comércio externo chinês, bem como a capacidade das empresas chinesas para explorar novos mercados devido à quebra na cadeia de suprimento global (OMC, 2020). O impacto da COVID-19 exacerbou estes riscos, que incluem, dentre outros, a fragmentação político-econômica dos mercados de produtos chineses, especificamente a União Europeia (UE) na era pós-Brexit, a instabilidade econômica em outras regiões, como a região da Ásia Ocidental e do Norte de África (WANA) (sendo a China o investidor mais importante), os países da América do Sul e outras regiões ligadas no âmbito da Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI), questões relacionadas às mudanças climáticas (e a consequente pressão político-econômica dos EUA). A fragmentação resultante e o choque nas cadeias de abastecimento globais, o endividamento relativamente elevado do Estado entre instituições e empresas, as dívidas insustentáveis das empresas

5 De acordo com Gopinath (2020): “A atual crise da COVID-19 é uma catástrofe rara, que resultou na perda de um número tragicamente elevado de vidas humanas (...) A magnitude e a velocidade do colapso da atividade subsequente foram diferentes de tudo o que se viveu nos nossos tempos (...) Muitos países enfrentam agora crises múltiplas - uma crise sanitária, uma crise financeira e um colapso dos preços dos produtos de base, que interagem de forma complexa. Os decisores políticos estão a prestar um apoio sem precedentes às famílias, às empresas e aos mercados financeiros e, embora isso seja crucial para uma recuperação forte, existe uma incerteza considerável sobre o panorama económico. [Esta é] a pior recessão desde a Grande Depressão, e muito pior do que a crise financeira mundial”.

e os ativos não relacionados à produção (NPA) de bancos públicos apenas atrasaram a recuperação (IMF Blog, 2020; China Daily, 2020). Estes fatores terão graves implicações para a China em termos de comércio internacional e para cadeia de abastecimento global, muito piores do que as crises financeiras de 2008 e da Grande Depressão no final da década de 1920.

Na China, o impacto da economia global seria mais prejudicial do que na maioria dos outros países - não só devido à natureza interdependente da China na cadeia de abastecimento global, mas também devido às ramificações que esta situação tem na estabilidade política e econômica para o governo do Partido Comunista da China (PCC) na China (Sarkis et al., 2020; NPC, 2020). Segundo as estimativas, a recente crise pandêmica que conduziu à “Grande Reinicialização” tem um impacto trinta vezes maior do que a crise financeira de 2008 (Schwab, 2020; Gopinath, 2020). Em relação ao comércio internacional e à cadeia de abastecimento global, existem fortes pressões descendentes sobre o motor global, com o aumento das incertezas e dos fatores de desestabilização, dentro e fora da China (Ibid.). O que torna esta situação preocupante é o fato de ainda estarmos longe de decifrar quando é que os efeitos econômicos negativos poderão atingir seu ponto máximo.

2 Metodologia de pesquisa

Este estudo procura analisar o impacto da pandemia de COVID-19 na China, com implicações para a cadeia de abastecimento global. Para dar conta deste objetivo, foi realizada uma investigação exploratória e descritiva, utilizando uma abordagem de métodos mistos. O artigo procurará explicar a inovação tecnológica na China, e a sua incorporação, em meio à crise, por meio da análise de uma pesquisa conduzida como parte do estudo. A amostragem em bola de neve foi utilizada para selecionar a população da amostra de entrevistados e que responderam à pesquisa. Foi dada especial atenção à prevenção do enviesamento da amostra (através da garantia do anonimato na rede acadêmica e profissional). O estudo utiliza uma abordagem de método misto, com recurso a ferramentas qualitativas e quantitativas. As dimensões qualitativas centram-se em estudos de casos e na análise textual, enquanto as quantitativas se focam na coleta de dados empíricos por meio da aplicação online/digital do questionário, em uma amostra da população da República Popular da China (RPC), identificada por meio da amostra “bola de neve” entre Janeiro e Maio de 2021.

As enquetes incluem entrevistas com peritos e outras partes interessadas em instituições políticas e na indústria em toda a China. Este estudo oferece informações sobre as perturbações causadas pela COVID-19

na China. Destaca igualmente o efeito cascata e as rupturas na cadeia de abastecimento global que resultaram destes impactos na China. O documento analisa o impacto da Grande Reinicialização na China durante a pandemia de COVID-19, especificamente durante 2020-2021, explicando a tendência geral da procura do mercado, a deterioração das condições das dívidas corporativas, as restrições econômicas da população, ou seja, a taxa de poupança, o consumo e a segurança social. O questionário incide sobre o impacto, a adoção e as implicações das tecnologias emergentes em 63 negócios, companhias, start-ups, instituições, organizações e empreendimentos envolvidos em 56 tipos de indústrias, categorias, serviços e/ou operações relacionadas na China. As respostas revelam informações valiosas sobre o impacto e as implicações das tecnologias emergentes nas empresas, empresas, instituições, organizações e start-ups na China, particularmente focadas na inovação e na adoção de tecnologias. Além disso, foram tomadas medidas para evitar ou reduzir os casos de enviesamento dos investigadores⁶ e, em grande medida, os problemas relacionados com o enviesamento da desejabilidade social.⁷

3 A resposta da China à “Grande Reinicialização”

Devido ao impacto da Grande Reinicialização, a principal resposta da China centrou-se na produção e nos cuidados à saúde, o que incluiu pacotes de estímulo, feriados fiscais⁸, incentivos e outros esforços institucionais relacionados (FMI, 2020). Os esforços institucionais centraram-se no incentivo ao setor empresarial, às pequenas e médias empresas (PME) e a indivíduos para reduzir “a carga fiscal e de impostos sobre as indústrias” que foram fortemente atingidas (Mingfang, 2020). Foi estabelecido um fundo especial de 110,48 mil milhões de RMB (15,48 mil milhões de USD) para combater os impactos económicos negativos (Cruz-Cárdenas et al., 2021; Al Jazeera, 2020). No início de março de 2020, cerca de 65% dos fundos foram direcionados para esforços que lidavam diretamente com a pandemia de COVID-19. Além disso, a China declarou isenções do IVA e de taxas administrativas, bem como manteve a política fiscal e monetária de incentivos, a fim de permitir que as “empresas-chave” pudessem dispor de dinheiro para combater a pandemia de COVID-19. Os cidadãos (incluindo os doadores) e os profissionais de saúde

6 É um termo utilizado para se referir a situações em que os investigadores transmitem aos participantes na investigação, de forma sutil ou inconsciente, os resultados ou padrões que o investigador preferiria ver (Sage Research Methods, 2020).

7 A tendência para responder a perguntas de uma forma socialmente aceitável (Sage Research Methods, 2020).

8 Nota da tradução: no original, fiscal holidays, prática adotada de utilizar, ou mesmo decretar feriados, com períodos de isenção de impostos, para incentivar o consumo.

envolvidos na luta contra a COVID-19 estavam isentos do imposto sobre o rendimento (Mingfang, 2020).

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) continuou a incentivar as atividades econômicas das companhias estrangeiras sediadas na China, ao mesmo tempo que priorizava o aumento das atividades relacionadas ao acompanhamento e monitoramento pelas autoridades locais. A NDRC aportou 300 milhões de yuans (42,03 milhões de dólares) ao orçamento como investimento de emergência para equipamentos e instalações médicas para “pacientes centralizados, peritos centralizados, recursos centralizados e tratamento centralizado” (KPMG International, 2020a). Este investimento focou-se principalmente no Hospital da Montanha Huoshen de Wuhan e no Hospital da Montanha Leishen de Wuhan. Em fevereiro de 2020, a Administração Estatal de Impostos publicou as “Diretrizes para Políticas Fiscais Preferenciais para a Prevenção e Controle da Pneumonia Epidêmica Causada pela Infecção pelo Novo Coronavírus”, que enfatizavam essencialmente os benefícios fiscais relacionados com as contribuições relacionadas à COVID-19. O Ministério das Finanças da RPC concedeu subsídios no valor de 99,5 mil milhões de yuans (13,94 mil milhões de dólares), dos quais 25,56% foram concedidos pelo Centro (Ibid.).

Nos primeiros meses do primeiro trimestre (2020), o Banco Popular da China (PBOC) tomou medidas para permitir e potencialmente “garantir liquidez suficiente e oferecer apoio financeiro” para proporcionar estabilidade e combater a pandemia de COVID-19. Estas medidas foram tomadas no sentido de permitir uma “recuperação” face a um declínio acentuado do crescimento e do desenvolvimento. Para além de permitir que o PBOC tivesse “tolerância regulamentar”, o Banco Central poderia também, como complemento, aumentar os empréstimos dos bancos nacionais, reduzir a pressão sobre os empréstimos externos e, assim, manter os níveis de endividamento em níveis geríveis (CGTN, 2020b; 2020c). Além disso, com base no Anúncio n.º 5 de 2020, a RPC anunciou a flexibilização e a autorização da exportação de produtos médicos com base em declarações e na conformidade das empresas com as normas aprovadas pela Administração Nacional de Produtos Médicos (NMPA) da China. Além disso, foram criados canais verdes para as mercadorias doadas, facilitadas as reduções de impostos e disponibilizadas isenções de procedimentos (como a simplificação do processo de inspeção). Foram concedidas outras reduções e isenções dos direitos de importação, do IVA e do imposto sobre o consumo. Também foram adiados (quaisquer) direitos aduaneiros adicionais sobre bens de origem americana para prevenção da COVID-19 (KPMG International, 2020a).

Além de “políticas fiscais e medidas de alívio financeiro” para reduzir

o impacto económico da COVID-19, o Ministério das Finanças da China também apoiou as empresas sediadas na China, concentrando-se no aumento do consumo em vez do investimento, na expectativa de que isso pudesse iniciar a revitalização e a estabilização da economia chinesa (CGTN, 2020a; 2020b). O PBOC baixou a taxa principal de empréstimo em RMB (LPR), a taxa de empréstimo preferencial concedida pelos bancos comerciais. Esta medida ajuda sobretudo os países a aproximarem-se dos níveis anteriores à crise. De acordo com Jacqueline Rong, economista senior do BNP Paribas, os cortes na LPR a cinco anos “podem ser interpretados como um ‘relaxamento contracíclico’ no setor da habitação” (Zhou e Galbraith, 2020; ICBC, 2020). As taxas de juro para o comércio foram reduzidas simultaneamente ao aumento dos subsídios fiscais, com a expectativa de redução das taxas de juro reais (Mingfang, 2020).

Com relação à política trabalhista, o Ministério das Finanças “reduziu os pagamentos da segurança social em 1 trilhão de RMB” para as empresas. No final de janeiro de 2020, também foram anunciados subsídios e compensações aos trabalhadores. Em termos de restrições comerciais, foram concedidos “reembolsos de prémios de seguro de desemprego” às empresas (com dificuldades temporárias) nas principais cidades, especificamente Xangai, Pequim e Guangdong (KPMG International, 2020a). Mais de seis milhões de trabalhadores migrantes regressaram à província de Guangdong, que representava um terço de todos os trabalhadores migrantes (Ibid.). De acordo com o Ministério da Agricultura e dos Assuntos Rurais, o setor agrícola registrou um crescimento recorde de 3,5 por cento em termos de valor acrescentado (Xinhua, 2020b). Este fato constitui um estímulo considerável para a disponibilidade de matérias-primas para as indústrias, a segurança alimentar, a redução da pobreza e a criação de emprego no país. A agricultura parece, pois, ter surgido como um domínio em que a mão de obra excedente pode ser direcionada para ser absorvida, proporcionando assim uma estabilidade financeira viável à população. Para além do seu objetivo de “autossuficiência” (*zi li geng sheng*) e de “inovação autóctone” (*zizhu chuangxin*) (Appelbaum et al., 2018: 45-71), a RPC poderia focar na cooperação com os países do Norte Global e reforçar a cooperação Sul-Sul, e isso poderia aumentar a entrada de capital e reduzir a tensão existente nas poupanças das famílias, bem como no consumo dentro da RPC.

A fim de aumentar a liquidez bancária, em fevereiro, o PBOC lançou uma “operação de recompra reversa no mercado público” no valor de 1,2 trilhões de yuans (170 mil bilhões de dólares). Emitiu igualmente empréstimos especiais e descontos nos juros a favor das empresas, bem como uma facilidade de crédito a médio prazo no valor de 200 bilhões de yuans.

Foi concedido uma compra reversa de sete dias no valor de 100 bilhões de yuans (14,01 bilhões de dólares) para aumentar as atividades de prevenção e controle da pandemia de COVID-19 nas comunidades. Em março de 2020, o PBOC anunciou uma redução da fatia obrigatória das reservas bancárias. Esta medida aumentou a liquidez para cerca de 550 bilhões de yuans (77,6 mil bilhões de dólares). Além disso, anunciou-se a abertura de mais de três quartos de relevantes sítios de construção. Esta pode ser uma maneira mais confiável de estimular o crescimento, com o potencial de renovar outros setores, e também produzir a sua disseminação. Foi anunciado o pacote de apoio à digitalização das pequenas e médias empresas (PME). Além disso, a reunião executiva do Conselho de Estado decidiu reduzir e isentar as taxas de seguro social das empresas (especialmente para as PME) de forma faseada, com a exceção da província de Hubei. Este aspecto foi destacado, especialmente no que diz respeito ao “seguro de dotação, seguro de desemprego e seguro de acidentes de trabalho” até abril, e foi previsto um pagamento do fundo de habitação até junho de 2020 (KPMG International, 2020a).

Em abril, no orçamento 2020-21, a China adotou medidas como benefícios fiscais e isenção do imposto sobre valor agregado (IVA). Foram igualmente concedidos incentivos para o imposto sobre pessoa jurídica (IRPJ), bem como para o IVA, e foi previsto “um período mais longo para o abono de prejuízos fiscais (entre cinco e oito anos)” para as empresas afetadas pela COVID-19 (e as diretamente envolvidas em seu enfrentamento). Isso também dava conta de importações e doações para a “prevenção e controle da epidemia” (Anúncio n.º 6), somada à prorrogação do “prazo de entrega da declaração de rendimentos” (Circular 19). O Ministério dos Recursos Humanos e de Seguridade Social da República Popular da China emitiu o Anúncio n.º 7, que estabeleceu diretrizes e políticas para os escritórios locais de seguridade social e as empresas para lidarem com a COVID-19. Além disso, o Anúncio n.º 9 e o Anúncio n.º 10 previam reduções e isenções fiscais para contribuintes individuais e doações. Em termos de política fiscal, o Ministério das Finanças reteve mais cinco por cento de receitas fiscais para as autarquias locais de março a junho de 2020. Estima-se que esta medida proporcione uma receita adicional de 110 bilhões de RMB (16 bilhões de dólares). Além disso, foram atribuídas quotas adicionais de títulos no valor de 1,2 trilhões de RMB (170 bilhões de dólares), o que representa um aumento de dois terços da quota original (KPMG International, 2020b; Global Times, 2020).

No final da Terceira Sessão do 13.º Congresso Nacional do Povo (CNP), em maio de 2020, o Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang, sublinhou que as PME “agora são responsáveis por mais de 90% de todos os empregos na China de hoje”. Como foi estabelecido, o Estado Chinês, procurará

proporcionar “um alívio vital às empresas e revitalizar os mercados”, o que, de acordo com o Primeiro-Ministro Li, “permitirá que o dinheiro investido nas pessoas seja capaz de gerar uma nova prosperidade e ajude a proteger e a preservar as fontes fiscais e torne as finanças públicas mais sustentáveis” (Xinhua, 2020c; 2020d; Han, 2020). A estratégia assegurava que a RPC se concentraria mais em “medidas específicas em vez de estímulos maciços para impulsionar o crescimento económico”, uma vez que a China se concentraria em respostas viáveis a quaisquer novas emergências e condições críticas que pudessem surgir. De acordo com o Primeiro-Ministro Li:

Tal como a água é importante para a piscicultura, a liquidez suficiente é importante para o desenvolvimento económico... Mas uma liquidez excessiva induzirá turbulência no mercado, onde algumas pessoas poderão tentar turvar as águas e tentarão “pescar” vantagens [A RPC irá também] implementar a lei do investimento estrangeiro, reduzir a lista negativa para o investimento estrangeiro, abrindo mais o setor dos serviços e melhorando o ambiente empresarial (Ibid.) (Tradução Própria).

Nas “duas sessões” (*lianghui*) de maio de 2020, os representantes do banco central, bem como o relatório do Comité Permanente do CNP, realizaram uma revisão da Lei da República Popular da China sobre o Direito Bancário Comercial. As propostas atuais dizem respeito à implementação da supervisão de classificação, à ampliação do escopo das atividades de negócio, ao fortalecimento da governança corporativa, ao gerenciamento de riscos e mecanismos de saída do mercado, à proteção dos direitos e interesses dos consumidores, à gestão interna e à melhoria da eficiência da atividade regulatória. Foram apresentadas sugestões no sentido de eliminar as restrições e limitações operacionais dos bancos comerciais ao abrigo do artigo 3.º, bem como das operações bancárias globais (*li quanmian yinhang lei*) e das operações bancárias mistas (*yinhang hun ye jingying*) ao abrigo do artigo 43.º. Enquanto isso, a Comissão de Regulamentação Bancária e de Seguros recomendou a atualização das normas e procedimentos no setor bancário (Li, 2020).

Para além do impulso dado à capacidade de resposta monetária e orçamentária, a RPC empenhou-se especificamente em permitir uma cooperação global (pró)ativa por meio de plataformas multilaterais (Xi, 2020). Além disso, o Presidente chinês Xi Jinping destacou a necessidade de “inovação da integração institucional” para permitir “inovações ousadas e [para] assegurar um progresso duradouro” (Xinhua, 2020a). Esta será uma base importante para os avanços da RPC no setor da alta tecnologia, diretamente ligados à obtenção do “status de grande potência” na frente económica. O foco da RPC sempre esteve direcionado às políticas e estratégias para a promoção

do “Socialismo com Características Chinesas... Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Era... e realização do Sonho Chinês de rejuvenescimento nacional” (Wang, 2019: 19). Isto incluía o plano integrado de cinco esferas, especificamente “para promover o avanço econômico, político, cultural, social e ecológico coordenado”, bem como a estratégia abrangente em quatro vertentes: “terminar a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos, aprofundar a reforma, fazer avançar a governação baseada na lei e reforçar a governança dentro do Partido” (Ibid.: 1)⁹. Para além das medidas em matéria de política industrial, comercial, fiscal e monetária anteriormente delineadas, foram dados passos contínuos no sentido de promover a cooperação institucional multilateral.

Globalmente, existe uma crescente demanda das agências multilaterais e internacionais para apoio, cooperação e “ação coletiva na governança global da saúde” (Jin e Karackattu, 2011). Isso inclui também a utilização efetiva das Nações Unidas (ONU) e instituições relacionadas, a OMC para estabilizar, liberalizar e facilitar o sistema comercial multilateral, bem como outros agrupamentos regionais dos quais a China faz parte. A ONU disponibilizou 15 milhões de dólares do Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF) para apoiar a campanha mundial de contenção da pandemia de COVID-19. Prevê-se que este montante seja canalizado através da OMS e da UNICEF para a realização de “atividades essenciais” nos países afetados. A OMS apelou à constituição de um fundo de 675 milhões de dólares para combater a COVID-19 (OMS, 2020c). Isto para além de empreender atividades “para conter a propagação do vírus”. Além disso, a tónica é atualmente direcionada ao “reforço da vigilância, na realização de investigações exaustivas dos surtos para identificar os contatos e na aplicação de medidas adequadas para impedir a sua propagação adicional.” (Youde, 2018; OMS, 2020c).

4 Resultados da Pesquisa

Inovação e Incorporação tecnológica na China durante a pandemia de COVID-19

A ocorrência sem precedentes da COVID-19 no decurso da investigação revelou como estão ocorrendo transformações imprevistas nos países onde a COVID-19 expôs as economias (e os sistemas de saúde nelas

9 Discurso proferido na Segunda Sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, em 3 de março de 2019.

existentes) em todo o mundo (Freed et al., 2020; Gülseven, 2021; Ullah et al., 2021; Wang et al., 2020; 2021; Cruz-Cárdenas et al., 2021) a uma situação totalmente imprevisível¹⁰ (McKee e Stuckler, 2020; Ayittey et al., 2020; Nicola et al., 2020). A pandemia testou a vantagem competitiva e a capacidade das empresas chinesas para explorar novos mercados “devido às quebras na cadeia de suprimento global” (WTO, 2020; Albertoni e Wise, 2021; Umair et al., 2021).

Vários trabalhos e literatura acadêmica estiveram focados nos impactos da pandemia de COVID-19 nos pagamentos e serviços de saúde digitais, serviços de locação e educação, veículos elétricos, na natividade digital em universidades, no comportamento dos consumidores, dentre outros. (Zhao e Bacao, 2021; Wang et al., 2021; Guo et al., 2021; Zhang e Bray, 2021; Hu et al., 2021; Zhao e Zhao, 2021; Cruz-Cárdenas et al., 2021). Este artigo incorpora uma enquete inédita, na medida em que foi feito um esforço para avaliar a implementação de tecnologias emergentes (digitais) na China - especificamente, a inovação e a adoção de tecnologias. Para tal, foi distribuído um questionário bilingue em chinês simplificado e inglês a 130 entrevistados de 63 empresas, start-ups, negócios, instituições, organizações e empresas envolvidas em 56 tipos/categorias de indústrias, serviços e/ou operações relacionadas na China.

Os setores e/ou operações relacionadas inclusos foram: Inteligência Artificial (IA), Automóveis, Veículos Autônomos (VA), Setor Bancário, Bicicletas, Criação de Marca¹¹, Negócios, Inteligência em Negócios, Consultoria, Criptomoeda, Análise de Dados, Design, Ativos Digitais, Marketing Digital, Serviços Digitais, Tecnologia Digital, Economia, Educação, Elétrica, Eletrônica, Energia, Mercado de Ações, Exportação-Importação, Finanças, Fintech, Fitness, Assistência em Saúde, Recursos Humanos, Tecnologia da Internet, Investimento, Tecnologia da Informação, Direito/ Serviços Legais, Logística, Fusões e Aquisições (M&A), Aprendizado de Máquina (AM¹²), Manufatura, Mídia, Inteligência de Mídia, Medicina, Multimídia, Música, Naming¹³, Recrutamento, Renováveis, Investigação,

¹⁰ A “Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19) é uma nova cepa da família de vírus CoV” (OMS, 2020a; 2020b) que atualmente está causando o maior número de mortes por infecção viral já visto no século XXI. A COVID-19 foi declarada uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC) pelo “Comitê de Emergência” convocado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (Ibid.; Guo et al., 2021).

¹¹ Nota da tradução: Branding no original

¹² Nota da tradução: Machine Learning no original

¹³ Nota da tradução: refere-se à prática de dar nome a produtos, atividades, empresas, dentre outras.

Robótica, Casas Inteligentes, Serviço de Redes Sociais, Aprovisionamento¹⁴, Artigos Desportivos, Telecomunicações, Turismo, Comércio, Viagens, Vídeo sob demanda¹⁵ e Design de Sítios Web (Quadro 1). A enquete foi administrada virtualmente devido às restrições de viagem impostas pela COVID-19 a nível mundial, entre janeiro de 2021 e maio de 2021.

Quadro 1: Afiliações dos entrevistados (com sede na China)

Negócios/Companhias/Organizações/Start-ups/Instituições/Conselho	Categoria/Indústria/Serviço
AGS Group	Assistência em Saúde
ANewR Consulting Ltd	Consultoria/Serviços Digitais
Ant Group	Fintech/Serviços Bancários/Finanças
Baidu	Tecnologia da Internet/IA/AM/VA
Bank of China (HK)	Serviços Bancários
Becoming 99	Criação de Website/Multimedia
BIPO Service	Recursos Humanos
Brainsway	Assistência em Saúde
Bytedance	Tecnologia da Internet/IA/VA
Caixin Global	Mídia
China Anglo Education Consultancy	Educação/Consultoria
China Britain Business Council	Comércio/Investimento
China Central Television (CCTV)	Mídia
China Central Television Plus (CCTV+)	Mídia/Vídeo sob demanda
Chinatimes	Mídia
Chiyu Banking Corporation Limited	Serviços Bancários/Finanças
Cosgrove Nigeria	Casas Inteligentes/Tecnologia Digital/IA/AM
Deepwisdom	IA/AM
Dun & Bradstreet	Análise de Dados/Inteligências Empresarial para Exportação-Importação/Pesquisa/ Logística
EDC Global (Business Group)	Economia/Logística
European Union Chamber of Commerce in China	Economia/Logística

¹⁴ Nota da tradução: Sourcing no original.

¹⁵ Nota da tradução: refere-se ao serviço de compra avulsa de conteúdos como filmes, séries, programas esportivos pelo consumidor.

A Grande Reinicialização e as implicações a curto prazo para a economia chinesa: uma perspectiva pós-pandêmica

Fahrrad-XXL Group GmbH	Bicicletas/Fitness/Artigos Desportivos /Logística
FBA Sourcing China	Bicicletas/Fitness/Artigos Desportivos /Logística
FinTeix Holding Group Inc	Assistência em Saúde
FluentSoon	Educação
Foo Bar	TI
GOIP Aula Ltd	Telecomunicações
Guangzhou Puppy Robot Technology Co., Ltd. (Beijing Branch)	Robótica/IA/AM
Headhunter China	Recrutamento/Recursos Humanos
Homesun Technology Ltd	Exportação/Manufatura
Huobi Global	Criptomoeda/Ativos Digitais
IAUSS	Educação
IM2CHINA	Marketing Digital/Criação de Marca
International Carbide Technology Co. Ltd.	Manufatura
JiZhuangke Inc	Design de Sítios da Web/Multimídia
Labbrand Group	Criação de Marca/Naming
LMU-China Academic Network (LMU-ChAN)	Educação/Pesquisa
Ministry of Energy/ National Energy Commission	Energia
Netease Inc	Tecnologia da Internet
Novartis	Medicina
Parsons Music Corporation	Música/Manufatura
PCE Power China Ltd.	Renováveis/Energia
Performars Inc.	Negócios/Marketing Digital/Marca/ Investimento/Setor Bancário
Psonerh Creative Investment Management Beijing Co. Ltd.	Negócios/Marketing Digital/Marca/ Investimento/Setor Bancário
Seltech International	Eletrônico/Elétrico Manufatura
Shanghai Osens Creative Co., Ltd	Educação/Design
Sino Health International Business Co., Ltd	Assistência em Saúde
sMedia	Automóveis/Tecnologia Digital
South China Morning Pos	Mídia
Storymaker China	Design
Suning Holdings Group Co. Ltd	Investimentis/Mercado de Ações
Telum Media	Inteligência de Mídia/Pesquisa

The Globe and Mail	Mídia
The Mandarin Lab	Educação
The Paper (newspaper)	Mídia
The Teh Group	Mídia
TikTok	Serviço de Redes Sociais
Universal Beijing Resort	Turismo
University of Hong Kong	Educação
Valuetang	Investimento/Serviços Legais/ Mídia/Fusões e Aquisições
WildChina	Viagem/Turismo
Xinhua News agency	Media
Zh travel	Viagem/Turismo

Fonte: elaborado pelo autor

Para a pergunta: “Desde que a Pandemia de COVID-19 iniciou, como as atividades de negócios foram afetadas?”

- Cerca de 55% dos entrevistados consideraram que houve um forte impacto negativo da COVID-19 nas operações dos negócios e das empresas na China.

- Cerca de 10% dos entrevistados consideraram que a situação se agravou, enquanto 18% dos entrevistados consideraram que as atividades empresariais foram positivas desde o surto da pandemia de COVID-19.

Em resposta à pergunta: “Nos últimos cinco anos, como foi a adoção de tecnologias pela sua empresa/organização/empresas?”

- Uma esmagadora maioria de 85% dos entrevistados considera que a inovação e a adoção de tecnologias existentes e emergentes por empresas, organizações, instituições, start-ups e empresas na China estão em crescimento

À pergunta: “Qual é a tendência de gastos de sua empresa, com relação a suas receitas totais, com tecnologias digitais?”

- 61% dos entrevistados declararam que as receitas totais da empresa gastas em tecnologias digitais aumentaram, enquanto um número minúsculo de entrevistados (menos de 2%) declarou uma diminuição das despesas.

Em termos gerais, em resposta à pergunta: “Qual a percentagem das receitas totais da sua organização, ao nível da empresa, gasta em tecnologias digitais?”

- 19% dos entrevistados indicaram que até 10% da percentagem das receitas totais da organização são gastos em tecnologias digitais,

- 11% dos entrevistados indicaram que esta percentagem se situa entre 21% e 30%,

- 6% dos entrevistados indicaram que esta percentagem se situa entre 11 % e 20 %,

- Cerca de 5% dos entrevistados indicaram que era superior a 30%.

Curiosamente, à pergunta: “Quais dos seguintes tipos de riscos a sua organização considera relevantes para a adoção de tecnologia?”

- 62 % dos entrevistados responderam que a cibersegurança é o maior risco para a inovação e a adoção de tecnologias, seguido de questões relativas à conformidade regulatória e à privacidade pessoal/individual com 41% cada.

- Cerca de 31% sentiram que a reputação organizacional seria afetada, enquanto quase um quarto dos entrevistados sentiram que a deslocação da força de trabalho/trabalho (25,78 %) e a explicabilidade¹⁶ (25%) seriam os principais riscos para a inovação e a adoção de tecnologia durante este período.

- Cerca de 17% dos entrevistados consideraram que a segurança nacional e a equidade e justiça¹⁷ seriam os aspectos mais afetados em relação ao impacto na inovação e adoção tecnológicas.

- Uma resposta igualmente interessante foi a de cerca de 13% dos entrevistados, que consideraram que os requisitos¹⁸ de segurança física (da nova tecnologia e da sua adoção) seriam um enorme risco para a inovação e a adoção de tecnologias.

- Curiosamente, menos de 9% dos entrevistados consideraram que a estabilidade política se tornou um problema proeminente e/ou é relevante para a adoção de tecnologia numa empresa e/ou organização.

À pergunta: “Até este momento, quão bem-sucedida sua empresa está sendo em cumprir suas metas de iniciativas tecnológicas?”.

- 76% consideraram que as empresas, instituições, start-ups e empresas chinesas foram bem-sucedidas no cumprimento das metas das iniciativas tecnológicas, enquanto menos de 1% dos entrevistados declararam não ter sido bem-sucedidas no cumprimento de suas metas de iniciativas tecnológicas.

¹⁶ Risco de incapacidade de explicar por que razão foi tomada uma determinada decisão. É sobretudo importante na adoção de tecnologias, algoritmos e processos de IA/ML. É importante para a tomada de decisões por parte de empresas, empresas e startups que utilizam processos relacionados com a tecnologia para determinar as suas ações e atividades no mercado.

¹⁷ Riscos associados às questões de ganhos económicos.

¹⁸ Risco de lesões físicas em pessoas ou danos em equipamentos decorrentes da adoção de novas tecnologias. Isto é muito importante para as tecnologias relacionadas à automatização e o risco para os trabalhadores e os seus requisitos de segurança.

À pergunta: “como você espera que o montante do investimento-total de sua empresa em tecnologia seja alterado ou não, nos próximos três anos?”

- Cerca de 76,74% dos entrevistados consideram que haverá um aumento do investimento em inovação, adoção e adaptação tecnológicas nos próximos três anos, enquanto cerca de 3% dos entrevistados preveem uma diminuição do investimento nos próximos três anos.

5 Avançando

Na era do distanciamento social e da perda do trabalho humano-manual, a robótica industrial revolucionará os países dependentes da exportação, como a China. Uma razão importante para este fato foi o declínio das exportações mesmo durante o período pré-COVID. A “revolução robótica” ganhou ímpeto na RPC, sobretudo na sequência da crise financeira mundial de 2008 (Yu e Sharif, 2017). Xu Zhigang, um pesquisador do Instituto de Automação de Shenyang da Academia Chinesa de Ciências (CAS), opinou que cerca de um quarto das fábricas de munições na China viu as “máquinas inteligentes” substituírem o trabalho manual. Este fato reduziu o número de riscos relacionados com acidentes e a exposição dos trabalhadores humanos. Melhorou a segurança dos trabalhadores e aumentou os lucros das empresas do setor. Com a integração da inteligência artificial (IA), a produção triplicou, a produtividade aumentou até cinco vezes e a eficiência atingiu um nível máximo de desempenho. Curiosamente, este cenário levou à criação de um novo tipo de empregos como “otimização de controle, manutenção de hardware e atualizações técnicas” (Leary, 2018).

A China é uma das líderes mundiais na adoção da onda de industrialização que está ligada à robótica. Um declínio das exportações foi evidente em muitos países, principalmente devido ao aumento crescente dos custos trabalhistas, bem como às crescentes preocupações com a segurança dos trabalhadores entre as empresas e outros atores institucionais. Países como a China, que dependiam mais das exportações, estavam mais preocupados com esta situação, enquanto os EUA e outros países da Europa Ocidental estavam cada vez mais preocupados em trazer de volta o investimento e o capital baseado na indústria de manufatura para os seus países (Yu e Sharif, 2017). De acordo com as estimativas, grandes importações de robôs industriais foram enviadas para a RPC, que representa quase um terço do total a nível mundial (IFR, 2017; Sun e Zhang, 2018). Os recentes avanços e desenvolvimentos mostram sinais de que a China está a progredir para se tornar um líder mundial no domínio da robótica industrial nas próximas décadas. A China começou também a exportar robôs industriais para países

focados na transição da manufatura de trabalho-intensiva para a de capital-intensiva. Para a China, sem dúvida, tornar-se uma das principais exportadoras de robôs industriais, irá fortalecer seu papel e suas aspirações em direção a uma “governança econômica multilateral” e suas reformas.

6 Conclusões

Foi constatado um declínio generalizado na demanda de mercado da RPC, o que gerou uma diminuição na taxa de crescimento global do investimento estrangeiro direto (IED) e das exportações durante a pandemia de COVID. O impacto nos bancos chineses criou um desequilíbrio fiscal e teve um impacto negativo significativo no desenvolvimento da infraestrutura e no trabalho industrial, assim como a deterioração das condições das dívidas corporativas constituiu um desafio adicional à economia chinesa. Além disso, a perda de postos de trabalho relacionada à COVID-19, agregada à queda da demanda global, impôs restrições econômicas à população, aumentou as reservas econômicas discricionárias, reduziu o consumo e enfraqueceu o sentimento de segurança social. Todos estes fatores podem criar condições de longo prazo para a recessão na China, com implicações para o mundo, exacerbando os efeitos da “Grande Reinicialização”.

Pela primeira vez em décadas, a China está enfrentando problemas relacionados ao crescimento negativo em muitos dos seus setores. As alegações de “guerra biológica” ou de “guerra quase-econômica” devido à atual crise pandêmica da COVID-19 continuam a criar obstáculos às relações exteriores da China. Esta não é uma situação na qual o Partido Comunista chinês ou sua liderança deseja para a economia chinesa, que fique no limbo, durante os efeitos da “Grande Reinicialização”. A RPC está se engajando na promoção de mais pacotes de estímulos fiscais domesticamente, incentivando a produção e promovendo reformas econômicas em circunstâncias desafiadoras desde 2020. Além disso, a China tem (e deve) continuar focada no aumento da inovação (tecnológica) pesquisas relacionais para se afirmar no setor da alta tecnologia.

A pesquisa realizada durante o estudo analisou o impacto da pandemia de COVID-19 na inovação, adoção e integração das tecnologias digitais na China. De acordo com a pesquisa, a COVID-19 teve um enorme impacto negativo nos negócios, nas empresas, nas companhias e nas organizações na China, mesmo quando as atividades de digitalização e a inovação e adoção de tecnologias existentes e emergentes estavam em crescimento. Mais importante ainda, tem havido vários riscos e desafios no que se refere à inovação e à adoção de tecnologia, que incluem a cibersegurança, adequação regulatória,

a privacidade, a reputação organizacional, o deslocamento de mão de obra/trabalho e os desafios à tomada de decisões através da tecnologia, a segurança nacional, a equidade e a justiça, a segurança física e a estabilidade política. É interessante notar que o investimento previsto em inovação tecnológica, adoção e adaptação para os próximos anos revela uma tendência crescente.

De um modo geral, a “Grande Reinicialização” teve um grave impacto na economia chinesa, criando sérias consequências domésticas, na cadeia de suprimentos global e as exportações totais despencaram para os Estados Unidos, a União Europeia, alguns países do Sul da Ásia e, em certa medida, para o Sudeste Asiático.

A demanda e o consumo internos desempenharam um papel essencial na manutenção e na promoção do crescimento e do desenvolvimento na China. Por enquanto, são os fatores internos que podem criar obstáculos à resolução da crise da COVID-19. Estes incluem questões relacionadas a uma política fiscal ineficaz (a nível provincial), bem como a falta de instituições financeiras transparentes (a nível nacional). Os fatores externos parecem agravar a situação atual, tanto a nível interno quanto na cadeia de suprimentos. Isso inclui a desaceleração da indústria voltada para exportação devido às questões relacionadas às restrições internas e ao declínio da demanda global, que pode agravar-se devido às crescentes tensões com os EUA.

7 Referências

- Açikgöz, Ö. and Günay, A. (2020). The early impact of the Covid-19 pandemic on the global and Turkish economy. *Turkish Journal of Medical Sciences* 50(SI-1): 520-526.
- Albertoni, N. and C. Wise. (2021). International Trade Norms in the Age of Covid-19 Nationalism on the Rise?. *Fudan J. Hum. Soc. Sci.* 14: 41–66.
- Aljazeera. (2020). China commits \$16bn to fund fight against coronavirus. <https://www.aljazeera.com/ajimpact/china-commits-16bn-fund-fight-coronavirus-200305084910664.html>
- Appelbaum, R.P., Cong, C., Xueying H, Parker R, and Simon D. (2018). *Innovation in China: Challenging the Global Science and Technology System*. Cambridge: Polity Press.
- Ayittey, F.K., Ayittey, M.K., Chiwero, N.B., Kamasah, J.S., Dzuvoor, C. (2020). Economic impacts of Wuhan 2019-nCoV on China and the world. *Journal of Medical Virology* 92(5): 473-475.
- China Daily. (2020). Tough and changing times for trade: China Daily

- editorial. <https://www.chinadaily.com.cn/a/202004/13/WS5e945bdca3105d50a3d15e26.html>
- China Global Television Network (CGTN). (2020a). Live: China's import and export performance in Q1 2020 revealed: State Development Office introduces import and export in the first quarter of 2020, Guo xin ban jieshao 2020 nian di yi jidu jin chukou qingkuang). YouTube. [Video]. <https://www.youtube.com/watch?v=5ViW4m4waG4>
- China Global Television Network (CGTN). (2020b). Former World Bank head in China assesses economic impact of coronavirus. YouTube. [Video]. <https://www.youtube.com/watch?v=onH-4i5f5WQ>
- China Global Television Network (CGTN). (2020c). Three years of Xi's Davos speech: How has China championed multilateralism?. <https://news.cgtn.com/news/2020-01-17/3-yrs-of-Xi-s-Davos-speech-How-has-China-championed-multilateralism--NdKHHblSEg/index.html>
- Cruz-Cárdenas, J., Zabelina, E., Guadalupe-Lanas, J., Palacio-Fierro, A. and Ramos-Galarza, C. (2021). COVID-19, consumer behavior, technology, and society: A literature review and bibliometric analysis. *Technological Forecasting and Social Change* 173(121179).
- Freed, J.F., Kwon, S.Y., El, H.J., Gottlieb, M. and Roth, R. (2020). Which Country is Truly Developed? COVID-19 has Answered the Question. *Annals of Global Health* 84(1): 51.
- Gans, J. (2020). *Economics in the Age of COVID-19*. London: The MIT Press.
- Global Times. (2020). China's exports unexpectedly increase 8.2% in April as imports shrink. <https://www.globaltimes.cn/content/1187639.shtml>
- Gopinath, G. (2020). The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression. IMF Blog. <https://blogs.imf.org/2020/04/14/the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression/>
- Gülseven, E. (2021). Identity, Nationalism and the Response of Turkey to COVID-19 Pandemic. *Chin. Polit. Sci. Rev.* 6: 40–62.
- Guo, C. Wang, M., Gao, K., Liu, J. and Zuo, W. (2021). [Location-Based Service Technologies for Major Public Health Events: Illustrated by the Cases of COVID-19 Epidemic]. *Wuhan Daxue Xuebao (Xinxi Kexue Ban)/ Geomatics and Information Science of Wuhan University* 46(2): 150-158.
- Han, S. (2020). Li Keqiang talks about stimulus policy: release water to raise fish, but if there is flooding, people will fish in muddy water, Likeqiang tan ciji zhengce: Fangshui yang yu, dan ruguo fanlan

- jiu hui youren hunshuimoyu). https://m.thepaper.cn/newsDetail_forward_7599538?mc_cid=od72fe0289&mc_eid=00c450e5b7
- Hu, J.-W., Javaid, A. and Creutzig, F. (2021). Leverage points for accelerating adoption of shared electric cars: Perceived benefits and environmental impact of NEVs. *Energy Policy* 155(112349).
- Industrial and Commercial Bank of China (ICBC). (2020). RMB Loan Prime Rate. <https://www.icbc.com.cn/ICBC/EN/FinancialInformation/RMBDepositLoanRate/RMBLoanPrimeRate/>
- International Federation of Robots (IFR). (2017). Executive Summary World Robotics 2016 Industrial Robots. https://ifr.org/img/uploads/Executive_Summary_WR_Industrial_Robots_20161.pdf
- International Monetary Fund (IMF Blog). (2020). The IMF explains the economic lessons from China's fight against coronavirus. World Economic Forum. <https://www.weforum.org/agenda/2020/03/imf-economic-lessons-from-china-fight-against-coronavirus/>
- Jin, J. and Karackattu, J.T. (2011). Infectious diseases and securitization: WHO's dilemma. *Biosecurity and bioterrorism: biodefense strategy, practice, and science* 9(2): 181-187.
- Klynveld Peat Marwick Goerdeler International Cooperative (KPMG International). (2020a). China: Government and institution measures in response to COVID-19. <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2020/04/china-government-and-institution-measures-in-response-to-covid.html>
- Klynveld Peat Marwick Goerdeler International Cooperative (KPMG International). (2020b). China: Tax developments in response to COVID-19. <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2020/04/china-tax-developments-in-response-to-covid-19.html>
- Leary, K. (2018). Robots Have Replaced Humans in 25% of China's Ammunition Factories. *Futurism*. <https://futurism.com/robots-replaced-humans-25-chinas-ammunition-factories>
- Li, Y. (2020). Seven representatives proposed to amend the Commercial Bank Law, Qi wei daibiao weiyuan jianyi xiugzi "shangye yinhang fa"). https://m.21jingji.com/article/20200529/ffc32702ee39cfed0707ed5ceaba703b.html?mc_cid=od72fe0289&mc_eid=00c450e5b7
- McKee, M. and Stuckler, D. (2020). If the world fails to protect the economy, COVID-19 will damage health not just now but also in the future. *Nature Medicine* 26: 640-642.

- McKibbin, W. and Fernando, R. (2020). The Global Macroeconomic Impacts of COVID-19: Seven Scenarios. Brookings India. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/03/20200302_COVID19.pdf
- Mingfang, K. (2020). COVID-19 vs China's Fiscal Policy - The Challenges. CEIC Data. <https://info.ceicdata.com/covid-19-vs-china-fiscal-policy-the-challenges>
- Nicola, M., Alsafi, Z., Sohrabi, C., Kerwan, A., Al-Jabir, A., Iosifidis, C., Agha, M., Agha, R. (2020). The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. *International Journal of Surgery* 78: 185-193.
- Peeri, N.C., Shrestha, N., Rahman, M.S., Zaki, R., Tan, Z., Bibi, S., Baghbanzadeh, M., Aghamohammadi, N., Zhang, W., Haque, U. (2020). The SARS, MERS and novel coronavirus (COVID-19) epidemics, the newest and biggest global health threats: what lessons have we learned?. *International journal of epidemiology*, dyaa033.
- Sage Research Methods. (2020). <http://methods.sagepub.com>
- Sarkis, J., Cohen, M.J., Dewick, P., Schröder, P. (2020). A brave new world: Lessons from the COVID-19 pandemic for transitioning to sustainable supply and production. *Resources, Conservation and Recycling* 159(104894): 1-19.
- Schwab, K. (2020). Now is the time for a 'great reset'. World Economic Forum. <https://www.weforum.org/agenda/2020/06/now-is-the-time-for-a-great-reset/>
- Sharma, M. (2019). India's Approach to China's Belt and Road Initiative – Opportunities and Concerns. *The Chinese Journal of Global Governance* 5: 136-152.
- Sun, S. and Zhang, J. (2018). Ripple effect – The profound impact of the global financial crisis. *Central Banking*. <https://www.centralbanking.com/central-banks/economics/3456071/ripple-effect-the-profound-impact-of-the-global-financial-crisis>
- The Lancet Editor. (2020). COVID-19: too little, too late?. *The Lancet* 396(10226): 755.
- The National People's Congress of the People's Republic of China (NPC). (2020). About Congress. <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/c2842/column.shtml>
- Ullah, A., Pinglu, C., Ullah, S., Abbas, H.S.M.A. and Khan, S. (2021). The Role of E-Governance in Combating COVID-19 and Promoting Sustainable

- Development: A Comparative Study of China and Pakistan. *Chin. Polit. Sci. Rev.* 6: 86–118.
- Umair, M., Cheema, M.A., Cheema, O., Li, H., and Lu, H. (2021). Impact of COVID-19 on adoption of IoT in different sectors. <https://arxiv.org/pdf/2101.07196.pdf>
- Wang, X., Le, X. and Lu, Q. (2020). Analysis of China's Smart City Upgrade and Smart Logistics Development under the COVID-19 Epidemic. *J. Phys.: Conf. Ser., IOP Publ.* 1570(1): 012066
- Wang, Y. (2019). Report on the Work of the Standing Committee of the National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference. *Theory China*: 1-19. <http://book.theorychina.org/upload/2019-EN-05ZX/>
- World Health Organization (WHO). (2020a). Events as they happen. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen>
- World Health Organization (WHO). (2020b). Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV). [https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))
- World Health Organization (WHO). (2020c). UN releases US\$15 million to help vulnerable countries battle the spread of the coronavirus. <https://www.who.int/news-room/detail/01-03-2020-un-releases-us-15-million-to-help-vulnerable-countries-battle-the-spread-of-the-coronavirus>
- World Trade Organization (WTO). (2020). PRESS/855PRESS RELEASE: Trade set to plunge as COVID-19 pandemic upends global economy. https://www.wto.org/english/news_e/pres20_e/pr855_e.htm
- Xi, J. (2019). *On Building a Human Community with a Shared Future*. Beijing: Central Compilation and Translation Press.
- Xi, J. (2020). Xi Jinping: Unity and Cooperation Are the International Community's Most Potent Weapon to Overcome the Pandemic. *English Edition of Qiushi Journal* 12(2-43).
- Xinhua. (2020a). Xi stresses high-quality, high-standard construction of Hainan free trade port. *China.org.cn*. http://www.china.org.cn/china/2020-06/02/content_76116727.htm

- Xinhua. (2020b). China's agriculture sector withstands COVID-19 epidemic. China.org.cn. http://www.china.org.cn/business/2020-04/29/content_75989293.htm
- Xinhua. (2020c) Xinhua Headlines: China expects positive GDP growth, achieving development goals. http://www.xinhuanet.com/english/2020-05/28/c_139096585.htm?mc_cid=od72feo289&mc_eid=00c450e5b7
- Xinhua. (2020d). Premier Li Keqiang attended the press conference and answered questions from Chinese and foreign reporters, Li Keqiang zongli chuxi jizhe hui bing huida zhongwai jizhe tiwen. http://www.gov.cn/premier/2020-05/29/content_5515798.htm?mc_cid=od72feo289&mc_eid=00c450e5b7#1
- Youde, J.R. (2018). Global health governance in international society. Oxford: Oxford University Press.
- Yu, H. and Sharif, N. (2017). From 'Labour Dividend' to 'Robot Dividend': Technological Change and Workers' Power in South China. *Agrarian South: Journal of Political Economy: A triannual Journal of Agrarian South Network and CARES*, 6(1): 53-78.
- Zhang, W. and Bray, M. (2021). A changing environment of urban education: historical and spatial analysis of private supplementary tutoring in China. *Environment and Urbanization* 33(1): 43-62.
- Zhao, C. and L. Zhao. (2021). Digital Nativity, Computer Self-Efficacy, and Technology Adoption: A Study Among University Faculties in China. *Frontiers in Psychology* 12(746292).
- Zhao, Y. and Bacao, F. (2021). How does the pandemic facilitate mobile payment? An investigation on users' perspective under the COVID-19 pandemic. *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18(3): 1-22, No. 1016.
- Zhou, W. and Galbraith, A. (2020). China cuts key rate for second time this year, more easing likely. Reuters. <https://www.reuters.com/article/us-china-economy-lpr/china-cuts-key-rate-for-second-time-this-year-more-easing-likely-idUSKBN22203J>.

RESUMO

A Grande Reinicialização teve um grave impacto na economia chinesa, com implicações a nível interno e na cadeia de abastecimento global. Uma das consequências foi o declínio da procura global no mercado chinês, com um impacto negativo significativo no desenvolvimento das infraestruturas e na indústria do trabalho. Um aspecto único desta pesquisa é a análise do impacto da COVID-19 na inovação e na integração das tecnologias digitais na China. Os autores explicam o impacto da Grande Reinicialização na economia chinesa, as implicações nas cadeias de abastecimento de que a China é uma parte crucial e as implicações globais daí decorrentes.

PALAVRAS-CHAVE

Grande Reinicialização; China; COVID-19.

Recebido em 03 de maio de 2023

Aprovado em 22 de fevereiro de 2024

Traduzido por Eduardo Secchi

A GRANDE ESTRATÉGIA DOS EUA NO INÍCIO DA GUERRA FRIA: PRIORIDADES, PREOCUPAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS

Humayun Javed¹

1 Introdução

Durante os últimos anos da Segunda Guerra Mundial, a cooperação aliada não pôde continuar devido ao aumento da discórdia entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS) sobre a visão da ordem internacional no pós-guerra. A estratégia global dos EUA no início da Guerra Fria foi formulada com Washington tendo um poder incomparável para moldar a segurança e a arquitetura econômica do pós-guerra na cena internacional. O produto nacional bruto dos Estados Unidos aumentou 60% durante a guerra, à medida que a produção de guerra norte-americana permitiu a Washington sair da depressão e construir a maior potência militar e econômica do mundo. Neste contexto, os formuladores de políticas norte-americanos embarcaram em um esforço global para moldar a arquitetura econômica e de segurança do pós-guerra. No entanto, os formuladores de políticas norte-americanos e soviéticos enfrentaram sérias fricções sobre as suas visões opostas do pós-guerra, quando a competição de segurança entre os EUA e a URSS se acelerou durante o início da Guerra Fria.

Permanece a questão de saber se as prioridades dos EUA para o sistema internacional do pós-guerra eram moldar a ordem do pós-guerra à imagem dos EUA e evitar os motivos que abriram caminho ao nacionalismo econômico e à depressão global na década de 1930. Ou estariam os decisores políticos dos EUA nos primeiros anos da Guerra Fria preocupados com a capacidade soviética e com a intenção de moldar a ordem de segurança do pós-guerra contra os interesses norte-americanos na cena global? A pesquisa visa identificar as preocupações e prioridades dos EUA na era imediatamente pós-Segunda Guerra Mundial. O estudo concentra-se em explorar as principais

¹ Programa em Relações Internacionais, New York University, New York, Estados Unidos.
E-mail: hj2621@nyu.edu. ORCID: 0000-0001-6756-460X.

reflexões norte-americanas ao formular uma grande estratégia durante o início da Guerra Fria. O artigo levanta a seguinte questão saber se as escolhas políticas de Washington durante as últimas fases da Segunda Guerra Mundial e no início da Guerra Fria foram impulsionadas principalmente pela expansão soviética na Europa Oriental.

O estudo é de natureza qualitativa e utiliza investigação exploratória porque a literatura existente sobre o início da Guerra Fria não explica suficientemente a razão pela qual os formuladores de políticas norte-americanos adotaram um papel global. A pesquisa também incorpora análise de conteúdo por meio da leitura de documentos oficiais, fontes governamentais e transcrições de discursos de autoridades norte-americanas para entender como a política da Guerra Fria dos EUA foi estruturada e justificada. As fontes do trabalho incluem: livros acadêmicos sobre as relações EUA-URSS e a história da política externa dos EUA em relação a Moscou, artigos de pesquisa revisados por pares e capítulos de livros publicados por estudiosos da política externa dos EUA em relação à URSS; relatórios publicados por vários think tanks apartidários, publicações de notícias confiáveis e instituições internacionais; e atividade legislativa e debates de política externa observados pelo Serviço de Pesquisa do Congresso e por diferentes fontes governamentais.

O estudo argumenta que os horrores econômicos da década de 1930 e a intensa competição de segurança na Europa e na Ásia que ameaçou a segurança norte-americana na Segunda Guerra Mundial fizeram com que os formuladores de políticas dos EUA no mundo do pós-guerra desempenhassem um papel central na remodelação da ordem internacional em aderência aos princípios e valores norte-americanos. O papel diplomático ativo de Washington na criação de instituições internacionais – Sistema de Bretton Woods (1944), Nações Unidas (1945), Programa de Recuperação Europeia (1947) e Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (1947) – para preservar a paz e a segurança econômica foi facilitado pela extensão incomparável do poder e influência dos EUA no cenário internacional, no qual outros centros de poder foram tremendamente devastados devido a uma guerra global prolongada.

A ambição da URSS de maximizar os ganhos de segurança na Europa e garantir um cenário geopolítico favorável para a segurança e influência de Moscou após 1945 também provocou as ativas iniciativas econômicas e de segurança de Washington no pós-guerra para o continente europeu e o resto do mundo. Contudo, a formulação da grande estratégia dos EUA foi impulsionada por fatores não inteiramente moldados pela expansão soviética. Portanto, o papel dos EUA na remodelação do ambiente pós-guerra começou antes do início da Guerra Fria – quando a Segunda Guerra Mundial ainda não tinha terminado e quando a expansão soviética na Europa Oriental não era

inteiramente visível durante a diplomacia da guerra.

2 A Diplomacia Americana durante a Guerra: o Planejamento dos EUA para a Visão Pós-Guerra

Os esforços diplomáticos dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial indicaram a intenção de moldar a ordem do pós-guerra à imagem dos EUA. Iriye (2013, 200-6) mostrou como a diplomacia de guerra do presidente Franklin Roosevelt lançou as bases para a participação ativa de Washington nos assuntos internacionais do pós-guerra mediante um planejamento sério com os aliados na elaboração da arquitetura institucional para a paz do pós-guerra. Mesmo na primeira fase da guerra, os formuladores de políticas norte-americanos – utilizando-se da assinatura da Carta do Atlântico (1941) – começaram a imaginar uma visão de paz que se seguiria à vitória das potências Aliadas. Já em Maio de 1942, Roosevelt sugeriu a noção de “quatro policiais” (os EUA, a URSS, a Grã-Bretanha e a China) para levar a cabo a cooperação das “grandes potências” para a segurança global após a vitória (Iriye 1981, 53-4). Foi observado um planejamento sério para abordar as questões do pós-guerra entre as “três grandes” potências aliadas lideradas por Roosevelt, Joseph Stalin e Winston Churchill.

Os três líderes envolveram-se ativamente no planejamento do pós-guerra nas conferências realizadas em Teerã (Dezembro de 1943) – onde os líderes Aliados discutiram questões do território alemão e potenciais zonas de ocupação a serem administradas pelos Aliados – e Yalta (Fevereiro de 1945) – onde o futuro da Alemanha, da Europa Oriental e das Nações Unidas foi considerado. Para além da diplomacia das grandes potências na segunda fase da guerra, as iniciativas institucionais norte-americanas durante a guerra também desempenharam um papel significativo na formação dos pilares econômicos e políticos da ordem do pós-guerra.

A ambiciosa tentativa de Washington para restabelecer uma ordem econômica internacional – depois desta ter sido arruinada pelo nacionalismo econômico que se seguiu à Grande Depressão da década de 1930 – foi dirigido para levar a cabo a cooperação econômica por meio do consenso intergovernamental. Na Conferência de Bretton Woods (julho de 1944), a iniciativa norte-americana para a cooperação com outras nações concretizou a construção de uma ordem econômica mundial integrada, interdependente e aberta, caracterizada por duas instituições, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, mais tarde denominado Banco Mundial).

O primeiro visava ajudar os países que enfrentavam crises comerciais

e cambiais, para que não regressassem ao nacionalismo econômico dos anos anteriores à guerra, de depressão econômica e protecionismo; o Banco Mundial foi também um passo em direção ao internacionalismo econômico mediante a reconstrução e o desenvolvimento de países atravessando uma transformação econômica após a destruição da guerra. Estas iniciativas econômicas foram tomadas para evitar as condições e consequências do colapso econômico testemunhado na década de 1930.

Quando o nacionalismo econômico, as autarquias regionais e o protecionismo comercial criaram terreno fértil para que ideologias extremistas prosperassem e ameaçassem a estabilidade da ordem internacional na década de 1930, os EUA não desempenharam um papel na mitigação, e muito menos na resolução, do colapso econômico e financeiro global dos anos pré-guerra. Mas, no mundo do pós-guerra, os EUA estavam dispostos a desenvolver um mecanismo institucional para o intercâmbio econômico e o comércio internacional sob o patrocínio de Washington. Ao descrever a iniciativa norte-americana para a ordem econômica do pós-Guerra Iriye (2013, 211)² indica que: “Aqui estava claramente uma lição da Depressão bem aprendida. A nação [americana] não voltaria a regressar ao nacionalismo econômico mas, pelo contrário, assumiria a liderança no espírito do internacionalismo econômico”.

A participação soviética e o envolvimento construtivo durante as conferências de Teerã, Yalta e Bretton Woods mostraram o interesse de Moscou em continuar a fazer parte do acordo internacional cooperativo do pós-guerra. No entanto, duas grandes mudanças tiveram um impacto considerável na cooperação aliada reforçada pelos objetivos de guerra comuns partilhados por Roosevelt, Churchill e Stalin. Primeiro, em 1945, com a morte de Roosevelt em Abril e a rendição alemã em Maio, os Aliados questionaram como poderiam sustentar a sua cooperação para a ordem internacional do pós-guerra quando os vencedores esperados estivessem diante da tentação de seguir caminhos separados (mesmo caminhos opostos para derrotar o Japão) quando a ameaça alemã comum desaparecesse. Em julho de 1945, quando os “três grandes” aliados se reuniram em Potsdam (com Harry Truman substituindo Roosevelt em abril e Churchill sendo substituído por Clement Attlee durante a conferência), Stalin reafirmou a sua promessa em Yalta de se juntar à guerra contra o Japão após três meses de derrota alemã – embora a potencial participação soviética não fosse considerada desejável pela nova administração Truman e tenha se tornado uma fonte de tensão na coligação durante a guerra (Iriye 2013, 213). Os EUA já tinham terminado os envios

2 No original: “Here clearly was a lesson of the Depression well learned. The [American] nation would not again revert to economic nationalism but would, on the contrary, take the lead in the spirit of economic internationalism” (Iriye 2013, 211).

de empréstimos e arrendamentos para Moscou antes da Conferência de Potsdam, onde os Aliados rejeitaram a tutela soviética no Mediterrâneo, bem como as exigências de Moscou de reparações de guerra e bases nos estreitos turcos (Pechatnov 2010, 95-6).

Em segundo lugar, após a Conferência de Potsdam, Truman decidiu usar bombas atômicas no Japão no início de Agosto de 1945 para pôr um fim rápido ao conflito e procurar alavancar sua posição para moldar a paz do pós-guerra de acordo com os desejos norte-americanos. O presidente norte-americano acreditava que a bomba atômica – cuja presença e eficácia tinha transmitido a Stalin durante a Conferência de Potsdam – aumentaria a capacidade dos EUA de procurar concessões dos soviéticos na diplomacia do mundo do pós-guerra (Leffler 2010, 70). David Halloway argumentou que o uso da bomba atômica por Truman foi corretamente percebido por Stalin como um “movimento anti-soviético” destinado a privar a URSS de ganhos estratégicos no Extremo Oriente e, de forma mais geral, a dar vantagem aos EUA na definição do acordo do pós-guerra. Halloway observa que “o objetivo principal [de Truman] era certamente forçar o Japão a se render, mas ele também acreditava que a bomba o ajudaria em suas negociações com Josef V. Stalin. Esta última consideração era secundária, mas confirmou a sua decisão” (Halloway 2010, 377)³. Com o desaparecimento do inimigo alemão comum, versões conflitantes sobre o acordo pós-guerra no Japão e opiniões consideravelmente opostas sobre a Alemanha produziram tensões soviético-americanas muito antes da expansão pós-guerra de Stalin na Europa Oriental.

3 O Desafio Soviético e a Estratégia Global de Contenção dos EUA

O papel diplomático ativo de Washington na definição da ordem política e econômica do pós-guerra foi facilitado pela extensão incomparável do poder e da influência dos EUA na cena internacional, na qual outros centros de poder foram tremendamente devastados devido a uma guerra global prolongada. Os EUA detinham 50 por cento do PIB mundial em 1945, depois de vencerem uma guerra que não foi travada no seu território. Em 1945, os EUA tinham dois terços das reservas mundiais de ouro, três quartos do seu capital investido, metade dos seus navios de transporte e metade da sua capacidade de produção (Leffler 2010, 67). Apesar da extensão incomparável do poder dos EUA, Leffler argumentou que a liderança norte-americana não

³ No original: “His [Truman’s] primary purpose was surely to force Japan to surrender, but he also believed that the bomb would help him in his dealings with Iosif V. Stalin. That latter consideration was secondary, but it confirmed his decision” (Halloway 2010, 377).

se sentia segura e temia que os EUA afundassem novamente na depressão. A era entre guerras, como argumentado acima, preocupou Truman e os seus conselheiros, que estavam empenhados em não permitir que potenciais adversários ganhassem o controle dos “recursos da Europa e da Ásia por meio de práticas econômicas, subversão política ou agressão militar”, como testemunhado na década de 1930 e início da década de 1940” (Leffler 2010, 68).⁴

Por outro lado, como argumentou Pechatnov (2010, 90), a URSS ganhou novos patamares de influência estratégica e política com a derrota do Japão e da Alemanha. Embora a URSS tenha sido devastada mais do que qualquer outro país devido à Segunda Guerra Mundial, o modelo soviético ganhou maior prestígio ao resistir eficazmente ao rolo compressor de guerra nazista. Além disso, a presença das tropas soviéticas em solo europeu, o crescimento dos partidos políticos comunistas e de esquerda na Europa Oriental e o fortalecimento de novos movimentos de libertação na Ásia abriram novos caminhos para a expansão da influência soviética (Pechatnov 2010, 90). Entretanto, a questão de uma Alemanha dividida preocupou Stalin mesmo durante as últimas fases da guerra devido à localização estratégica, ao papel histórico e à importância econômica da Alemanha para reavivar a economia europeia e procurar reparações de guerra. Entretanto, as preocupações de segurança continuaram a ser fundamentais no pensamento do Kremlin, para o qual Stalin imaginou galvanizar “Estados amigos” ao longo da fronteira ocidental da URSS mediante a estratégia de “frente popular” (Pechatnov 2010, 92-3). Procurando lições do esforço de guerra europeu na Primeira e Segunda Guerra Mundial – quando a frágil defesa da Rússia foi violada devido a fronteiras facilmente penetráveis – Moscou pressionou pela profundidade da sua defesa, utilizando-se da consolidação da esfera de segurança constituída por estados satélites na Europa Oriental.

No final de 1945, a administração Truman sentiu-se incomodada com a ação soviética na Europa Leste, onde, segundo Leffler, Truman queria uma política mais dura, pois “ridicularizava os ‘estados policiais’ que o Kremlin estava formando na Bulgária e na Romênia e condenava a recusa dos soviéticos em retirar as suas tropas do Irã” – como eram obrigados a fazer. Truman observou: “Não tenho qualquer dúvida de que a Rússia pretende uma invasão da Turquia e a tomada do Estreito do Mar Negro até o Mediterrâneo... Não creio que devamos mais brincar de compromisso... Estou cansado de mimar os soviéticos” (Ferrell 1980, 54)⁵. Em meados de 1946, Stalin atrasou

4 No original: “resources of Europe and Asia through economic practices, political subversion, or military aggression” (Leffler 2010, 68).

5 No original: “There isn’t any doubt in my mind that Russia intends an invasion of Turkey

a retirada das tropas do Irã e mobilizou tropas soviéticas na fronteira turca para aumentar a pressão e buscar o controle dos estreitos do Mar Negro – apenas para chegar a um acordo em ambas as ocasiões, depois de os Aliados terem permanecido firmes contra a posição soviética. Observando a falta de planejamento estratégico a longo prazo de Stalin, Pechatnov observa: “Ele [Stalin] provocou a consolidação de um bloco anglo-americano contra a URSS e empurrou o Irã e a Turquia em direção ao Ocidente”.

O futuro de uma Alemanha dividida, a crescente influência política de Moscou na Europa Oriental por meio do estabelecimento de Estados pró-soviéticos e o desespero econômico que aumentou os receios do descontentamento socialista e de uma maior influência soviética na Europa devastada pela guerra produziram uma atenção urgente e sistemática de Truman. Já em Maio de 1945, a elevada percepção de ameaça de Washington relativa à influência comunista na Europa aumentou ainda mais devido às péssimas condições econômicas na Europa. O secretário adjunto da Guerra dos EUA, John J. McCloy, esperava o caos resultante ao escrever ao Presidente Truman que haveria “pestilência e fome na Europa Central no próximo inverno. É provável que isto seja seguido por uma revolução política e infiltração comunista” (McCloy 1945). O secretário de Estado adjunto, Dean Acheson, que em breve se tornaria o conselheiro de maior confiança de Truman, também advertiu que a vida industrial e social da Europa “tinha chegado a uma paralisação completa e total” (Acheson 1945, 19-21). À medida que a influência comunista crescia no continente devastado pela guerra e que enfrentava turbulências econômicas, a Grã-Bretanha teve de reduzir a sua presença onde a propagação comunista era mais sentida – na Grécia, onde os rebeldes comunistas travavam uma guerra civil; e na Turquia, onde guerrilheiros comunistas travavam uma insurreição.

Como argumenta Walter LaFeber (1994, 469), a administração Truman, na sua intenção de remodelar a ordem internacional de acordo com a visão pós-guerra de Washington, respondeu a estas questões usando “contraforça” à assertividade soviética no continente europeu, ao mesmo tempo que integrava importantes centros estratégicos de poder (Europa Ocidental e Japão) dentro do guarda-chuva econômico e de segurança norte-americano. Tal política, elaborada pelo mais conhecido especialista do Departamento de Estado em assuntos russos, George Kennan, apelava à contenção a longo prazo da URSS quando, nas palavras de Winston Churchill, “uma cortina de ferro” desceu sobre a Europa.

A visão de Kennan da URSS baseava-se na sua percepção de Stalin

and the seizure of the Black Sea Straits to the Mediterranean ... I do not think we should play compromise any longer ... I'm tired of babying the Soviets” (Ferrell 1980, 54).

como um “neurótico” preocupado com o “tradicional e instintivo sentimento russo de insegurança”. No entanto, os líderes do Kremlin, segundo Kennan, eram “altamente sensíveis à lógica da força”, mesmo sendo “impermeáveis à lógica da razão” (Kennan 1946). Portanto, na opinião de Kennan, a expansão soviética poderia ser contida pela aplicação a longo prazo de uma luta de contenção com Moscou que Truman e os seus conselheiros estavam dispostos a empreender. As palavras de Kennan circularam amplamente nos círculos de política externa, pois a sua análise estava muito alinhada com os instintos de Truman, que, em Março de 1947, pediu ao Congresso 400 milhões de dólares em assistência militar e econômica à Grécia e à Turquia para reduzir a influência comunista.

No que ficou conhecido como Doutrina Truman (março de 1947), ele dividiu o mundo entre “povos livres” e governos que “baseavam-se no terror e na opressão” (McCullough 1992, 547-49). Truman afirmou em linguagem dura que:

Se virarmos as costas ao mundo, áreas como a Grécia, enfraquecida e dividida como resultado da guerra, cairiam na órbita soviética sem muito esforço por parte dos russos. O sucesso da Rússia nessas áreas e a nossa declarada falta de interesse levariam ao crescimento de partidos comunistas internos em países europeus como França e Itália, onde já existiam ameaças significativas (Truman 1947)⁶.

Dean Acheson repetiu esse pensamento com sua “teoria da maçã podre” (mais tarde chamada de “teoria do dominó”, também declarada pelo presidente Dwight Eisenhower) advertiu que se os EUA recusassem, “como maçãs em um barril infectadas por uma maçã podre, a corrupção da Grécia infectaria o Irã e todo o Oriente”. A “infecção” poderia comunizar a África, depois a Europa, até que os EUA ficassem virtualmente sozinhos (Rotter 2000).

Para revitalizar a economia europeia (e particularmente alemã) para a recuperação econômica do pós-guerra, limitando a influência estratégica soviética na Europa e mitigando as perspectivas das ideologias de direita que capitalizaram a turbulência econômica na década de 1930, a administração Truman anunciou o Programa de Recuperação Europeia (1947). Este

⁶ No original: If we were to turn our back on the world, areas such as Greece, weakened and divided as a result of the war, would fall into the Soviet orbit without much effort on the part of the Russians. The success of Russia in such areas and our avowed lack of interest would lead to the growth of domestic Communist parties in such European countries as France and Italy, where there were already significant threats (Truman 1947).

programa econômico e estratégico para revitalizar as economias europeias e impedir os partidos comunistas de capitalizarem a desordem econômica do continente procurava a integração econômica e uma maior convergência estratégica entre Washington e as capitais europeias. O plano fazia parte do objetivo mais amplo de contenção de manter os centros de poder europeus e asiáticos fora da órbita soviética e ligá-los aos EUA.

Outra lição da década de 1930 que os decisores políticos dos EUA aplicaram à recuperação do pós-guerra foi a elaboração do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (1947) para impulsionar o comércio internacional, mantendo-o aberto e livre (LaFeber 1994, 458). Simultaneamente, Washington utilizou a lógica da “recuperação econômica contra a potencial infiltração comunista” para tomar iniciativas destinadas a ressuscitar economicamente o Japão em 1948-50. Os formuladores de política norte-americanos temiam que as más condições econômicas pudessem favorecer os esquerdistas do Japão, com os comunistas a fazerem rápidos avanços na vizinha China. Sob esta luz, o Secretário de Estado Dean Acheson escreveu que “os japoneses avançarão em direção a relações amistosas sólidas com países não-comunistas ou em associação com o sistema comunista na Ásia” (Acheson 1949)⁷.

Entretanto, dentro dos principais centros de poder, a Alemanha continuou a ser um ponto crucial de discórdia no início da Guerra Fria, quando os Aliados a dividiram em quatro zonas de ocupação e, mais tarde, os EUA, a Grã-Bretanha e a França fundiram as suas zonas no que ficou conhecido como Alemanha Ocidental. “Nenhuma tarefa”, como argumenta Leffler (2010, 79)⁸, “era mais importante do que reviver a Alemanha Ocidental, estabelecer ali instituições autônomas e preservar o seu alinhamento com os Estados Unidos”. “Sem um renascimento da produção alemã”, enfatizou o Secretário de Estado dos EUA, George Marshall (que orquestrou o Programa de Recuperação Europeia, também conhecido como Plano Marshall), “não pode haver renascimento da economia da Europa” (Marshall 1947)⁹. Quando os Aliados Ocidentais (EUA, Grã-Bretanha e França) introduziram uma moeda única nas suas próprias zonas de ocupação para impulsionar a recuperação econômica depois de começarem a fundir gradualmente as suas zonas de ocupação, os soviéticos bloquearam o seu acesso ao setor de Berlim sob

7 No original: “Japs will either move toward sound friendly relations with non-commie countries or into association with commie system in Asia” (Acheson 1949).

8 No original: “No task was more important than reviving western Germany, establishing self-governing institutions there, and preserving its alignment with the United States (Leffler 2010, 79)”.

9 No original: “Without a revival of German production, there can be no revival of Europe’s economy” (Marshall 1947).

controle ocidental. Contra o bloqueio soviético a Berlim Ocidental, os EUA responderam com uma ponte aérea durante mais de um ano, fornecendo abastecimentos essenciais mediante operações aéreas.

Berlim continuou a ser um ponto focal da contenção soviético-americana, e o mais elevado teste de determinação entre Washington e Moscou durante toda a Guerra Fria. Para além de iniciativas econômicas ambiciosas – com o Plano Marshal totalizando 13 bilhões de dólares – os EUA apresentaram uma estrutura de segurança abrangente, o Tratado do Atlântico Norte (1948), para integrar a Europa Ocidental no guarda-chuva de segurança dos EUA com base na ideia de segurança coletiva: ataque a um Estado considerado como um ataque a todos. Com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, os EUA formaram a sua primeira aliança militar com a Europa em 171 anos (LaFeber 1994, 466).

4 Reexaminando a percepção da ameaça: travando e vencendo uma Guerra Fria Global

Conter a influência soviética, vinculando econômica e estrategicamente as regiões centrais industriais da Europa Ocidental e do Nordeste Asiático, parecia suficiente até que duas grandes mudanças tiveram um grande impacto na percepção da ameaça norte-americana em relação a Moscou em 1949. Primeiro, formuladores de política norte-americanos dos EUA viram o potencial aumento da influência ideológica e geopolítica soviética devido à vitória comunista na Guerra Civil Chinesa. A ameaça parecia especialmente alarmante porque os conselheiros de Truman continuaram a ver a ameaça comunista como monolítica, dirigida exclusivamente a partir de Moscou, sob o patrocínio de Stalin. Em segundo lugar, a detonação soviética da bomba atômica no mesmo ano desafiou a vantagem tecnológica dos EUA em uma potencial guerra total com a URSS.

Ambos os acontecimentos forçaram os formuladores de política norte-americanos a reexaminar de forma abrangente a estratégia norte-americana e a não permitir que a influência de Washington se limitasse apenas às principais regiões industriais do mundo. Com os comunistas chineses a consolidarem com sucesso o seu controle sobre a China continental, os formuladores de política norte-americanos começaram a perceber que o sucesso da contenção em áreas do núcleo dependia do alcance global para integrar as regiões periféricas na grande estratégia dos EUA. Tal como o desenvolvimento das regiões industriais centrais da Europa Ocidental dependia do acesso ao petróleo e às matérias-primas no Oriente Médio e na África, o renascimento da economia japonesa dependia das matérias-primas e dos mercados das

regiões periféricas da Ásia – Coreia, Manchúria e Sudeste Asiático (Leffler 2010, 82).

Este reexame da grande estratégia dos EUA para expandir o alcance da presença global norte-americana foi feito por Paul Nitze – o novo chefe da Equipe de Planejamento Político que substituiu George Kennan e escreveu o documento estratégico mais renomado da Guerra Fria: a NSC-68, Conselho de Segurança Nacional diretriz 68. Nitze tornou-se chefe da equipe de Planejamento Político sob Dean Acheson, que lhe pediu para deixar a NSC-68 “mais clara do que a verdade” por empregar uma linguagem excessivamente simplista, útil para impulsionar o apoio popular (Casey 2005, 655). Nitze não decepcionou, pois o documento se distinguiu de outros documentos políticos por seu delineamento nítido da ameaça representada pela URSS, que, segundo o jornal, era guiada por uma “nova fé fanática, antitética à nossa” e queria impor a sua “autoridade absoluta sobre o resto do mundo” por meio de crescentes proezas militares e capacidades atômicas (Wells 1979, 131). No entanto, a ameaça soviética poderia ser contida e neutralizada, conforme a NSC-68, por meio da “força militar agregada superior”. Portanto, além da descrição nítida da ameaça, o documento pedia um rearmamento massivo.

Nitze afirmou que, uma vez que os EUA mostrassem à URSS que podiam conter e repelir o poder comunista, “isso fomentaria sementes de destruição dentro do sistema soviético” (Nitze 1994). O objetivo da nova estratégia era conter e fazer recuar o poder soviético. Portanto, nas palavras de Leffler: “A estratégia da administração Truman nunca se limitou à dissuasão e à contenção. A estratégia era travar uma Guerra Fria e vencê-la” (Leffler 2010, 88)¹⁰. A NSC-68 baseou-se em suposições muito rígidas sobre a natureza urgente da ameaça que Moscou representava. O NSC 68 presumiu que a ameaça era “civilizacional”, com os soviéticos dispostos a ganhar o poder absoluto. Como escreve LaFeber (1994, 480)¹¹: “Se você aceitar essas suposições, terá pouca escolha a não ser aceitar as recomendações políticas”, o que Truman fez, mas com hesitação. A NSC-68 demandava a construção de grandes sistemas de aliança, junto à criação de bombas termonucleares, para aumentar a pressão sobre a URSS. Um investimento militar tão significativo (quatro vezes superior ao orçamento de defesa da época), e isso também em tempos de paz, fez com que Truman quisesse primeiro saber o custo exato da NSC-68 antes de poder dar a aprovação final para Dean Acheson.

Procurar o apoio dos altos funcionários e do público para orçamento

¹⁰ No original: “The strategy of the Truman administration was never limited to deterrence and containment. The strategy was to wage a Cold War and win it” (Leffler 2010, 88).

¹¹ No original: “If you accept these assumptions, you had little choice but to accept the policy recommendations” (LaFeber 1994, 480).

militar tão expansivo teria sido muito difícil sem a ameaça dramática de agressão comunista que foi testemunhada em Junho de 1950, quando a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul. Com a crise ocorrendo em um dos muitos pontos críticos da Guerra Fria e fora dos perímetros estratégicos delineados anteriormente, a Guerra da Coreia deu a Acheson e a outros altos funcionários dos EUA uma oportunidade de reafirmar e restabelecer as suas razões para seguir as recomendações da NSC-68: 1) a existência de uma ameaça comunista monolítica realizando agressões nas regiões periféricas vitais para a recuperação das regiões centrais; 2) o medo de que a agressão comunista em uma região ameaçaria a influência dos EUA em outras regiões adjacentes (a analogia da maçã podre); 3) e a expansão comunista global que justifica o aumento da capacidade militar em grande escala e a formação intensiva de alianças. Portanto, o início da Guerra da Coreia em junho de 1950, segundo Casey (2005, 656), foi “uma dádiva de Deus” para convencer sobre a importância da NSC-68.

5 Conclusão

O estudo da diplomacia norte-americana durante as últimas fases da Segunda Guerra Mundial nos ajuda a concluir que a visão estratégica dos EUA para o mundo do pós-guerra começou a tomar forma durante a guerra, à medida que Washington estava determinado a assumir a responsabilidade ativa na definição da paz do pós-guerra. Os formuladores de política norte-americanos, tanto nas administrações Roosevelt como Truman, estavam empenhados em evitar as condições que produziram a turbulência econômica e a instabilidade política que levaram em parte ao colapso da ordem internacional pré-guerra. A extensão incomparável do poder e influência dos EUA, junto a uma visão ambiciosa para remodelar a arquitetura institucional e de segurança do pós-guerra, permitiram a Washington formular uma grande estratégia para a sua presença econômica e política na Ásia e na Europa, onde a URSS permaneceu a única potência vitoriosa – mas imensamente devastada. As próprias inseguranças tradicionais de Moscou na sua fronteira ocidental e a sua considerável influência estratégica e visão para moldar o cenário político e de segurança na Europa produziram tensões entre os EUA e a URSS, uma vez que a sua cooperação devido a uma ameaça alemã comum tinha desaparecido. Todos estes fatores desempenharam um papel crucial na formulação da grande estratégia dos EUA no início da Guerra Fria, quando a liderança americana estava focada em assumir a responsabilidade global, moldar a ordem econômica e política internacional do pós-guerra à luz das lições do pré-guerra, e conter o poder e a influência soviéticos de desafiar a posição dominante dos EUA no sistema internacional.

6 Referências

- Acheson, Dean. 1945. Acheson Testimony to US Senate, Committee on Banking and Currency. Washington, DC: US Government Printing Office.
- Acheson, Dean. 1949. "Acheson to Certain Diplomatic Officers." Foreign Relations of the United States, 1949. Department of State. May 8, 1949. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1949v07p2/d71>.
- Casey, Steven. 2005. "Selling NSC-68: The Truman Administration, Public Opinion, and the Politics of Mobilization, 1950–51." *Diplomatic History* 29, no. 4 (2005): 655–90. <http://www.jstor.org/stable/24915065>.
- Ferrell, Robert H. 1980. *Off the Record: The Private Papers of Harry S. Truman*. New York: Harper and Row.
- Holloway, David. 2010. "Nuclear Weapons and the Escalation of the Cold War, 1945–1962." In *The Cambridge History of the Cold War*, edited by Melvyn Leffler and Odd Arne Westad. Cambridge: Cambridge University Press.
- Iriye, Akira. 1982. *Power and Culture: The Japanese-American War, 1941–1945*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.
- Iriye, Akira. 2013. *The Cambridge History of American Foreign Relations 3, the Globalizing of America, 1913–1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Kennan, George. 1946. The Long Telegram to U.S. Secretary of State. Department of State.
- LaFeber, Walter. 1994. *The American Age: United States Foreign Policy at Home and Abroad 1750 to the Present*. 2nd ed. New York, NY: Norton.
- Leffler, Melvyn. 2010. "The Emergence of an American Grand Strategy, 1945–1952." in *The Cambridge History of the Cold War*, edited by Melvyn Leffler and Odd Arne Westad. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marshall, George. 1947. "Speech to the Chicago Council on Foreign Relations and the Chicago Chamber of Commerce." November 18.
- McCloy, J. 1945. Memo for the President. Harry S. Truman Library, Independence, MO.
- McCullough, David. 1992. *Truman*. New York: Simon & Schuster.
- Nitze, Paul. 1994. *NSC-68: Forging the Strategy of Containment*. Edited by S Nelson Drew. Washington, Dc: National Defense University.

- Pechatnov, Vladimir. 2010. "The Soviet Union and the World, 1944–1953," in *The Cambridge History of the Cold War*, edited by Melvyn Leffler and Odd Arne Westad. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rotter, Andrew J. 2000. "Cold Warriors." *Encyclopedia*. 2000. <https://www.encyclopedia.com/history/united-states-and-canada/us-history/cold-war>.
- Truman, Harry. 1947. *Special Message to Congress on Greece and Turkey: The Truman Doctrine*. Truman Library.
- Wells, Samuel F. 1979. "Sounding the Tocsin: NSC 68 and the Soviet Threat." *International Security* 4, no. 2 (1979): 116–58. <https://doi.org/10.2307/2626746>.

RESUMO

O estudo visa identificar as preocupações e prioridades dos Estados Unidos (EUA) na era imediatamente pós-Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo que explora as principais reflexões americanas na formulação de uma grande estratégia durante o início da Guerra Fria. O artigo levanta a seguinte questão: se as escolhas políticas de Washington durante as últimas fases da Segunda Guerra Mundial e no início da Guerra Fria foram impulsionadas principalmente pela expansão soviética na Europa Oriental. O estudo é de natureza qualitativa e utiliza investigação exploratória porque a literatura existente sobre o início da Guerra Fria não explica suficientemente a razão pela qual os decisores políticos americanos adotaram um papel global. Esta pesquisa argumenta que a extensão incomparável do poder e da influência dos EUA, junto a uma visão ambiciosa para remodelar a arquitetura institucional e de segurança do pós-guerra, permitiram a Washington formular uma grande estratégia para a sua presença econômica e política na Ásia e na Europa, onde a União Soviética permanecera como a única potência vitoriosa – mas imensamente devastada. As próprias inseguranças tradicionais de Moscou na sua fronteira ocidental e a sua considerável influência estratégica e visão para moldar o cenário político e de segurança na Europa produziram tensões entre os EUA e a União Soviética, uma vez que a sua cooperação, devido a uma ameaça alemã comum, tinha desaparecido. Portanto, a liderança americana focou-se em assumir a responsabilidade global no início da Guerra Fria para moldar a ordem econômica e política internacional do pós-guerra à luz das lições anteriores à guerra e impedir que o poder e a influência soviéticas colocassem em risco a preeminência dos EUA na cena global.

PALAVRAS-CHAVE

Competição EUA-URSS. Guerra Fria. Grande estratégia americana. Ordem internacional pós-guerra.

Recebido em 6 de janeiro de 2024

Aceito em 21 de junho de 2024

Traduzido por Igor Estima Sardo

O IMPACTO DA GUERRA DA UCRÂNIA NA GEOPOLÍTICA DA ANTÁRTICA ATRAVÉS DE MAPAS COGNITIVOS DIFUSOS

Luiz Octavio Gavião¹

Michael Bilac Barbosa de Oliveira²

1 Introdução

O continente Antártico possui o equivalente a 70% da água potável do mundo, mais de 170 tipos de minerais e grandes lençóis de gás natural (Andrade et al. 2018). Seu entorno é rota alternativa de navegação por sua proximidade aos continentes do hemisfério sul. Por suas características, a Antártica, a América do Sul, o Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana foram incluídos no Entorno Estratégico Brasileiro, sendo áreas de interesse prioritário no Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil 2016) e na Política Nacional de Defesa (Brasil 2020).

O Tratado da Antártida foi assinado em 1959, pelos países que reclamavam a posse de partes do continente da Antártica, porém se comprometiam a suspender suas pretensões por período indefinido, permitindo a liberdade de exploração científica do continente, em regime de cooperação internacional. O Tratado entrou em vigor em 1961 e o Brasil aderiu em 1975. Posteriormente, com a criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)³, a pesquisa científica brasileira na região foi intensificada,

¹ Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: luiz.gaviao67@gmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3580-7085>.

² Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: michael.bilac.ek@gmail.com / ORCID: 0000-0002-0468-8813.

³ Criado em 12 de janeiro de 1982, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) tem por objetivo a promoção de pesquisa científica diversificada e de alta qualidade na região antártica, com a finalidade de: compreender os fenômenos que ali ocorrem, que tenham repercussão global e, em particular, sobre o território brasileiro; e garantir ao País a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, alcançada em 1983, que assegura a plena participação do Brasil nos respectivos processos decisórios. O PROANTAR utiliza a Operação Antártica (OPE-

dando respaldo à participação plena do país nas Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (Antarctic Treaty Consultative Meeting – ATCM), principal fórum decisório do tratado (Andrade et al. 2018).

O Tratado da Antártica buscou refrear interesses territoriais que poderiam impulsionar atividades militares na região. Dessa forma, o Brasil concebeu, em 1987, a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) “com vistas à consecução dos objetivos do País na Antártica, considerados os compromissos assumidos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártica (STA)”⁴ (Brasil 2022b). A Política de Nacional de Defesa também destaca a exploração da Antártica exclusivamente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade (Brasil 2020).

Embora geograficamente isolado, o Continente Antártico não está isento das consequências que envolvem os países signatários do Tratado, que desenvolvem pesquisas e possuem interesses explícitos sobre aquela região. Nesse contexto insere-se a Guerra da Ucrânia, ainda em curso, pois reacende a animosidade entre EUA, Rússia e China. Isto apresenta potencial de instabilidade do sistema internacional, capaz de impactar em outras regiões estratégicas importantes, que incluem a Antártica (Press 2022; McGee, Edmiston, and Haward 2022b).

Essa pesquisa avalia possíveis impactos geopolíticos decorrentes da Guerra da Ucrânia sobre o STA. Embora sejam eventos aparentemente isolados entre si, o estudo mostra que existem aspectos em comum que se influenciam em uma complexa rede de interações. Por envolver acontecimentos ainda em andamento, a pesquisa relevante por trazer à tona uma série de forças motrizes (FM) com elevado potencial de influência de médio e longo prazos, capazes de fomentar iniciativas de militarização do continente. Essa avaliação também é importante ao Brasil, pois os cenários levantados trazem

RANTAR) como braço operativo para execução da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) que estabelece os princípios e os objetivos do país na região. O PROANTAR é coordenado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e possui quatro vertentes: científica, ambiental, logística e de política externa, coordenados respectivamente por Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA); pelo Ministério da Defesa (MD) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Cabe aos ministérios atuar de forma conjunta visado a execução da POLANTAR (Brasil 2022b).

4 O Tratado da Antártica foi o embrião de um sistema mais completo, que evoluiu de seus pontos fundamentais – uso exclusivamente pacífico do continente, liberdade de pesquisa científica, congelamento das questões territoriais – para um complexo conjunto de regras e instrumentos que lidam com os mais diversos temas, dando origem ao que hoje é conhecido como Sistema do Tratado da Antártica (STA) (Aguiar and Mattos 2018).

impactos em uma região do entorno estratégico brasileiro. Adicionalmente, os resultados do estudo podem conduzir à ratificação de objetivos ou provocar eventual reorientação do Programa Antártico Brasileiro. Essa contribuição da pesquisa se alinha com a Ação Estratégica de Defesa n. 83, que estabelece a necessidade de “incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica” (Brasil 2020).

Inicialmente o estudo realizou uma abordagem do Tratado da Antártica e sua importância ao país, investigou os interesses internacionais sobre a Antártica e levantou possíveis impactos da Guerra Russo-Ucraniana, compondo um sistema complexo com FM derivadas desses assuntos. As relações de causa e efeito entre essas FM foram avaliadas por 28 especialistas em geopolítica, com experiência em atividades do PROANTAR. Posteriormente esse sistema foi modelado por um algoritmo de inteligência artificial, denominado de Mapas Cognitivos Fuzzy. Os resultados mostraram a evolução ou regressão dessas forças diante de cenários favoráveis e críticos à manutenção do continente Antártico sob a condição atual do Tratado.

2 O Tratado Antártico e sua importância para o Brasil

O continente Antártico apresenta características extremas. Com 13.661.000 km² (equivalente à 1,6 vezes a área do Brasil), possui temperatura média entre -30 °C no verão e -60 °C no inverno. Centros de alta pressão e de frentes frias influenciam o clima de diversos continentes, em especial da América do Sul. O acúmulo de gelo faz com que a Antártica possua o equivalente a 70% da água doce do planeta. Câmara and Melo (2018) descrevem a possível existência de petróleo, gás natural, metais raros e preciosos. Colacrai (1998) menciona reservas de ouro, prata, cobalto, níquel, estanho e urânio. Thorp (2012) estima reservas de 50 bilhões de barris de petróleo nos mares de Ross e Weddell. A região possui ainda grande quantidade de krill, que faz parte do zooplâncton antártico, e é a base da cadeia alimentar dos oceanos (Mattos 2014). A localização da Antártica também é estratégica, por ser passagem de rotas marítimas internacionais no Estreito de Drake e ao Cabo da Boa Esperança, que interligam os oceanos Pacífico, Atlântico e Índico (Câmara and Melo 2018). Este conjunto de características estratégicas despertaram o interesse de diversos países.

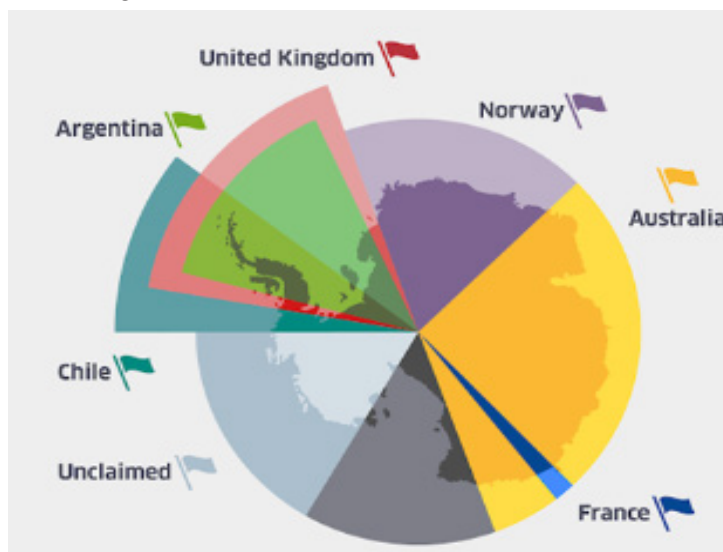
O continente antártico em função da sua distância, características e clima teve exploração iniciada de forma tardia. Andrade et al. (2018) descreve que os primeiros relatos de atividade na região datam do fim do século XVIII a meados do XIX, com a exploração da Antártica e seus arredores por

interesses comerciais que visavam a obtenção de peles de foca e óleo de baleia. No início do século XX, a exploração polar de cunho comercial começou a ser substituída pelo viés exploratório e científico (Andrade et al. 2018).

Com aumento das expedições à região, iniciaram-se as reivindicações territoriais. Desenvolveram-se diversas teorias utilizadas para justificar direitos de posse: a Teoria da Descoberta, segundo a qual teriam direito os países que encontraram e exploraram as terras antárticas inicialmente; a Teoria da Contiguidade e da Continuidade, que daria direito aos Estados mais próximos; a Teoria dos Setores, que implica na divisão da Antártica por setores definidos a partir da interface de Estados com o continente; a Teoria da Defrontação, apoiada pelos geopolíticos brasileiros Teresinha de Castro e Meira Mattos segundo a qual os países defrontantes do Hemisfério Sul teriam direito a setores do continente de acordo com a projeção meridional dos seus respectivos marcos litorâneos a Leste e Oeste sobre a região. Há ainda a da Ocupação Efetiva, que atribuíu o direito de parcelas da Antártica aos países que ocuparam o continente efetivamente com atividade científica como pesquisas, expedições e bases permanente ou temporárias (Vieira 2006).

Com base nessas teorias, diversos países apresentaram seus pleitos territoriais, conforme a Fig. 1. O Reino Unido, em 1908, foi o primeiro a reivindicar território, seguido pela Nova Zelândia (1923), França (1924), Austrália (1933) e Noruega (1939) (Mattos 2014).

Figura 1 – Reclames Territoriais na Antártica



Fonte: Andrade et al. (2018).

Em 1940, Argentina e Chile formalizaram suas reivindicações territoriais. Havia coincidências entre suas áreas e a de interesse do Reino Unido. Em 1949 os países assinaram uma declaração conjunta, segundo a qual se comprometiam a não enviar navios de guerra para região. Houve, porém, uma contenda entre Argentina e Reino Unido em 1952, sendo solucionada por meios diplomáticos, demonstrando porém o risco de que novos incidentes viessem a ocorrer (Mattos 2014).

A questão da ocupação da Antártica ganhou impulso com término da 2ª Guerra Mundial, quando se intensificaram disputas entre Argentina, Chile e Reino Unido. Em paralelo, a Guerra Fria motivou os EUA e a ex-URSS por aumento de suas zonas de influência e, consequentemente, o receio de contendas na região. Além disso havia o temor, por parte dos países com pleitos territoriais, de que uma proposta de internacionalização da Antártica, liderada pela Índia, prosperasse (Castro 1976). Em decorrência, o Chile apresentou a Declaração de Escudero, que foi a base do Tratado da Antártica e que sugeria “uma moratória nas reivindicações territoriais; um acordo para o intercâmbio de dados científicos; e uma declaração de que estações e expedições à região não constituiriam fundamento para futuras reivindicações” (Mattos 2014, 171).

Em 1959, a convite dos EUA, 12 países se reuniram em Washington para estudar e propor um regime jurídico único para o sexto continente. Assim, o Tratado da Antártica foi assinado em 01 de dezembro de 1959 pelos signatários originais: Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, República Sul Africana e ex-URSS. Esses países eram aqueles que, à época, apresentavam maior representatividade pelas pesquisas, expedições e estabelecimento de estações científicas na região. O Tratado da Antártica entrou em vigor em 23 de junho de 1961, após a ratificação dos 12 signatários originais. Cabe assinalar que o Brasil não fez parte da assinatura, pois não realizava atividades científicas relevantes na época (Mattos 2014). Em que pese a reclamação formal enviada pelo país, a falta de visão estratégica e de interesse demonstrados na ocasião impediram que o Brasil obtivesse o status de membro original e signatário do Tratado da Antártica (Medeiros and Mattos 2019; Mattos and Câmara 2020).

No Tratado da Antártica alguns artigos balizam o caráter pacífico do continente: o Art. I prevê que o continente tenha uso pacífico e voltado a pesquisa e proíbe o estabelecimento de bases ou a realização de exercícios militares exceto os que sejam para apoio à pesquisa; o Art. II especifica liberdade de pesquisa científica na região e fomenta a cooperação internacional; o Art. IV estabelece o congelamento das reivindicações territoriais; e o Art. V proíbe testes de armas, inclusive as nucleares (Hanessian 1960).

Apesar de explícito em seu texto, as questões reivindicatórias não foram encerradas por ocasião da assinatura do Tratado da Antártica. Há ainda a preocupação com possível uso dual⁵ das estações científicas de apoio, conforme o Art. I, Item 2: “O presente Tratado não impedirá a utilização de pessoal ou equipamento militar para pesquisa científica ou para qualquer outro propósito pacífico”, com potencial para uma militarização velada do continente (Hanessian 1960).

No funcionamento do STA é importante compreender atuação da ATCM⁶ que se reúne anualmente para decidir sobre as principais questões que envolvem o continente (Wanlu 2021). Dela fazem parte dois grupos: o dos membros consultivos que possuem direito de voto e veto, que é formado pelos 12 países signatários originais e mais 17 países que mantêm atividades científicas relevantes na região, tais como expedições e manutenção de bases de pesquisa. Além desses países, há o grupo dos 24 membros não consultivos, que comparecem nos conselhos da ATCM como ouvintes e sem direito a voto (Molenaar 2021). O Brasil faz parte dos membros consultivos da ATCM, em virtude das suas atividades no continente, que corrobora a existência do PROANTAR (Brasil 2016).

Outro aspecto a ressaltar no STA é o Protocolo de Madri, que estabelece as diretrizes para uso ambiental do continente e em última instância impede a exploração dos recursos naturais. Foi assinado em 4 de outubro de 1991 e entrou em vigência 14 de janeiro de 1998 (Bastmeijer 2018). O “Protocolo de Madri concedeu à Antártica o status de ‘Reserva Natural Internacional dedicada à Ciência e à Paz’ e só poderá ser modificado em 2048, desde que haja acordo unânime dos membros consultivos do Tratado da Antártica” (Brasil 2016). Após esse período, por solicitação de um ou mais membros consultivos, poderá ser revisto, se tornando mais flexível e permissivo às questões que envolvam autorização para exploração de recursos naturais.

A Tabela 1 ilustra o investimento e engajamento de países membros consultivos na região. Os EUA possuem o maior programa e a maior base de pesquisa científica, a estação de McMurdo, construída em 1956, que embarca até 1300 pessoas no verão. Além disso construíram a estação científica permanente de Amundsen-Scott, estrategicamente localizada no Polo Sul

5 Uma atividade de uso dual se destina a duas finalidades diferentes. No caso da Antártica, seriam as atividades relacionadas à pesquisa científica e às atividades militares.

6 Reunião dos Membros Consultivos do Tratado da Antártica (Antarctic Treaty Consultative Meeting - ATCM) é realizada anualmente, em caráter de rodízio entre os seus membros. Trata-se de um fórum composto por representantes do Tratado da Antártica, que deliberam sobre o estabelecimento de normas para as atividades na Antártica, em consonância com os princípios e objetivos do Tratado (Brasil 2016).

Geográfico (Mattos 2014). Embora com Produtos Internos Brutos (PIB) significativamente inferiores ao do Brasil, Chile e da Argentina desenvolvem maior volume de atividades de pesquisa. A Rússia possui uma estrutura herdada da ex-URSS, passando por período de estagnação após a dissolução da União Soviética, porém com retomada recente.

A China possui um programa em franco desenvolvimento, iniciado em 1964 e que sofreu forte incremento a partir de 2008, com o estabelecimento de políticas específicas para região por meio do Instituto de Pesquisas Polares, subordinado ao Ministério da Terra e dos Recursos Naturais. O país possui grande interesse em questões que envolvam a pesca de krill e recentemente se opôs ao estabelecimento de áreas de proteção ambiental na região. O programa de pesquisas da Índia tem acompanhado o crescimento econômico do país, que caracteriza uma postura de não alinhamento ao uso internacional do continente e possui ações revisionistas para região (Aguiar and Mattos 2018).

Tabela 1 – Comparativo entre programas antárticos

Países	Membro consultivo	Estações permanentes	Estações sazonais	Outras instalações ⁷	Total
EUA	Sim	3	0	4	7
Rússia	Sim	7	5	0	12
China	Sim	2	1	1	4
Índia	Sim	2	0	0	2
Chile	Sim	3	7	2	12
Argentina	Sim	6	7	0	13
Brasil	Sim	1	0	1	2

Fonte: Adaptado de Andrade et al. (2018).

Em relação ao programa brasileiro para Antártica, Mattos (2014) destaca que, em 1975, o Brasil assinou o Termo de Adesão ao Tratado da Antártica, porém somente poderia ter sua adesão como membro consultivo com direito à voto ratificado, pelos demais membros consultivos, depois de realizadas pesquisas científicas na região. Com base nisto, o Brasil aprovou o Programa Antártico Brasileiro e realizou, em 1982, a primeira expedição científica na Antártica. Em 1983, o Brasil foi aceito como membro consultivo, passando a ter direito a voto. Em 1984, inaugurou a Estação Antártica

⁷ Incluem-se estações de pequeno porte, denominadas refúgios; aeródromos; laboratórios; acampamentos; e depósitos.

Comandante Ferraz (EACF).

A Operação Antártica (OPERANTAR) é viabilizada através da Marinha, sendo realizada anualmente entre os meses de outubro e abril, compreendendo o verão Antártico. Nessa Operação os navios e aeronaves da Marinha e da Força Aérea Brasileira (FAB) apoiam logisticamente os projetos de pesquisa nas diversas áreas de interesse. As Forças Armadas (FA) realizam os voos de traslado de equipamentos e pessoal de pesquisa aos locais de coleta, que podem ser localizados nas vizinhanças da própria EACF, nos refúgios ou em áreas pré-estabelecidas. O programa é apoiado pela pista de pouso da estação chilena Base Frei Eduardo Montalva (Andrade et al. 2018).

A Antártica foi incluída na Política Nacional de Defesa como parte do entorno estratégico brasileiro juntamente com a América do Sul e a costa oeste da África (Brasil 2020). A PND destaca a existência de recursos na região que podem ser motivo de cobiça e de instabilidade internacional. Em que pese o fato de o Brasil não ter formulado reivindicações de soberania territorial na Antártida, a POLANTAR destaca o direito de o país proteger seus interesses diretos e substanciais, caso venha a ser revisto o funcionamento do Tratado (Brasil 2022b). Para tanto, o país tem investido em pesquisa e infraestrutura, visando a manutenção do status de membro consultivo do STA, com destaque à aquisição do NPo Alte Maximiano e na reconstrução da EACF (Agostinho 2019; Andrade et al. 2018). Recentemente a Marinha anunciou o projeto de construção de um novo navio de Apoio Antártico, em substituição ao Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel (Brasil 2022a).

A Antártica possui elevado potencial de recursos naturais e uma possível mudança no regime de exploração estabelecido no Protocolo de Madri traz impactos aos interesses nacionais na região. A Antártica exerce significativa influência no clima do Cone Sul, afetando a segurança alimentar e a capacidade agrícola brasileira. Além disso, a Antártica é um ponto crítico ao comércio marítimo internacional, em função das diversas rotas de navegação que o cercam. Um eventual desequilíbrio na balança de poder e a alta demanda por recursos naturais em função do crescimento e desenvolvimento da sociedade mundial podem impulsionar a Rússia, a China e mesmo a Índia a promoverem ações e alianças em troca de pautas revisionistas em 2048, ano da revisão do Protocolo de Madri (Hashimoto 2018; Dodds 2019; McGee, Edmiston, and Haward 2022a).

3 Interesses internacionais sobre a Antártica

O STA foi capaz de manter o equilíbrio no continente evitando conflitos

e congelando reivindicações territoriais. Essa estabilidade pode “mascarar o clima de períodos anteriores, em que a Antártica e o Oceano Antártico foram locais de discórdia internacional significativa” (McGee, Edmiston, and Haward 2022b). O Tratado da Antártica foi criado num contexto de crescentes incidentes entre estados territorialistas, durante a polarização mundial entre os EUA e a ex-URSS, durante a Guerra Fria. O tratado surgiu como uma resposta a essas circunstâncias e tem sido efetivo no alcance dos objetivos de manter o continente livre de conflitos e disputas territoriais, não militarizado e voltado às pesquisas científicas.

A sua estrutura encontra uma solução diplomática que estabelece equilíbrio entre pleitos persistentes e a possibilidade de novas solicitações. Porém alguns dispositivos que à época foram suficientes podem não ser tão efetivos no contexto atual. O Art. IV, por exemplo, estabelece o “congelamento” das reivindicações passadas e a não extinção de direitos a pleitos futuros. Este dispositivo pode ser acionado por alguma das Partes Contratantes e reivindicações territoriais poderão retornar a pauta em 2048 (Hanessian 1960).

Por outro lado, existem brechas para o uso de capacidades militares no continente Antártico. O Art. I permite o uso logístico de equipamentos, bases, material e pessoal militar em apoio à pesquisa. Este dispositivo pode sofrer distorções por interesse de Estados proporcionando uso dual destas capacidades e iniciando uma militarização lenta e velada do continente. Isto pode comprometer o STA e alimentar uma corrida armamentista (Hanessian 1960; McGee, Edmiston, and Haward 2022b).

O contexto mundial é diferente do vigente durante a assinatura do Tratado. As mudanças climáticas têm reduzido a espessura da camada de gelo, facilitando a navegação para o continente. Novas tecnologias de extração de recursos têm tornado possível, economicamente viável e vantajosa a exploração da Antártica. O avanço das comunicações e da tecnologia para apoio logístico têm tornado o continente antártico “mais próximo” e “mais acessível”, aumentando sua importância geopolítica. Coligado a esses fatores, o processo de globalização pós-Guerra Fria trouxe o desenvolvimento e o crescimento de sociedades com proporcional aumento de demanda por recursos e energia. Além disso, novos atores surgiram, gerando outro equilíbrio de poder, que exercem pressão por mudanças do status quo do STA (Hanessian 1960; McGee, Edmiston, and Haward 2022b).

Quatro fatores principais com potencial de fomentar disputas foram destacados por (Hanessian 1960; McGee, Edmiston, and Haward 2022b): recursos minerais, pesca, rotas marítimas e capacidade de uso de espaço Antártico para comunicações e monitoramento satelital. A estrutura geológica

da Antártica permite a existência de minerais de importante valor econômico e estratégico, incluindo minerais de terras raras, petróleo e gás. Novas tecnologias de prospecção podem trazer pressões sobre o Protocolo de Madri, que em seu Art. 7^{ffl} estabelece que “é proibida qualquer atividade relacionada com recursos minerais, exceto a de pesquisa científica” (Hanessian 1960).

A pesca pode se tornar outra fonte de conflitos. O krill em especial, além das espécies como Marlonga da Patagônia, tem tido grande busca por parte da China e Rússia. As atividades são reguladas pela Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos vivos da Antártica⁸. O CCAMLR estabelece uma cota de captura total por área, as espécies e os locais para pesca de peixes e krill. Entretanto, China e Rússia têm explorado o poder de veto nas ATCM para barrar a criação de área de proteção ambiental e pelo aumento de restrições que possam impactar suas atividades na região (Aguilar and Mattos 2018).

O Oceano Antártico pode ser utilizado como rota marítima entre os oceanos Pacífico, Atlântico e Índico. As novas tecnologias de navegação, com navios de maior autonomia e capacidade, juntamente com o aumento do comércio global, geram acréscimo de demanda e consequentemente congestionamento das rotas marítimas. A experiência de navegação nos mares antárticos torna a passagem pelos oceanos da Área do Tratado da Antártica uma alternativa importante (Pereira 2013; Visentini 2022).

Diversas estações de pesquisa da Antártica são operadas por militares, podendo conter equipamentos de uso dual, civil e/ou militar. (McGee, Edmiston, and Haward 2022b) cita o uso de drones modernos para a vigilância, com alta autonomia e grande alcance como mais um desafio ao STA. Esses sistemas teriam o seu uso justificado inicialmente para vigilância marítima, apoio às operações de busca e salvamento, fiscalização da pesca no Oceano Antártico e monitoramento do cumprimento do Tratado da Antártica. Há, porém, a possibilidade de emprego de drones com capacidade militar (i.e. transporte de armamento) e capacidade de vigilância de instalações, o que constituiria violação dos termos do Tratado da Antártica. No passado, a Alemanha, Noruega, Estados Unidos, Rússia, Índia e Japão operaram estações receptoras terrestres de satélite no continente. Atualmente, a China e a Rússia têm interesse em ampliar a cobertura e precisão dos seus sistemas de posicionamento global, as redes BeiDou e Sistema Global de Navegação por Satélite (GLONASS), respectivamente. Estas redes são alternativas ao

8 A Convenção da CCAMLR de 1980, que estabeleceu CCAMLR, inclui os principais estados de pesca em águas distantes e organizações supranacionais, como a China, a Rússia, o Japão, a Coreia do Sul, os Estados Unidos e a UE, bem como Estados emergentes em desenvolvimento Brasil, Índia e África do Sul (McGee, Edmiston, and Haward 2022b).

sistema de posicionamento global (GPS) e podem, de maneira semelhante, apoiar sistemas militares de direção de tiro, por exemplo (McGee, Edmiston, and Haward 2022b).

Os interesses estratégicos de alguns países também se alinham com esse contexto de militarização do continente Antártico. Os EUA integram o Tratado Antártico desde o início, posicionando-se como líder do sistema. Investem vultosos recursos em pesquisa na região e possuem a primazia do número de estações, de bases e recursos humanos. A Rússia possui longa história no continente, tendo herdado o espólio do programa antártico da URSS, que sempre apresentou uma política consistente para região, com investimentos em diversas bases. A partir dos anos 2000, a Rússia buscou reocupar a posição de destaque no cenário internacional, priorizando recursos ao projeto Antártico (Witker 2015; Makuc 2018).

A Rússia tem apresentado especial interesse na pesca do krill e nas atividades voltadas ampliação de uso da região, revitalizando sua frota de pesca em águas distantes para aumentar as receitas das exportações de frutos do mar (Boulègue 2022). A Rússia considera a Antártica um espaço de competição geopolítica, geoeconômica e geocientífica, em que seus interesses precisam ser salvaguardados e protegidos – assim como no Ártico – inclusive por meios militares. Nesse contexto, Boulègue (2022) destaca que a pesquisa científica russa pode mascarar atividades de prospecção de recursos e atividades de inteligência e vigilância.

A China apresenta elevado potencial de desequilíbrio do STA, por seu protagonismo crescente e suas iniciativas em moldar os tratados aos seus interesses (Young 2021). Em seu plano quinquenal (2016-20), a China declarou a intenção de rever a governança de novos campos de atividade, que incluem as regiões polares, com a finalidade de se tornar uma “potência polar” (Aguiar and Mattos 2018). A China tem explorado a pesca e o turismo na região, além de apresentar potencial para liderar uma coalizão de estados em busca de riquezas minerais. Seus interesses no continente incluem novas rotas marítimas, extração mineral e o uso do ambiente aeroespacial antártico para o posicionamento de satélites. A China tem buscado a consolidação desses interesses por meio de vultosos investimentos na logística do seu programa, com o aumento do número de bases, navios e pesquisas (Young 2021).

Por ocasião da criação do Tratado, a Índia adotou uma postura de não alinhamento aos demais países, optando por não integrar o TA e apostar na internacionalização do continente Antártico. Naquela época o programa indiano pouco avançou, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico e baixa prioridade às pesquisas, pois o país estava envolvido em

disputas internas no período pós colonial. Posteriormente, com o crescimento econômico do país, associado à demanda por recursos, o país mudou sua postura política em relação à região. Mais recentemente, o programa antártico indiano tem registrado relevantes avanços, contando atualmente com três estações permanentes. Em que pesem os avanços, a dependência de apoio logístico externo ainda representa uma fragilidade do seu programa, pois a Marinha Indiana não possui navios polares e as pesquisas dependem de terceirização de apoio aéreo (pistas de pouso e aeronaves). Como parte da sua política externa, o país tem buscado aumentar a sua influência relacionada à governança da Antártica, por meio de alianças, entre as quais o Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quadrilateral Security Dialogue – QUAD)⁹ e o Memorando de Acordo de Troca Logística (Logistics Exchange Memorandum of Agreement - LEMOA)¹⁰ (Aguiar and Mattos 2018; Rai 2018).

A distribuição das estações de pesquisa dos EUA, Rússia e China, apresentados na Fig. 2, mostram a extensão e amplitude geográfica que esses países ocupam no continente antártico. Isto permite inferir sobre a dificuldade de convergência de pleitos relacionados a qualquer teoria reivindicatória da região. A crescente instalação de estações de pesquisa pode sinalizar um embrião para futuras iniciativas de ocupação territorial, algo sob a forma do princípio legal “uti possidetis”, segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A impossibilidade atual de divisão territorial do continente pode impulsionar alianças capazes de pressionar o STA para flexibilizar regras exploratórias, que privilegiem os países com maior presença no continente (Boulègue 2022).

Figura 2 – Principais instalações russas, chinesas e norte-americanas na região Antártica

9 O Quadrilateral Security Dialogue (Quad) foi criado em 2007, compondo um grupo estratégico informal com os EUA, Japão, Austrália e Índia, representando uma reação diplomática para conter a crescente influência econômica e militar da China na região Indo-Pacífico. O grupo se reúne para a troca de informações e para realizar exercícios militares.

10 O acordo de cooperação em defesa dos EUA com a Índia (Logistics Exchange Memorandum of Agreement - LEMOA) (Aguiar and Mattos 2018).



Fonte: (Boulègue 2022).

Na América do Sul, a Argentina e o Chile possuem programas antárticos robustos, pleitos territoriais consolidados e grande interesse na região sendo, portanto, relevantes no tabuleiro geopolítico do continente. Esses países têm capital político e científico para influenciar em decisões que podem impactar em eventual pressão por militarização da região, bem como da possibilidade de extração de recursos naturais (Colacrai 2016).

O programa brasileiro é consolidado, em compasso com as exigências estabelecidas aos membros consultivos da ATCM. A Marinha do Brasil tem realizado esforços recentes para aperfeiçoar o apoio logístico ao PROANTAR, através da aquisição do Navio Polar Almirante Maximiano, da reconstrução da EACF em 2019 e com o projeto de construção do novo navio polar, que substituirá o NApAnt Ary Rongel. A média de investimentos em pesquisas científicas na região Antártica não sido mantida ao longo dos anos. Em termos comparativos, outros países têm investido mais em seus programas, instalando novas estações de pesquisa e equipando suas Marinhas com navios

com capacidade quebra-gelo para operarem na região em qualquer estação do ano (Agostinho 2019; Andrade et al. 2018).

O Art. 25 do Protocolo de Madri estabelece regras para modificações ao documento, estabelecendo uma série de dispositivos que condicionam qualquer mudança ao consenso entre os membros. Duas situações para alterações são descritas: até 2048, o Protocolo pode ser modificado a qualquer momento, desde que haja unanimidade das Partes Consultivas; após 2048, qualquer alteração requer aprovação e ratificação por 75% dos Estados que eram Partes Consultivas do TA em 1991. O Protocolo estabelece ainda que as proibições relativas às atividades de extração de recursos minerais permanecerão em vigor, a menos que seja aprovado um novo regime que regulamente o assunto (Hanessian 1960). Assim, é lícito inferir que eventuais alterações sobre a exploração de recursos minerais têm maior chance de ocorrer por meio de alianças do que por imposição. Os EUA, Rússia, Reino Unido, França, China, Japão e Índia provavelmente não aceitariam imposições ou alterações que não fossem consensuais.

4 Impactos da Guerra Russo-Ucraniana

O impacto mais imediato e perceptível de um conflito dessa natureza é evidenciado no ambiente econômico. Em recente painel, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) analisou o impacto da Guerra Russo-Ucraniana sobre algumas commodities, comparando as variações nos preços das principais matérias-primas, no período de 24 de fevereiro a 18 de março de 2022. Aumentos substanciais foram evidentes, nos preços do Petróleo tipo Brent (11,4%), da Nafta (11,4%), do Minério de Ferro (a tonelada chegou a US\$ 150,59), do Carvão (a tonelada chegou a US\$ 334,50), do Alumínio (maior preço desde 1995), do Cobre (maior preço desde outubro de 2021) e do Neônio (principal insumo para a produção de semicondutores). O isolamento comercial da Rússia e da Ucrânia, grandes fornecedores de commodities, onerou a cadeia de suprimentos de diversos outros produtos, afetados direta ou indiretamente (FIESP 2022).

Tratados e acordos de cooperação tendem a expandir as relações entre os países. Porém essa lógica se inverte durante os conflitos (Mbah and Wasum 2022; Khudaykulova, Yuanqiong, and Khudaykulov 2022; Orhan 2022). A Guerra da Ucrânia trouxe choques às economias da Rússia e da Ucrânia, além do bloqueio econômico imposto pelo Ocidente (Bergeijk 2022). A fuga de investidores, o aumento do risco-país, da inflação e as altas taxas de juros têm sido outras consequências. Além do impacto direto nas economias de Rússia

e Ucrânia, o risco de extensão e ampliação do conflito traz um amortecimento no comércio global, implicando a regionalização das cadeias de produção e redução de eficiência. As restrições com o fechamento dos portos ucranianos do Mar Negro comprometem não só a economia local, mas também o comércio mundial de trigo, óleo de girassol, insumos para microchips de computador e até para a produção de vacinas. A Rússia também sofreu fortes impactos comerciais com a saída de empresas multinacionais e a interrupção do serviço de diversas companhias de navegação. As sanções econômicas impostas à Rússia não tem precedentes em amplitude e força. Entre elas destacam-se: o fechamento do espaço aéreo para companhias russas, a proibição de investimentos na economia da Rússia, o congelamento de ativos estrangeiros no Banco Central da Rússia e a exclusão de bancos russos da Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication – SWIFT)¹¹ (Liadze et al. 2022; Irtyshcheva, Kramarenko, and Sirenko 2022; Orhan 2022).

Os impactos de longo prazo para Ucrânia e Rússia são incalculáveis. Além das perdas econômicas, comerciais e de capacidade produtiva, a evasão de jovens arrasta o conhecimento tecnológico para o exterior. A Rússia pode sofrer a tendência ao isolamento da Europa e aproximação da China. A Europa necessitará reorientar a sua demanda energética para outras fontes. A China que, inicialmente apostou em um alinhamento “velado” com a Rússia, poderá sentir o impacto pelo afastamento dos mercados Europeus com possíveis consequências para o seu projeto da Nova Rota da Seda (Ciuriak 2022).

Ciuriak (2022) interpreta que houve um erro de avaliação do ocidente quanto à força da aliança entre China e Rússia. O acordo assinado entre China e Rússia, nos seis meses que antecederam a invasão, reconheceu os interesses dos países em Taiwan e Ucrânia, respectivamente. Isto reforça o alinhamento estratégico de ambos, em que a Rússia busca a retomada de territórios pertencentes à sua antiga área de influência e a China um posicionamento geopolítico favorável ao seu projeto econômico. Putin defendeu a invasão da Ucrânia em argumentos históricos, religiosos e psicossociais, alegando haver uma guerra do Ocidente contra a Rússia e a necessidade de preservar a unidade dos povos eslavos. Embora calculado, a guerra evidencia consequências indesejáveis, relacionadas à duração estendida do conflito, a resiliência da

11 O SWIFT é uma rede formada por bancos de diversos países voltada à realização de transações financeiras internacionais. Criado em 1973, possui sede em Bruxelas e é por onde são realizadas a maioria das transações interbancárias internacionais.

Ucrânia e os impactos econômicos pelas sanções do ocidente, com impacto direto à economia mundial.

Papanikos (2022) defende que há mais por trás do conflito do que a aproximação da Ucrânia com a OTAN. Em seu argumento, o avanço russo foi intencionalmente alavancado pelos EUA, ao dar destaque a uma suposta invasão iminente da Ucrânia, reforçando que não se envolveria militarmente no conflito. A intenção norte americana seria promover um ressurgimento da OTAN, por meio da coesão contra o inimigo russo e consequente rearmamento de seus componentes e a ruptura do fornecimento de energia dos russos à Europa Ocidental. Esses objetivos visariam a retomada do protagonismo norte americano e incremento de sua indústria armamentista e energética (Papanikos 2022).

Entretanto, Ciuriak (2022) argumenta no sentido inverso à suposta intenção dos EUA, destacando que uma consequência imediata da guerra foi a crítica ao sistema OTAN. Para aquele autor, a Guerra na Ucrânia trouxe nova luz ao debate sobre sua impotência diante das iniciativas recentes da Rússia na Geórgia (2008) e na Crimeia (2014). (Ciuriak 2022) considera que o rearmamento de Alemanha e Japão, com o aumento dos gastos militares em aquisição de novos meios e equipamentos, são evidências da baixa credibilidade de uma aliança que teria justamente o objetivo de evitar conflitos.

Ainda que a Guerra da Ucrânia não tenha alcançado a dimensão de um conflito mundial, seus impactos transcendem os dois países. Blocos e alianças comerciais, econômicas, políticas e militares formam o embrião de um reordenamento do sistema internacional. Essa instabilidade do sistema internacional atinge países com reivindicações territoriais e interesses não científicos sobre o continente Antártico, sendo analisado por (McGee, Edmiston, and Haward 2022b), em *The Future of Antártica: scenarios from classical geopolitics*. (Press 2022) também estabelece uma conexão entre a segurança Antártica e a invasão da Ucrânia, ao descrever que a governança polar sofre uma dupla ameaça crescente, advinda do aquecimento global e das instabilidades geopolíticas globais, em particular impulsionadas pela recente guerra. São essas relações de causa e efeito que a presente pesquisa pretende levantar e analisar, utilizando-se de uma ferramenta metodológica da Pesquisa Operacional, destinada a esse tipo de sistema complexo.

5 Modelagem do Problema

A pesquisa deu continuidade ao trabalho de McGee, Edmiston, and Haward (2022b). Aqueles pesquisadores inicialmente levantaram 49 FM que indesejavelmente poderiam impactar a militarização na Antártica, sendo

categorizadas em nove grupos: Política, Econômica, Social, Tecnológica, Ambiental, Jurídica, Geográfica, Estratégica e Histórica. Posteriormente esse conjunto foi reduzido para 11 FM mais relevantes, com base em critérios de análise de risco (grau de incerteza e grau de importância), avaliados por especialistas. Cada critério foi pontuado em escala de 1 a 4, e a multiplicação das avaliações determinava a pontuação de cada Força Motriz. Com base nessa lista final, foi adicionada nova Força Motriz ao grupo Estratégico, a Guerra da Ucrânia, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Forças Motrizes consideradas

Área/Campo	Força Motriz	Descrição
Político	P1 - Instabilidade do sistema internacional (relevante ao STA)	A instabilidade do sistema internacional, sob o ponto de vista do Sistema do Tratado Antártico (STA), pode reduzir o equilíbrio nas relações internacionais, diante de eventuais mudanças para a multipolaridade e competição de poder, particularmente entre China, Rússia e Estados Unidos, com potencial efeito de transbordamento para a Antártica.
Estratégico	E1 - Vantagem estratégica da militarização da Antártica	A vantagem estratégica decorrente da ocupação militar da Antártica e do Oceano Antártico pode incentivar e ampliar as atividades não pacíficas na região, com prejuízos às pesquisas e atividades científicas.
	E2 - Guerra da Ucrânia	A Guerra da Ucrânia tem provocado alterações políticas, econômicas e militares sobre os países do leste Europeu, sobre as Alianças Militares e tem influenciado as relações diplomáticas e comerciais na comunidade internacional, com possível impacto ao STA.
Tecnológico	T1 - Uso de estações receptoras na Antártica para fins militares	Desenvolvimento de sistemas de posicionamento global levam ao uso de estações receptoras na Antártica e no Oceano Antártico para apoiar as atividades e plataformas militares de comando e controle.
	T2 - Enlace entre as estações receptoras na Antártica e satélites militares	Desenvolvimento de satélites militares que se utilizam das estações receptoras na Antártica para o enlace de comunicações militares.
	T3 - Uso de telescópios infravermelhos para fins militares	Desenvolvimento de telescópios infravermelhos para rastreamento de alvos e vigilância militar.
	T4 - Uso de VANT para vigilância e ataque aéreo	Desenvolvimento de VANT para vigilância aérea profunda na Antártica e com a capacidade para realizar ataques aéreos.
Ambiental	A1 - Gravidade do impacto das mudanças climáticas	A magnitude e a velocidade do aumento nas temperaturas médias globais, resultantes da atividade humana (principalmente emissões de gases de efeito estufa) permanecem incertas. As projeções para as próximas décadas permanecem dentro de uma ampla faixa, devido ao considerável número de variáveis.
Jurídico	J1 - Grau de divergência às obrigações do STA	As obrigações do STA restringem as partes de militarizar a Antártica. Além disso, algumas disposições do tratado difundem questões-chave com potencial para desencadear a militarização. Em particular: o Art. I proíbe a atividade militar para fins não pacíficos; o Art. IV prevê um mecanismo para respeitar várias posições sobre soberania territorial; e o Art. 7 do Protocolo de Madrid impõe a proibição de mineração na região.

Área/Campo	Força Motriz	Descrição
	J2 - Uso de servidores civis para fins militares	Algumas pesquisas civis e a operação de estações receptoras terrestres podem representar o uso não pacífico de servidores civis e, portanto, constituem medidas de natureza militar. A falta de clareza nessa área dificulta a detecção de violações.
	J3 - Resistência dos países ao regime de inspeção para detecção de equipamentos de uso dual	Práticas de inspeção e monitoramento sob o Tratado da Antártida e o Protocolo de Madrid são infrequentes e de alcance limitado. Equipes de inspeção carecem de acesso e conhecimentos técnicos suficientes para identificar se determinados tipos de equipamentos científicos estão sendo operados para fins militares.
Geográfico	G1 - Extensão das camadas de gelo e restrição do acesso à áreas terrestres e marítimas	A presença de espessas camadas de gelo, geleiras e ravinas em 98% da superfície do continente, juntamente com gelo marinho e icebergs ao redor das costas do continente, são desafiadoras ao acesso marítimo ao continente e à logística, exigindo equipamentos especializados de alto valor como navios quebra-gelo.

As interações entre essas 12 FM foram modeladas pelo método dos Mapas Cognitivos Difusos. O método prevê a geração de uma visualização (mapa) para análise de projeções mentais (cognitivas) por meio de valoração de critérios (difuso).

Um mapa cognitivo é uma estrutura utilizada para apresentar graficamente as relações de causa e efeito entre vários conceitos importantes de um problema (Kosko 1986). O mapa traça uma “perspectiva mental” de um indivíduo, permitindo calcular o “poder de impacto” dessas relações através de números no intervalo $[0,1]$ ou $[-1,1]$ (Yousefi, Jahangoshai Rezaee, and Moradi 2020). Estas representações mentais se alteram continuamente e qualquer tentativa de captá-las irá modificá-las, são, portanto, inacessíveis ao pesquisador. Desta forma o mapa não modela com exatidão as representações cognitivas, mas sim as relações percebidas e presta-se como uma ferramenta de apoio à análise e ao processo decisório.

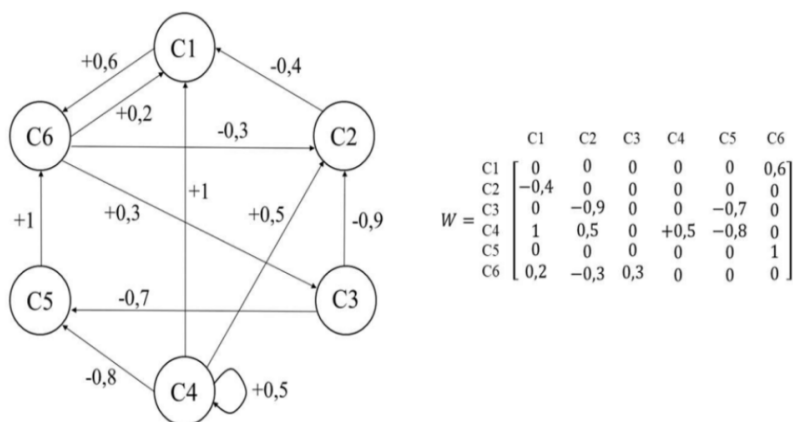
Em que pese os FCM serem uma derivação dos mapas cognitivos (CM – cognitive map), há diferenças. Ambas são ferramentas gráficas que modelam as representações cognitivas (ou mentais) de um indivíduo procurando representar explicitamente influência ou causalidade entre variáveis com vistas a auxiliar o processo decisório. Os FCM diferem dos CM por avaliarem os conceitos e suas relações causais através de modelagem matemática, que inclui a lógica difusa e redes neurais.

Os FCM têm aplicações em diversos campos como: analisar e prever decisões; identificar variáveis em um sistema para controle e monitoramento e apoiar o processo de apoio à decisão. O primeiro passo para elaborar um mapa cognitivo é o levantamento de variáveis derivadas da experiência e do conhecimento dos especialistas no domínio em estudo, a partir destas os conceitos e as relações causais podem ser traçadas. A obtenção destas

informações pode ser feita por meio de declarações, entrevistas e questionários. Os componentes principais do FCM são os nós e arcos que representam, respectivamente, conceitos e relações de interligação. Estes arcos simbolizam relações de influência/causalidade. Um sinal positivo associado ao arco indica que o aumento de um conceito irá implicar no aumento do outro conceito relacionado. O sinal negativo indica que o aumento de um conceito irá influenciar na diminuição do outro conceito relacionado (Sperry and Jetter 2019; Shahbazi 2022; Yousefi, Jahangoshai Rezaee, and Moradi 2020).

Na modelagem de um FCM os conceitos do problema são denominados por C_i , onde i varia de 1 a N , sendo “ N ” o número total de conceitos. Aos arcos são atribuídos pesos que mostram a intensidade do impacto. Estes pesos dos arcos, denominados w_{ij} , variam no intervalo de $[0, 1]$ ou $[-1, +1]$ e são dispostos em uma matriz $N \times N$, chamada Matriz de Adjacências. As relações de causa e efeito da Matriz de Adjacências são direcionadas da linha i para a coluna j . Por exemplo, a relação C_1 - C_6 é representada por um peso $w_{16} = +0,6$, sendo assim indicada na matriz, enquanto a relação C_6 - C_1 , representada w_{61} tem valor $+0,2$. A Fig. 3 mostra um exemplo de um FCM com sua matriz de adjacências, representando as relações causais entre os conceitos de um problema (Papageorgiou et al. 2020).

Figura 3 – Exemplo de um FCM com sua Matriz de Adjacências



Fonte: Adaptado de (Papageorgiou et al. 2020)

Segundo (Papageorgiou et al. 2020), as seguintes etapas são necessárias para a criação de um FCM:

- seleção e numeração dos conceitos (C_i) que serão objetos de análise;

- definição da relação causal entre os conceitos; e
- determinação da força do impacto entre os conceitos;

A intensidades dos impactos (w) das relações causais entre os conceitos e o tipo de impacto (positivo ou negativo) são essenciais para a montagem de um FCM:

- $w_{ij} = 0$, não há relação causal entre conceitos;
- $w_{ij} > 0$, aumento causal (C_j aumenta conforme C_i aumenta e C_j diminui à medida que C_i diminui);
- $w_{ij} < 0$, diminuição causal (C_j diminui conforme C_i aumenta, e C_j aumenta à medida que C_i diminui).

A Tabela 3 apresenta valores de referência para a intensidade do impacto das relações de causa e efeito entre conceitos.

Tabela 3 – Medidas das relações causais difusas

Relação de causa-efeito entre as variáveis	Valores numéricos
Muito forte aumento (atenuação)	0,9; 1 (-0,9; -1)
Forte aumento (atenuação)	0,7; 0,8 (-0,7; -0,8)
Moderado aumento (atenuação)	0,5; 0,6 (-0,5; -0,6)
Fraco aumento (atenuação)	0,3; 0,4 (-0,3; -0,4)
Muito fraco aumento (atenuação)	0,1; 0,2 (-0,1; -0,2)
Nulo (ausência de relação)	0

Fonte: Adaptado de (Papageorgiou et al. 2020).

Os problemas que são submetidos aos tomadores de decisão não são compostos por variáveis que permanecem estáticas, gerando portanto, um ambiente mutável onde as FM interagem dinamicamente (Papageorgiou et al. 2020). Sob o escopo da inteligência artificial, uma série de inferências geram mudanças contínuas das variáveis, a partir de valores inicialmente assumidos aos conceitos e aos arcos de interligação entre eles. Em um primeiro momento, os conceitos recebem valores $A_i(k)$, que variam no intervalo de 0 a 1, sendo “0” quando o conceito não existir no momento inicial e “1” quando estiver pleno. O cálculo dos valores seguintes $A_i(k+1)$ é feito por meio de regras de inferência, sendo as mais comuns: (1) a inferência de Kosko, (2) a inferência de Kosko modificada e (3) a inferência de reescala, conforme as Equações (1) a (3).

$$A_i(k+1) = f\left(\sum_{j=1, j \neq i}^N w_{ij} \cdot A_j(k)\right) \quad (1)$$

$$A_i(k+1) = f\left(A_i(k) + \sum_{j=1, j \neq i}^N w_{ij} \cdot A_j(k)\right) \quad (2)$$

$$A_i(k+1) = f\left((2 \cdot A_i(k) - 1) + \sum_{j=1, j \neq i}^N w_{ij} \cdot (2 \cdot A_j(k) - 1)\right) \quad (3)$$

As variações dos valores são calculadas pela função $f(\cdot)$ e podem ser: (4) bivalente (assume apenas dois valores), (5) trivalente (assume apenas três valores), (6) sigmoide ou (7) tangente hiperbólica, conforme mostrado nas Equações (4) a (7), respectivamente.

$$f(x) = \begin{cases} 1, & x > 0 \\ 0, & x \leq 0 \end{cases} \quad (4)$$

$$f(x) = \begin{cases} 1, & x > 0 \\ 0, & x = 0 \\ -1, & x < 0 \end{cases} \quad (5)$$

$$f(x) = \frac{1}{1 + e^{-\lambda x}} \quad (6)$$

$$f(x) = \tanh(\lambda \cdot x) \quad (7)$$

A inclinação da função contínua f é estabelecida por número real positivo ($\lambda > 0$) e o valor do conceito no estado inicial $A_i(k)$ é representado por x . É importante destacar que a função sigmoide garante que o valor calculado de cada conceito pertencerá ao intervalo $[0, 1]$. A função tangente hiperbólica pode substituir a sigmoide quando os valores dos conceitos puderem ser negativos, recebendo valores no intervalo $[-1, 1]$.

6 Avaliações dos especialistas

Do conjunto de 144 relações de causa e efeito das 12 FM, quinze FM foram consideradas evidentes, no que se refere à relação direta ou indiretamente proporcional e à direcionalidade da relação. Essas quinze relações foram ocultas aos especialistas, para que pudessem ser utilizadas como fator de validação dos julgamentos. Assim, se um especialista coincidissem as suas avaliações com o fator, a qualidade de seus julgamentos seria 1 (equivale a 15/15), outro que concordasse em 12 de 15 relações, a qualidade seria 80% (equivale a 12/15), seguindo-se os demais cálculos. De uma lista inicial de 28

Especialistas, 11 obtiveram precisão igual ou superior a 80%, sendo então elaborada a matriz da Tabela 4, por média ponderada das suas avaliações.

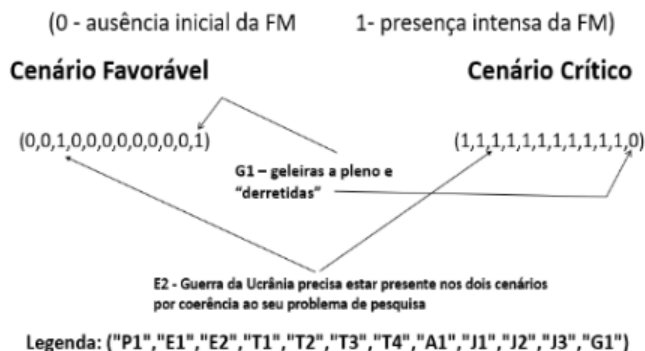
Tabela 4 – Matriz Resultante

Forças	P1	E1	E2	T1	T2	T3	T4	A1	J1	J2	J3	G1
P1	0,045 8	0,463 3	0,462 9	0,307 9	0,338 3	0,295 8	0,279 2	0,166 3	0,456 3	0,305 0	0,441 3	-0,0004
E1	0,516 3	0,045 8	0,118 3	0,569 2	0,620 4	0,523 3	0,510 8	0,083 3	0,564 2	0,433 3	0,511 3	-0,1246
E2	0,647 1	0,328 8	0,101 3	0,248 3	0,234 6	0,305 0	0,321 3	0,032 1	0,121 7	0,292 5	0,355 0	-0,0825
T1	0,444 2	0,494 6	0,173 3	0,045 8	0,695 8	0,478 3	0,458 3	0,044 2	0,425 0	0,475 4	0,559 6	-0,0758
T2	0,440 0	0,500 0	0,159 6	0,635 0	0,045 8	0,454 6	0,416 7	0,030 0	0,322 5	0,470 4	0,477 1	-0,0079
T3	0,362 5	0,457 5	0,254 6	0,395 0	0,363 8	0,045 8	0,356 3	0,017 5	0,297 1	0,364 2	0,428 3	-0,0858
T4	0,392 1	0,471 3	0,124 6	0,442 1	0,447 5	0,423 8	0,045 8	0,007 9	0,306 3	0,382 5	0,466 7	-0,0446
A1	0,360 8	0,154 6	0,000 0	0,029 6	0,011 3	0,005 8	-0,007 9	0,108 3	-0,107 5	0,097 9	-0,064 6	-0,0496
J1	0,424 2	0,385 0	0,072 1	0,242 9	0,310 0	0,280 8	0,287 9	0,215 8	0,045 8	0,328 3	0,551 3	-0,0575
J2	0,335 8	0,370 4	0,086 3	0,291 7	0,296 7	0,275 8	0,280 8	0,009 2	0,299 2	0,045 8	0,385 0	-0,0567
J3	0,470 4	0,412 5	0,187 9	0,409 2	0,446 3	0,454 6	0,504 6	0,109 2	0,501 3	0,337 9	0,045 8	-0,0104
G1	-0,152 5	-0,182 1	-0,020 0	-0,112 5	-0,089 2	-0,098 8	-0,039 2	-0,209 2	-0,284 2	-0,173 8	-0,180 4	0,0458

7 Cenários iniciais para a modelagem do algoritmo

Os estados iniciais das FM foram ajustados em dois cenários: um favorável e um crítico. Os valores iniciais para cada FM são “1”, quando a FM é considerada como “plena” no cenário e “0”, quando a FM é considerada ausente ou “nula”. O cenário favorável considera que as FM prejudiciais ao STA e impulsionadoras de tendências à militarização do continente Antártico são inicialmente nulas, recebendo valor “0”. O cenário crítico inverte essa lógica. A FM G1 que diz respeito ao aumento da extensão das camadas de gelo com a consequente restrição do acesso às áreas terrestres e marítimas assume valores invertidos sendo “1” no cenário favorável e “0” no crítico. A FM E2 referente à Guerra da Ucrânia inicia com valor “1” em ambos os cenários, por coerência com o objetivo de pesquisa. A Fig. 4 ilustra a disposição dos valores de acordo com os cenários.

Figura 4 – Estado inicial das interações entre as Forças Motrizes



Para realizar as inferências do mapa cognitivo difuso, foi utilizado o aplicativo “FCM” do software R, considerando os valores iniciais dos dois cenários e a dinâmica de interações por equação de reescala, que registrou os equilíbrios finais das FM com a maior quantidade de estágios, sendo seis etapas para cada cenário (Dikopoulou and Papageorgiou 2017).

Os resultados das interações indicam valores assumidos pelas FM, entre 0 e 1, indicando aumento ou decréscimo de força ou atuação no sistema, em relação aos valores iniciais estabelecidos em cada cenário. Para tornar a interpretação coerente e facilitar a análise dos resultados, as 12 FM foram separadas em quatro grupos: político-estratégicas (P1 e E1); científico-tecnológicas (T1, T2, T3 e T4); jurídico-legais (J1, J2 e J3) e as ambientais (A1 e G1).

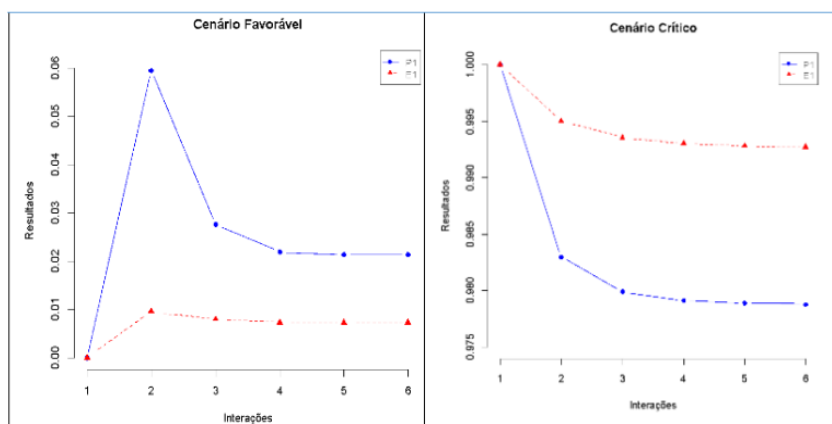
Na avaliação das interações da Matriz Resultante considerou-se a capacidade de uma FM influenciar a outra (da linha para a coluna) e o quanto cada FM é influenciável. No cálculo foram considerados os valores absolutos visto que positiva ou negativa haverá influência. As FM com maior capacidade de influenciar são E1, T1, T2 e J3. E as mais influenciadas são E1, J3 e T3.

8 Resultados

Os resultados foram analisados por conjuntos de FM político-estratégicas (P1 e E1), FM científico-tecnológicas (T1, T2, T3 e T4), FM jurídico-legais (J1, J2 e J3) e FM ambientais (A1 e G1). Os gráficos das Fig. 5, 6, 7 e 8 apresentam o comportamento dinâmico das interações, que obtiveram um equilíbrio no sexto estágio. No cenário favorável essas FM indesejáveis iniciam em estado nulo (valor “zero”), indicando ausência no início das interações. No cenário crítico, essas forças iniciam com valor máximo “1”, indicando a plena presença no início das interações. Os valores do eixo vertical mostram a intensidade da força motriz em cada estágio até a sua estabilização. As

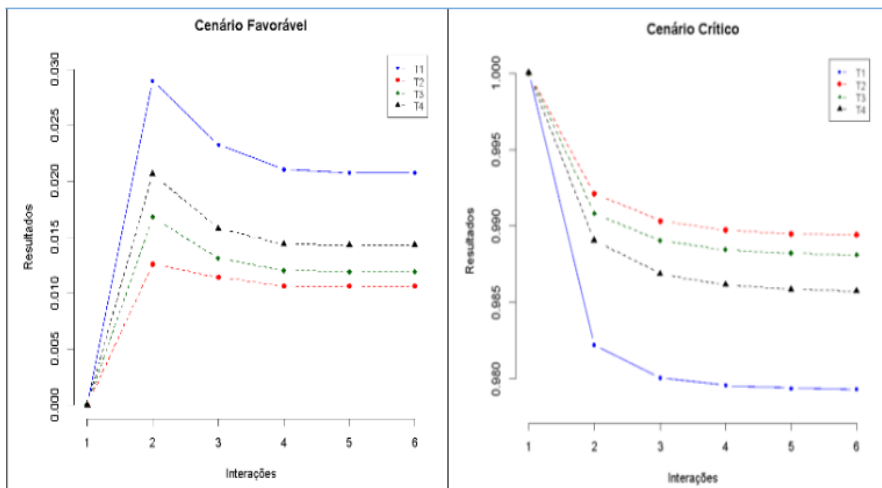
equidistâncias entre os seis estágios é apenas para simplificar a visualização gráfica, pois não é possível inferir quanto tempo cada estágio pode durar, em função da complexidade do sistema, de suas múltiplas interações e da liberdade de ação dos atores envolvidos.

Figura 5 – Forças Motrizes Político-Estratégicas (P1, E1)



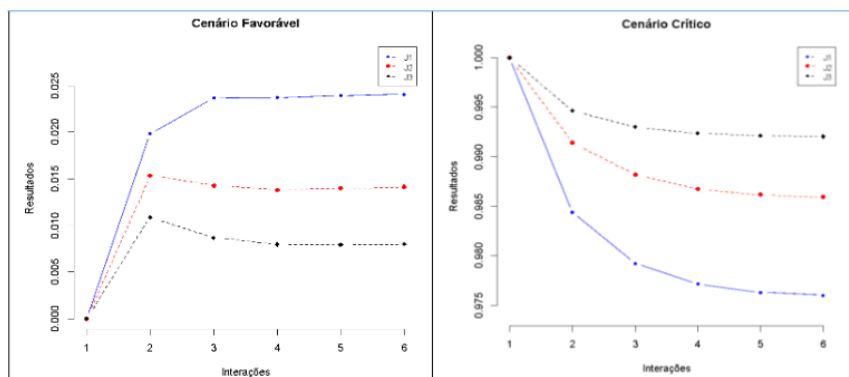
Analisando as FM político-estratégicas nota-se que em um cenário favorável ambas FM teriam pequena variação inicial que posteriormente se estabilizaria em valores baixos. A instabilidade do sistema internacional neste caso teria uma variação inicial maior indicando as pressões sobre o ajuste do sistema internacional. Porém neste caso o impacto da Guerra da Ucrânia não traria grandes perturbações. No cenário crítico onde as FM começariam em seu nível máximo, a vantagem da militarização da Antártica (E1) quase não sofreria redução indicando uma constância no aumento da colocação de meios e pessoal um uso dual. A instabilidade do sistema internacional (P1) também se mantém em patamares elevados indicando que a GU pode gerar impactos que extrapolem o nível regional. Parece, portanto, sensato observar o desenrolar da GU e suas consequências estando atento que mesmo que as FM P1 e E2 não estejam a pleno na situação real, estão em níveis elevados, mais próximos do cenário crítico então não tendem a ter grande atenuação. Analisando o momento atual de instabilidade do sistema internacional, o comportamento das FM estaria mais próximo do cenário crítico do que do favorável.

Figura 6 – Forças Motrizes Científico – Tecnológicas (T1, T2, T3 e T4)



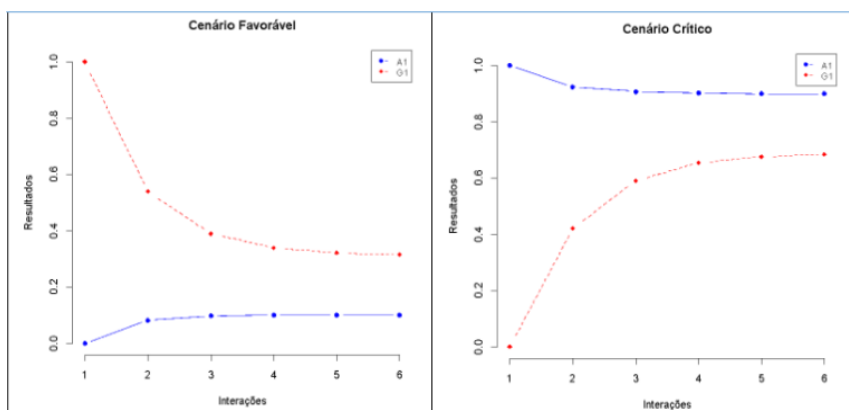
Considerando as FM científico-tecnológicas verifica-se que no cenário favorável todas as FM apresentariam um impulso inicial relativamente pequeno (de 1,5 a 2,5%) com posterior redução e estabilização em níveis baixos indicando a permanência das tecnologias já existentes, portanto não seriam nulas, mas sem uso dual. A sequência de valores T1, T4, T3 e T2 indicaria o maior desenvolvimento e disseminação da tecnologia o que é coerente quando analisa-se T1 que representa o uso de estações receptoras cujo valor é preponderante por ser a base para as demais tecnologias. Ao verificar o cenário desfavorável para estas mesmas FM nota-se uma atenuação inicial pequena (entre 1 e 2%) seguida pela estabilidade em valores elevados próximos ao pleno emprego das tecnologias. Isto significaria que as atuais capacidades já utilizadas de maneira dual, teriam seu viés militar ampliado. A sequência de valores T2, T3, T4 e T1 indica quais as tecnologias teriam maior emprego. Neste caso a evolução e os impactos da GU poderão estabelecer os patamares de emprego dessas tecnologias bem como a manutenção do seu uso exclusivamente em atividades científicas ou o seu aproveitamento para emprego militar.

Figura 7 – Forças Motrizes Jurídico-legais (J1, J2 e J3)



As FM jurídico-legais apresentam evolução semelhante as demais FM no cenário favorável: acréscimo inicial pequeno e posterior estabilização em níveis baixos. Vale destacar a proeminência de J1 que trata do grau de divergência dos países quanto ao cumprimento das obrigações do STA pois mesmo em um cenário favorável se destaca em valores indicando divergências iniciais entre os estados interessados. Em um cenário crítico a atenuação é pequena e os níveis permanecem elevados. Chama a atenção nesse cenário a FM J3 pois ela representaria o primeiro indício de atividades irregulares pelo aumento de resistência dos países às inspeções. Caso mantida uma tendência de a GU, apesar de relevante não assumir níveis catastróficos com o envolvimento de vários países, há uma tendência a que J1, J2 e J3 se mantenham em níveis ao menos intermediários não favorecendo o equilíbrio do STA mas não sendo necessariamente disruptivo.

Figura 8 – Forças Motrizes Ambientais (A1 e G1)



As FM ambientais por sua vez apresentam comportamentos distintos

das demais. No cenário favorável onde G₁ é colocada com o valor “1” ou seja “plena”, pois uma grande extensão da camada de gelo é desejável, a FM sofre grande atenuação (mais de 60%) o que é compreensível dado o tempo para este tipo de alteração climática ser relativamente longo. Por outro lado, A₁ que representa a gravidade do impacto das mudanças climáticas tem uma pequena elevação apontando para a pouca relevância dessas alterações em um cenário favorável. Para o cenário crítico ocorre o contrário, as mudanças climáticas têm uma grande importância em um viés de militarização do continente assim como a redução das camadas de gelo.

A partir da análise dos dados resultantes da aplicação do FCM aos valores oriundos da média ponderada das matrizes de adjacências dos especialistas pode-se notar que a Guerra da Ucrânia será um catalisador para as FM, influenciando possível militarização do Antártica, visto que a sua existência, considerada para os dois cenários, altera os valores das FM. A intensidade das alterações dependerá da evolução do conflito e se ele ficará restrito ao nível regional ou se alastrará não somente em espaço, mas em outros ramos.

9 Conclusão

A pesquisa teve o propósito de analisar os possíveis impactos da Guerra da Ucrânia no equilíbrio da balança de poder entre as nações e como poderia ser motivadora de ações revisionistas das grandes potências, calcadas em estruturas militarizadas de uso dual, por ocasião da análise do STA, prevista para 2048.

Inicialmente foi contextualizado o tema, mostrando as características da Antártica que a tornaram relevante ao ponto de ser incluída no Entorno Estratégico Brasileiro segundo o LBDN e a PND. Foi ainda apresentada a POLANTAR como norma norteadora dos objetivos brasileiros na região, sua diretriz que aponta para a defesa da exploração da Antártica exclusivamente para fins de pesquisa científica dando execução ao previsto na AED 83 da END. Esta parte inicial tem a sua importância por oferecer a compreensão dos objetivos do país para no sexto continente servindo como guia para as pesquisas em torno do tema.

Em seguida, para melhor compreensão do trabalho pelo leitor, foram apresentados o problema de pesquisa, o objetivo final e os objetivos intermediários cujo alcance levam à sua solução do primeiro. Adicionalmente foram apresentadas as justificativas para o estabelecimento do recorte que delimitou a pesquisa bem como as informações que a tornam relevante para estudo. Ainda no capítulo inicial a organização da pesquisa foi explicada facilitando o entendimento da sequência do trabalho.

A revisão da literatura, disposta na continuação, apresentou os dois

temas de estudos principais: o equilíbrio geopolítico do STA e a Guerra da Ucrânia. O trabalho utilizou a base teoria da pesquisa de McGee et al. juntamente com o método dos mapas cognitivos difusos para analisar as possíveis interações. Visando atender a esse objetivo foi apresentado um resumo do trabalho de McGee et al. e foi indicado o ponto a partir do qual a nossa pesquisa se acomodou.

Na sequência, a pesquisa tratou sobre a história do continente citando a evolução do nível de interesse pela região. Desde o período de relativo abandono, desconhecimento e desinteresse motivado pelas dificuldades tecnológicas para acesso, permanência e navegação passando por um período de interesse ainda insipiente onde apenas algumas nações buscaram o estabelecimento de objetivos no continente por meio de reivindicações territoriais quando surgiram as primeiras contendidas. Esta análise inicial foi fundamental para melhor entender as disputas de poder que geraram a necessidade da construção do STA.

Em outra parte, é explicado o processo de evolução do sistema internacional desde o término da Guerra Fria, quando os EUA surgiram como única potência e líder do processo de globalização neoliberal estabelecendo o período da pax americana. Na sequência foram apresentados os fatores que levaram ao fim da unipolaridade norte-americana. Neles encontram-se a origem da multipolaridade, do processo de desglobalização e da reorganização das cadeias produtivas. Foram apresentadas ainda as origens da Guerra da Ucrânia e como ela trouxe o recrudescimento da relação entre EUA e Rússia. Mostrou também que o não-alinhamento da China às demais potências ocidentais a favor de sanções à Rússia foi outro fator de estresse ao sistema internacional. Estes fatores ajudam a explicar a instabilidade atual no sistema internacional e como ela pode se alastrar para outras regiões estratégicas importantes como a Antártica.

Este conjunto gera a necessidade de investigar como esse acirramento de tensões pode influenciar o Brasil, em especial no continente antártico. A investigação foi realizada por meio da metodologia dos Mapas Cognitivos Difusos. Foi descrito como os conceitos e as relações de causa e efeito foram submetidos aos especialistas. Foi ainda explicado como foram gerados os valores de entrada para o software de interação R a partir da Matriz de Adjacências resultante da média ponderadas dos Questionários. Em seguida foram apresentados os gráficos resultantes cuja análise permitiu avaliação do impacto da GU na militarização e consequentemente no equilíbrio do STA.

Da análise dos gráficos depreende-se que independente do cenário escolhido, seja o “crítico” quando as FM favoráveis à militarização estão a pleno ou no “favorável” quando as FM favoráveis à militarização são nulas, a Guerra da Ucrânia traz alteração dos valores iniciais, ou seja, influencia no

sistema. A dificuldade para a elaboração do cenário prospectivo se dá pelo fato do conflito encontrar-se em andamento podendo ainda ser ampliado ou ser distendido. A intensidade das alterações nas FM e consequentemente no Sistema Internacional depende da evolução do conflito e se ele permanecerá restrito ao nível regional ou se alastrará.

Outro aspecto relevante é que GU expôs fragilidades, dissolveu tratados e gerou novas alianças. Além disso mostrou a fragilidade do sistema de produção mundial e a sua necessidade de reorganização. Ao reorientar alianças e expor divergências fez com que os principais atores globais voltassem os seus olhos para questões de soberania nacional, militarização, produção regional e busca de novas oportunidades de comércio e de fontes de recursos. Neste ponto dentro algumas possibilidades de mercado surgiram a África e entre algumas possibilidades de fontes de recurso o Ártico e a Antártica ganharam relevância.

Aos líderes e pensadores estratégicos cabe a responsabilidade de refletir e se preparar para o futuro antes que ele chegue, a isto chama-se planejamento estratégico. A revisão do Protocolo de Madri em 2048 pode surgir a partir de um alinhamento de interesses de novos e antigos atores é um cenário plausível e deve ser considerado em especial pelo Brasil que tem a Antártica como parte do seu entorno estratégico. Porém nota-se que o conflito já influi no equilíbrio da balança de poder mundial e se candidata a ser um catalisador de mudanças com potencial para influenciar alterações no PM. Alguns desses novos posicionamentos encontram-se em curso e a dimensão que alcançarão irá depender do futuro do conflito. Dentre eles citamos: retomada do protagonismo dos EUA e da OTAN, rearmamento de países da UE, regionalização da cadeia de produção, redução do ritmo de crescimento mundial e isolamento da Rússia do Ocidente com consequente aproximação da China entre outros.

A evolução do conflito da Ucrânia e seus impactos requerem constante análise do contexto internacional para identificação do posicionamento que o país deve e pode adotar em vista dos seus interesses e principalmente do seu Poder Nacional para, posteriormente, estabelecer os rumos para estratégia nacional em um mundo que caminha para o multilateralismo. Neste sentido, é mais interessante e mais efetivo que o país mantenha a sua postura histórica de conciliação e de estabelecimento de alianças transnacionais.

Dessa forma, o trabalho em questão atingiu o propósito de analisar possíveis impactos geopolíticos decorrentes da Guerra da Ucrânia na estabilidade do STA que possam fomentar a militarização do continente. As limitações da pesquisa impuseram a necessidade de estabelecer um recorte na análise dos aspectos julgados mais relevantes. Dessa forma, os seguintes aperfeiçoamentos são visualizados:

- a extensão do presente trabalho pelo uso das demais FM elencadas da pesquisa original de McGee;
- a ampliação do grupo de especialista diversificando para outras áreas de atuação;
- a avaliação quanto a aplicabilidade do estudo na análise de conflitos similares ao aqui considerado; e
- o estudo da ampliação do Programa Antártico Brasileiro definindo áreas e projetos prioritários para investimento bem como avaliando a possibilidade de ampliação da capacidade logística do programa pela construção de novas estações e aumento do número de pesquisas.

10 Referências

- Agostinho, Máira Ferreira. 2019. “O Apoio Logístico da Marinha do Brasil Ao Programa Antártico Brasileiro.” *Revista de Villegagnon* 14 (1): 37–45.
- Aguiar, Mônica Heinzelmann Portella de, and Leonardo Faria de Mattos. 2018. “A importância estratégica da Antártica para China e Índia à luz do realismo ofensivo de Mearsheimer.” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais* 7 (13): 214–34.
- Andrade, Israel de Oliveira, Leonardo Faria de Mattos, Andrea Cancela da Cruz-Kaled, and Giovanni Roriz Lyra Hillebrand. 2018. “Texto Para Discussão 2425: O Brasil na Antártica : a importância científica e geopolítica do PROANTAR no Entorno Estratégico Brasileiro.” IPEA. Brasília, DF. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8901>.
- Bastmeijer, Kees. 2018. “Introduction: the Madrid Protocol 1998–2018. The need to address ‘the success syndrome.’” *The Polar Journal* 8 (2): 230–40.
- Bergeijk, Peter A G van. 2022. “Sanctions against the Russian War on Ukraine: lessons from history and current prospects.” *Journal of World Trade* 56 (4).
- Boulègue, Mathieu. 2022. “The Militarization of Russian Polar Politics.” London: Chatham House. https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2022-06/2022-06-06-militarization-russian-polar-politics-boulegue_o.pdf.
- Brasil. 2016. “Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Versão Sob Apreciação Do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, Art.90, §30).” Brasília-DF: Ministério da Defesa. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf>.

- Brasil. 2020. “Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Versão Sob Apreciação Do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, Art. 90, § 30).” Brasília-DF: Ministério da Defesa. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf.
- Brasil. 2022a. “Marinha do Brasil. Agência Marinha de Notícias. Novo Navio de Apoio Antártico já tem nome: ‘Almirante Saldanha.’” Brasília-DF: Marinha do Brasil. <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/novo-navio-de-apoio-antartico-ja-tem-nome-almirante-saldanha>.
- Brasil. 2022b. “Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto No 11.096, de 15 de Junho de 2022. Institui a Política Nacional Para Assuntos Antárticos.” Diário Oficial Da União. Brasília: Presidência da República.
- Câmara, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva, and Renato Batista de Melo. 2018. “Brasil na Antártica, Os próximos 30 Anos.” *Revista Da Escola Superior de Guerra* 33 (68): 64–81.
- Castro, Therezinha de. 1976. *Rumo à Antártica*. São Paulo: Livraria Freitas Bastos.
- Ciuriak, Dan. 2022. “The Economic Consequences of Russia’s War on Ukraine.” *Verbatim*, CD Howe Institute 11: 1–15. https://www.cdhowe.org/sites/default/files/2022-04/Verbatim_0412_2022_%28003%29.pdf.
- Colacrai, Miryam. 1998. *El Ártico y la Antártida. Su rol en las relaciones internacionales. Su relevancia desde la perspectiva ambiental*. Rosário: Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosario. [http://rephip.unr.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/2133/19943/COLACRAI-Ártico Antártida.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://rephip.unr.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/2133/19943/COLACRAI-Ártico%20Antártida.pdf?sequence=2&isAllowed=y).
- Colacrai, Miryam. 2016. “Cuando La Frontera Dialoga: Singularidades de La Relación Argentino-Chilena En Las Últimas Décadas.” *Estudios Fronterizos* 17 (34): 85–99.
- Dikopoulou, Zoumpoulia, and Elpiniki Papageorgiou. 2017. “Fcm: Inference of Fuzzy Cognitive Maps. R Package.” Viena: R Core Team. <https://cran.r-project.org/package=fcm>.
- Dodds, Klaus. 2019. “Reflecting on the 60th Anniversary of the Antarctic Treaty.” *Polar Record* 55 (5): 311–16.
- FIESP. 2022. “Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Impactos comerciais do conflito entre Rússia e Ucrânia.” São Paulo. https://www.abregel.org.br/wp-content/uploads/2022/03/post-010322-2022-03-07-Reunião-Diretoria-Ucrânia_AC_final.pdf.

- Hanessian, John. 1960. "The Antarctic Treaty 1959." *International & Comparative Law Quarterly* 9 (3): 436–80.
- Hashimoto, Flávio Henrique Navarro. 2018. "Geopolítica da Antártida: a atuação do Brasil no continente de gelo." *Revista Intellector* 15 (30): 121–33.
- Irtysheva, Inna, Iryna Kramarenko, and Ihor Sirenko. 2022. "The economy of war and postwar economic development: world and ukrainian realities." *Baltic Journal of Economic Studies* 8 (2): 78–82.
- Khudaykulova, Madina, He Yuanqiong, and Akmal Khudaykulov. 2022. "Economic consequences and implications of the Ukraine-Russia war." *International Journal of Management Science and Business Administration* 8 (4): 44–52.
- Kosko, Bart. 1986. "Fuzzy Cognitive Maps." *International Journal of Man-Machine Studies* 24 (1): 65–75.
- Liadze, Iana, Corrado Macchiarelli, Paul Mortimer, Lee, and Patricia Sanchez Juanino. 2022. "Economic Costs of the Russia-Ukraine War." *The World Economy*.
- Makuc, Alejandra Victoria Molina. 2018. "La normativa Antártica de Estados Unidos y su interacción con la normativa internacional." *Revista Sophia Austral*, no. 22: 89–115.
- Mattos, Leonardo Faria de. 2014. "A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro." *Revista Da Escola de Guerra Naval* 20 (1): 165–91.
- Mattos, Leonardo Faria de, and Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara. 2020. "A ciência antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil." *Revista Marítima Brasileira* 140: 15–23.
- Mbah, Ruth Endam, and Divine Forcha Wasum. 2022. "Russian-Ukraine 2022 War: a review of the economic impact of Russian-Ukraine crisis on the USA, UK, Canada, and Europe." *Advances in Social Sciences Research Journal* 9 (3): 144–53.
- McGee, Jeffrey, David Edmiston, and Marcus Haward. 2022a. "Scenario analysis and the classical view of Antarctic geopolitics." In *The Future of Antarctica*, 169–84. Springer.
- McGee, Jeffrey, David Edmiston, and Marcus Haward. 2022b. *The Future of Antarctica: Scenarios from classical geopolitics*. 1st ed. Singapore: Springer Nature. <https://doi.org/10.1007/978-981-16-7095-4>.
- Medeiros, Sabrina Evangelista, and Leonardo Faria de Mattos. 2019. "Antarctica as a South Atlantic maritime security issue." In *Maritime*

- Security Challenges in the South Atlantic, 105–27. Springer.
- Molenaar, Erik J. 2021. “Participation in the Antarctic Treaty.” *The Polar Journal* 11 (2): 360–80.
- Orhan, Ebru. 2022. “The effects of the Russia-Ukraine war on global trade.” *Journal of International Trade, Logistics and Law* 8 (1): 141–46.
- Papageorgiou, Konstantinos, Pramod K Singh, Elpiniki Papageorgiou, Harpalsinh Chudasama, Dionysis Bochtis, and George Stamoulis. 2020. “Fuzzy Cognitive Map-based sustainable socio-economic development planning for rural communities.” *Sustainability* 12 (305): 1–31.
- Papanikos, Gregory T. 2022. “Europe, Ukraine, Russia and USA: a conspiracy theory approach. Working Paper, No 05/2022.” Athens: Working Paper. 05/2022.(PDF) Europe, Ukraine, Russia and USA: A Conspiracy https://www.researchgate.net/profile/Gregory-T-Papanikos/publication/359024589_Europe_Ukraine_Russia_and_USA_A_Conspiracy_Theory_Approach/links/627a6503973bbb29cc721a97/Europe-Ukraine-Russia-and-USA-A-Conspiracy-Theory-Approach.pdf.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2013. “O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento.” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 2 (4): 33–47.
- Press, Tony. 2022. “Postcards from the frontline: a traverse across Australia’s Antarctic policy.” *Griffith Review*, no. 77: 177–87.
- Rai, Ashok. 2018. “Quadrilateral Security Dialogue 2 (Quad 2.0) – a credible strategic construct or mere ‘Foam in the Ocean’?” *Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India* 14 (2): 138–48.
- Shahbazi, R. 2022. “Development of a decision support tool based on Fuzzy Cognitive Mapping for energy transition of district heating systems of Leeuwarden.” University of Twente.
- Sperry, Richard C, and Antonie J Jetter. 2019. “A systems approach to project stakeholder management: Fuzzy Cognitive Map modeling.” *Project Management Journal* 50 (6): 699–715.
- Thorp, Arabella. 2012. “Antarctica: The Treaty System and Territorial Claims.” House of Commons Library. <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/SN05040/SN05040.pdf>.
- Vieira, Friederick Brum. 2006. “O Tratado da Antártica: perspectivas territorialista e internacionalista.” *Cadernos Prolam/USP* 5 (2): 49–82.

- Visentini, Paulo Fagundes. 2022. "O flanco leste do Entorno Estratégico do Brasil: o desafio securitário do Atlântico Sul e do litoral da África." *Revista da Escola Superior de Guerra* 37 (80): 94-108.
- Wanlu, Wang. 2021. "The historical process and experience of China's participation in Antarctic governance: examples from ATCM and CCAMLR." *Chinese Journal of Polar Research* 33 (3): 421.
- Witker, Ivan. 2015. "Entre una nueva Guerra Fría y el espíritu cooperativo: características centrales del Programa Antártico Ruso." *Pre-Biez*, no. 2: 43.
- Young, Claire. 2021. "Eyes on the prize: Australia, China, and the Antarctic Treaty." Sydney: JSTOR. <https://www.lowyinstitute.org/publications/eyes-prize-australia-china-antarctic-treaty-system>.
- Yousefi, Samuel, Mustafa Jahangoshai Rezaee, and Armin Moradi. 2020. "Causal effect analysis of logistics processes risks in manufacturing industries using sequential Multi-Stage Fuzzy Cognitive Map: a case study." *International Journal of Computer Integrated Manufacturing* 33 (10-11): 1055-75.

RESUMO

O artigo tem por finalidade avaliar o impacto da Guerra da Ucrânia na geopolítica da Antártica. Além das fronteiras dos países envolvidos, o impacto mais imediato e perceptível de um conflito dessa natureza é evidenciado no ambiente econômico. Entretanto, as relações internacionais são testadas ou abaladas, exercendo pressões sobre tratados e acordos de cooperação entre os países, através do reaparecimento de questões políticas do passado. Em 1959, o Tratado da Antártica buscou proteger o continente de pressões territorialistas capazes de afetar seu equilíbrio natural, porém esse tipo de conflito compromete a cooperação internacional e traz à tona antigos interesses de exploração de recursos naquela região. Esse sistema complexo, composto por forças de causa e efeito (forças motrizes) que envolvem os interesses dos diversos países envolvidos na geopolítica da Antártica, foi quantitativamente modelado por mapas cognitivos, que exploram conceitos de inteligência artificial para avaliar o comportamento dessas forças. Os resultados indicaram tendências em relação a 12 forças motrizes selecionadas da literatura e avaliadas por especialistas do Programa Antártico Brasileiro, permitindo avaliar a dinâmica do sistema no tempo.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra da Ucrânia; Geopolítica da Antártica; Mapas Cognitivos Difusos.

Recebido em 10 de dezembro de 2022

Aprovado em 29 de maio de 2023

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO MÉTRICA DA “ESCALA DE FRICÇÃO LOGÍSTICA (EFL)” PARA AVALIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DE FRONTEIRA

Tássio Franchi¹

Angela Nogueira Neves²

Luis Fernando Tavares Ferreira³

Eduardo Xavier Glaser Migon⁴

1 Introdução

A presente comunicação de resultados é produto de pesquisa interdisciplinar, consequência tanto da trajetória individual dos pesquisadores quanto da natureza complexa do objeto de investigação, isto é, da dinâmica decorrente do abastecimento de organizações militares localizadas na região da Tríplice Fronteira Brasil – Colômbia – Peru. Considerou-se que a Amazônia é uma região do território nacional caracterizada por dificuldades das mais variadas, especialmente no tocante à distância e a falta de infraestrutura mínima de apoio (Becker 2010). A floresta ombrófila densa, o clima tropical, as características geográficas, as distâncias, a baixa densidade demográfica, a oferta inexistente ou limitada de energia, a falta de vias terrestres, dentre outros fatores, amplifica as dificuldades de se abastecimento das unidades militares ali presentes (Ferreira 2020). Nos interessam aqui os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), que são pequenas organizações militares, geralmente com 40 a 60 militares, desdobrados próximos aos limites fronteiriços do país,

1 Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: tasfranchi@gmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3434-5560>.

2 Escola de Educação Física do Exército. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: angellanneves@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8304-1040>.

3 Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: captavares00@yahoo.com.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4490-0687>.

4 Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: eduardomigon@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8762-1701>.

marcando a presença nacional no território e cumprindo diversas outras tarefas (Moraes 2021). Por estarem geralmente isoladas, a logística para abastecer essas pequenas unidades militares é essencial. Pois os homens e mulheres ali destacados na faixa de fronteira não têm acesso à diversos itens básicos se não pela cadeia de suprimentos.

Logo, estudar a fricção atuante no abastecimento desses PEF é importante para entender a sua ação, e a partir disso, atenuar os seus efeitos e reflexos, resultando no incremento da eficiência da proteção do território brasileiro contra as ameaças potenciais. Focou-se no fluxo logístico associado aos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) desdobrados nas regiões de Palmeiras do Javari, Estirão do Equador, Vila Bittencourt e Ipiranga, todas no estado do Amazonas (Franchi 2013).

A questão central de pesquisa foi gerar um instrumento de medida válido e confiável – a Escala de Fricção Logística (EFL) - para avaliar o modelo de atendimento das necessidades logísticas dos Pelotões Especiais de Fronteira que o Exército Brasileiro mantém na região da Tríplice Fronteira (Brasil – Colômbia – Peru). A escolha dessa temática foi motivada pelas seguintes razões: (i) pela atualidade do conceito de fricção nessa região; (ii) pela importância da garantia do abastecimento das fronteiras do país e seu interior norte e (iii) pela inexistência de um instrumento que avaliasse de forma sistemática o constructo aqui em estudo.

Assume-se, à partida, que o objeto de pesquisa - fricção logística - é um constructo abstrato. Constructo é “uma abstração que o pesquisador pode definir em termos conceituais, mas que não pode ser medida diretamente... ou ser medido sem erros....são a base para formar o relacionamento causal...a mais pura representação do conceito” (Hair, Anderson, Tathan, y Black 2009, 579). Não pode então, ser avaliado diretamente, por uma medida objetiva e direta.

Tem-se que fazê-lo através de indicadores observáveis (itens) que permitem a inferência da variável latente (constructo), definida por um recorte teórico (Hair, et al. 2009). Uma medida por teoria deve ser criada a partir de um pressuposto teórico definido, pelo qual se identificam evidências prévias da literatura que são então operacionalizadas pelos pesquisadores para gerar os indicadores observáveis (itens da escala), criando o instrumento avaliativo em si. No momento seguinte, deve-se gerar evidências de validade de constructo e confiabilidade interna (McDowell y Nevel 1996). A confiabilidade é a capacidade de um instrumento medir fielmente um fenômeno, sem erros sistemáticos e vieses (Kerlinger 1986). A validade de constructo se preocupa com a comprovação da teoria que fundamenta a medida, ou em outros termos, em estabelecer evidências de que o instrumento avalia realmente aquilo que

pretende medir (Nunnally y Bernstein 1994; Hoskins 1996).

A fim de esclarecer a inserção taxonômica, e, consequentemente a perspectiva adotada na reflexão, registra-se a aderência às Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente na intersecção entre as áreas da Administração e das Ciências Militares. A abordagem desenvolvida pretende contribuir, em termos teóricos e, principalmente, em termos metodológicos, com a subárea comum da Logística de Defesa (Brick 2016). A mais que isso, estima-se, como consequência natural do objeto de estudo, que a pesquisa contribui com os Estudos de Defesa (Domingos Neto 2014; Diniz 2015), campo de estudos em conformação no Brasil, apoiando a reflexão acerca de temática de interesse estratégico para o país (CAPES 2010, 287).

Este artigo, que tem por objetivo desenvolver e validar metricamente uma Escala de Fricção Logística (EFL) para a região de fronteira amazônica, está estruturado em cinco seções, que se seguem à introdução. A primeira seção trata da apresentação do desenho de pesquisa; a segunda seção da revisão teórica do constructo. Em sequência, é apresentada a terceira seção, que é a etapa da pesquisa versada ao desenvolvimento da EFL, com seus procedimentos metodológicos e resultados. Na quarta seção se apresenta a descrição dos procedimentos metodológicos e resultados do estudo métrico da EFL, também com. A quinta seção trata da discussão dos resultados obtidos, assim como expostas as conclusões e sugeridas oportunidades de pesquisa futuras.

2 O Desenho da Pesquisa

Em termos metodológicos a pesquisa se divide em duas etapas distintas: a etapa de geração de itens e a etapa do estudo métrico do instrumento. Para a geração dos itens adotou-se os procedimentos descritos de DeVellis (2003), partindo-se da definição teórica para operacionalizar o constructo em estudo, de revisão de literatura e da geração dos itens por experts na área a partir de leitura destas evidências. Para o estudo métrico do instrumento, utilizou-se o método multivariado de análise fatorial, que é um conjunto de técnicas estatísticas avançadas, que trata as variáveis em conjunto, criando as possibilidades de interpretações a análise fatorial que permite mostrar se a escala consegue inferir ou medir o que se propõe (Silva y Simon 2005). Dentre os dois métodos multivariados de análise fatorial – o exploratório e o confirmatório – foi escolhido para esta pesquisa a análise fatorial confirmatória (AFC), por possibilitar que avaliemos o modelo de medidas e as relações causais entre os constructos, sendo muito mais consistente e robusto em relação ao modelo exploratório (Marcoulides y Hershberger 2005; Brown

2006). Outra etapa da análise métrica foi a verificação da não tendenciosidade dos dados. Para isto, utilizou-se a confiabilidade de constructo para verificar a consistência interna (Hair et al. 2009).

Importante registrar o recorte temporal da pesquisa. Em termos teóricos, e no que concerne em especial à pesquisa bibliográfica que deu origem aos itens do instrumento ora criado, foram revisadas obras publicadas desde 1832 até 2018. Todavia, necessário melhor delimitar o período ao qual as experiências se referem, o que decorre da composição da amostra disponível à pesquisa. Neste sentido, tem-se que a maior parte dos respondentes vivenciou a problemática de pesquisa do início dos anos 90 à meados da segunda década do ano 2000. Trata-se de consequência associada ao efetivo de profissionais anualmente empregado na atividade logística em exame e das necessidades de dimensionamento da amostra, opção privilegiada com a intenção de obter validação quantitativa da escala proposta.

Destaca-se que a pesquisa envolveu análise de dinâmicas regionais específicas da faixa de fronteira da denominada Tríplice Fronteira (Brasil – Colômbia – Peru). A aplicabilidade da presente pesquisa para outros espaços amazônicos, em especial quanto ao uso da EFL em outras áreas fronteiriças, é possível e viável, desde que sob maior atenção e julgamento por parte do analista ou pesquisador.

3 Revisão Teórica

Os limites definidos para a abordagem da problemática desta pesquisa estão baseados no conceito de fricção sintetizado pela primeira vez por Clausewitz (2010) no contexto da guerra. Para ele, o campo de atuação da fricção se daria sobre o ser humano, sobre o ambiente e o material empregado na guerra e nas atividades militares. Após Clausewitz, outros autores e obras retornaram e expandiram seu conceito de fricção - Moltke (1993); Keegan (1996); Watts (1996); Elward (2010); Malkki e Malkki (2011) e Gray (2005) - e foram também considerados.

No campo da física, o conceito de fricção é entendido como “o fenômeno que produz uma resistência no contato entre dois corpos” (Ramalho Jr, Nicolau y Toledo 2007, 224). Clausewitz (2010) teorizou a fricção no século XIX, em decorrência da sua preocupação com os incidentes que dificultavam a execução do planejamento militar, acarretando a retificação desses planejamentos, comprometendo as ações decisivas na guerra. Fricção é a interação do acaso e da ação e pode ser causado por muitos fatores, incluindo forças inimigas, ações amigáveis ou o ambiente (Clausewitz, 2010). Importante salientar é que a fricção - ou o atrito – só pode ser percebida na guerra pois q está presente

nas atividades humanas cotidianas também sendo estas marcadas por interação entre dois – ou mais – corpos, em que a resistência é um elemento fundamental (Clausewitz, 2010).

Eliminar a fricção não é algo alcançável, independentemente do avanço tecnológico que os aparatos envolvidos na ação possam vir a alcançar. Pois a fricção versa sobre o caos e o inesperado (Clausewitz, 2010). Todavia, trazer ao conhecimento e promover a sistematização de infortúnios já vividos, é uma forma de alcançar um melhor planejamento, mais crível, mais ajustada à ação real. Conhecer os elementos de caos em uma situação é então, uma forma de se antecipar à ocorrência de fricção em situações semelhantes (Mallki y Mallki 2011).

Para minimizar a fricção e seus efeitos, é importante conhecer a fricção. Conhecer permitirá antecipar seus efeitos, tornar os planos mais ajustados à realidade e não mais se surpreender pelo risco identificado (Mallki y Mallki 2011). Por isso, a avaliação sistemática da fricção é algo que deve ser feito em ações humanas, inclusive e especialmente, aquelas que ocorrem em regiões e situações especialmente desafiadoras.

4 Desenvolvimento da Escala de Fricção Logística na Amazônia (Etapa 1)

Procedimentos metodológicos

A proposição do pool inicial de itens da EFL e sua estrutura fatorial (determinação das variáveis latentes), como já apontado, seguiu os procedimentos metodológicos descritos por DeVellis (2003), por uma abordagem dedutiva, a saber: revisão teórica da literatura; redação dos itens apoiados na definição teórica adotadas e na revisão de literatura, conduzido por pesquisadores experientes; verificação da validade de conteúdo dos itens.

Destaca-se que nesse processo alguns cuidados são indispensáveis ao pesquisador. Especificamente para esta pesquisa, estes merecem destaque e foram adotados: (1) os itens devem se referir claramente à manifestações do constructo avaliado; (2) os itens devem ser mais simples quanto possível; (3) cada item deve expressar uma única ideia; (4) devem ser compostos por palavras comuns ao vocabulário da população alvo, evitando gírias e coloquialismos; (5) os itens não devem induzir à respostas desejadas; (5) não devem apresentar generalizações ou estimativas e não devem ser indutores para garantir a variabilidade das respostas; (6) devem ser ordenados na escalas dos mais simples aos mais complexos e, (7) se possível com equilíbrio entre assertivas

positivas e negativas (Clark y Watson 1995; Malhotra 2004; Pasquali 2010).

Os itens devem ainda ser levados à uma avaliação de validade de conteúdo nessa etapa de criação do instrumento. Esse último procedimento se faz mediante do julgamento dos itens por pessoas da população alvo de interesse (profissionais que atuam na logística na região amazônica) em relação à clareza da redação e à pertinência dos itens ao constructo em estudo (fricção logística). Opinaram também sobre a pertinência de cada variável observável (item) nas variáveis latentes (fatores). A partir das respostas, foi calculado o índice de validação de conteúdo para cada item (em relação ao julgamento da clareza e pertinência dos itens), segundo a fórmula: $I-CVI = \text{nffl juizes que atribuíram nota máxima} / \text{nffl total de juizes}$. Valores iguais ou maiores que 0,80 indicam itens adequados, entre 0,70 e 0,79 itens que precisam de revisão e abaixo de 0,70 itens que deveriam ser eliminados (Zamanzadeh, Rassouli, Abbaszadeh, Majd, Nikanfar & Ghahramanian 2014).

Sete profissionais militares, que já haviam trabalhado na região amazônicas por pelo menos dois anos em funções relacionadas à logística, foram convidados a participar como juizes de conteúdo. Este deveria julgar a adequação do conteúdo dos itens à teoria subjacente, utilizando uma escala intervalar de 3 pontos (1 = irrelevante, 2 = útil, mas não essencial e 3 = essencial).

Resultados

Revisão de Literatura

Em relação à teoria, para Clausewitz (2010), o indivíduo e o ambiente eram categorias centrais da fricção. No tocante ao indivíduo, o perigo, medo, e o esforço físico por seus efeitos desestabilizadores, são elementos que alteram a execução do planejamento inicial. O estresse, pelas modificações químicas nos soldados decorrentes do frio, calor, sede, privações de sono, fadiga física e mental foi também elemento de fricção na categoria individual reconhecida por Clausewitz (2010). Kellet (1987) ratifica estes elementos e ainda inclui a doença, fome, sede, incerteza e mais recentemente, Mallki e Mallki (2011) deram grande importância aos efeitos da fricção nos indivíduos, destacando o entendimento, julgamento, cultural, senso comum e inclusive cultura na execução do planejamento.

No que concerne à ação da fricção no ambiente, Clausewitz (2010) considerou as intempéries climáticas - mau tempo, o nevoeiro, as inundações, frio ou calor extremo, as estações do ano, as incertezas do mau tempo, a topografia (terrenos montanhosos, pantanosos) e as vias utilizadas como elementos dessa categoria. Essas considerações pioneiras sobre o ambiente

como uma categoria de fricção e seus elementos constituintes foram, mais tarde, ratificados (Moltke, 1983; Keegan, 1996).

A categoria equipamento é a mais recente e congrega os diversos meios empregados para a realização do planejamento. São meios de transporte, máquinas, unidades para armazenamento, abrigo, peças, estradas, pistas, rios navegáveis, equipamentos de orientação e tantos outros (Moltke, 1983; Watts, 1996).

Outra forma de conceber estas categorias de fricção pode ser considerada. Por essa visão alternativa, fricção “compreende dois elementos que são de naturezas diferentes e, consequentemente, de investigação: 1) os fatores: perigo, esforço, inteligência, mau tempo, por exemplo; e 2) o efeito: restrição do nosso julgamento” (Malkki y Malkki 2011, 45). Nessa perspectiva, o segundo elemento é paralelo à categoria e elementos da fricção teorizados para os indivíduos. O primeiro elemento, por sua vez, congrega elementos do ambiente, do indivíduo e equipamentos, uma categoria não pensada inicialmente por Clausewitz (2010) no desenvolvimento de sua teoria de fricção. Os elementos e categorias aqui descritos podem ser identificados no quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de fricção e seus elementos

Autores	Categorias de fricção	Elementos observáveis <i>Caracterização; Expressão, Materialização; ou essência do que compõem a categoria</i>
Clausewitz Kellet	Indivíduo	Perigo/medo Esforço Físico Estresse Doenças <u>Mal interpretação das ordens</u>
Clausewitz; Malkki e Malkki; Keegan; Moltke	Ambiente (clima e terreno)*	Mau tempo; chuva, nevoeiro, inundações; frio ou calor extremo, estações do ano, Incertezas (mau tempo) Tipo do terreno (Montanhoso, pantanoso etc.) Vias (estradas, rios, aeródromos) em estado de conservação deficiente**
Watts; Moltke; Watts	Equipamentos	Inadequados / ineficientes /quebras e defeitos Acidentes Ferroviários (Rodoviários/Fluviais/Aeronáuticos) ***

Fonte: Elaborado pelos autores com base em: Clausewitz (2010); Moltke (1993); Keegan (1996); Watts (1996); Elward (2010); Malkki e Malkki (2011) e Gray (2005).

* Por clima entenda-se as condições meteorológicas cotidianas ou associadas das regiões do globo e estações do ano.

** Para Amazônia consideramos os rios e aeródromos como vias de circulação.

*** Como a malha ferroviária não alcança os PEF consideramos acidentes com veículos, embarcações e aeronaves.

Geração dos itens

A partir das evidências levantadas, dois experts operacionalizaram de forma dedutiva os itens. Um perito tinha experiência de 15 anos em criação/validação de escalas de medidas e o segundo perito tinha duas décadas de estudo em assuntos amazônicos e fronteira. Reuniram-se em uma sala e fizeram um brainstorm elencando manifestações da fricção que podiam ser observados na região em cada uma das categorias de fricção. Estas manifestações foram redigidas em sentenças, de acordo com os cuidados específicos anteriormente delineados.

Ao final desse trabalho, o “pool” inicial de itens da Escala de Fricção Logística (EFL) foi composto por 39 variáveis observáveis. A EFL foi proposta como uma escala tridimensional, com três fatores de primeira ordem: (1) Ambiental, que abordou elementos da fricção relacionados ao clima, acidentes naturais e vias de transporte; (2) Equipamento, que abordou fatos observáveis ligados à quebra de meios, equipamentos ineficientes / inadequados e acidentes; e (3) Indivíduo, que abordou aspectos associados à hierarquia e disciplina, dedicação, cuidados pessoais, empenho, doenças e estresse.

Os itens foram dispostos numa escala tipo Likert de 5 pontos (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = frequentemente e 5 = sempre) com a adição da opção de resposta “não se aplica”, com escore zero, nos itens 5, 6, 7, 13, 24, 25, 26 e 35. Os itens 5, 6, 7, 13, 17, 24, 25, 26, e 29 foram escritos em assertivas negativas, e por isso tem escore reverso, isto é, devem ter seus valores de resposta invertidos antes da análise. Um resumo desta atividade pode ser visto no quadro 2.

Quadro 2 – Fatores da EFL, seus elementos de definição e exemplos de variáveis observáveis

Desenvolvimento e validação métrica da “Escala de Fricção Logística (EFL)” para avaliação do abastecimento de organizações militares de fronteira

Autores	Fatores da EFL	Elementos observáveis	Exemplos de Variáveis Observáveis
		Caracterização; Expressão, Materialização; ou essência do que compõem a categoria	Para operacionalização do constructo em estudo
Clausewitz Kellet	Indivíduo	Perigo/medo Esforço Físico Estresse Doenças Má interpretação das ordens	<u>Brigas</u> na tropa embarcada em uma missão de abastecimento causam problemas. Baixas relacionadas à <u>doenças</u> na tropa que dificultam as missões de abastecimento dos
Clausewitz; Malkki e Malkki; Keegan; Moltke	Ambiente (clima e terreno)*	Mau tempo; chuva, nevoeiro, inundações; frio ou calor extremo, estações do ano, Incertezas (mau tempo) Tipo do terreno (Montanhoso, pantanoso etc.) Vias (estradas, rios, aeródromos) em estado de conservação deficiente**	O <u>calor extremo</u> nas viagens logísticas para os PEF's atrapalha a chegada de suprimentos na data prevista. <u>Viradas repentinas</u> de tempo dificultam a missão.
Watts; Moltke	Equipamentos	Inadequados / ineficientes /quebras e defeitos Acidentes Ferroviários (Rodoviários/Fluviais/Aeronáuticos) ***	Os equipamentos para transporte / armazenamento / desembarque da carga causam <u>atraso</u> na chegada das viagens de abastecimento A indisponibilidade de meios é um motivo para o <u>atraso</u> no abastecimento

Fonte: Elaborado pelos autores com base em: Clausewitz (2010); Moltke (1993); Keegan (1996); Watts (1996); Elward (2010); Malkki e Malkki (2011) e Gray (2005).

* Por clima entenda-se as condições meteorológicas cotidianas ou associadas das regiões do globo e estações do ano.

** Para Amazônia consideramos os rios e aeródromos como vias de circulação.

*** Como a malha ferroviária não alcança todos os locais consideramos acidentes com veículos, embarcações e aeronaves

Validação de conteúdo

No julgamento da validade de conteúdo, do total dos 39 itens, 11 itens obtiveram I-CVI < 0,70 e foram eliminados. Itens com $.70 \leq I-CVI < .79$ foram rediscutidos pelos pesquisadores (tabela 1).

Tabela 1 – Avaliação do Coeficiente de Validade de Conteúdo dos itens da EFL

Itens	I-CVI	Itens	CRV	Itens	CRV	Itens	CRV
1	.71	11	.71	21*	.42	31	.71
2	1	12	.71	22*	.14	32*	.14
3*	.14	13	.85	23*	.14	33	.71
4*	.42	14	.71	24	1	34	.71
5	.86	15	.71	25	1	35*	.42
6	.86	16*	.42	26	.71	36	.71
7	.86	17	.71	27*	.14	37	.71
8	.71	18*	.14	28*	.14	38	.71
9	.71	19	.71	29	.71	39	.71
10	.71	20	.71	30	0,71		

Nota: * itens com I-CVI<.70

Ao final dessa etapa, gerou-se a versão da EFL a ser levada ao estudo métrico, com 28 itens distribuídos em 3 fatores: (1) Ambiental, com os itens 2, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 19, 22 e 26; (2) Equipamento, com os itens 1, 3, 6, 15, 16, 18, 23, 27, 25; e (3) Indivíduo, nos itens 7, 10, 11, 17, 20, 21, 24 e 28. Nessa versão refinada pelos juízes, os itens com escore reverso na nova reordenação passaram a ser 3, 4, 7, 11, 17, 18, 19 e 20.

A etapa que se segue é essencial para a determinação da adequacidade da escala aqui proposta para ser empregada na avaliação da fricção na atividade logística na região amazônica, pois é por ele que se determinará se o instrumento ora criado o faz sem indução de erros e gera realmente dados pertinentes à explicação da fricção logística.

5 Estudo métrico da EFL (Etapa 2)

Considerando a análise estatística utilizada (regressão múltipla em matriz de covariância), foi determinado o número amostral para essa pesquisa, com o software Gpower. Adotou-se .15 para tamanho de efeito, com nível de confiança de 95%, poder de 90%, sendo dois preditores envolvidos no modelo estrutural testado. O tamanho amostral mínimo calculado foi de 99 pessoas, para que o efeito do teste estatístico pudesse ser adequadamente detectado.

A amostra total deste estudo foi composta por 110 participantes, dos quais 98,18% (n=108) eram homens. A idade amostral variou entre 22 e 68 anos ($M = 37.92 \pm 7.01$). O tempo que o militar serviu nas Organizações Militares (OM) da região amazônica variou entre 1 a 22 anos ($M = 4.91 \pm 3.33$). Por fim, 29.6% dos respondentes não serviram em algum Pelotão Especial de Fronteira (PEF), porém serviram em outras Organizações Militares que prestavam o apoio logístico ao PEF, como por exemplo: Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) e a 16th Base Logística de Selva (16th BaLog). No que tange à participação dos integrantes dos PEF na pesquisa, os 5 PEF que tiveram mais participantes nessa pesquisa foram do CFSOL/8° BIS: 4° PEF (Estirão do Equador) com 10.2%; 3° PEF (Vila Bittencourt) com 8.5%; 1° PEF (Palmeiras do Javari) com 6.5%; 2° PEF (Ipiranga) com 6.5%; e do 2° BIS: 1° PEF (Tiriós) com 6.5%.

Toda a coleta de dados da EFL foi realizada por meio de formulário eletrônico. A lista de destinatários foi construída com base nas informações fornecidas pelo Sistema de Cadastro do Pessoal do Exército (SiCaPEX). O convite aos participantes foi realizado através de e-mail e aplicativos de mensagens instantâneas (Whatsapp e Telegram) para o preenchimento da escala com a explicação dos propósitos da pesquisa. Caso o destinatário concordasse em participar da pesquisa, deveria clicar sobre os links e responder a EFL e um

questionário demográfico (para caracterizar a amostra, conforme acima apresentado) de forma anônima. A participação foi voluntária e nenhum participante recebeu qualquer remuneração ou recompensa pela participação realizada.

A análise fatorial confirmatória foi a técnica multivariada escolhida para a abordagem psicométrica dos dados dessa pesquisa. Há um “background” teórico sobre fricção já estabelecido na literatura analisada. Apesar disso, o estudo específico sobre a fricção no abastecimento praticado na região amazônica ainda necessita de investigações e amadurecimento teórico. Por essas razões, foi escolhida uma abordagem que pode contribuir para a predição e o desenvolvimento teórico da fricção logística, o método Partial Least Square (PLS) (Hair, Hult, Ringle, y Sarstedt 2014).

A avaliação do modelo de mensuração foi feita através da análise das cargas fatoriais ($\lambda = .50$ – aceitável e $\lambda = .70$ - ideal) e da variância média extraída ($AVE \geq .50$) – para geração de evidências de validade convergente (Hair et al., 2014). O critério Fornell e Larcker (Fornell y Larcker, 1981) foi adotado para avaliar a validade discriminante. De acordo com o critério supracitado, há evidência de validade discriminante quando a raiz quadrada da AVE de um fator é superior à correlação entre aquele fator e os demais fatores do modelo ($r \leq \sqrt{AVE}$). Além disso, o teste de ômega de McDonald e a confiabilidade composta (ω e $CC \geq .70$) foram usados para avaliar a confiabilidade interna (Hair et al., 2014).

Para a condução das análises foi utilizado o software SPSS, versão 21, e o Smart PLS 2.0, tendo sido adotado intervalo de confiança de 95% para todos os testes. A deleção “listwise”, mais rigorosa, foi usada para os dados faltantes.

Resultados

Antes da análise fatorial confirmatória fez-se uma análise descritiva dos itens, para auxiliar na decisão de manutenção/eliminação dos itens, face à sua alta e baixa variabilidade de respostas, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Descrição dos itens da EFL

Itens	M	DP	Frequência das respostas (%)					
			N	R	AV	F	S	N/S
EFL 1	2.31	.80	12	53.7	26.9	6.5	.9	-
EFL 2	3.42	.91	1.9	1.2	44.4	3.6	13	-
EFL 3	2.28	.75	13.9	48.1	34.3	3.7	-	-
EFL 4	2.85	.82	1.9	31.5	5.9	11.1	4.6	-
EFL 5	2.37	.77	14	44.4	38	5.6	-	-
EFL 6	3.03	1.14	1.2	21.3	35.2	22.2	11.1	-
EFL 7	1.78	.87	43.5	4.7	12	1.9	1.9	-
EFL 8	3.48	.81	-	1.2	41.7	38	1.2	-
EFL 9	3.32	.81	.9	13.9	42.6	37	5.6	-
EFL 10	1.59	.68	5.9	39.8	8.3	.9	-	-
EFL 11	2.11	.80	22.2	48.1	26.9	1.9	.9	-
EFL 12	2.67	.97	9.3	35.2	4.7	9.3	5.6	-
EFL 13	1.87	1.06	24.1	4.7	2.4	2.8	1.9	1.2
EFL 14	3.20	1.40	3.7	4.6	31.5	37	13	1.2
EFL 15	2.32	1.46	11.1	13.9	36.1	16.7	3.7	18.5
EFL 16	2.20	.65	11.1	59.3	27.8	1.9	-	-
EFL 17	2.01	.81	27.8	48.1	19.4	4.6	-	-
EFL 18	2.43	1.04	17.6	42.6	21.3	15.7	2.8	-
EFL 19	2.56	.81	7.4	4.7	42.6	7.4	1.9	-
EFL 20	2.43	.86	14.8	35.2	42.6	6.5	.9	-
EFL 21	2.14	.86	23.1	47.2	22.2	7.4	-	-
EFL 22	3.50	.72	-	4.6	49.1	38	8.3	-
EFL 23	2.42	.92	14.8	41.7	32.4	9.3	1.9	-
EFL 24	2.66	1.39	1.9	1.2	5.9	14.8	6.5	16.7
EFL 25	2.42	.79	11.1	42.6	4.7	4.6	.9	-
EFL 26	2.73	.92	4.6	39.8	38.9	11.1	5.6	-
EFL 27	2.20	.72	13	58.3	24.1	4.6	-	-
EFL 28	3.20	.93	4.6	1.9	45.4	28.7	7.4	-

Nota: M = média; DP = desvio padrão; N = nunca; R = raramente; AV = às vezes; F = frequentemente; S = sempre; N/S = não se aplica.

O modelo teórico tridimensional foi submetido à análise fatorial. Na primeira rotação foi identificado que os itens 6, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 26, 27 e 28 tiveram cargas fatoriais variando entre $\lambda = .16 - .49$ e por isso foram eliminados do modelo, um a um, a cada nova estimação. Então, todos os itens remanescentes alcançaram cargas fatoriais adequadas, como pode ser visto na Tabela 2. O modelo final está disposto na Figura 1.

Tabela 3 – Cargas fatoriais dos indicadores em cada fator

Fator	Itens	M	DP	λ
Ambiente	2	3.42	.90	.67
	8	3.48	.81	.78
	9	3.32	.81	.70
	12	2.66	.96	.58
	22	3.50	.71	.82
Equipamento	1	2.32	.81	.57
	3	2.29	.76	.74
	4	2.85	.81	.70
	5	2.37	.76	.79
	25	2.41	.78	.75
Indivíduo	7	1.77	.86	.65
	10	1.59	.68	.74
	11	2.11	.80	.68
	17	2.00	.81	.73
	20	2.43	.85	.69
	21	2.13	.85	.76

As evidências satisfatórias de validade convergentes foram geradas para os três fatores ($AVE \geq .50$; $\lambda \geq .50$). As cargas fatoriais do fator Ambiente variaram entre $\lambda = .58 - .82$, e $AVE = .51$. O fator Equipamento teve cargas fatoriais variando entre $\lambda = .57 - .79$ em seus itens e $AVE = .51$. Por fim, o fator Indivíduo teve $AVE = .51$ e as cargas fatoriais variando entre $\lambda = .65 - .76$. Em relação à validade discriminante ($r \leq \sqrt{AVE}$) foram estabelecidas medidas de evidências para todos os fatores, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Validade discriminante da EFL

	1	2	3
1 – Ambiente	.71		
2 – Equipamento	.21	.71	
3 – Indivíduo	.27	.68	.70

Nota: os valores para a raiz quadrada da AVE estão em negrito. Abaixo da diagonal estão as correlações (r_2) entre os respectivos pares de fatores.

Discussão

O presente estudo teve por finalidade desenvolver uma medida válida e confiável para medir os elementos de fricção que podem ser identificados nas viagens de abastecimento na região amazônica. A versão final da Escala de Fricção Logística (EFL) é composta por 16 itens, que avaliam três fatores da fricção – Ambiente, Equipamento e Indivíduo – de acordo com a teoria de fricção de Clausewitz (2010) e demais teóricos que continuaram a desenvolver sua teoria aqui considerados.

A primeira parte do estudo desenvolveu o instrumento, gerando o pool de itens originais e definindo a escala de respostas. A EFL apresentou valores satisfatórios de validade de conteúdo para a amostra de referência estudada – profissionais militares que serviram em OM da região amazônica – em 28 dos 39 itens inicialmente propostos. Apesar da eliminação de 11 itens, a escala seguiu para a próxima etapa com itens em quantidade superior ao mínimo usualmente recomendando, que são vinte itens, garantindo possibilidades de ajustes métricos (DeVellis 2003).

Em relação ao estudo métrico, confirmou-se a estruturar tri-fatorial teoricamente proposta, gerando ainda evidências satisfatórias de validade de constructo e confiabilidade interna com dados da amostra de referência. Isso indica a confirmação que o fenômeno da fricção analisado pelos teóricos clássicos como Clausewitz (2010), Moltke (2011) e ratificado por estudiosos modernos como Kellet (1987), Keegan (1996), Watts (1996); Elward (2010); Malkki e Malkki (2011) e Gray (2005) são uma realidade relevante para o planejamento e a execução das operações logísticas desencadeadas para suprir logisticamente os PEF. O ajuste do modelo testado aos dados reais atingiu todos os critérios de qualidade exigidos para as evidências geradas após emprego de técnica estatística multivariada.

Todavia, cabe comentar a eliminação de oito itens nesta etapa. Esse fato poderia ser explicado por uma elaboração afastada do recorte teórico que sustenta o instrumento. Mas considerando o rigoroso processo de julgamento e refinamento dos itens da EFL feito na primeira fase do estudo, uma elaboração descuidada não parece ser uma explicação plausível. Assim cabe recorrer aos pressupostos da medida por teoria, os quais afirmam que as verdades absolutas não são medidas (Malhotra 2004) – o que ocorre sempre e o que nunca ocorre. A concentração de respostas de alguns itens eliminados em uma das opções da escala likert pode explicar sua eliminação. A observação dos elementos de fricção sob a luz da teoria - base para a criação da EFL – permite avaliá-la de forma pertinente. No caso da EFL, as evidências de validade geradas confirmam que as variáveis observáveis e os fatores previstos realmente são pertinentes e avaliam a fricção no abastecimento da região amazônica.

A confiabilidade interna da medida também se mostrou adequada, atendendo a todos os critérios pré-estabelecidos. Essa evidência psicométrica se faz importante, pois afirma que a medida está livre de erros. Considerando que a coleta de dados foi feita de forma não presencial, utilizando os recursos da internet, essa evidência métrica é ainda mais relevante, pois permite que o instrumento siga sendo usado da mesma forma pelos pesquisadores, facilitando o alcance aos militares que servem ou serviram em alguma Organização Militar na região Amazônica.

A despeito das satisfatórias qualidades psicométricas da EFL, não se deve perder de vista a condição essencial da própria fricção: essencialmente dependente do acaso (Malkki y Malkki 2011). Avaliá-la torna-se então uma tarefa desafiadora e seu mapeamento constante é a forma de alcançar um melhor planejamento, mais crível, mais ajustada à ação real (Malkki y Malkki 2011). Conhecer os elementos de caos em uma situação é então, uma forma de se antecipar à ocorrência de fricção em situações semelhantes. Assim, a EFL é um daqueles instrumentos que devem ser revistos e revalidados de tempos em tempos, a fim de agregar novos elementos de fricção que podem ter passado a ocorrer nas viagens de abastecimento da região amazônica. O reconhecimento dessa temporalidade do instrumento é antes a compreensão da dinâmica de ocorrência da fricção – o acaso – e não uma fragilidade do instrumento.

A pesquisa tem algumas limitações, apesar de ter produzido um instrumento válido e confiável. A amostra empregada foi não probabilística, sendo recrutada por julgamento, essencialmente formada por militares (por sua grande experiência) impedindo a generalização dos resultados dos escores encontrados. Neste estudo, não foi possível avaliar outros parâmetros similares (por exemplo, a eficiência) que são constructos paralelos à fricção, influenciadores concomitantes do cumprimento das viagens de abastecimento na região analisada.

Os estudos futuros devem expandir as análises realizadas nesta pesquisa, mantendo o estudo sobre a ação da fricção. Apesar de não poderem ser controlados e antecipados, os fatores de fricção podem e devem ser compreendidos com mais profundidade, de forma a facilitar a criação e adoção de medidas logísticas eficientes, visando incrementar o processo de abastecimento praticado em uma região que apresenta inúmeras dificuldades, como é o caso da Amazônia.

6 Conclusão

Este trabalho buscou desenvolver e validar uma medida para analisar a ação da fricção no abastecimento dos PEF na região da Amazônia. A medida, válida e confiável, consta de 16 itens, organizados em três fatores – ambiente, equipamento e indivíduo. Disponibiliza-se um instrumento que pode ser útil para gerar dados para o aperfeiçoamento de políticas públicas nas áreas de Defesa e Transporte.

7 Referências

Becker, B. K. (2010). Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de

- janeiro: Editora Garamond.
- Brown, T. A. (2006) *Confirmatory factor analysis for applied research*. New York: The Guilford Press.
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological assessment*, 7, 309-319.
- Clausewitz, C. V. (2010). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. New York: Psychology Press.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-37.
- DeVellis, R. F. (2003). *Scale development: theory and applications*. Newbury Park: Sage Publications, 2003.
- Elward, S. M. (2010). *The Fog of War: A Necessary Component of Modern Warfare*. [Masters Thesis], Joint Military Operations, Newport, Navy War College.
- Ferreira, L. F. T.. Os desafios às operações de logística na Amazônia: fricção no abastecimento de unidades de fronteira. *Revista Hoplos*, v. 4, n. 6, p. 83-102, 2020.
- Fornell, C., y Larcker, D. F. (1981). Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error: Algebra and Statistics. *Journal of Marketing Research*, 18, 382-388.
- Franchi, T. Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. UnB: Brasília. 2013. Tese. 333 fl.
- Gray, C. S. (2005). How has war changed since the end of the Cold War? *Parameters*, 35, 14-26.
- Hair Jr, J. F., Hult, G. T. M., Ringle, C., y Sarstedt, M. (2016) *A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)*. Newbury Park: Sage Publications
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., y Tatham, R. L. (2009) *Multivariate data analysis*. Uppersaddle River: Pearson Prentice Hall
- Hoskins, C.N. (1996). Measurement Principles. In: G. LoBiondo-Wood, G. y J. Haber (Eds.). *Nursing research: Critical appraisal and utilization*. (pp.169 – 202). St.Louis: Mosby.
- Keegan, J. (1996) *Uma história da guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex
- Kellett, A (1987). *Motivação para o combate*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Kerlinger, J.C. (1986). *Foundations of Behavioral Research*. New York: CBS

Publishing

- Malhotra, N.K. (2004). Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman.
- Mälkki, K. y Mälkki, J. The dynamics of Clausewitzian friction. *Kungliga Krigsvetenskapsakademiens handlingar och tidskrift*, 2, 1-60.
- Marcoulides, G. A. & Hershberger, S. L. (2005) Multivariate statistical methods: A first course. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- McDowell, I., y Nevell, C. (1996). Measuring Health: a guide to rating scales and questionnaires. New York: Oxford University Press.
- Moltke, H.V. (1993). Art of War: Selected Writings. Londres: Presidio Press, 1993.
- Moraes, C. H. A. (2021). A Importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira. *Revista Agulhas Negras*, 5(6), 101-112.
- Nunnally, J.C., y Bernstein, I. H. (1994). Psychometric Theory. New York: Mc Graw-Hill.
- Paim, R. de A.; Franchi, T. Colônias militares na região Norte do Brasil: colonização, povoamento e seu arcabouço jurídico ao longo dos anos. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 705-738, 2020.
- Pasquali, L. (2003). Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação. Petrópolis: Vozes
- Ramalho Jr, F.; Nicolau, G.F; y Toledo, P.A.S. Os Fundamentos da Física 1-Mecânica. São Paulo: Moderna, 2007.
- Silva, D. y Simon, F. (2005) Abordagem quantitativa de análise de dados de pesquisa: Construção e validação de escala de atitude. *Cadernos Ceru*, 17, 10-17
- Watts, B. D. (2004). Clausewitzian friction and future war. Darby: Diane Publishing.
- Zamanzadeh, V., Ghahramanian, A., Rassouli, M., Abbaszadeh, A., Alavi-Majd, H., & Nikanfar, A. R. (2015). Design and Implementation Content Validity Study: Development of an instrument for measuring Patient-Centered Communication. *Journal of caring sciences*, 4, 165–178. doi:10.15171/jcs.2015.017

RESUMO

Este artigo teve por objetivo criar e validar metricamente – com o estabelecimento de evidências de validade de constructo e confiabilidade interna - uma Escala da Fricção Logística (EFL), ajustada para o ambiente amazônico. Metodologicamente, a pesquisa se divide em dois estudos; um primeiro, focado na criação do instrumento, que seguiu recomendações já consolidadas para escalas de medida por teoria. Um segundo, no qual se realiza a avaliação métrica da estrutura teórica prevista para a EFL. Os itens foram avaliados através da análise fatorial confirmatória, com extração por mínimos quadrados parciais, a fim de gerar evidências de validade de constructo e de confiabilidade interna. Para esta análise, a EFL foi respondida por 110 militares que serviram nas organizações de fronteira. Os resultados indicaram ser válida e confiável a escala com 16 itens divididos em três fatores - indivíduo, ambiente e equipamentos - para avaliar a fricção logística na região de fronteira amazônica. Disponibiliza-se um instrumento que pode ser útil para gerar dados para o aperfeiçoamento de políticas públicas nas áreas de Defesa e Transporte.

PALAVRAS-CHAVE

Amazônia. Tríplex fronteira. Logística. Fricção logística. Clausewitz .

Recebido em 3 de maio de 2022

Aceito em 5 de junho de 2024

8 Apêndice: Versão Final da Escala de Fricção Logística

Esta é uma escala destinada a avaliar elementos que podem atrapalhar ou até mesmo cancelar as viagens logísticas aos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF's). Por favor, considerando sua última experiência em Organizações Militares (OMs) da região Amazônica, indique a frequência com que cada uma das situações pode ocorrer: sempre, frequentemente, às vezes, raramente, nunca. Há alguns itens que não se aplicam a todas as OMs (ex.: avaliar a frequência de dificuldades em estradas em OMs que usam rios como vias de transporte). Quando o(a) Sr(a) se deparar com esta situação, por gentileza, marque a opção “não se aplica”. Não há respostas certas nem erradas. Suas respostas ajudarão a melhorar a logística do Exército Brasileiro.

- 1) Existe perda de carga durante as operações de desembarque.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 2) As tempestades nas viagens logísticas para os PEF's atrapalham a chegada de suprimentos na data prevista.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 3) Os gêneros alimentícios se estragam durante a viagem de abastecimento.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 4) Os equipamentos para transporte/armazenamento/desembarque da carga causam atraso na chegada das viagens de abastecimento dos PEF's.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 5) Ocorrem acidentes com os meios de transporte que atrasam o abastecimento dos PEF's

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 7)* Brigas na tropa embarcada em uma missão de abastecimento causam problemas.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 8)* Ocorre cancelamento das viagens de abastecimento dos PEF devido às intempéries do clima.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 9)* Ocorre cancelamento das viagens devido às condições das vias de transporte (fluvial, terrestre ou aérea).

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 10)* Há quebra de hierarquia e disciplina nas viagens de abastecimento aos PEF's.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 11)* O receio pelos riscos do caminho atrapalha a execução das atividades da tropa embarcada nas missões de abastecimento.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 12)* Os neveiros atrapalham o percurso nas viagens de abastecimento.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 17)* Desentendimentos das ordens dadas à tropa dificultam a missão de abastecimento aos PEF's.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 20)* A tropa relata perigo no cumprimento das missões de abastecimento aos PEF's.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 21)* A resistência (corpo mole, tentativa de se esquivar da missão) na tropa atrapalha as viagens logísticas de abastecimento aos PEF's.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 22)* Ocorrem atrasos nas chegadas das viagens aos PEF's, devido às intempéries de tempo (chuva, seca, enchente, etc).

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

- 25)* Ocorrem acidentes com os meios de transporte que cancelam as missões.

5	4	3	2	1
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA

* Foi mantida numeração original dos itens, para que os indicadores de cada fator possam ser identificados. Para o escore do fator Ambiente, calcule a média dos itens a partir das respostas assinaladas; $A = (\text{item } 2 + \text{item } 8 + \text{item } 9 + \text{item } 12 + \text{item } 22) / 5$. Para o escore do fator Equipamento, calcule a média dos itens a partir das respostas assinaladas; $E = (\text{item } 1 + \text{item } 3 + \text{item } 4 + \text{item } 5 + \text{item } 25) / 5$. Para o escore do fator Indivíduo, calcule a média dos itens a partir das respostas assinaladas; $I = (\text{item } 7 + \text{item } 10 + \text{item } 11 + \text{item } 17 + \text{item } 20 + \text{item } 21) / 6$.

OS TRABALHADORES MIGRANTES CHINESES NA INDONÉSIA: UMA QUESTÃO CONTROVERSA DE SEGURANÇA

Ali Maksum¹

1 Introdução

Atualmente, a migração é um dos tópicos mais sensíveis em escala global. O temor de uma onda de migração transnacional, com todos os seus perigos potenciais, tem compelido nações a aumentar a segurança fronteiriça (Ullah, Hasan, Mohamad, & Chatteraj, 2020). Em décadas passadas, particularmente durante a Guerra Fria, a migração estava ausente do discurso securitário do Estado. Por outro lado, a ameaça securitária ao Estado era baseada na constelação da Guerra Fria no contexto da rivalidade das superpotências (Ewing & Caballero-Anthony, 2020; Faist, 2006).

Contudo, o fim da Guerra Fria teve um impacto significativo no discurso da segurança internacional, especialmente na migração (Bello, 2020). Essa mudança desencadeou um intenso debate entre acadêmicos das relações internacionais sobre o cenário de segurança internacional pós-Guerra Fria (Newman, 2010). O Realismo, como teoria dominante, foi considerado obsoleto na época, e foi suplantado pelos teóricos pós-Guerra Fria que focaram na segurança não-tradicional (Singh & Nunes, 2016). Entretanto, o crescimento de teóricos não-tradicionais começou no Ocidente, convergindo com ideias-chaves que dominaram os estudos de segurança não-tradicionais, especificamente a Escola de Copenhague e a Escola de Aberystwyth, e depois os Estudos Críticos de Segurança (CSS). A marginalização do papel de atores não-estatais, bem como as ideias do Sul Global, esteve entre os catalisadores para a criação desse conceito. Desde então, pesquisadores das relações internacionais de todo o mundo têm se interessado em estudar migração internacional e segurança como um tema não-tradicional (Peoples & Vaughan-Williams, 2020; Rolf, 2022). Na realidade, atores não-estatais estão

¹ Universitas Muhammadiyah Yogyakarta. Yogyakarta, Indonésia. E-mail: ali.maksum@fi-sipol.umy.ac.id / ORCID: 0000-0001-7571-7709.

se tornando cada vez mais proeminentes no discurso securitário pós-Guerra Fria. O estado não é o único objeto referente sob ameaça; outros objetos não-estatais como a humanidade, a cultura e até a esfera individual, também estão sob ameaça (J Huysmans, 2006).

O objetivo prioritário do novo paradigma não-tradicional pós-Guerra Fria securitário é salvaguardar a segurança social contra várias ameaças (Waever, 2008). Entre essas ameaças estão aquelas relacionadas a questões sociais como cultura, identidade e religião, que podem ser causadas por migrantes em particular. De fato, a existência desses riscos em diferentes formas, incluindo a ameaça posta pela migração, possibilitou ao governo retomar assuntos relevantes à segurança. O Estado alega ter a obrigação de implementar uma política de securitização contra a ameaça representada pelos migrantes, conforme proposto pela Escola de Copenhague. Sob o pretexto da manutenção da paz social e estabilidade nacional, a União Europeia e países norte americanos foram alguns dos primeiros a implementar políticas de securitização, sobretudo contra imigrantes (Ghughunishvili, 2010; Jef Huysmans, 2000; Sitompul & Cipto, 2022). Isso indica que, particularmente no contexto de securitização, o papel do Estado é novamente dominante na teoria de segurança não-tradicional pós-Guerra Fria.

Com base em estudos anteriores, governos no Sudeste Asiático têm utilizado com sucesso a securitização para dissuadir a imigração. Malásia, Singapura e Tailândia são os três países na região que implementaram ativamente políticas de securitização direcionadas especificamente para a mão de obra migrante. O propósito por trás da estratégia de securitização de cada governo é diferente nas três diferentes nações. Por exemplo, o governo da Malásia está muito preocupado com trabalhadores migrantes não autorizados ou ilegais que podem causar instabilidade na segurança interna do país. O governo da Malásia continua a aplicar sua política de securitização contra trabalhadores migrantes, mesmo recebendo críticas por todo o mundo por questões de violações dos direitos humanos (Arifianto, 2009; Dollah & Abdullah, 2018; Kudo, 2013; Mahalingam, 2022; Ullah, 2013).

Da mesma forma, Singapura está profundamente consciente da ameaça representada pelos trabalhadores migrantes, sobretudo aqueles que operam ilegalmente no país. Como foi previamente observado na literatura, os trabalhadores migrantes em Singapura estavam sob tremenda pressão para trabalhar no país por conta da política de securitização e do sistema legal que era considerado muito rigoroso. O governo afirma consistentemente que a política de securitização foi implementada para fazer cumprir a lei, apesar de os trabalhadores migrantes serem a espinha dorsal econômica de Singapura (Loong, 2018, 2022).

Ao mesmo tempo, o governo da Tailândia também implementou uma política de securitização para trabalhadores migrantes tradicionalmente recrutados de Mianmar, Laos e Camboja. As preocupações de segurança apresentadas pelos trabalhadores migrantes formaram a base da estratégia de securitização da Tailândia. A estratégia de securitização da Tailândia foi estabelecida em resposta às preocupações de segurança causadas por funcionários estrangeiros. Uma pesquisa mostrou que o público em geral tem opiniões altamente desfavoráveis em relação à mão de obra migrante e que isso coincidiu com uma política de securitização mais estrita (ILO & UN Women, 2021; Jirattikorn, 2015; McDuff, 2017).

De fato, a securitização da migração pelos governos está disseminada entre os acadêmicos, ao passo que a de-securitização da migração pelos governos é rara e relativamente recente. No contexto indonésio, a ideia paradoxal do governo de securitização da migração pode contribuir para a forma de conhecimento sobre teoria e práticas de securitização. Portanto, esse artigo argumenta que a securitização pública dos trabalhadores migrantes chineses falhou devido à campanha governamental massiva de contra-securitização através de aparatos políticos, mídia convencional e influenciadores de mídias sociais. O governo conduziu uma de-securitização para assegurar o investimento externo direto da China e estreitar laços econômicos. Assim, a próxima seção fornecerá um resumo dos investimentos da China e da dinâmica dos trabalhadores migrantes chineses na Indonésia.

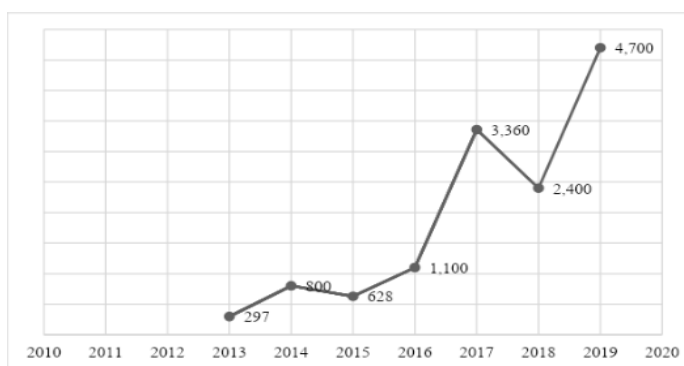
2 Os investimentos da China vis-à-vis o fluxo de trabalhadores migrantes chineses para a Indonésia

A Indonésia tem se concentrado cada vez mais na questão dos trabalhadores estrangeiros, especialmente desde que o Presidente Joko Widodo assumiu o cargo em 2014 e iniciou o projeto Sea Toll. Sob o projeto Sea Toll, Jokowi – como ele prefere ser chamado – realizou a contribuição mais significativa para o desenvolvimento da infraestrutura do país em toda a história. No entanto, o eleitorado não foi devidamente informado, sobretudo durante a parte inicial da campanha presidencial, de que o investimento, que vem principalmente do governo chinês, também traz consigo trabalhadores migrantes chineses. A presença desses trabalhadores chineses tem sido cada vez mais debatida publicamente, uma vez que a taxa de desemprego na Indonésia é alta.

Após o discurso de Jokowi em Pequim, o conceito do projeto Sea Toll se tornou ainda mais claro. Para alcançar sua visão, o Presidente Jokowi introduziu um roteiro de desenvolvimento nacional que seria implementado

durante seu mandato, chamado de National Medium Development Plan (2015-2019). Infelizmente, a capacidade financeira do governo só pode cobrir um terço do orçamento total necessário. O governo buscou contribuições do setor privado, como foi dito por Jokowi em seu discurso na Cúpula da APEC em Pequim. Em resposta, de tempo em tempo, o governo chinês oferece o fantástico investimento que o Presidente Jokowi deseja (Figura 1), especialmente no setor de infraestrutura (Badaruddin & Octavia, 2018). No ponto deste investimento inicial, as ideias da BRI estavam alinhadas com a prioridade do Presidente Jokowi no desenvolvimento de infraestrutura (Indonesia Investment Coordinating Board, 2018).

Figura 1. Tendência do Investimento chinês na Indonésia entre 2013-2019 em Milhões de Dólares Americanos.



Fonte: adaptado de Indonesia Investment Coordinating Board (2020)

O influxo de trabalhadores migrantes é uma consequência direta do investimento chinês, segundo o Ministro do Trabalho da Indonésia, Hanif Dhakiri (Rachman, 2019). Para apoiar o investimento da China na Indonésia, o governo emitiu uma política de isenção de visto para cidadãos chineses que vêm para a Indonésia (Rahayu, 2017). A implementação dessa política de isenção de visto também aumenta o número de chegadas de turistas, bem como de trabalhadores migrantes (Rosyidi, 2018). Contudo, a opinião pública ainda desconfia dos trabalhadores migrantes chineses. Eles também acreditam que, por meio de vistos de turista, os trabalhadores migrantes chineses, na verdade, estão trabalhando na Indonésia (Negara & Suryadinata, 2018).

Este artigo começa destacando uma revisão do conceito de securitização

como uma ferramenta analítica. Em segundo lugar, apresentará o aumento no número de trabalhadores migrantes na Indonésia. Em terceiro lugar, explorará as visões públicas na securitização dos trabalhadores migrantes chineses. Em quarto lugar, examinará a contra-securitização do governo em relação às questões acerca dos trabalhadores migrantes chineses. Em quinto lugar, focará nos fatores determinantes por trás do fracasso da securitização. Argumenta-se que houve um fracasso na securitização dos trabalhadores migrantes chineses pelo público devido à forte contra-securitização implementada em escala massiva pelo governo por meio de aparatos políticos, mídia convencional e influenciadores de mídias sociais.

5 Referencial Teórico

Este artigo adota, de forma menos intensa, a teoria de securitização da Escola de Copenhague (CS) que está diretamente ligada à pesquisa de Barry Buzan, Ole Waever e outros acadêmicos no Instituto de Pesquisa pela Paz de Copenhague (COPRI), Copenhague, Dinamarca (Buzan, Waever, & de Wilde, 1998). O conceito de securitização de Buzan surgiu do construtivismo nas Relações Internacionais (Balzacq, 2011). O argumento de Buzan defende que questões de segurança geradas por construções sociais estão relacionadas ao uso da linguagem, conhecido como “atos discursivos” (Buzan et al., 1998; Waever, 1995).

Em geral, a securitização é o mecanismo pelo qual os atores criam questões de segurança, usando ‘atos discursivos’ para persuadir o público que um tópico específico é uma ameaça. Em essência, o ponto-chave da securitização é se algo em questão é um problema de segurança, não porque afeta objetivamente o Estado ou outro objeto de referência. Ao invés disso, torna-se um problema de segurança, pois é descrito como ameaçando a continuidade do objeto de referência pelos atores securitizadores. Obviamente, a CS não está interessada se uma alegação é factual ou falsa; a faceta mais importante é o ‘efeito verdade’ da linguagem quando o público pode ser convencido que há uma ameaça real a ser enfrentada.

Como resultado, segundo essa teoria, todas as questões podem ser transformadas em problemas de segurança através de um ato discursivo. No entanto, entender segurança como um ato discursivo é problemático, pois alguém poderia sugerir então que tudo pode ser transformado e construído como uma questão de segurança. Contudo, para prevenir tudo de se tornar um problema de segurança, a CS argumenta que a securitização é uma forma específica de ‘práxis social’ e uma prática intersubjetiva na qual o que conta como uma questão de segurança depende de como os atores securitizadores moldam a questão. Uma securitização bem-sucedida não é decidida apenas

pelos atores, pois envolve o papel crucial do público. Somente se os oradores e a audiência chegarem a um acordo coletivo de que a questão é uma ameaça existencial, pode ser considerada uma securitização bem-sucedida; caso contrário, é uma securitização fracassada.

A securitização é composta por elementos-chave, incluindo um ator securitizador (quem securitiza), atos discursivos (os métodos de securitização), ameaça existencial (quais são as questões) e objeto de referência (para quem deve ocorrer a securitização) (Buzan et al., 1998). A securitização eficaz e bem-sucedida depende muito de como a audiência aceita e percebe as questões como uma ameaça à segurança (Roe, 2006). Ao mesmo tempo, os atores securitizadores também enfrentam desafios de atores de de-securitização em um processo de contra-securitização (Salter, 2008).

Entretanto, a teoria existente de securitização só está completa quando inclui a ideia de de-securitização. Para Waever, “a segurança deve ser vista como negativa, como uma falha em lidar com questões da política normal” (Buzan et al., 1998; Waever, 1995, tradução nossa²). Ele propõe ideias que refutam essa securitização por meio do que é conhecido como de-securitização. A lógica por trás da de-securitização é tirar uma questão do “modo de emergência e levá-la para os processos normais de barganha da esfera política” (Buzan et al., 1998, tradução nossa)³. Apesar da CS não ter elaborado e definido claramente como a ideia de de-securitização funciona (Collective, 2006), para vários estudiosos, de-securitização refere-se ao processo de como “desfazer em vez de criar problemas de segurança” (J Huysmans, 2006, tradução nossa)⁴.

Enquanto isso, Roe argumenta que de-securitização é uma questão não é retornar à política normal, mas simplesmente “desfazer as políticas de emergência” (Roe, 2006, tradução nossa)⁵. A de-securitização tipicamente ocorre quando a ameaça que levou à securitização é percebida como tendo desaparecido ou se tornado ‘não existencial’. O ator também pode escolher deliberadamente abster-se de descrever certas questões em termos de segurança e, em vez disso, tentar lidar com elas fora da esfera de ‘políticas de pânico’. Nesse contexto, o que foi realmente feito pelo governo indonésio durante a questão dos trabalhadores migrantes chineses é conhecido como ‘contra-securitização’ (Stritzel & Chang, 2015). A contra securitização é importante também no entendimento desta questão, na qual outros estudos

2 No original: “security should be seen as a negative, as a failure to deal with issues of normal politics” (Buzan et al., 1998; Waever, 1995).

3 No original: “emergency mode and into the normal bargaining processes of the political sphere” (Buzan et al., 1998).

4 No original: “unmaking rather than the making of security problems” (J Huysmans, 2006).

5 No original: “undo the emergency politics” (Roe, 2006).

mostraram que o efeito de enquadramento desaparecerá quando o público-alvo for exposto a enquadramentos concorrentes de fontes igualmente críveis (Krebs & Jackson, 2007). Além disso, o processo de securitização é articulado no seguinte esquema.

Figura 2. O processo bem-sucedido de securitização da Escola de Copenhague



Respectivamente, da esquerda para a direita: Ato de Securitização do Discurso do Ator; Securitização Bem Sucedida; Aceitação Pública da Ameaça Existencial.

Com isso, os parágrafos subsequentes discutem como o processo de securitização e contra-securitização dos trabalhadores migrantes chineses aconteceu. No entanto, antes de examinar essa questão, os autores tentam destacar o aspecto metodológico, especialmente relacionado à coleta de dados.

6 Método

Os autores conduziram a busca de dados principalmente por meio de mídia online para entender a securitização e contra-securitização dos trabalhadores migrantes chineses na Indonésia. Utilizando o software NVivo, os autores pesquisaram a mídia online para mapear as questões em torno dos trabalhadores migrantes chineses. Dados estatísticos foram obtidos principalmente de órgãos oficiais, sejam governamentais ou organizações privadas. Este estudo também foi enriquecido por meio de entrevistas com alguns informantes de diversas origens, como acadêmicos, funcionários públicos, trabalhadores migrantes indonésios no exterior, além de testemunhos de uma figura indonésia e trabalhadores locais que testemunharam a presença de trabalhadores migrantes chineses na Indonésia.

7 A Defesa de Jokowi de Sua Política de Importação de Trabalhadores Migrantes

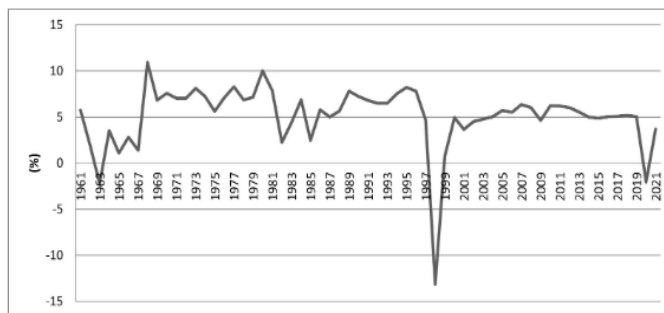
A história econômica da Indonésia desde a independência até Jokowi liderar o país é cheia de reviravoltas. Durante a era de Sukarno, a instabilidade política fez com que a economia entrasse em queda e colapso. A inflação severa fez os preços das commodities aumentarem, e as condições de vida pioraram (Boediono, 2005). Na verdade, a taxa de inflação na Indonésia se aproximou de 100% anualmente (Thee, 2012). As relações com o Ocidente,

especialmente com os Estados Unidos, se deterioraram, enquanto as relações com o bloco oriental, principalmente com a China, cresceram.

Simultaneamente, a ajuda dos EUA ao governo Sukarno cessou, porém a ajuda para o grupo militar na Indonésia começou (Maksum & Bustami, 2014). Após o golpe sangrento em 1965, Sukarno renunciou e foi substituído por Suharto, que prometeu aumento no crescimento e bem-estar para o povo (Paundralinga, 2023). Surpreendentemente, o golpe de 1965 atraiu a China, que era acusada de estar envolvida na tragédia, forçando Suharto a congelar as relações entre Jacarta e Pequim até o fim da Guerra Fria. Na verdade, a atitude anti-chinesa persiste na Indonésia hoje como resultado das memórias desagradáveis do passado que são mantidas vivas na sociedade (Cribb & Coppel, 2009; Fitriani, 2021).

Em geral, a economia indonésia sob Suharto experimentou um período de desenvolvimento rápido que levou a nação a emergir como uma nova economia industrial (NIE) na Ásia (Thee, 2007). No entanto, numerosas críticas foram direcionadas ao sistema econômico da era Suharto, considerado excessivamente liberal (Woo & Hong, 2010), à medida que a pobreza persistia e a desigualdade social aumentava (Booth, 2000; McCawley, 2013). Contudo, pelo menos o governo da Nova Ordem teve sucesso em alcançar um alto crescimento econômico entre as nações em desenvolvimento. Conforme mostrado na Figura 3, durante a presidência de Suharto (1966-1998), o desenvolvimento econômico na Indonésia foi relativamente robusto. Desde 1966, o crescimento econômico da Indonésia aumentou rapidamente, porém decaiu drasticamente quando a Nova Ordem caiu em 1998, seguido por uma transformação política radical conhecida como *reformasi* ou reformulação. De fato, durante os dois regimes extremamente longos que governaram a Indonésia, Sukarno e Suharto, praticamente não houve discussão sobre a entrada de trabalhadores migrantes no país.

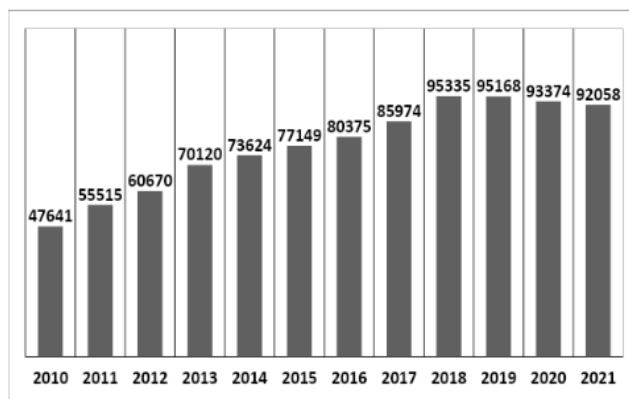
Figura 3. Tendência do crescimento anual do PIB da Indonésia (1961-2021)



Fonte: The World Bank (2021)

A economia da Indonésia tornou-se mais liberal na era pós-Suharto (Woo & Hong, 2010). No entanto, o debate sobre trabalhadores estrangeiros na Indonésia começou durante a administração do Presidente Susilo Bambang Yudhoyono. Presidentes anteriores que governaram depois de Suharto, como BJ Habibie, Abdurrahman Wahid e Megawati, não tiveram problemas com trabalhadores estrangeiros. Contudo, diretrizes para gerenciar trabalhadores migrantes foram desenvolvidas desde que o governo de Megawati aprovou a Lei Nfl. 13/2003 sobre Emprego. Enquanto isso, o governo indonésio sob o Presidente Yudhoyono emitiu duas regulamentações importantes, a Lei Nfl. 97/2012 sobre Retribuição de Controle de Tráfego e Taxas de Extensão de Permissão para a Contratação de Trabalhadores Estrangeiros e, em 2014, o Regulamento Presidencial Nfl. 72/2014 sobre Emprego de Trabalhadores Estrangeiros e Implementação de Educação e Treinamento para Trabalhadores Associados (Adha, Husni, & Suryani, 2017). De fato, antes do governo de Jokowi, as discussões sobre trabalhadores estrangeiros, incluindo aqueles vindos da China, eram escassas no âmbito público e acadêmico, e até mesmo na mídia convencional. Na verdade, o debate sobre a entrada de trabalhadores estrangeiros começou durante a administração de Jokowi (Badaruddin & Octavia, 2017; Martias, 2021; Yitawati, 2018). Dados de 2014 (Figura 4), quando Jokowi começou a governar a Indonésia, mostram um aumento modesto, mas o número ainda é um desafio significativo para a administração de Jokowi.

Figura 4. Número de trabalhadores estrangeiros na Indonésia



Fonte: Ministério do Trabalho Indonésio como publicado por Lokadata (2021).

A Figura 4 acima mostra que o número de trabalhadores estrangeiros havia atingido 73.624 pessoas no final de 2014, quando Jokowi se tornou oficialmente presidente da Indonésia. Ao longo do ano seguinte, o número de trabalhadores estrangeiros aumentou dramaticamente para 77.149 pessoas, um aumento de 59,00%, em meio a críticas crescentes. Em 2016, quando o público avaliou positivamente o desempenho de Jokowi como líder da Indonésia, o número de trabalhadores estrangeiros aumentou cerca de 3.000, chegando a 80.375. O padrão de chegada de trabalhadores estrangeiros continuou a aumentar nos dois anos seguintes, 2017 e 2018, mas os números foram modestos em comparação com 2014 e 2015. Por exemplo, em 2017, o número de trabalhadores estrangeiros era de 85.974, pouco mais de 5.000 a mais do que em 2016. No entanto, em 2018, no meio da campanha eleitoral presidencial, o aumento no número de trabalhadores estrangeiros praticamente dobrou para 95.335, um salto de 9.000 trabalhadores. Essa tendência mostra uma aceleração gradual em direção ao final do primeiro mandato de Joko Widodo em 2018.

Ao mesmo tempo, o problema dos trabalhadores estrangeiros na Indonésia está se tornando altamente complexo, uma vez que os trabalhadores chineses dominam os setores de empregos locais. Contudo, os trabalhadores estrangeiros na Indonésia não vêm apenas da China, embora os trabalhadores chineses dominem muito mais o mercado de trabalho internacional da Indonésia. Apenas em 2019, a tendência de aumento de trabalhadores migrantes chineses foi de 38%, superior aos dois países vizinhos, Japão (25%) e Coreia (17%), que também são importantes investidores na Indonésia. Além disso, também havia trabalhadores indianos (12%) e malaaios (17%) presentes na Indonésia como parte dos investimentos desses países. Os dados sobre a distribuição de trabalhadores migrantes na Indonésia até 2019 estão apresentados abaixo.

Tabela 1. País de origem dos trabalhadores estrangeiros na Indonésia

N.º	País	Número de trabalhadores migrantes
1	China	42.822
2	Japão	10.610
3	Coreia do Sul	9.264
4	Índia	6.201
5	Filipinas	4.672
6	Malásia	3.801
7	EUA	2.118
8	Taiwan	2.025
9	Reino Unido	1.854
10	Austrália	1.707
11	Outros	11.500

Fonte: Ministério do Trabalho Indonésio como publicado por Kusnandar (2022).

As informações acima mostram que o número de trabalhadores estrangeiros aumentou durante o governo de Jokowi. O número de funcionários chineses na Indonésia continua sendo um tópico controverso e uma questão nacional que será discutida na próxima seção.

8 Tentativas de securitizar os migrantes chineses: A Visão da Opinião Pública

A taxa de desemprego estava alta quando Jokowi assumiu o cargo de presidente da Indonésia em 2014 (Statistics of Indonesia, 2014), o que causou indignação pública sobre a política em torno dos trabalhadores migrantes chineses. Além disso, as questões divulgadas livremente pela mídia nacional online envolvendo trabalhadores migrantes chineses claramente aumentaram a conscientização pública. O discurso público sobre os trabalhadores migrantes chineses, alimentado pela cobertura midiática, afirmava que muitos deles foram detidos pela imigração por várias infrações legais, incluindo serem trabalhadores profissionais falsos. Ao invés disso, os trabalhadores chineses eram empregados em trabalhos não qualificados. Em outubro de 2017, por exemplo, a guarda costeira indonésia deteve 46 pessoas da China continental. Todos eles estavam em situação ilegal e trabalhavam em uma empresa de construção próxima (Endi, 2017).

Enquanto isso, em Mojokerto, Java Oriental, surgiu um problema quando trabalhadores migrantes chineses relataram receber cerca de IDR 6 milhões por mês (US\$ 420), quase o dobro dos trabalhadores locais. O salário para trabalhadores locais é cerca de IDR 3 milhões por mês, de acordo com a regulamentação salarial mínima local (Government of East Java, 2016).

Outra questão é que eles nem mesmo conseguiam falar Bahasa Indonesia. Isso é uma violação grave na lei. Isso porque os trabalhadores migrantes devem ser capazes de se comunicar em Bahasa Indonesia, de acordo com a regulamentação local de Java Oriental Nffl. 8/2016 (Jajeli, 2016). Um especialista de Bandung, Java Ocidental, observou e confirmou que todos esses trabalhadores migrantes chineses não entendem a língua indonésia. Ele revelou:

“Eu propositadamente interrompi minha viagem durante minha visita para estudar e perguntar aos trabalhadores chineses em uma fábrica em Serang, província de Banten. E é verdade que eles não conseguem falar indonésio. Os proprietários da empresa também têm a tendência de empregar trabalhadores estrangeiros, especialmente chineses, por causa de seu desempenho bem-sucedido e porque podem trabalhar sem interrupções, e ele afirmou que isso é mais produtivo em comparação com os trabalhadores locais” (Entrevista A, 2018, tradução nossa)⁶.

Esse pronunciamento demonstra que os trabalhadores migrantes chineses obviamente se tornaram uma preocupação pública. A preferência dos empregadores por trabalhadores migrantes chineses indica que os trabalhadores locais foram negligenciados em comparação com os trabalhadores chineses devido a questões de desempenho. Ao mesmo tempo, o problema também ganhou atenção dos imigrantes indonésios no exterior que se sentiram humilhados, uma vez que eles precisavam de empregos em seu país de origem. Em vez disso, ocorreu um intercâmbio informal de empregos, com empregos sendo entregues a trabalhadores migrantes chineses, causando uma saída dos trabalhadores indonésios para procurar emprego em outros países. Um trabalhador indonésio no exterior expressou desaprovação. Ele comentou que:

“Na época em que os indonésios precisam de mais empregos e escolhem ir para o exterior, os trabalhadores migrantes chineses vieram. Eu discordo totalmente. Mas, nós não podemos fazer coisa alguma” (Entrevista B, 2018, tradução nossa)⁷.

6 No original: “I purposely hold and stop my trip during my travel to study and ask the Chinese workers at a factory in Serang, Banten Province. And it’s true that they can’t speak Indonesian. The company’s owners also tend to employ foreign workers, especially China, because of their success and they can work without interruption, and he said this is more productive compared to local workers”.

7 No original: “At the time when Indonesians need more jobs, and choose to go abroad, Chinese migrant workers came in. I totally disagree. But, we cannot do anything”.

Ao mesmo tempo, seu colega, também um trabalhador indonésio, deu um relato da presença dos trabalhadores migrantes chineses sendo uma necessidade. Isso ocorre porque, com base em suas observações, especialmente na Malásia, o investimento chinês frequentemente inclui trabalhadores não qualificados para acelerar um projeto de infraestrutura. Ele argumenta que:

“Eu acredito que este é um problema comum onde quer que as áreas de investimento chinês estejam localizadas, eles costumam trazer tanto o dinheiro quanto trabalhadores originários de lá, como no Projeto da Segunda Ponte de Penang. Mas, depois disso, eles desapareceram e voltaram para a China. Isso exige uma supervisão e controle rigorosos do governo. Se, uma vez que o projeto estiver concluído, eles ainda permanecerem na Indonésia, isso é um problema” (Entrevista C, 2018, tradução nossa)⁸.

A questão dos trabalhadores migrantes chineses recebeu respostas diversas, incluindo de próprios funcionários do governo. Em uma entrevista, um membro da equipe de um órgão do governo afirmou:

“Na minha visão, esse tipo de política governamental relacionada aos trabalhadores migrantes chineses obviamente não é inteligente. Na verdade, nossos trabalhadores locais têm as mesmas habilidades dos trabalhadores migrantes. Eu observei especialmente na área rural na Indonésia Oriental, por exemplo, em Sonda Oriental, Molucas, Merauke (Papua) há trabalhadores migrantes chineses. Eu os vi no aeroporto, eu os conhecia. Eu supus que eles seriam empregados em plantações e indústrias de mineração de propriedade de grandes corporações” (Entrevista D, 2018, tradução nossa)⁹.

Isso significa que muitos, mesmo fazendo parte do governo, discordam abertamente da presença de trabalhadores migrantes chineses com base em suas experiências no campo.

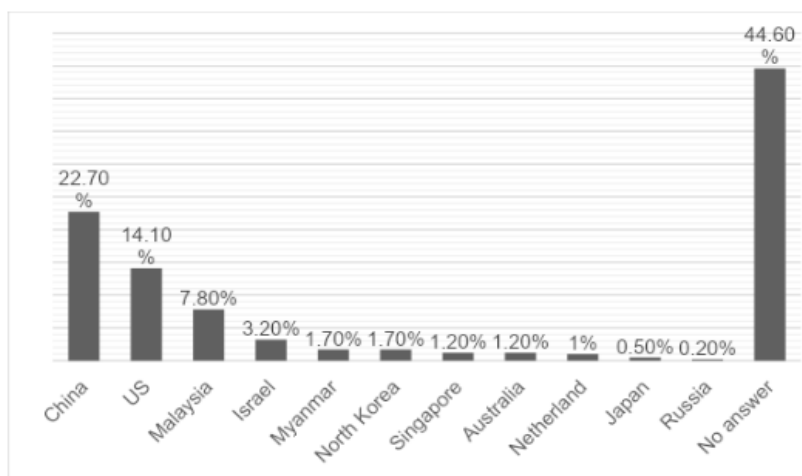
8 No original: “I think this a common issue wherever Chinese investment areas were located, they usually brought the money as well as workers originally from there like in the Second Penang Bridge Project. But, after that they disappeared and returned to China. This needs strong supervision and control from the government. If, once the project finished they still stay in Indonesia, it is a problem”.

9 No original: “In my view, this kind of government policy related to Chinese migrant workers is obviously not wise. Actually, our local laborers have the same skills as migrant workers. I have observed especially in the rural area in Eastern Indonesia, for instance, in East Nusa Tenggara, Maluku, Merauke (Papua) there have been Chinese migrant workers. I saw at the airport, I knew them. I guessed, they will be employed in plantation and mining industries owned by big corporation”.

Além disso, as visões do público tendem a ser mais negativas, pois as questões envolvendo trabalhadores migrantes chineses estão se tornando cada vez mais significativas. Através de uma pesquisa em mídia online, descobrimos que há pelo menos seis questões principais pelas quais o público está seriamente preocupado com a ameaça representada pelos trabalhadores migrantes chineses. Essas questões envolvendo os trabalhadores migrantes chineses se enquadram em seis categorias, conforme descrito a seguir: 1) questões políticas, 2) questões legais, 3) questões de trabalhadores informais, 4) questões de concorrência com funcionários locais, 5) questões de rivalidade de mercado e 6) questões criminais.

Os dados revelam que a maioria das ameaças representadas por trabalhadores chineses está relacionada a questões políticas (43,75%), seguidas por duas questões relacionadas à legalidade e rivalidade com trabalhadores locais (17,19%). Entretanto, a porcentagem de trabalhadores migrantes chineses, que são frequentemente associados ao setor doméstico informal, como serviços de limpeza, motoristas, etc., é de apenas 14,06%. As duas últimas questões que recebem uma porcentagem menor são que os trabalhadores chineses estão associados a questões de concorrência empresarial (4,69%) e estão envolvidos em atos criminosos (4,69%), conforme apresentado na Figura 5 abaixo.

Figura 5. Questões envolvendo trabalhadores migrantes chineses



Fonte: pesquisa em mídia online

A tendência acima indica que o público está muito preocupado

com essa situação. Como as questões políticas receberam o maior número percentual de problemas, isso demonstra que os trabalhadores migrantes chineses são politicamente controversos e o público deseja que o governo use seu ímpeto político para mudar a política em torno deles. Por exemplo, Ifan Seventeen, um artista indonésio que fez um vídeo que viralizou depois de testemunhar um avião cheio de trabalhadores migrantes chineses durante sua viagem a Kendari, Sulawesi, declarou:

“Na época em que a Indonésia estava superlotada com recursos humanos, ainda havia muitos desempregados, mesmo quando ainda mandamos vários de nossos irmãos para trabalhar, apostando suas vidas em outros países, por que nós temos que receber trabalhadores de outros países ?!” (RMOL ID, 2017, tradução nossa)¹⁰.

Essa preocupação pública foi reconhecida pelos grupos opositores, uma vez que as questões se tornaram um argumento provocador para atacar o governo e atrair potenciais eleitores. Por exemplo, o partido de oposição insistiu que:

“Os trabalhadores migrantes chineses recebem tratamento especial enquanto nossos trabalhadores estão abandonados e muitos são demitidos. Sendo assim, nós, como representantes do povo, defenderemos até a morte. Não permitiremos que os indonésios sejam colonizados em seu próprio país” (Nainggolan, 2015, tradução nossa)¹¹.

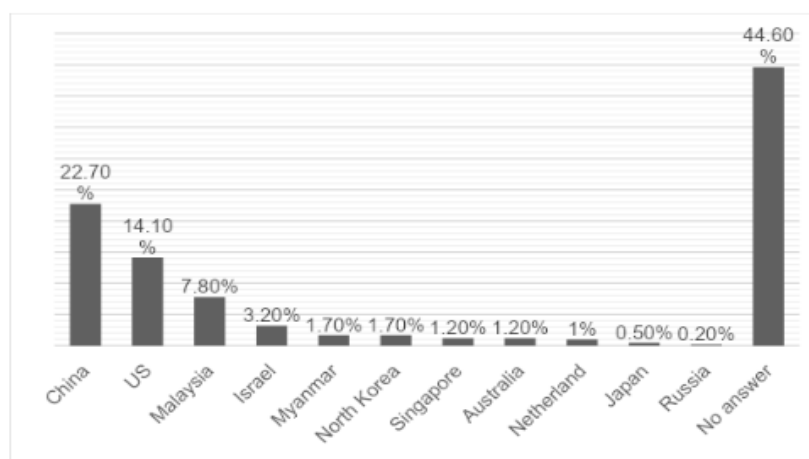
Enquanto isso, as questões envolvendo os trabalhadores migrantes chineses foram profundamente influenciadas pela preocupação pública após reportagens e investigações da televisão nacional. Em uma postagem em um fórum bem estabelecido chamado “Indonesia lawyers club” na TVONE, as questões em torno dos trabalhadores migrantes chineses foram deliberadamente canalizadas para as questões de segurança. O ex-ministro da Justiça e Direitos Humanos, bem como o Secretário de Estado da Indonésia, alertaram sobre o pior cenário em torno da chegada dos trabalhadores migrantes chineses. Ele suspeita que a migração dos trabalhadores chineses

10 No original: “At a time when Indonesia was still overloaded with human resources, there were still many unemployed, even we still sent many of our brothers to work betting lives in other countries, why do we have to enter labor from other countries ?!”

11 No original: “Chinese migrant workers receive special treatment while our workers are abandoned and even many are laid off. If so, we as people’s representatives will defend until die. We will not let Indonesians be colonized in their own country”.

para a Indonésia supostamente envolvia uma missão de inteligência de Pequim em relação às leis de conscrição da China (TVonenews, 2018). A suspeita do interesse chinês na Indonésia incentivou o público a lembrar o que ocorreu na década de 1960 em relação à alegada participação dos chineses na política nacional e nas relações próximas com o Partido Comunista Indonésio (Zhou, 2014). Como resultado, a dominação dos trabalhadores migrantes chineses é narrada como uma ‘ameaça’ não apenas aos trabalhadores locais, mas também à soberania do país. Esses fenômenos estão alinhados com a pesquisa que colocou a China como o país mais ameaçador para a Indonésia, como mostrado na Figura 6.

Figura 6. Percepção indonésia de ameaças estrangeiras



Fonte: Desnikia (2017)

Por último, em meio ao surto de Coronavírus, pessoas no sudeste de Sulawesi fizeram parte em um protesto de rua para se opor à chegada de trabalhadores migrantes chineses. Os manifestantes realizaram um protesto massivo na frente da Casa dos Representantes local (DPR, Dewan Perwakilan Rakyat). Eles também bloquearam a estrada na qual os trabalhadores passariam. Devido aos manifestantes saquearem o prédio principal do DPR, violência e brutalidade policial erupcionaram. Embora o protesto tenha ganho atenção pública e se tornado um tópico em alta no Twitter com a hashtag #TKAChina, que se refere aos trabalhadores chineses, o governo manteve sua posição de permitir a entrada de trabalhadores chineses na Indonésia, especialmente no sudeste de Sulawesi (Azanella, 2020).

No que diz respeito ao papel do público na conscientização sobre a ameaça representada pelos trabalhadores migrantes chineses, este parece contradizer as premissas básicas da teoria de securitização. De acordo com essa abordagem, o público é posicionado como uma audiência em vez de um ator securitizador (Buzan et al., 1998). A realidade no discurso público indonésio fornece sinais significativos de que o público está participando ativamente da securitização dos trabalhadores migrantes chineses, apesar do forte desejo do governo em conter essa questão. Em termos do aspecto do “objeto de referência”, o público percebe os trabalhadores migrantes chineses como uma ameaça social, econômica e securitária.

No entanto, o envolvimento de grupos de oposição na questão dos trabalhadores migrantes chineses, que tem óbvias motivações políticas, não pode ser evitado. Em geral, esta seção revela que o público percebe os trabalhadores migrantes chineses como uma ameaça à nação baseada nos seguintes indicadores. Em primeiro lugar, o alto desemprego na Indonésia. Em segundo lugar, um alto número de problemas envolvendo os trabalhadores migrantes chineses. E em terceiro, uma percepção negativa da China como uma ameaça à soberania nacional. Daqui em diante, os parágrafos seguintes avaliam os esforços do governo da Indonésia para combater a securitização dos trabalhadores migrantes chineses.

9 Tentativas de enfrentar as questões em torno dos trabalhadores migrantes chineses: as visões do governo

Em meio à ambição de atrair mais investimento chinês para a Indonésia, o governo também tentou enfrentar as questões acerca dos trabalhadores migrantes chineses. O governo está fortemente convencido de que a chegada de trabalhadores estrangeiros, especialmente vindos da China, não é uma ameaça à sociedade indonésia. No mais alto nível, o Presidente Jokowi, por exemplo, fez esforços para convencer os eleitores disso: “Como eles poderiam querer vir para cá com um salário menor? Eu enfatizo isso aqui para que rumores não se espalhem por toda parte” (Ihsanuddin, 2016, tradução nossa)¹².

A explicação de Jokowi busca enfatizar ao público que os trabalhadores migrantes chineses não são um problema e afirma que são apenas rumores políticos. Jokowi acredita que a chegada deles à Indonésia não é uma questão tão grande quanto afirmam a mídia ou relatos públicos. Isso porque a taxa salarial na Indonésia não é tão alta quanto a que recebem em seu país de

¹² No original: “How could they want to come here with a smaller salary? I emphasize here so that rumors do not spread everywhere”.

origem, a China. Consequentemente, seria impossível que eles trabalhassem na Indonésia, que possui um padrão salarial qualitativamente baixo. Ele argumenta que a transferência de tecnologia é a razão principal por trás da chegada dos trabalhadores migrantes chineses. O argumento de Jokowi é respaldado pelo Ministro do Trabalho e refuta totalmente as questões relacionadas ao trabalho não qualificado dos trabalhadores migrantes chineses. Ele afirmou que os problemas surgiram durante o processo de fixação. De acordo com Jokowi, é necessário haver facilitadores para comunicar com as estruturas políticas locais e as pessoas durante a implantação da mão de obra. Ele afirma que:

“Bem, infelizmente o facilitador é incapaz de prover uma explicação para o povo local, o que levanta suspeitas e a impressão de que os trabalhadores estrangeiros são rudes e trabalhadores ilegais” (Fauzia, 2018, tradução nossa)¹³.

No círculo interno da administração de Jokowi, esta política de convidar mais trabalhadores migrantes chineses como parte do investimento é apoiada totalmente. De fato, a declaração emocional do círculo de Jokowi tornou as opiniões públicas mais resistentes e irritadas com a política do governo. O público tendeu a ficar desapontado e irritado com a declaração arrogante do governo sobre a questão dos trabalhadores chineses. Por exemplo, o Ministro Coordenador de Assuntos Marítimos de Jokowi, Luhut Panjaitan, estava realmente emocional e recusou qualquer menção relacionada aos trabalhadores migrantes chineses. Ele afirmou que “Teve uma pessoa que eu vi anteriormente nas redes sociais, ele orgulhosamente acusou que há 10 milhões de trabalhadores chineses aqui, será que estamos realmente malucos?” (Sukmana, 2018, tradução nossa)¹⁴.

Além disso, Luhut também alertou o público a não confiar no vídeo transmitido. Ele esperava que as pessoas filtrassem as notícias e verificassem os fatos por si mesmas. Em relação à agitação pública em torno do vídeo que filmava trabalhadores migrantes chineses, ele os defendeu, afirmando que: “Nem todos os chineses são desgraçados, há no nosso povo desgraçados também” (Tolok, 2020, tradução nossa)¹⁵.

13 No original: “Well, unfortunately the facilitator is unable to provide an explanation to the local people so that it raises suspicion and impression as if the foreign workers are rough and illegal workers”.

14 No original: “There was a person I saw earlier in social media, he proudly accused there were 10 million Chinese workings here, are we really crazy?”.

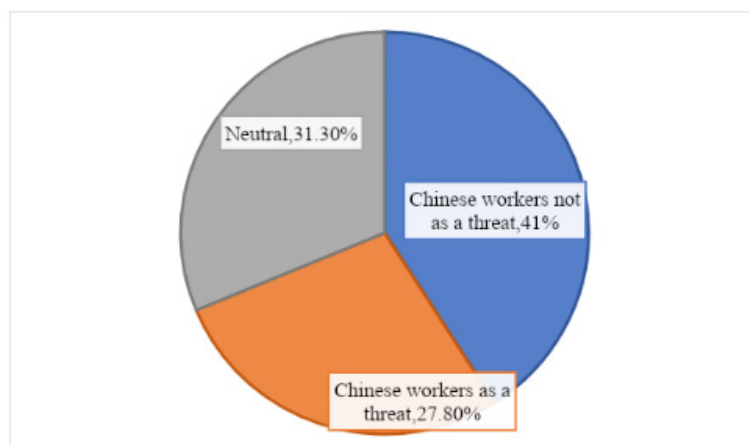
15 No original: “Not all Chinese people are bastards, there were our people also are bastards”.

Essa declaração indicou que o governo se frustrou e não estava pensando sobre como convencer o público e mostrar entendimento acerca das questões ao redor dos trabalhadores migrantes chineses. Em vez disso, o governo está usando uma política de estilo autoritário para lidar com discursos não controlados nas redes sociais, apesar da Indonésia ser uma democracia. Por exemplo, a polícia indonésia prendeu um comerciante de rua por disseminação de notícias falsas em um caso relacionado aos trabalhadores migrantes chineses (Sohuturon, 2019). Além disso, a sede da polícia indonésia no sudeste de Sulawesi deteve moradores locais por espalhar um vídeo viral de trabalhadores migrantes chineses no aeroporto de Kendari (Budi, 2020). Os esforços do governo para combater o discurso público mostram que os trabalhadores migrantes chineses são um problema e que isso é uma questão inegável. Quase todos os ministros do governo, exceto o Ministério da Defesa, acreditam fortemente que os trabalhadores migrantes chineses não representam uma ameaça à soberania nacional. O Ministério da Lei e dos Direitos Humanos da Indonésia, por exemplo, argumenta que isso é uma consequência da globalização. Entretanto, políticas rigorosas e preventivas devem ser pensadas para garantir que os trabalhadores migrantes permaneçam sob vigilância do governo (Ministry of Law and Human Rights, 2020). O Sr. Sofyan Djalil, outro dos ministros de Jokowi, também comentou que o povo indonésio não deveria ter tanta suspeita dos trabalhadores migrantes chineses, pois eles são, na verdade, um ativo para a transferência de tecnologia e ensinam aos trabalhadores locais a serem mais habilidosos (Kusumadewi & Armenia, 2015).

Para contrapor ainda mais essas questões relatadas pelos trabalhadores indonésios, a posição do governo foi reforçada por um resultado de pesquisa sobre a percepção pública dos trabalhadores chineses. Uma empresa de pesquisa privada chamada Indo Barometer divulgou uma pesquisa que mostrou que apenas 27,8% dos entrevistados percebiam os trabalhadores chineses como uma ameaça. Por outro lado, 41% ainda acreditavam que os trabalhadores chineses não representavam uma ameaça, enquanto os restantes (31,3%) escolheram uma resposta neutra.

too”.

Figura 7. Percepção dos indonésios sobre trabalhadores migrantes chineses



Fonte: Iqbal (2018)

O uso de influenciadores nas redes sociais é comum na Indonésia para construir apoio para agendas políticas. Essa estratégia tem sido usada desde o início da campanha presidencial de Jokowi (Irsyad, 2019). Especificamente, as equipes de mídias sociais de Jokowi foram formadas já em sua disputa pela eleição para governador de Jacarta em 2012 contra um candidato de ascendência chinesa, Basuki Purnama. Jokowi e suas equipes políticas ainda estão usando influenciadores das redes sociais até hoje (Leiliyanti & Diyantari, 2016). Por último, no início de seu segundo mandato presidencial, Jokowi convocou todos os funcionários públicos do governo a se tornarem influenciadores para disseminar os programas e realizações do governo (Pratomo, 2019).

Empresas de mídia partidária também apoiaram totalmente o programa de Jokowi (Tapsell, 2019). Por exemplo, The Jakarta Post, um jornal inglês bem conhecido na Indonésia e apoiador de Jokowi, publicou uma coluna editorial intitulada “Editorial: Damos as boas-vindas aos trabalhadores estrangeiros” (tradução nossa), que opinava que os trabalhadores migrantes chineses eram empregados devido ao seu profissionalismo em meio à força de trabalho local não qualificada e com baixa escolaridade (The Jakarta Post, 2018). Portanto, este artigo chega à conclusão de que o governo central consistentemente se recusa a reconhecer os problemas e continua a convencer o público de que os trabalhadores migrantes chineses não representam uma ameaça, como foi

debatido publicamente e aparentemente resolvido. Além disso, o governo, apoiado pela mídia convencional, persuadiu forçadamente os indonésios de que o número de trabalhadores migrantes chineses era relativamente pequeno e não representava uma ameaça. Para atingir esse resultado, eles usaram pesquisas privadas e influenciadores de mídias sociais como parte de sua estratégia para combater o sentimento contra os trabalhadores migrantes chineses.

Esta seção demonstra que o governo indonésio é percebido como um ator anti-securitização. Isso também contradiz as premissas fundamentais da teoria de securitização, especialmente no que diz respeito à questão da imigração, que sustenta que o governo tende a agir como um ator de securitização (Buzan et al., 1998) e não como um ator de anti-securitização. O governo busca mitigar a ameaça representada pelos trabalhadores estrangeiros chineses, que se tornou um tópico quente de discussão na sociedade indonésia, por meio de seu ato discursivo. O governo está tentando refutar que os trabalhadores migrantes chineses não representam uma ameaça para a sociedade indonésia como parte de sua estratégia de anti-securitização (Roe, 2006).

10 Fracasso da securitização dos trabalhadores migrantes chineses

Baseado na discussão das duas seções anteriores, existem dois indicadores do fracasso da securitização dos trabalhadores migrantes chineses. Em primeiro lugar, não houve pausa no influxo de trabalhadores migrantes chineses vindo para a Indonésia. Mesmo em meio ao surto de Coronavírus (COVID-19), que foi inicialmente encontrado em Wuhan, China, trabalhadores migrantes da China foram consistentemente autorizados a entrar na Indonésia, principalmente no sudeste de Sulawesi (Indonesian House of Representative, 2020). Essa política, é claro, tornou-se controversa publicamente, especialmente considerando que o governo indonésio proibiu firmemente todos os voos de e para a China (Costa & Suroyo, 2020).

Em segundo lugar, o governo indonésio está fortemente promovendo a política de importação de trabalhadores migrantes chineses. O governo indonésio parece ser incapaz de buscar uma solução e política alternativa em relação aos trabalhadores migrantes chineses. Os projetos de infraestrutura de joint ventures Indonésia-China, como portos, aeroportos, rodovias, usinas elétricas, etc., tornaram-se a principal referência para a tomada de decisões do governo relacionada aos trabalhadores migrantes chineses. O governo local está impotente para parar a política de incentivo aos trabalhadores migrantes chineses. No caso mais recente, por exemplo, o governador do sudeste de Sulawesi, o epicentro dos trabalhadores chineses, estava preocupado que,

basicamente, os preconceitos das pessoas na área significavam que elas não queriam aceitar a chegada de trabalhadores estrangeiros (CNN Indonésia, 2020).

Os dois indicadores acima são, sem dúvida, o resultado da estratégia robusta do governo para combater a securitização dos trabalhadores migrantes chineses. Esta estratégia inclui, em primeiro lugar, o uso do aparato governamental. Desde o nível mais alto, especificamente presidente e ministros, todos disseminam uma retórica consistente de que os trabalhadores migrantes chineses não representam uma ameaça. Outrossim, as autoridades locais parecem impotentes em relação ao governo central nessa questão.

Em segundo lugar, o governo é totalmente apoiado pela mídia convencional na contenção do discurso em torno dos trabalhadores migrantes chineses. Esta estratégia inclui o uso de pesquisas privadas para convencer o público sobre a falta de ameaça representada pelos trabalhadores chineses. Os resultados mostraram que a maioria dos entrevistados não percebia os trabalhadores chineses como uma ameaça (ver Figura 7), mas os detalhes do resultado da pesquisa revelaram um novo fato: a maioria dos entrevistados eram apoiadores de Jokowi, aproximadamente 53% (Iqbal, 2018). A pesquisa também contradisse outras pesquisas que confirmavam que a China é o país mais ameaçador para a Indonésia (ver Figura 6).

Em terceiro lugar, o governo está usando influenciadores de mídias sociais. Como discutido na seção anterior, Jokowi tem usado influenciadores de mídias sociais desde o início de sua campanha. Além disso, Jokowi encoraja fortemente os funcionários públicos a se tornarem influenciadores para disseminar programas governamentais e histórias de sucesso. Nesse contexto, eles influenciarão o discurso nas redes sociais que apoia a política de Jokowi em relação aos trabalhadores migrantes chineses.

Finalmente, a securitização realizada pelo público falhou. Em vez disso, o governo está vencendo a batalha para contrapor o discurso público sobre os trabalhadores migrantes chineses. Isso significa que o público precisa aceitar a realidade que foi decidida pelo governo, de que os trabalhadores migrantes chineses não são uma ameaça.

O fracasso da securitização do trabalho migrante chinês na Indonésia gera uma análise teórica intrigante. Em primeiro lugar, se uma ameaça for politicamente prejudicial ao governo, o governo pode implementar uma política de contra-securitização (Waever, 1995). Em segundo lugar, embora os especialistas afirmem que não há partes específicas de uma abordagem de dessecuritização (Collective, 2006), a ocorrência na Indonésia parece demonstrar que, no mundo digital, a utilização de influenciadores pagos nas redes sociais é capaz de reduzir as questões de segurança postas pelo

público. Em terceiro lugar, houve uma mudança nos atores da securitização, com o público emergindo como um novo ator de securitização na Indonésia. Isso é consistente com a crítica de Bigo (2006) à Escola de Copenhague, que argumenta que, na era contemporânea, os atores não-estatais devem também ser considerados em análises de securitização como atores importantes (ver Salter, 2008). No contexto indonésio, além dos atores oficiais de de-securitização, existem atores não-estatais, especificamente influenciadores e mídias sociais, para minimizar as questões das ameaças dos trabalhadores migrantes chineses.

11 Conclusão

Em resumo, este artigo mostrou que os trabalhadores migrantes chineses se tornaram uma grande questão nacional após o investimento da China, que foi bem recebido por Jokowi. Infelizmente, essa política está em contradição com o fato de o desemprego ter se tornado um problema grave na Indonésia. O discurso público acredita que os trabalhadores migrantes chineses entraram na Indonésia em escala massiva em meio às altas taxas de desemprego entre a população local. Trabalhadores migrantes da China são empregados em empregos não qualificados. Sua chegada, juntamente com vários casos, aparentemente se tornou uma ameaça nacional. Entretanto, o governo argumentou que os trabalhadores estrangeiros eram apenas um pequeno número, eram trabalhadores profissionais apenas e não representavam uma ameaça à soberania.

Usando a teoria da securitização, este artigo encontrou dois atores de segurança contestados. Primeiro, o público como um ator de securitização negativo que tenta fortemente definir os trabalhadores migrantes chineses como uma ameaça. Em segundo, o governo como um ator de contra-securitização que vê os trabalhadores migrantes chineses de uma forma mais positiva e não os define como uma ameaça.

Na verdade, a securitização falhou, como indicado por dois parâmetros. Primeiro, a continuidade do influxo de trabalhadores migrantes chineses. Em segundo, o governo mantém sua política de permitir que os trabalhadores migrantes chineses entrem na Indonésia em meio a protestos em massa e se tornam um tópico em alta. No geral, este artigo argumenta que o fracasso na securitização da migração chinesa pelo público ocorreu devido a uma contra-securitização firme realizada em escala massiva pelo governo por meio de aparatos políticos, mídia convencional e influenciadores de mídias sociais.

Levando em conta o fato que esta é uma pesquisa preliminar sobre trabalhadores migrantes chineses na Indonésia, este artigo reconhece

algumas limitações e oferece sugestões. Os dados utilizados são ainda indubitavelmente limitados, embora sejam reforçados por dados primários na forma de entrevistas de campo. Esta área de estudo avançará no futuro se os pesquisadores se concentrarem em uma variedade de questões, como a condução de entrevistas com partes diretamente envolvidas na política de importação de trabalhadores migrantes chineses e análise de mídias sociais/redes. Entrevistas com comunidades locais e funcionários que interagem diretamente com os trabalhadores migrantes chineses são necessárias para obter uma compreensão clara dessa questão. Também é viável analisar a questão dos trabalhadores migrantes chineses por meio de outras lentes, como a militar, a de segurança regional e a de competição política internacional, especialmente entre Estados Unidos e China. Além disso, a pesquisa sobre a análise de trabalhadores migrantes chineses e mídias sociais permanece essencial. Contudo, sua abrangência deve ser ampliada, por exemplo, analisando o Twitter, Facebook, Instagram e outras plataformas de mídia social que são altamente influentes no discurso público sobre trabalhadores migrantes chineses.

12 Referências

Adha, L. H., Husni, H. L., & Suryani, A. (2017). Kebijakan Penggunaan Tenaga Kerja Asing di Indonesia [Policy on the Use of Foreign Workers in Indonesia]. *Jurnal Hukum Jatiswara*, 161–176.

Anwar, D. F. (2018). The Emergence of Indonesia's Ocean Policy. Retrieved from <https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2018/02/CO18028.pdf>

Arifianto, A. R. (2009). The Securitization of Transnational Labor Migration: The Case of Malaysia and Indonesia. *Asian Politics & Policy*, 1, 613–630.

Azanella, L. A. (2020). Ratusan TKA China di Sultra: Diizinkan Pemda, Dipertentangkan Massa [Hundreds of Chinese foreign workers in Southeast Sulawesi: Permitted by the Local Government, Mass Rejected]. Retrieved from Kompas, 24 June website: <https://www.kompas.com/tren/read/2020/06/24/172102565/ratusan-tka-china-di-sultra-diizinkan-pemda-dipertentangkan-massa?page=all>

Badaruddin, M., & Octavia, S. (2017). Pengaruh Investasi China Terhadap Penanganan Ketenagakerjaan Asing di Indonesia. *Populis : Jurnal Sosial Dan Humaniora*, 2(2), 439–470. Retrieved from <http://journal.unas.ac.id/populis/article/view/339>

Badaruddin, M., & Octavia, S. (2018). Turnkey Project dan Dinamika Pengaturan Ketenagakerjaan Asing di Indonesia. *Jurnal Asia Pacific Studies*, 1(2 SE-Articles), 137–154. <https://doi.org/10.33541/japs.vii2.617>

Balzacq, T. (2011). Securitization Theory: Past, Present, and Future. *Polity*, 15(2), 000–000.

Bello, V. (2020). The spiralling of the securitisation of migration in the EU: from the management of a ‘crisis’ to a governance of human mobility? *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1851464>

Bigo, D. (2006). ‘Globalized (in)Security: The Field and the Ban-opticon.’ In Didier Bigo & A. Tsoukala (Eds.), *Terror, Insecurity, Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9–11* (pp. 5–49). London: Routledge.

Boediono. (2005). Managing the Indonesian economy: Some lessons from the past. *Bulletin of Indonesian Economic Studies*, 41(3), 309–324. <https://doi.org/10.1080/00074910500411906>

Booth, A. (2000). Poverty and Inequality in The Soeharto Era: An Assessment. *Bulletin of Indonesian Economic Studies*, 36(1), 73–104. <https://doi.org/10.1080/00074910012331337793>

Budi, C. S. (2020). Ditangkap Polisi, Pelaku Penyebar Video TKA China di Bandara Haluoleo Kendari Minta Maaf [Arrested by Police, Perpetrators of Chinese TKA Video Spreaders at Kendari Haluoleo Airport Apologize]. Retrieved from Kompas, 16 March website: <https://regional.kompas.com/read/2020/03/16/18112671/ditangkap-polisi-pelaku-penyebar-video-tka-china-di-bandara-haluoleo-kendari?page=all>

Buzan, B., Waeber, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: A new framework for analysis*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers.

CNN Indonesia. (2020). Ribut Tolak 500 TKA China Saat Pandemi Corona di Sultra [Conflict to rejects 500 Chinese foreign workers when Corona pandemic in Southeast Sulawesi].

Collective, C. A. S. E. (2006). Critical Approaches to Security in Europe: A Networked Manifesto. *Security Dialogue*, 37(4), 443–487. <https://doi.org/10.1177/0967010606073085>

Costa, A. B. Da, & Suroyo, G. (2020). Indonesia bars entry to visitors from China amid evacuation protest. Retrieved from Reuters, February 2 website: <https://ru.reuters.com/article/china/idUKKBNrZW09K>

Cribb, R., & Coppel, C. A. (2009). A genocide that never was: explaining the myth of anti-Chinese massacres in Indonesia, 1965–66. *Journal of Genocide Research*, 11(4), 447–465. <https://doi.org/10.1080/14623520903309503>

Desnikia, S. (2017). Survei: Masyarakat RI Persepsikan China Jadi Ancaman Terbesar. Retrieved from Detik.com, 15 November website: <https://news.detik.com/berita/d-3727919/survei-masyarakat-ri-persepsikan-china-jadi-ancaman-terbesar>

Dollah, R., & Abdullah, K. (2018). The Securitization of Migrant Workers in Sabah, Malaysia. *Journal of International Migration and Integration*, 19(3), 717–735.

Endi, S. (2017). Dozens of suspected Chinese illegal workers arrested in West Kalimantan. Retrieved from The Jakarta Post, October 3 website: <https://www.thejakartapost.com/news/2017/10/03/dozens-of-suspected-chinese-illegal-workers-arrested-in-west-kalimantan.html>

Ewing, J. J., & Caballero-Anthony, M. (2020). Assessing the Emergence of Non-Traditional Security Studies. In *Non-Traditional Security in the Asia-Pacific* (pp. 3–9). https://doi.org/doi:10.1142/9789811224430_0001

Faist, T. (2006). The Migration-Security Nexus: International Migration and Security Before and After 9/11 BT - Migration, Citizenship, Ethnos. In Y. M. Bodemann & G. Yurdakul (Eds.), *Migration, Citizenship, Ethnos* (pp. 103–119). https://doi.org/10.1057/9781403984678_6

Fauzia, M. (2018). Menaker Jelaskan TKA yang Viral di Bekasi Tenaga Ahli, Bukan Pekerja Kasar [Menaker Explain Viral Foreign Workers in Bekasi as Experts, Not Unskilled Workers]. Retrieved from Kompas, 20 September website: <https://ekonomi.kompas.com/read/2018/09/20/133000826/menaker-jelaskan-tka-yang-viral-di-bekasi-tenaga-ahli-bukan-pekerja-kasar>

Fitriani, E. (2021). Linking the impacts of perception, domestic politics, economic engagements, and the international environment on bilateral relations between Indonesia and China in the onset of the 21st century. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 10(2), 183–202. <https://doi.org/10.1080/24761028.2021.1955437>

Ghughunishvili, I. (2010). Securitization of Migration in the United States after 9/11: Constructing Muslim and Arabs as Enemies. Central European University.

Government of East Java. Governor of East Java Regulation No. 121/2016 on Minimum Wage Regency/City in East Java 2017. , (2016).

Huysmans, J. (2006). *The Politics of Insecurity: Fear, migration and asylum in the EU*. London and New York: Routledge.

Huysmans, Jef. (2000). The European Union and the Securitization of Migration. *Journal of Common Market Studies*, 38(5), 751–777.

Ihsanuddin, I. (2016). Penjelasan Jokowi soal Tenaga Kerja China di

Indonesia [Jokowi's explanation on Chinese migrant workers in Indonesia]. Retrieved from Kompas, 23 December website: <https://nasional.kompas.com/read/2016/12/23/11211181/penjelasan.jokowi.soal.tenaga.kerja.china.di.indonesia>

ILO, & UN Women. (2021). Public attitudes towards migrant workers in Thailand. In Research Brief. Bangkok, Thailand: ILO and UN Women.

Indonesia Investment Coordinating Board. (2018). Mengejar Investasi Negeri Tirai Bambu [Seizing Chinese Investment]. Retrieved from <https://www.bkpm.go.id/id/publikasi/detail/berita/mengejar-investasi-negeri-tirai-bambu>

Indonesia Investment Coordinating Board. (2020). Investment Realization. Retrieved from <https://www.bkpm.go.id/en/statistic/foreign-direct-investment-fdi>

Indonesian House of Representative. (2020). TKA China Masuk Sultra, Wabah Covid-19 Kian Mengkhawatirkan [Chinese Foreign Workers Enter Southeast Sulawesi, Covid-19 Outbreak Increases]. Retrieved from DPR RI, March 30 website: <http://www.dpr.go.id/berita/detail/id/28600/t/TKA+China+Masuk+Sultra%2C+Wabah+Covid-19+Kian+Mengkhawatirkan>

Interview A. (2018). Interview with anonymous, a lecturer from Universitas Pasundan, Bandung, 24 April 2018.

Interview B. (2018). Interview with Mr. Muhammad, an Indonesian migrant worker based in Kedah, Malaysia, 4 April 2018.

Interview C. (2018). Interview with Mr. Khozaeni, an Indonesian migrant worker based in Penang, Malaysia, 4 April 2018.

Interview D. (2018). Interview with anonymous, staff from the Inspectorate Division, Ministry of Villages, Underdeveloped Regions, and Transmigration of the Republic of Indonesia, Jakarta, 18 March 2018.

Iqbal, M. (2018). Survei: 27,8% Masyarakat Yakin Tenaga Kerja Asing Ancam Indonesia [Survey: 27.8% believe that foreign workers threaten Indonesia]. Retrieved from Kumparan, 22 May website: <https://kumparan.com/kumparannews/survei-27-8-masyarakat-yakin-tenaga-kerja-asing-ancam-indonesia/1>

Irsyad, A. (2019). The role of social media companies in shaping political discourse in Indonesia. Retrieved from New Mandala, 28 October website: <https://www.newmandala.org/the-role-of-social-media/>

Jajeli, R. (2016). Pekerja Kasar dari China Digaji Rp 6 Juta, Disnaker Jatim Kirim Nota Sanksi I [Migrant workers from China paid Rp. 6 billion, Indonesian man power department sent notice I]. Retrieved from Detik.com,

23 December website: <https://news.detik.com/berita-jawa-timur/d-3379698/pekerja-kasar-dari-china-digaji-rp-6-juta-disnaker-jatim-kirim-nota-sanksi-i>

Jirattikorn, A. (2015). *Managing Migration In Myanmar And Thailand: Economic Reforms, Policies, Practices And Challenges*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.

Krebs, R. R., & Jackson, P. T. (2007). Twisting Tongues and Twisting Arms: The Power of Political Rhetoric. *European Journal of International Relations*, 13(1), 35–66. <https://doi.org/10.1177/1354066107074284>

Kudo, S. (2013). Securitization of undocumented migrants and the politics of insecurity Malaysia. *Procedia Environmental Sciences*, 17, 947–956.

Kusnandar, V. B. (2022). Berapa Jumlah Tenaga Kerja Asing Tiongkok di Indonesia? [How many Chinese migrant workers in Indonesia?]. Retrieved from Kata Data, 26 July website: <https://databoks.katadata.co.id/datapublish/2022/07/26/berapa-jumlah-tenaga-kerja-asing-tiongkok-di-indonesia>

Kusumadewi, A., & Armenia, R. (2015). Sofyan Djalil: Pekerja Asing Bukan Ancaman [Sofyan Djalil: Foreign workers not a threat]. Retrieved from CNN Indonesia, 31 August website: <https://www.cnnindonesia.com/nasional/20150831093559-20-75546/sofyan-djalil-pekerja-asing-bukan-ancaman>

Leiliyanti, E., & Diyantari. (2016). The Language of Religious Tolerance and Political Publicity Approaching the Gubernatorial Election of DKI Jakarta in the Social Media. *Harmoni: Jurnal Multikultural & Multireligius*, 15(3), 7–19. Retrieved from <https://jurnalharmoni.kemenag.go.id/index.php/harmoni/article/view/40>

Lokadata. (2021). Tenaga Kerja Asing di Indonesia, 2010-2021* [Migrant workers in Indonesia, 2010-2021]. Retrieved from <https://lokadata.beritagar.id/chart/preview/tenaga-kerja-asing-di-indonesia-2010-2021-1627024243>

Loong, S. (2018). ‘This country, law very strong’: Securitization beyond the border in the everyday lives of Bangladeshi migrant workers in Singapore. *Geoforum*, 90, 11–19. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.01.012>

Loong, S. (2022). “This Country, Law Very Strong”: Securitization Beyond the Border in the Everyday Lives of Bangladeshi Migrant Workers in Singapore. In B. S. A. Yeoh (Ed.), *Migrant Workers in Singapore: Lives and Labour in a Transient Migration Regime* (pp. 83–113). https://doi.org/doi:10.1142/9789811255038_0007

Madkur, A. (2018). A Text Analysis On President Joko Widodo’s

Speech at APEC CEO Summit Asia Pacific. *Pedagogy Journal of English Language Teaching*, 6(1), 11–22. Retrieved from <https://e-journal.metrouniv.ac.id/index.php/pedagogy/article/view/1113>

Mahalingam, R. (2022). Securitising Irregular Migration, Refugees, and Potential Security Threats in Malaysia. *Malaysian Journal of Social Sciences and Humanities (MJSSH)*, 7(8), e001683. <https://doi.org/10.47405/mjssh.v7i8.1683>

Maksum, A., & Bustami, R. (2014). The 1965 coup and reformasi 1998: Two critical moments in Indonesia-Malaysia relations during and after the Cold War. *SpringerPlus*, 3(1). <https://doi.org/10.1186/2193-1801-3-45>

Martias, F. M. (2021). Dampak Kebijakan Tenaga Kerja Asing Era Pemerintahan Joko Widodo (2014–2019) terhadap Tenaga Kerja Lokal di Indonesia. *Jurnal PolGov*, 3(1), 67–124. Retrieved from <https://jurnal.ugm.ac.id/v3/POLGOV/article/view/3774/1727>

McCawley, P. (2013). The Indonesian Economy during the Soeharto Era: A Review. *Masyarakat Indonesia*, 39(2), 269–287. Retrieved from <http://jmi.ipsk.lipi.go.id/index.php/jmiipk/article/view/591>

McDuff, E. (2017). Arrest, Detain, Deport: How Securitisation Marginalises Migrant Workers in Thailand (University of Sevilla). Retrieved from <https://repository.gchumanrights.org/server/api/core/bitstreams/7119222e-dfc9-4505-85c4-a41d789cof73/content>

Ministry of Law and Human Rights. (2020). Tenaga Kerja Asing di Indonesia: Kebijakan dan Implementasi [Foreign Workers in Indonesia: Policy and Implementation]. Retrieved from https://ditjenpp.kemenkumham.go.id/index.php?option=com_content&view=article&id=1427:tenaga-kerja-asing-di-indonesia-kebijakan-dan-implementasi&catid=104&Itemid=183&lang=en

Nainggolan, J. (2015). Gerindra Miris Buruh Tiongkok Lebih Diistimewakan [Gerindra Terribly Disappointed Chinese Workers Are More Privileged]. Retrieved from RMOL.ID, 31 August website: https://www.rmol.id/read/2015/08/31/215464/1/Gerindra-Miris-Buruh-Tiongkok-Lebih-Diistimewakan?utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter

Negara, S. D., & Suryadinata, L. (2018). Indonesia and China's Belt and Road Initiatives: Perspectives, Issues and Prospects. In *Trends in Southeast Asia* no. 11. Singapore: ISEAS – Yusof Ishak Institute.

Newman, E. (2010). Critical human security studies. *Review of International Studies*, 36(1), 77–94. <https://doi.org/10.1017/S0260210509990519>

Paundralinga, A. Y. (2023). Book Review: Indonesia Betrayed: How Development Fails, by E. C. Collins. *ASEAN Economic Bulletin*, 26(3), 329–

331. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41317077>

Peoples, C., & Vaughan-Williams, N. (2020). *Critical Security Studies: An Introduction*. Retrieved from <https://books.google.co.id/books?id=HdoBEAAQBAJ>

Pratomo, Y. (2019). ASN yang Aktif di Medsos Akan Jadi "Influencer" Pemerintah [Civil Servant Active in Social Media Will Become Government "Influencers"]. Retrieved from Kompas, 26 November website: <https://tekno.kompas.com/read/2019/11/26/13090027/asn-yang-aktif-di-medsos-akan-jadi-influencer-pemerintah>

Rachman, F. F. (2019). Menaker: Investasi China di Morowali Serap 25.000 Tenaga Kerja Lokal [Minister of Manpower: Chinese investment in Morowali employed 25,000 local workers]. Retrieved from Detik.com, 25 January website: <https://finance.detik.com/berita-ekonomi-bisnis/d-4400798/menaker-investasi-china-di-morowali-serap-25000-tenaga-kerja-lokal>

Rahayu, E. (2017). Dampak Kebijakan Bebas Visa Bagi Warga Negara Cina (RRC) Terhadap Munculnya Tenaga Kerja Ilegal (Studi Di Kalimantan Barat)[The Impact of Free Visa Policy for Chinese Citizens (PRC) on the rise of Illegal Workers: the case study in West Kalimantan]. *Jurnal Nestor Magister Hukum*, 1(1), 1–34.

RMOL.ID. (2017). Tenaga Kerja Asing Dikasih Kerjaan, Di Sini Banyak Yang Nganggur Lho [Foreign Workers Given Work, Here Many Are Unemployed]. Retrieved from RMOL.ID, 26 October website: <https://politik.rmolid/read/2017/10/26/312634/tenaga-kerja-asing-dikasih-kerjaan-di-sini-banyak-yang-nganggur-lho>

Roe, P. (2006). Reconstructing Identities or Managing Minorities? Desecuritizing Minority Rights: A Response to Jutila. *Security Dialogue*, 37(3), 425–438. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/26299516>

Rolf, J. N. (2022). The first 100 years: IR, critical security studies and the quest for peace. *International Politics*. <https://doi.org/10.1057/s41311-022-00393-w>

Rosyidi, M. I. (2018). The Characteristics of Chinese Tourists in Indonesia and Its Performance in 2013–2017. *Binus Business Review*, 9(2), 145–152.

Salter, M. B. (2008). Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority. *Journal of International Relations and Development*, 11(4), 321–349. <https://doi.org/10.1057/jird.2008.20>

Singh, N. K., & Nunes, W. (2016). *Nontraditional Security: Redefining*

State-centric Outlook. *Jadavpur Journal of International Relations*, 20(1), 102–124.

Sitompul, E., & Cipto, B. (2022). Trump's Securitization of US against Aliens and Immigrants Case Study: Latin Migrants. *Journal of Islamic World and Politics*, 6(2), 151–169. Retrieved from <https://journal.umsida.ac.id/index.php/jiwp/article/view/13801>

Sohuturon, M. (2019). Polisi Tangkap Penyebar Hoaks Demo Pekerja China di Morowali [Police Arrest Hoax Spreader of Chinese Workers in Morowali]. Retrieved from CNN Indonesia, 30 January website: <https://www.cnnindonesia.com/nasional/20190130145327-12-365076/polisi-tangkap-penyebar-hoaks-demo-pekerja-china-di-morowali>

Statistics of Indonesia. (2014). Keadaan Ketenagakerjaan Februari 2014 [Employment trend February 2014]. Jakarta: Statistics of Indonesia.

Stritzel, H., & Chang, S. C. (2015). Securitization and counter-securitization in Afghanistan. *Security Dialogue*, 46(6), 548–567. <https://doi.org/10.1177/0967010615588725>

Sukmana, Y. (2018). Luhut: 10 Juta TKA China Kerja Kemari? Emang Kita Gila! [Luhut: 10 Million Chinese Foreign Workers Work Here? Are we really Crazy!]. Retrieved from Kompas, 11 July website: <https://nasional.kompas.com/read/2018/07/11/21485131/luhut-10-juta-tka-china-kerja-kemari-emang-kita-gila>

Tapsell, R. (2019). The polarisation paradox in Indonesia's 2019 elections. Retrieved from New Mandala, 22 March website: <https://www.newmandala.org/the-polarisation-paradox-in-indonesias-2019-elections/>

The Jakarta Post. (2018). Editorial: We welcome foreign workers. Retrieved from The Jakarta Post, 26 April website: <https://www.thejakartapost.com/academia/2018/04/26/editorial-we-welcome-foreign-workers.html>

The World Bank. (2021). GDP growth (annual %) - Indonesia. Retrieved from World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files website: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=default&locations=ID>

Thee, K. W. (2007). Indonesia's Economic Performance under Soeharto's New Order. *Seoul Journal of Economics*, 20(2), 263–281. Retrieved from <http://sje.ac.kr/xml/28419/28419.pdf>

Thee, K. W. (2012). Indonesia's Economy Since Independence. Retrieved from <https://books.google.co.id/books?id=YsJl4L8yBBwC>

Tolok, A. D. (2020). Luhut: Tidak Semua Orang China Brengsek [Not all Chinese people are bastards]. Retrieved from Bisnis.com, 14 April website:

<https://kabar24.bisnis.com/read/20200414/15/1227089/luhut-tidak-semua-orang-china-brengsek>

TVonenews. (2018). [FULL] ILC - Buruh Lokal vs TKA Mayday, Mayday, Mayday! Indonesia Lawyers Club tvOne. Retrieved from Youtube tvOneNews website: <https://www.youtube.com/watch?v=4euLjyV4A-w>

Ullah, A. K. M. A. (2013). Irregular Migrants, Human Rights and Securitization in Malaysia: An Analysis from a Policy Perspective. In C. Tazreiter & S. Y. Tham (Eds.), *Globalization and Social Transformation in the Asia-Pacific: The Australian and Malaysian Experience* (pp. 178–188). https://doi.org/10.1057/9781137298386_12

Ullah, A. K. M. A., Hasan, N. H., Mohamad, S. M., & Chatteraj, D. (2020). Migration and Security: Implications for Minority Migrant Groups. *India Quarterly*, 76(1), 136–153. <https://doi.org/10.1177/0974928419901199>

Waever, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In R. D. Lipschutz (Ed.), *On Security*. New York: Columbia University Press.

Waever, O. (2008). The changing agenda of societal security. In H. G. Brauch, U. O. Spring, C. Mesjasz, J. Grin, P. Dunay, N. C. Behera, ... P. H. Liotta (Eds.), *Globalization and Environmental Challenges, Reconceptualizing Security in the 21st Century* (pp. 581–593). Berlin: Springer Berlin Heidelberg.

Woo, W. T., & Hong, C. (2010). Indonesia's economic performance in comparative perspective and a new policy framework for 2049. *Bulletin of Indonesian Economic Studies*, 46(1), 33–64. <https://doi.org/10.1080/00074911003642237>

Wu, J., & Zhang, Y. (2013). Xi in call for building of new 'maritime silk road. *China Daily*. Retrieved from https://usa.chinadaily.com.cn/china/2013-10/04/content_17008940.htm

Yitawati, K. (2018). Analisis Kebijakan Penggunaan Tenaga Kerja Asing Di Indonesia (Dampak Dikeluarkannya Peraturan Presiden (Perpres) Nomor 20 Tahun 2018 Tentang Penggunaan Tenaga Kerja Asing). *Yustisia Merdeka: Jurnal Ilmiah Hukum*, 4(2), 148–155. Retrieved from <http://yustisia.unmermadiun.ac.id/index.php/yustisia/article/view/20/23>

Zhou, T. (2014). China and the Thirtieth of September Movement. *Indonesia*, 98, 29–58.

RESUMO

O influxo de trabalhadores migrantes chineses na Indonésia é uma questão controversa, percebida publicamente como uma ameaça. Os trabalhadores migrantes chineses são acusados de ocupar empregos locais em meio a uma alta taxa de desemprego local. O governo tem repetidamente afirmado que os trabalhadores chineses não representam uma ameaça. De fato, várias questões envolvendo trabalhadores chineses têm crescido, como por exemplo questões relacionadas a vistos de residência, envolvimento em contrabandos, participações em crimes e até suspeitas de que alguns trabalhadores chineses sejam membros das forças de segurança. Este artigo examina duas representações concorrentes dos trabalhadores migrantes chineses na Indonésia. Primeiro, uma representação pública que é negativa e tenta fortemente securitizar os trabalhadores migrantes chineses. Em segundo lugar, a representação do governo que vê os trabalhadores migrantes chineses de maneira mais positiva e que atua como uma forma de contra-securitização. O artigo argumenta que o fracasso na securitização dos trabalhadores migrantes chineses pelo público se deve à forte contra-securitização realizada em escala massiva pelo governo por meio de aparatos políticos, mídia convencional e influenciadores de mídias sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Securitização; trabalhadores migrantes chineses; indonésios; eleição.

Recebido em 25 de junho de 2022

Aprovado em 17 de julho de 2023

Traduzido por João Gabriel Birck

Três Visões Realmente Realistas Sobre a Guerra Russo-Ucraniana

Resenhado por Paulo Fagundes Visentini¹

A Guerra Russo-Ucraniana provocou uma avalanche de publicações acadêmicas, jornalísticas e, sobretudo, de *Fake News* e análises fortemente ideológicas e prescritivas, com muita vitimização e demonização. Tem sido difícil encontrar obras objetivas, escritas por especialistas capacitados, em lugar de autores “autodeclarados realistas”, muitas vezes escrevendo sob encomenda ou para aproveitar o momento midiático. Três exceções são aqui compartilhadas com os interessados. Aqui, Realismo não representa uma teoria, mas um conceito filosófico.

Francisco Veiga é um Historiador consagrado, Professor da Universidade de Barcelona, especialista sobre o Leste Europeu e fluente em idiomas locais. Entre suas obras consagradas, destaco a que considero como a melhor sobre as guerras de dissolução iugoslavas, *La fábrica de fronteras*. Transitou muito não apenas nos gabinetes acadêmicos e políticos dos Balcãs e da antiga União Soviética, mas nas ruas e trincheiras, observando e conversando com a população. Tem a capacidade de buscar as raízes históricas dos conflitos contemporâneos em suas dimensões político-econômicas e antropológicas. Consegue transitar dos dramas pessoais do homem comum e das tramas da elite dirigente aos aspectos geopolíticos, com imensa acuidade analítica. E escreve muito bem: livros que são academicamente densos, mas acessíveis e agradáveis de ler.

Em *Ucrania 22*, mostra como surgiu uma Ucrânia independente, partindo da complexa trama do final da Guerra Fria. Um Estado com forte crise de identidade, situado em uma encruzilhada geopolítica, entre uma história integrada na Rússia e um desejo de “ser europeu”, por parte de um setor. Trata-se de uma das melhores análises da Ucrânia pós-soviética. A enorme instabilidade política, os percalços econômicos e divisões internas montam o cenário político que, enquadrados por

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: paulovi@ufrgs.br / ORCID: 0000-0001-5654-8874.

potências, mostram as raízes de uma *guerra programada*.

Sua argumentação, com sólida base empírica, desfaz as narrativas ocidentais dominantes, sem deixar de mostrar as incongruências russas. Descreve, por exemplo, as lutas de 2014 no Donbass como uma guerra civil entre milícias neonazistas e neofascistas, colocando o dedo nas feridas de ambos os lados. Por fim, explora as enormes tensões acumuladas e as tramas internacionais que levaram à guerra, descrita a seguir. Conclui com uma análise macro-histórica de um fenômeno recorrente na região de tardia construção do Estado-nação, a *armadilha balcânica*, que consiste na repetição de conflitos fragmentadores, explorados por grandes potências.

Jacques Baud, por sua vez, tem outro *background*. Trata-se de um Coronel Reformado da Inteligência suíça, fortemente erudito, diplomado em Sociologia, e com capacitação técnica imbatível na área militar e de inteligência. Participou de missões para a ONU, a OTAN e para a Organização de Segurança e Cooperação Europeia, em várias das regiões mais turbulentas do mundo. As missões trataram de combate ao terrorismo, proteção de civis, monitoramento das forças do Pacto de Varsóvia nos anos 1980 e do conflito na Ucrânia, entre outras. Possui uma obra volumosa, com temas como a manipulação das *Fake News*, terrorismo, guerras do Oriente Médio, Serviços de Inteligência e, obviamente, a Rússia de Putin, URSS e Ucrânia. Trata-se de um crítico da narrativa jornalística dominante no Ocidente, que não evita temas sensíveis.

Na obra *Ukraine between war and peace*, com versões em inglês e francês pela mesma editora, procede a uma análise militar e estratégica do conflito. Os armamentos, as táticas e as doutrinas militares de cada lado são explorados em detalhes, com ilustrações e mapas extremamente precisos. O conhecimento histórico sólido lhe permite compreender as motivações de cada protagonista e sua visão de mundo, propiciando uma abordagem original sobre a real evolução no campo de batalha e nos comandos decisórios. Episódios como o Massacre de Bucha, a explosão do Gasoduto Nordstream, e muitos outros, são analisados em detalhe, com fontes sólidas e incômodas.

Por ter sido um “homem de dentro do sistema”, fala com assertividade, desfazendo os nós ocultos das narrativas políticas e midiáticas dominantes. Ao mostrar em detalhe certas deficiências

ucranianas, geralmente ignoradas, e algumas capacidades russas, também ocultas, é considerado pelo *mainstream* como adepto de teorias conspirativas. Mas seu trabalho tem tal riqueza de detalhes, com fontes checadas e desenvoltura interpretativa, que o torna indispensável em qualquer estudo sério sobre o tema. Sua área de conhecimento e atuação complementa as demais, sendo um dos poucos estudos de História Militar com abordagem multidimensional. Afinal, sua obra tem uma sólida dimensão técnica. E quando concede entrevistas, muitas das quais disponíveis no YouTube, em francês, alemão e inglês, demonstra ser um *gentleman* sereno, culto e explicativo, atualizando os temas dos seus livros.

Algo muito bem explorado é o efeito negativo que o treinamento das forças ucranianas pela OTAN teve para as operações naquele terreno e contra aquele adversário. Na mesma direção, demonstra a rápida capacidade de adaptação tática, operacional e tecnológica da Rússia na neutralização do aparato bélico fornecido pelo Ocidente. Mas, acima de tudo, demonstra como não se trata de uma guerra de alta intensidade, mas de um conflito com certos limites. Ele não visa a conquista de territórios pelos russos, com objetivos que se modificam ao longo do tempo.

Emmanuel Todd, por sua vez, é mais conhecido pelo público brasileiro, com várias obras editadas no país. Historiador, demógrafo e antropólogo, é um acadêmico que atua como Engenheiro de Pesquisas no Instituto Nacional de Estudos Demográficos da França. Sua formação também ocorreu nos Estados Unidos e Inglaterra e ficou famoso por haver previsto o colapso da União Soviética em 1976, não com base em suposições políticas e ideológicas, mas com uma detalhada análise demográfica. Sua especialidade é o estudo das bases antropológicas das sociedades.

Apesar de acadêmico, é um crítico mordaz da União Europeia e tem apresentado em seus estudos uma versão Splengeriana da “Decadência do Ocidente”, mais antropológica, baseada na evolução das estruturas familiares. Em 2022, publicou em livro um conjunto de entrevistas intitulado *A Terceira Guerra Mundial*, já começou, onde destaca a surpreendente performance russa frente às potências ocidentais. Detalhe importante: o livro foi publicado apenas em japonês, onde vendeu 100 mil de cópias em poucos meses, dada a hostilidade com que

sua abordagem foi recebida na Europa. No clamor de acontecimentos impactantes, ele normalmente escreve de forma assertiva e ensaísta, típica da tradição francesa. Numa época de conformismo, não deixa de ser reconfortante ver um acadêmico se transformar em crítico político, para depois retornar ao formato universitário. O professor é, também, um cidadão, com direito a se manifestar.

A obra aqui comentada, *La défaite del'Occident* (O fracasso do Ocidente, no sentido de desfazer-se), apresenta uma versão da obra acima referida, bem elaborada academicamente. Ele aponta três fatores que considera fundamentais da derrota do Ocidente: 1) a deficiência industrial dos Estados Unidos, com seu PIB fictício que terceirizou a produção para a Ásia; 2) as ondas de choque provocadas pelo desaparecimento do protestantismo americano, como o declínio educacional e a configuração de uma “sociedade zumbi”, governada por uma elite que vem perdendo seu *ethos*; e 3) a preferência do resto do mundo pela Rússia, a qual qualifica como “democracia autoritária”, oposta ao “liberalismo oligárquico” Ocidental. Os conceitos são, na sequência, teórica e empiricamente embasados.

O capítulo sobre a Ucrânia é extremamente rico, demonstrando as dificuldades e infelicidades vividas pelo país, mas com capacidade de resistência, e a grande reafirmação da Rússia. Ele aponta as dez surpresas que a guerra trouxe, sendo a primeira a sua própria eclosão e a invasão russa. A segunda mostra que os adversários são Washington e Moscou, pois o objetivo americano é afastar a Europa da Rússia. A terceira surpresa foi a capacidade de resistência ucraniana, ainda que com apoio Ocidental, e a quarta, a capacidade de resistência econômica da Rússia sob sanções. A quinta, foi constatar a simpatia do Sul pela Rússia, pois islâmicos, africanos, asiáticos e até latino-americanos encontraram uma referência corajosa, e que também coincidiu política, econômica e ideologicamente com as suas necessidades.

A sexta surpresa consiste no colapso dos interesses europeus e sua submissão aos Estados Unidos, que tornou o velho continente responsável pela contenção da Rússia, e a sétima, o surgimento de um eixo separado do condomínio franco-alemão, dinamizado pela Inglaterra, com a Polônia, os países Bálticos e a Escandinávia. A oitava surpresa foi a falta de armas e de produção de munições pelos Estados Unidos, que contrastou o dinamismo da indústria de defesa russa. Em

nono lugar, está ocorrendo a gradual retirada norte-americana da Europa e do Oriente Médio para se concentrar na Ásia contra a China. Por fim, argumenta que a surpresa consiste no fato de que não são as forças russas ou chinesas que desestabilizam o mundo, mas a decomposição da própria América e da Anglosfera. A análise da transformação interna americana desde os anos 1970 é muito instigante, complexa e detalhada. Seja qual for a opinião de cada um, é impossível manter velhas opiniões após a leitura da obra, mesmo que seja para refutá-la.

Em seu conjunto, essas três obras bastante diferentes nos permitem desvendar a enorme complexidade por detrás da Guerra Russo-Ucraniana. Além disso, a superficialidade da maior parte das análises, restritas ao politicamente correto e bastante oficiosas, faz com que o estudioso sinta falta de quem afirme que a terra é redonda. Com diferentes ângulos de abordagem, os três autores se mostram *realmente realistas*, analisando os processos contemporâneos como eles de fato são, e não como gostaríamos que fossem. Já o objetivo da resenha não é, como muitas vezes ocorre, o de liberar o público da “obrigação” de ler as obras, mas de provocá-los a mergulhar nelas.

Referências

- BAUD, Jacques. Ukraine between war and peace. Paris: Max Millo, 2023.
- TODD, Emmanuel. La Défaite de L'Occident. Paris: Éditions Gallimard, 2024.
- VEIGA, Francisco. Ucrania 22: La guerra programada. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

*Recebido em 20 de julho de 2023
Aprovado em 06 de agosto de 2023*

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no Sul do Brasil. Estabelecido em 1999 junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 2014 e 2018 esteve associado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Atualmente está subordinado à Reitoria da universidade através do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Seu objetivo sempre foi o estudo crítico e inovador das transformações do Sistema Internacional pós-Guerra Fria. Paralelamente, tem buscado contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil no plano da análise das opções estratégicas para a inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento.

Os estudos exploratórios desenvolvidos pelo NERINT sobre os novos países em desenvolvimento conheceram notável expansão desde o limiar do Século XXI. A cooperação com instituições estatais, empresariais, acadêmicas e sociais foi intensificada, bem como o contato direto com centros na América Latina, África e Ásia, além dos já existentes com a Europa e a América do Norte. Um dos resultados dessa nova realidade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do Brasil segundo avaliação do Ministério da Educação (2017), e consequentemente do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, além de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI, 2010). Duas revistas também foram criadas: a semestral bilíngue *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* e a bimestral *Conjuntura Austral*. Além disso, desde 2016 o NERINT oferece um *Boletim de Conjuntura* trimestral e bilíngue, a cargo dos seus Pesquisadores Assistentes. O NERINT também está vinculado à linha de pesquisa em Política Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) da UFRGS, criado em 1973. Como atividade editorial, o NERINT publicou duas coleções de livros: a *Coleção Relações Internacionais e Integração* e a *Coleção Estudos Internacionais*. Atualmente, edita a *Série Estratégia, Defesa e Relações Internacionais*. Assim, além da pesquisa avançada e de propiciar intensa atividade editorial, o NERINT deu origem a pesquisas e programas de graduação e pós-graduação diferenciados.

PPGEEI

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) iniciou suas atividades em 2010, com cursos de Mestrado e Doutorado, ambos propiciados por qualificados professores e pesquisadores com experiência internacional. Ele é resultado dos avanços obtidos nas áreas de pesquisa e ensino (Graduação e Pós-Graduação) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Suas raízes estão no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), um centro criado em 1999 que realiza pesquisas, seminários e edita dois periódicos. Conta também com o apoio do Núcleo de Estudos em Tecnologia, Indústria e Trabalho (NETIT/FCE) e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), sediado no Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS). Em 2004, foi iniciado um curso de Graduação em Relações Internacionais na FCE/UFRGS, em 2005 foi formado o Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL) e, em 2012, este transformou-se no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Tudo isto permitiu a formação de uma massa crítica, apoiada em ampla biblioteca especializada.

A tradição de pesquisa que deu origem ao PPGEEI baseou-se numa análise prospectiva das tendências mundiais dos anos 1990. A notável expansão da diplomacia e da economia brasileiras a partir do início do século XXI confirmou a perspectiva adotada, que permitiu a intensa cooperação com os organismos diplomáticos e econômicos internacionais do Brasil. O curso já é uma referência na análise estratégica da inserção das potências emergentes e das relações internacionais Sul-Sul.

A visão diferenciada do PPGEEI dá ênfase a métodos estratégicos, teóricos e aplicados, sempre baseados em rígidos princípios acadêmicos e científicos. Por esta razão, tem sido procurado por estudantes de todo o Brasil e de vários países, e tem estabelecido parcerias em todos os continentes. Por essas razões, é um programa focado na compreensão das rápidas transformações pela qual passa o sistema internacional. Publica em parceria com o NERINT as revistas *Conjuntura Austral* (bimestral) e *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* (semestral e bilíngue). O PPGEEI possui três linhas de pesquisa:

Economia Política Internacional

Enfoca a inserção internacional da economia brasileira e de outros grandes países em desenvolvimento na América do Sul, na Ásia e na África; aborda as características e os efeitos da globalização; e desenvolve estudos

comparados e setoriais preocupados com os efeitos da internacionalização de empresas e segmentos produtivos. Especial atenção é dada às crises financeiras internacionais e seus reflexos no Brasil e nos demais países do Sul.

Política Internacional

Enfatiza a análise do processo de formação, implementação e avaliação de política externa. Procura confrontar padrões de inserção internacional de países estratégicos de América do Sul, África e Ásia, considerando padrões institucionais, política comercial, estruturas de intermediação de interesses e atuação de atores da sociedade civil no eixo Sul-Sul das relações internacionais contemporâneas.

Segurança Internacional

Aborda os principais problemas de segurança no sistema internacional a partir de uma perspectiva que leva em conta os Estados mais poderosos no nível global, mas que introduz de maneira sistemática o problema das balanças regionais de poder, o eixo Sul-Sul, a existência de complexos regionais de segurança e o impacto das tecnologias de informação na Era Digital.

CEGOV

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas. O CEGOV preza pela excelência acadêmica no desenvolvimento de seus projetos e pelo progresso da UFRGS como instituição de ensino de reconhecimento internacional. Além disso, desde sua criação o CEGOV tem procurado contribuir para a interação institucionalizada entre a comunidade acadêmica da UFRGS e instituições da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

As atividades do CEGOV estão articuladas através de Grupos de Trabalho (GTs) responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de projetos interdisciplinares em áreas como política internacional, governança, processos decisórios, controle democrático, entre outras. Os GTs recebem o

auxílio da Equipe de Apoio Técnico (AT) em todas as etapas dos projetos. O AT também é responsável pela manutenção da estrutura organizacional do CEGOV e pelo desenvolvimento de ferramentas e processos que facilitem a integração dos pesquisadores ao CEGOV. O CEGOV também congrega núcleos de pesquisa tradicionais da UFRGS, como o NERINT e o CEBRAFRICA.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a “A presença do Brasil, da China e da Índia na África”, “A África na Cooperação Sul-Sul”, “Conflitos africanos”, “Integração e desenvolvimento na África”, “As relações da África com as Grandes Potências” e “As relações interafricanas”.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A revista AUSTRAL publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 70 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços) e não devem conter notas de rodapé;
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos preferencialmente com até 50 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website: www.seer.ufrgs.br/Austral.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

NÚMEROS ANTERIORES

Disponível online em:
www.seer.ufrgs.br/Austral

Volume 12, Número 24 (Jul./Dez. 2023)

Editorial

Tributo a Samuel Guimarães

Sul Global versus Sul Geopolítico: um debate quanto à pertinência analítica dos conceitos (*Rubens de Siqueira Duarte e Hugo Bras Martins da Costa*)

O crepúsculo da hegemonia do dólar americano e o mundo multipolar que se aproxima (*Armin Krishnan e Hanna Sammir Kassab*)

Política Britânica Contemporânea na África (*Alisa Shishkina e Nikolay Medushevskiy*)

Análise da Tentativa da Suécia de Entrar para a Organização do Tratado do Atlântico Norte Após o Terremoto na Turquia: Uma Perspectiva de Diplomacia em Situações de Desastre (*Rista Herjani, Indianti Aghina Habiba e Surwandono Surwandono*)

Novos inimigos, velhas estratégias: a política externa de Barack Obama a partir da tese das duas presidências (*José Francelino Galdino Neto e Marcos Aurélio Guedes de Oliveira*)

Diferentes contextos globais do Instituto Confúcio: uma revisão sistemática da literatura (*Ademir Macedo Nascimento e Kerou Xu*)

Os governos de Mauricio Macri e Jair Bolsonaro: ideologia, pragmatismo e política externa (*André Coelho, Mariano Treacy e Beatriz de Mello*)

Resenha do livro “O Pensamento Autoritário Brasileiro e a Crise Mundial”, de Paulo Fagundes Visentini (*José Miguel Quedi Martins*)

Volume 12, Número 23 (Jan./Jun. 2023)

Editorial

Dossiê A América Latina e a cena internacional: mudanças, dilemas e desafio

A consolidação do programa espacial brasileiro: Mudanças e desafios na terceira era espacial (*Marco Aurélio Chaves Cepik, Jaíne Garcia de Souza e Vanessa Redel Dal-Berto*)

A encruzilhada entre atores, normas, práticas e instituições: migração em massa da Venezuela na América do Sul (*Sérgio Luiz Cruz Aguilar*)

Estratégias de saída do MERCOSUL e pós-COVID 19 em termos de desenvolvimento sustentável: energias renováveis e mudança climática (*Amalia Margarita Stuhldreher e Virginia Morales Olmos*)

América Latina e Iniciativa do Cinturão e Rota da China: Desafios e propostas desde uma perspectiva latino-americana (*Victor Ramiro Fernandez, Juliana Gonzalez Jauregui e Gabriel Esteban Merino*)

Enquadrando a condicionalidade da ajuda externa: uma abordagem crítica aos processos de cooperação internacional (*María Eugenia Vega e Oscar Parra*)

Artigos

Quando a Terra não é o bastante: o papel do Espaço na Grande Estratégia da China (*Paulo Afonso Brardo Duarte, Neslihan Topcu e Daniel Santos*)

Confrontos inevitáveis: explorando as implicações de uma aliança China-Rússia na geopolítica global (*Sanjar Yakhshilikov*)

Um ponto cego do Emirado Islâmico do Afeganistão em relação à Índia: o segundo reinado desde agosto de 2021 (*Mohammad Khalid Khawrin*)

A Iniciativa Belt and Road e o destino das mega infraestruturas presidenciais na África (*Amabilly Bonacina e Mamoudou Gazibo*)

A Tale of Two Jihads: Desvendando as atrocidades do Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS) e Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin (JNIM) no Sahel (*Frederick Appiah Afriyie*)

Análise estratégica NERINT: O desafio brasileiro de reativar a Unasul e fortalecer o Mercosul (*Leonardo Granato*).

Volume 11, Número 22 (Jul./Dez. 2022)

Editorial

O que é a doutrina Putin? A Questão Estratégica Russa e a Segurança Nacional Ampliada (*José Alexandre Altahyde Hage*)

Análise do processo de compra e transferência de tecnologia dos caças Gripen (*Francisco Pôrto Júnior e Marco Antônio Alves*)

Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental: Convergência de preocupações de segurança energética e regional (*Stefy Joseph e Aneetta Thomas Peedikayi*)

A política externa dos Estados Unidos em relação à Jordânia a partir das dimensões política e de segurança de 1990 a 2017 (*Ala Alkhalwaldeh e Ayman Hayajneh*)

A política externa do Irã pós-revolucionário: A conveniência na encruzilhada do supranacionalismo e da soberania (*Hamoon Khelghat-Doost*)

A Nova Rota da Seda: Dinâmicas para a América Latina e para a região do Caribe (*Anurag Tripathi, Abhishek R.L. e Arun Teja*)

Diplomacia marítima no Oceano Índico: caminho a seguir para o Paquistão (*Zaeem Hassan Mehmood e Ramla Khan*)

Rumo à efetividade da assistência jurídica mútua da ASEAN no combate à ameaça não tradicional de segurança na região do sudeste asiático (*Syafrinaldi Syafrinaldi, Rendi Prayuda and Syafr Harto*)

Volume 11, Número 21 (Jan./Jun. 2022)

Editorial

Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação na Obra de Giovanni Arrighi: A Crise de 2008, o Fim da Hegemonia Norte-Americana e a Posição da China (*Analúcia Danilevicz Pereira e Igor Estima Sardo*)

O Poder dos EUA e as Multinacionais Tecnológicas na Era Digital: Uma Análise da Oligopolização nos Governos Obama e Trump (2009-2021) (*Cristina Soreanu Pecequillo e Francisco Luiz Marzinotto Jr.*)

A Contribuição Chinesa para a Estabilização do Afeganistão "Democrático" (*Lukasz Jurenczyk*)

A Política Externa do Sultanato de Omã para a Crise do Iêmen: Fundamentos e Limitações (*Khamis bin Ali Al-Sunaidi, Sahar Tarawneh*)
 Segurança Marítima na Região do Indo-Pacífico: Uma Perspectiva Geoestratégica do Estreito de Malacca (*Segurança Marítima na Região do Indo-Pacífico: Uma Perspectiva Geoestratégica do Estreito de Malacca*)
 O Comportamento Externo Contraditório da Comunidade Europeia: A Promoção da Integração na América Latina no Final dos Anos 1980 (*Mayte Anaís Dongo Sueiro*)
 Linhas de Falha em Civilizações e Extremismo de Direita: O Experimento da Alemanha com Responsabilidade Doméstica vs. Obrigação Internacional (*Stefy Joseph e Rhea Anthony*)
 Moçambique: Estudo Comparativo da Política Externa dos Governos Samora Machel e Joaquim Chissano (*Ercilio Neves Brandão Langa*)
 APRESENTAÇÃO NERINT (2022/1) (*Vários autores*)

Volume 10, Número 20 (Jul./Dez. 2021)

Editorial

AUSTRAL: 10 Anos de Cooperação Sul-Sul (*Paulo Fagundes Visentini e Guilherme Thudium*)
 A Geopolítica Sino-Russa na Eurásia e as Disputas China-EUA: Ásia-Pacífico-Grande Eurásia vs Indo-Pacífico (*Marcos Cordeiro Pires e Lucas Gualberto do Nascimento*)
 China e Rússia: A Projeção Naval de Potências Terrestres (*Paulo Fagundes Visentini*)
 Revitalização da Rota da Seda Marítima com Base nas Implicações de Segurança e na Cooperação (*Haedar Akib, Lutfi Syaefullah e Hamsu Abdul Gani*)
 A Dinâmica da Sucessão de Moedas no Século XXI - Um Caso de Liderança Financeira Chinesa? (*Gustavo de Moraes e Leonardo Giacomini*)
 A Relevância Duradoura do Poder Naval: Reflexões sobre Defesa, Segurança e Projeção de Poder da Fronteira Marítima (*Samuel Oyewole e Abiodun Dujile*)
 Priorização de Acordos Multilaterais de Controle de Exportação de Produtos de Defesa e Tecnologias Sensíveis por Processo de Análise Hierárquica (*Luiz Octavio Gavião, Luciano Dias Dutra e Sergio Kostin*)
 Orçamento em Defesa e Capacidades Estratégicas: Dissimilaridades entre os Países da América do Sul (*Angela Nogueira Neves e Tássio Franchi*)
 Globalização e a Mudança de Conceito da OTAN (*Umair Pervez Khan e Kashaf Sohail*)
 Estratégia fracassada? O Legado da Presidência de Barack Obama no Oriente Médio e norte da África (*Magdalena Lewicka e Michal Dahl*)
 Estudos de Segurança Internacional: Origens, Desenvolvimento e Abordagens Divergentes (*Ali Muhammad e Sugeng Riyanto*)
 Implementação Regional da Estratégia Global de Contraterrorismo das Nações Unidas na África Ocidental: Problemas e Desafios (*Enoch Ndem Okon e Dodeye Uduak Williams*)
 Novo Alvorecer ou Eterno Crepúsculo? (*Vladimir Shubin*)
 ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT (2021/2) (*Vários autores*)

Volume 10, Número 19 (Jan./Jun. 2021)

Editorial

Os Trinta Anos do Mercosul: Apontamentos para um Balanço (*Leonardo Granato*)

Defesa Nacional e Desenvolvimento: Diálogos entre o Significado de “Autonomia” em Hélio Jaguaribe e a Estratégia Nacional de Defesa *(Pedro Nogueira da Gama Correio)*

A Reforma do Regime Antidumping Brasileiro: Um Balanço Parcial dos Determinantes e Implicações do Decreto 8.058/2013 *(Hélio Henkin, Rafael Pentiado Poerschke e Ricardo Dias da Silva)*

Uma Zona Crepuscular? Paz e Conflito na América Latina e nas Nações Unidas *(Sezai Özçelik)*

As Pegadas do Dragão no Polo Sul: Um Estudo sobre as Estratégias e as Ações Chinesas para Antártica e suas Implicações para o Brasil *(Alana Camoça Gonçalves de Oliveira)*

A Transformação Militar Colombiana: Realidade Estratégica e Superação de Resistências *(Víctor M. Mijares e Paula Alejandra González)*

O Desenvolvimento da Geoeconomia: Uma Abordagem do Liberalismo Institucional *(Ricardo Vega Perez)*

Revisando a Guerra Comercial EUA-China: Uma Avaliação Estratégica *(Ramla Khan e Zaeem Hassan Mehmood)*

Estratégia Norte-Americana para o Desenvolvimento de Inteligência Artificial Militar: Um Horizonte de Curto Prazo (2020-2030) *(Daniel Barreiros e Ítalo Barreto Poty)*

A Importância do Oriente Médio na Política Externa Russa *(Seyed Javad Emam Jomehzadeh, Sanaz Rostamjabri e Mahnaz Goodarzi)*

África e a ‘Barganha da Globalização’: Rumo a uma Soberania Econômica Coletiva *(Al Chukwuma Okoli e Atelhe George)*

Guerra e Conflito no Sahel Africano, Fruto da Histórica e Permanente Guerra Entre Dois Impérios: Império Árabe-Islâmico e Império Ocidental *(Mamadou Alpha Diallo)*

ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT (2021/1) *(Vários autores)*